UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

AÇÕES COLETIVAS COM MÍDIAS LIVRES: uma interpretação gramsciana de seu programa político

Luiz Carlos Pinto

Tese elaborada por Luiz Carlos Pinto, sob orientação da Prof.ª Drª Maria Eduarda da Mota Rocha e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

Recife
2010

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior

AÇÕES COLETIVAS COM MÍDIAS LIVRES: uma interpretação gramsciana de seu programa político

Tese elaborada por Luiz Carlos Pinto, sob orientação da Prof.ª Drª Maria Eduarda da Mota Rocha e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

Recife
2010

Costa Júnior, Luiz Carlos Pinto da

Ações coletivas com mídias livres : uma interpretação gramsciana de seu programa político / Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior. – Recife: O Autor, 2010.

298 folhas : il., quadros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia. 2. Ações coletivas. 3. Movimentos sociais. 4. Cultura popular. Tecnologia da informação. I. Título.

316 CDU (2. ed.) UFPE
301 BCFCH2010/46
CDD (22. ed.)

Ata da Sessão de Arguição de Defesa de Tese de Luis Carlos Pinto da Costa Júnior, do Curso de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e dez, reuniram-se na Sala de Seminários do12 andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de Luis Carlos Pinto da Costa Júnior, intitulada: " AÇÕES COLETIVAS COM MÍDIAS LIVRES: uma interpretação gramsciana de seu programa político." A comissão foi composta pelos Professores: Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha – Presidente/orientadora; Dr. Sérgio Amadeu da Silveira - Titular Externo – Dep. Ciência Política/UFABC; Dr. Paulo Carneiro da Cunha Filho – Titular Externo – PPGCom/UFPE; Dr. Jonatas Ferreira – Titular Interno – PPGS/UFPE; Dra. Silke Weber – Titular Interna – PPGS/UFPE. Dando início aos Trabalhos a Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou ao autor da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha, presidente da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão aprovando a Tese por unanimidade. A banca sugere, ainda, que o trabalho seja publicado. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 30 de julho de 2010.

Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha – orientadora

Prof. Dr. Jonatas Ferreira – Titular Interno

Profa. Dra. Silke Weber – Titular Interna

Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira – Titular Externo

Prof. Dr. Paulo Carneiro da Cunha Filho

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior - Doutorando

Vinicius Douglas – Secretário do PPGS

AGRADECIMENTOS

São grandes os riscos de uma página de agradecimentos pela possibilidade de exclusão involuntária de alguém. Mas esse é um dos riscos menores assumidos nesse trabalho. Então...

A Célia Maria de Andrade, minha mãe, cujo amor e profissão sempre me conduziram ao gosto pelo estudo e pelo conhecer; a todos os meus irmãos pelo crédito e pelo apoio; a Rui, a quem considero meu quarto irmão,

A todos os agentes das ações coletivas com mídias livres que eu conheci pessoalmente e aos que não conheci olho-no-olho, em especial a Alexandre Freire, a Felipe Fonseca, Ricardo Ruiz, Tininha Lhanos, José Balbino, Tati Wells, Drica Veloso, Giuliano 'Djadja' Bonorandi, Ricardo Brazileiro, Glerm Soares e Simone, Thais Brito, Fabiana Goa, Felipe Machado, Daniel Duende, Neilton Carvalho, Marcelo Terça Nada, Gabriel Furtado, Quéops Negão, Elenara Iabel, Paulo Lara (Pajé), Salsaman, Denise Stockl, Akim, Hernani Dimantas, Dalton Martins, Hudson Augusto, Régis Bailux, Jürgen Bailux, Róbson Véio, Fabianne Balvedi, Tainá, Beth de Oxum, Wandelyne Selva, Marcelo Braz, Daniel Lucas, Júnior Areia, Guile, Marcelo Braz, Fernanda Scur, Cláudio Prado (porque não?), Orlando G. da Silva, Lúcio de Araújo, Luciana Rabelo, Leonardo Palma, Karla Brunet, Thiago Novaes, João Batista Souza, Guilherme Gitahy de Figueiredo, Etienne Delacroix,

Quero agradecer a Fabiana Moraes, pelo dendê com afeto, pelas críticas certeiras e companheiras aos processos analisados e pelo apoio mais necessário quando mais foi preciso;

A Mateus Moraes e a todos “os caras”;

À professora Maria Eduarda, pela orientação precisa, pela crítica construtiva e solidária, pela segurança certa nas horas mais incertas; Ao Departamento de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco; Ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica, que me concedeu a bolsa para a realização desse trabalho.

Não sabeis do que sois capazes, no bom como no mau, não sabeis antecipadamente o que pode um corpo ou uma alma, num encontro, num agenciamento, numa combinação. (Deleuze, 2002)

Resumo

Essa tese trata de propor uma interpretação do programa político das ações coletivas com mídias livres. Tais ações têm como sujeitos pessoas com formações muito variadas, em geral advindas da classe média, e com uma interação em rede em todo o país. Os objetivos passam, por um lado, pela crítica aos canais hegemônicos de comunicação comercial, mas também às ordens hieraquicamente construídas, identificadas no poder estatal, no capitalismo tardio e nas restrições que as instituições políticas e policiais deste impõem ao acesso a bens imateriais – cultura, informacão, conhecimentos. Por outro lado, os artífices das ações coletivas com mídias livres detém-se na construção de ambientes e plataformas comunicacionais baseadas em variadas tecnologias – digitais e telemáticas, mas também analógicas. Tais ferramentas servem como instrumentos aos processos de afirmação de identidade, visibilidade de expressões culturais não tematizadas pelos canais comerciais, produção coletiva de conhecimentos. O entendimento do caráter político dessas duas frentes permite compreender a emergência de um fazer político cujo o núcleo e o rasgo central é formado pela criação e difusão dos conhecimentos e habilidades necessárias à construção de ferramentas físicas, lógicas e normativas que permitam subverter o modelo hegemônico de trocas simbólicas na sociedade contemporânea. Esse fazer político é ele próprio embasado por uma abordagem do objeto técnico que se coloca para além tanto da perspectiva tecnofóbica, que aponta para uma sociedade anulada pela técnica; quanto da abordagem tecno-fílica, que pensa uma sociedade em que as máquinas possibilitam a vida feliz: o relacionamento com os aparatos técnicos colocados em prática pelas ações coletivas com mídias livres colocam em suspensão a técnica como algo natural (positivo) ou artificial (negativo). E tomam-na como algo sobre o qual é ainda possível atuar.

Palavras chave: sociologia, ações coletivas, movimentos sociais, tecnologias da informação, cultura livre, bens simbólicos, produção imaterial

Abstract

This thesis is to propose an interpretation of the political program of collective actions with free media. Such actions are subject to people with very varied backgrounds, usually coming from the middle class, and interact with a network throughout the country. The objectives are, first, the critique of hegemonic channels of commercial communication, but also hierarchy built on the orders identified in state power in late capitalism and the constraints that political institutions that impose and police access to intangible assets - culture , information, knowledge. Moreover, the architects of collective action with free media focuses on the construction of platforms and environments based on different communication technologies - digital and telecommunication, but also analog. These tools serve as instruments for the process of asserting identity, visibility of cultural expressions unthematized by commercial channels, collective production of knowledge. The understanding of the political character of these two fronts allows us to understand the emergence of a politician whose core making and tear is formed by the central creation and dissemination of knowledge and skills necessary to build physical tools, logical and normative enabling subvert the hegemonic model of trade symbolic in contemporary society. This policy making is itself grounded by a technical approach to the object that is placed beyond both technophobic perspective, which points to a society overturned by the technique, as the techno-philic approach, he thinks a society in which machines make life possible happy: relationships with technical devices put into practice through joint actions with free media put in suspension technology as something natural (positive) or artificial (negative). And take it as something about which it is still possible to act.

Key words: sociology, collective actions, social movements, information technology, free culture, symbolic goods, immaterial production

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **14**

CAPÍTULO I

PARA UMA BREVE HISTÓRIA DOS MONOPÓLIOS DE BENS SIMBÓLICOS E DE SEUS SENHORES **17**

1. ***Introdução*** **17**

2. ***Dissenso e produção simbólica*** **20**

3. ***Direitos de autor , ordem policial e apropriação do comum*** **28**

4. ***A produção por pares como afirmação do político*** **49**

4.1 *Uma crítica da alienação produtiva de bens simbólicos a partir de Ruy Fausto* **49**

4.2 *Uma crítica ao tratamento de bens simbólicos pela economia política a partir de Gabriel Tarde* **54**

CAPÍTULO II

AS NOVAS FORMAS DE CERCAMENTO E O FECHAMENTO DA POLÍTICA **62**

1. ***Introdução*** **62**

2. Tecnologias e fechamento da política **65**

3. As tecnologias de controle e a regulação dos bens simbólicos **70**

4. O controle dos bens simbólicos como expressão da regulação sobre camadas **83**

5. Os limites do modelo de Lessig: expressão do

pensamento dicotômico sobre a técnica **94**

6. Agenciamentos sócio-técnicos e ações coletivas com mídias livres **97**

CAPÍTULO III

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS **105**

1. Introdução **105**

2. Primeira aproximação metodológica: antagonismo e política **106**

3. Segunda aproximação metodologógica: política e cotidiano **110**

4. Terceira aproximação metodológica: agenciamentos **117**

5. Aspectos metodológicos: pontos de partida **121**

6. Aspectos metodológicos 2: pesquisa de campo e análise de dados **130**

CAPÍTULO IV

UMA INTERPRETAÇÃO DO PROGRAMA POLÍTICO DAS AÇÕES COLETIVAS COM MÍDIA LIVRE **151**

1. Introdução **151**

2. Um Princípio de Dispersão guia o programa político das ações coletivas com mídias livres **153**

3. O poder do positivo e do negativo **179**

4. A atualização brasileira das táticas de mídia **202**

5. Agenciamentos sócio-técnicos, cotidiano e comunitarismo **218**

CAPÍTULO V

IRRACIONALISMO, ROMANTISMO E OS LIMITES DE COMPATIBILIDADE COM GRAMSCI **228**

1. Introdução **228**

2. O ano em que a sopa acabou **231**

3. Algo de irracional e romântico **242**

4. Entre Sísifo e Prometeu **260**

5. O limite de compatibilidade com Gramsci **288**

BIBLIOGRAFIA **298**

Lista de quadros

QUADRO 01 - Protocolos Internet TCP/IP – p. 79

QUADRO 02 - Formas de Regulação do Ambiente Digital. p. 101

QUADRO 03 - O Princípio de Dispersão, p. 169

Apresentação

Esse trabalho considera a existência de um antagonismo entre processos de anulação da política e processos através dos quais a política é retomada e exercitada tanto ou mais que nas assembléias da democracia representativa tradicional.

O principal objeto de análise nas páginas que seguem são redes de grupos, pessoas, coletivos que exercitam essa retomada, destinando esforços intelectuais, afetos e seu tempo para a construção de condições de possibilidade à socialização de informação, cultura e conhecimento; que reivindicam o acesso público a bens simbólicos apropriados e a salvaguarda dos bens imateriais comuns da sanha privatista; que colocam em prática a generosidade e o compartilhamento de saberes como política afetiva.

No caminho traçado procurou-se sistematizar e descrever algumas das metodologias desenvolvidas com vistas a esses objetivos e as influências teóricas – localizadas na experiência européia das táticas de mídia; na tradição dos movimentos populares brasileiros, na filosofia pós-estruturalista e também no antropofagia modernista brasileiro. O principal objetivo dessa sistematização era o desenvolvimento de uma interpretação de um programa político das ações coletivas com mídias livres no Brasil.

Considerou-se que existe uma distribuição simbólica dos corpos que separa as pessoas em duas categorias, aquelas a quem se vê e considera e aquelas a quem não se vê e não se considera, o que é uma forma de contar as partes da comunidade e de negar-lhes parcelas. Essa perspectiva foi atualizada nesse trabalho por meio nas estratégias de controle pelo Estado e pelo mercado sobre as condições sociais de produção, compartilhamento e usufruto de bens simbólicos no capitalismo tardio. O processo de adaptação e intensificação desses controles se expressa por meio da legislação e das tecnologias de informação e comunicação. Sobre estes, procurou-se consolidar um entendimento não economicista, conferindo primazia à política na história da apropriação de bens simbólicos. A tese tem cinco capítulos.

Os dois primeiros cuidam das duas principais frentes de controle sobre os bens imateriais no capitalismo tardio – as legislações e as tecnologias da informação e comunicação. A abordagem a essas duas frentes permite compreender as condições de

possibilidade de uma economia política dos bens imateriais que seja baseada, por um lado, na criação de mecanismos jurídicos alternativos de licenciamento e no uso compartilhado desses bens; por outro lado, indicam formas de apropriação e de construção de recursos de produção midiática amparadas por um relacionamento com o objeto técnico que não se pautam por uma relação sujeito-objeto – a qual a técnica tradicionalmente foi tratada na literatura Ocidental. No primeiro capitulo, e analisada a evolução histórica dos condicionamentos sociais que conduziram a produção, o acesso, o usufruto e a circulação de bens simbólicos de um campo aberto e livre a um território restrito, controlado, mapeado. O segundo capitulo e dedicado à análise dos mecanismos tecnológicos usados nos cercamentos aos bens imateriais comuns. E indica a perspectiva com a qual as ações coletivas com mídias livres trabalham o objeto técnico: a zona obscura de individuação, que abre possibilidades para a criação de mecanismos e ambientes de produção, circulação e usufruto de bens imateriais como resistência aos desequilíbrios provocados pelas estratégias de fechamento.

O terceiro capitulo apresenta os aspectos teóricos e metodológicos, que na verdade começam a ser aplicados já no primeiro capitulo. São debatidas os critérios adotados para a seleção dos grupos e indivíduos a serem entrevistados, bem como para a formação do Corpus.

O quarto e o quinto capítulos são dedicados às análises. No quarto capítulo é desenvolvida a interpretação das principais características do programa político das ações coletivas com mídias livres – formado pela criação e principalmente pela difusão dos conhecimentos e habilidades necessárias a construção de ferramentas físicas e lógicas que permitam subverter o modelo hegemônico de trocas simbólicas na sociedade contemporânea.

No quinto capitulo ha um breve resgate da aproximação de grupos e sujeitos das ações coletivas com mídias livres com o governo Lula a partir do ano de 2003; uma análise do veio irracionalista e romântico dessas ações e as consequências para coletivos, grupos, pessoas e seus discursos do encontro entre um programa político precedentemente analisado e os interesses associados a política institucional.

O leitor que já tenha familiaridade com os processos e instrumentos contemporâneos de cercamentos aos bens informacionais poderá começar a leitura

pelo terceiro capítulo – embora a discussão sobre a abordagem da técnica pelas ações coletivas com mídias livres, no final do segundo capítulo, seja necessária para o objetivo geral do trabalho.

CAPITULO 1

PARA UMA BREVE HISTÓRIA DOS MONOPÓLIOS DE BENS SIMBÓLICOS E DE SEUS SENHORES

1. Introdução

Esse capítulo trata de forma analítica a evolução histórica dos condicionamentos sociais que conduziram a produção, o acesso, o usufruto e a circulação de bens simbólicos de um estado de campo aberto e livre a um estado de território restrito e controlado. Que a circulação das formas simbólicas até o século XV foi gradativamente transformada pelos desenvolvimentos técnicos de mecanismos de comunicação, é um processo aceito e bem estudado. O surgimento da comunicação de massa é associada em inúmeros trabalhos de pesquisa às sociedades modernas, sendo-lhe considerada uma característica constitutiva fundamental – é um processo que esteve estritamente interligado com o desenvolvimento do capitalismo industrial e com o surgimento do moderno estado-nação (THOMPSON, 1995, p. 277).

A esse processo, como se sabe, seguiu-se que a transmissão cultural passou a ser progressivamente mediada por um conjunto de instituições interessadas na mercantilização e circulação ampliada das formas simbólicas. Um longo processo cristalizou a noção não somente de que a produção e a circulação dos bens simbólicos nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia – como se essa produção e essa circulação só fossem relevantes se produzidas no ambiente da indústria:

> o papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apesentadas a nós, (THOMPSON, 1995, p. 219).

Com efeito, esse questionamento traduz a noção sedimentada de que a produção, o acesso, o usufruto e a circulação de bens simbólicos deve necessariamente ser perpassada por grandes conglomerados de mídias. Não se trata de saber o que seria de um mundo sem livros ou jornais, sem rádio, televisão, cinema, internet. Esse

questionamento não faz sentido. Se o papel das indústrias de mídia é fundamental, trata-se de inquirir para quem esse papel é tão fundamentalmente favorável. Essa questão coloca em pauta a relação entre poder e mídia, ou seja, a necessidade da discussão política.

A afirmação recaucitrante da centralidade das corporações de mídia como ponto de partida de qualquer análise reforça uma contingência historicamente determinada em condição natural, uma eventualidade em eternidade. Por esse caminho, uma economia-política de bens simbólicos pautada pela lógica corporativa torna-se mais uma significação paralisante, constituída pela eliminação da qualidade histórica das coisas e muito convencionalmente perde-se a lembrança da sua produção.

Tendo em vista isso, o que se propõe inicialmente é uma discussão de como historicamente se deu a formação de uma cultura da produção e do consumo de bens simbólicos em relação a

a) a instauração dos estatutos legais que protegem os monopólios de bens simbólicos como resultado de um processo no qual convergiram a ascenção ao poder da burguesia como instância política e consumidora de bens simbólicos, a conseqüente e necessária profissionalização do meio artístico e todo o processo de autonomização da vida intelectual e artística a partir do século XVII.

b) o desenvolvimento de uma ambiência crescentemente técnica de produção cultural, o que reforçou o processo de apropriação dos bens simbólicos comuns e sua instauração no domínio privado capitalista como produto. A expansão da indústria cultural é vista como um elemento que sofisticou, encareceu e praticamente vinculou a produção e a circulação de informação, cultura e conhecimento às ferramentas, processos e produtos corporativos.

As duas dimensões operam uma retirada das trocas simbólicas do ambiente comum em que tais bens ainda hoje são gerados. Ambos os processos estão na base dos arranjos monopólicos contemporâneos de produção de informação, cultura e conhecimento e se expressam tanto num plano estrutural quanto num plano superestrutural a desigualdade das condições de participação do ambiente e dos recursos de produção midiática.

A abordagem a essas duas frentes permite compreender as condições de

possibilidade de uma economia política dos bens simbólicos que emerge baseada, por um lado, na criação de mecanismos jurídicos alternativos de licenciamento de bens simbólicos e no uso compartilhado desses mesmos bens; por outro lado indicam formas de apropriação e de construção de recursos de produção midiática amparadas por um relacionamento com o objeto técnico que não se pauta pela relação sujeito-objeto, pela qual a técnica tradicionalmente foi tratada por seus mais eminentes pensadores.

2. Dissenso e produção simbólica

A instituição da política é discutida por Aristóteles (Política), como uma natureza eminentemente humana baseada na posse da palavra, que manifesta o útil e nocivo e, conseqüentemente o justo e o injusto. É a posse do órgão de fala, de expressão da palavra (*logos*) que marca uma maneira particular de participar do sensível: consciência do bem e do mal, percepção do útil e do nocivo. A superioridade da forma política do homem se concretiza na família e na pólis:

> Único entre todos os animais, o homem possui a palavra. Sem dúvida, a voz é o meio pelo qual se indica a dor e o prazer. Por isso pertence aos outros animais. A natureza deles vai só até aí: possuem o sentimento da dor e do prazer e podem indicá-lo entre si. Mas a palavra está aí para manifestar o útil e o nocivo e, por conseqüência o justo e o injusto. É por isso que é próprio dos homens, em comparação com outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. Ora, é a comunidade dessas coisas que faz a família e a pólis. (ARISTÓTELES, Política, Livro I, Capítulo 1, p. 11)

A justiça comunitária se faz chegar por meio de uma passagem conseqüente do útil e do nocivo, que acontece por meio da palavra. Mas como se forma exatamente a ordem propriamente política da justiça, quando o útil e o nocivo são assim manifestados? Na discussão sobre a justiça e a sociedade justa, n'A Política, a posição de Trasímaco, um dos contendores de Sócrates, é a que “a justiça consiste em fazer o que é vantajoso para o mais forte”, (PLATÃO, 2004, p. 23). A justiça é traduzida como uma contabilidade entre lucros e perdas.

Na refutação a Trasímaco, Sócrates mostra que não apenas o fundamento da justiça não está na relação conseqüente entre o ganho de um e o prejuízo de outro; mas também que há somente um beneficiário do exercício da superioridade: o inferior sobre a qual ela se exerce. A argumentação de Sócrates deixa antever uma pólis na qual predomina uma ordem natural de superioridade. A justiça como virtude que ordena a formação da pólis (e por decorrência dos homens) começa ali onde se pára de contabilizar danos e se procurar compensações. Na interpretação de Ranciére, o que a discussão em que Sócrates está envolvido mostra é que “a justiça enquanto virtude não é o simples equilíbrio dos interesses entre os indivíduos ou a reparação dos danos que uns causam aos outros. É a escolha da própria medida segundo a qual cada parte *(da*

sociedade) só pega a parcela que lhe cabe", (RANCIÉRE, 1996, p.20, *itálico meu*). Sócrates: "a justiça significa guardar apenas os bens que nos pertencem e em exercer unicamente a função que nos é própria", (PLATÃO, 2004, p. 133).

A interpretação de Ranciére nos informa que, para que a pólis seja regulada de acordo com o bem, a política deve regular a repartição das parcelas do comum, de modo que a comunidade seja mais que um contrato entre quem troca bens ou serviços. A igualdade em questão relaciona as parcelas da coisa comum possuídas por cada parte da comunidade à parcela que ela traz ao bem comum. O que isso significa?

Sócrates divide a sociedade em três títulos de comunidade *(axiai):* a riqueza dos poucos (os *oligoi*); a virtude ou a excelência (*areté*) que dá seu nome aos melhores (aos *aristoi*); e a liberdade (a *eleutéria*) que pertence a todos, mas que é apropriada pelo 'povo', que só tem a liberdade para se identificar. É em face a esses *axiai* que a política irá harmonizar as parcelas da comunidade; em função do valor que ela (*axiai*) traz pra a comunidade e ao direito que esse valor lhe dá de deter uma parte do poder comum.

É o livro III da Política de Aristóteles onde vamos encontrar um esforço para definir o resultado desse cálculo e mostrar a capacidade política da minoria dos homens de "mérito" e da maioria dos homens comuns: "O rasgo eminentemente distintivo do verdadeiro cidadão é o gozo das funções de juiz e de advogado", (Política). Na realidade, desde A República esse esforço se faz presente:

> é na classe menos numerosa e na ciência que nela reside, é naqueles que estão à cabeça e governam, que toda a cidade, fundada segundo a natureza, deve ser sábia e os homens desta raça são naturalmente muito raros e a eles compete participar na ciência que, única entre as ciências, merece o nome de sabedoria, (PLATÃO, 2004, p. 126).

Com efeito, antes de identificar no que consiste a justiça, Sócrates analisa que a formação da pólis justa requer a sabedoria, a coragem e moderação ("concórdia, harmonia natural entre o superior e o inferior quanto à questão de saber quem deve mandar, tanto na cidade como no indivíduo") para os chefes; coragem e moderação para os guardas e moderação para o povo.

A passagem da ordem aritmética, onde se procura equilibrar lucros e perdas, a

uma ordem geométrica requisita uma contagem das “partes” da comunidade. Um cálculo através do qual se avalie no que cada *axiai* traz de valoroso ao poder comum. Põe-se em questão o que é mensurável. Somente o título detido pelos oligoi se deixa reconhecer, é a riqueza – a lei da oligarquia é que a igualdade aritmética estabeleça a ordem justa na pólis, que sem entraves a riqueza se identifique à dominação, num processo natural através do qual aquela temperança acima mencionada se estabeleça. Entretanto uma “anomalia” desorienta essa ordem natural.

Um desequilíbrio silencioso se revela quando nos questionamos a respeito do que seja essa liberdade que o povo traz à comunidade – como se mede o que o *demos* traz à comunidade? O que lhe é próprio que se soma proporcionalmente ao bem comum – junto às competências oligárquicas e aristocráticas? Para Ranciére a liberdade do demos não é nenhuma propriedade determinável, mas facticidade pura: “a turba de homens de baixa condição” (PLATÃO, 2004, p.129), qualquer um desses corpos falantes fadados ao anonimato do trabalho e da reprodução e nascidos na pólis ateniense, depois da abolição da escravidão por dívidas, tornou-se irreduzível à condição de escravo pelos *oligoi* – o que implica que passa a participar dos negócios comuns enquanto artesãos ou comerciantes. A partir daí a liberdade fundada na impossibilidade da escravidão por dívida funciona como uma propriedade positiva do povo. Essa seria o primeiro erro de contagem que instaurará a política.

No dizer de Laclau (2005), a contabilização dos agentes de acordo com suas funções é interrompida por uma anomalia: o surgimento de algo que é essencialmente incontável e que, como tal, distorce o princípio mesmo de contar. É este o surgimento do demos – o povo -, o qual ao mesmo tempo em que é uma parte, exige também ser o todo. Essa liberdade instaura um limite aos cálculos da igualdade segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam.

A dominação natural dos nobres expressa n'A Política e n'A República como um direito absoluto, e que se fundava na tradição e na linhagem de seus nobres, é interditada pela liberdade do povo de Atenas. Agora, povo e a oligarquia são iguais porque livres, só diferentes em relação às posses. Os nobres são reconduzidos a uma *axia* particular, como ricos.

O segundo erro de contagem consiste em que a liberdade não é uma

propriedade absolutamente própria do povo. Este não se define nem por riqueza nem por virtudes, mas tem reconhecida sua liberdade *como* os outros – a liberdade é assim a qualidade daqueles que não possuem nenhuma outra. O título específico do povo advém de sua identificação com os outros extratos *superiores,* de modo que é aqui que o povo se apropria de uma condição geral (dos cidadãos da comunidade) como sua própria, identificando por homonímia seu nome com o da comunidade.

A atribuição a si de uma propriedade geral (a liberdade) como propriedade sua introduz, para Ranciére, o litígio num duplo sentido: por um lado, o título de "livre" que o *demos* toma para si é uma propriedade litigiosa porque não lhe pertence propriamente. Mas ao mesmo tempo é em nome do dano que lhe é causado pelo restante da comunidade que o povo se identifica com a comunidade. "Quem não tem parcela – os pobres da Antiguidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno – não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo", (RANCIÉRE, 1996, p.24). A afirmação da parcela dos sem parcela é o que instaura a comunidade política. A afirmação de sua própria existência acontece em nome de um dano pelo qual o "povo" é relançado na inexistência, no limbo daqueles que "não tomam parte em nada", da "turba de homens de baixa condição que são considerados livres".

A comunidade política começa com a afirmação da existência da parcela dos sem-parcela, com a afirmação do litígio, do desentendimento em torno da contagem das partes da comunidade. A comunidade política dos atenienses livres conta a si mesma. Portanto, no dizer de Ranciére, o que institui a política é uma contagem errada que resulta na identificação da multiplicidade do demos ao todo, resultante da apropriação da liberdade como aquilo que é próprio do povo.

> Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade. A pretensão exorbitante do *demos* a ser o todo da comunidade não faz mais que realizar à sua maneira – a de um partido – a condição da política. A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. (RANCIÉRE, 1996, p 26).

O dano fundamental não é a diferença de uma distribuição de propriedade a

partir da qual a política. A solução para o conflito que opõe, em última instância, ricos e pobres seria a distribuição desigual da riquezas, fonte da disenção, dando-se a cada um uma parcela igual de terra – isso fundaria a pólis sobre o princípio da comunidade. Mas essa solução não resolve o dano que funda a política. O povo como parte da comunidade sem parcela é a torção constitutiva da política como tal. O povo na verdade, é o reino da ausência de qualidade, "a efetividade da disjunção primeira que porta o nome vazio de liberdade, a propriedade imprópria, o título do litígio", (RANCIÉRE, 1996, p. 28). O partido dos pobres encarna a própria política como instituição de uma parcela dos sem-parcela. Simetricamente, o partido dos ricos não encarna nada mais que o antipolítico – a solução para o desequilíbrio semeado pela afirmação da política é a negação da política, que não é outra coisa que a afirmação de que não existe a parcela dos sem parcela.

> Na franqueza antiga que ainda subsiste nos 'liberais' do século XIX, ela (a afirmação acima) se exprime assim: há apenas chefes e subordinados, pessoas de bem e pessoas de nada, elites e multidões, peritos e ignorantes. Nos eufemismos contemporâneos, a proposta enuncia-se de maneira diferente: há apenas *partes* da sociedade: maiorias e minorias sociais, categorias sócio-profissionais, grupos de interesses, comunidades, etc. Há apenas partes, das quais devemos fazer parceiros. Mas, tanto nas formas policiadas da sociedade contratual e do governo de concertação, como nas formas brutais da afirmação igualitária, a proposta fundamental permanece a mesma: não há parcela dos sem parcela. Só há as parcelas das partes. Em outras palavras: não há política ou não deveria haver. A guerra dos pobres e dos ricos é assim a guerra sobre a própria existência da política. O litígio em torno da contagem dos pobres como povo, e do povo como comunidade, é o litígio em torno da existência da política, devido ao qual há política, (RANCIÉRE, 1996,p. 29).

O recurso à reflexão filosófica que Jacques Ranciére desenvolve a cerca da fundação da política precisa ser esclarecida aqui – esclarecimento à moda duma ressalva, porque a problemática do nascimento da política no mundo grego não se transfere simples e exatamente para a contemporaneidade como forma de justificar e explicar a existência dos movimentos sociais em geral e das ações coletivas com mídias livres em particular.

O que a reflexão de Ranciére permite observar é porque e como a política hoje

se dá nos movimentos sociais, tanto ou mais que nas assembléias da democracia representativa tradicional. A compreensão desse fato, a um tempo filosófico e político, emerge com a atenção ao caráter precário do político: essa instância da vida humana nasce do conflito, no qual o povo – que não legitima suas pretensões nem pelo nascimento, como os nobres, nem pela riqueza, como os burgueses – é o nome, a forma de subjetivação de um dano imemorial e atual, pelo qual a ordem social se simboliza rejeitando a maioria dos seres falantes para a noite do silêncio ou o barulho animal das vozes que exprimem satisfação ou sofrimento.

O que há de atual naquilo que a interpretação de Ranciére nos fornece é que esse dano expõe uma distribuição simbólica dos corpos: há aqueles a quem se vê e há aqueles a quem não se vê, os de quem há um *logos* reconhecido (uma contagem a manter) e aqueles acerca dos quais não há *logos*, os que falam realmente e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada.

A política é o advento possível porque o *logos* nunca é apenas palavra. O advento da política é possível porque o *logos* é também uma contagem que é feita dessa palavra. A contagem da emissão sonora que é ouvida e tida como palavra, apta a enunciar o justo. E a contagem da palavra que é percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta.

A negação à racionalidade e à palavra à plebe era a grande estratégia de dominação que os patrícios impuseram ao povo na Antiguidade. Esse escândalo se atualiza com outras cores e matizes, assim como as estratégias de dominação e controle. É esta a utilidade do recurso à análise de Ranciére, que fornece um ponto de partida para enquadrar ações coletivas com mídias livres.

Pretende-se uma aproximação entre a idéia de contagem da palavra, do *logos* tal como analisado por Ranciére e o controle sobre as condições sociais de produção, compartilhamento e usufruto de bens simbólicos. O processo de adaptação e intensificação desses controles, que se expressa por meio da legislação e das tecnologias de informação e comunicação, são processos econômicos tratados aqui em seu caráter político. As ações coletivas com mídias livres não emergem nas sociedades complexas como efeitos de uma crise econômica nem como articulações que procuram exigir acesso à participação política, da qual são excluídos – os dois tipos

fundamentais nos quais se acomodam as interpretações sobre os movimentos emergentes (MELUCCI, 2001).

Como outros fenômenos coletivos emergentes nas sociedades complexas, as ações coletivas com mídias livres são sintomas de movimentos antagonistas que colocam em prática a disputa pelo controle sobre a produção social. Essa interpretação assume que nas sociedades com alta densidade de informação, “a produção não diz respeito somente aos recursos econômicos, mas investe em relações sociais, símbolos, identidade, necessidades individuais”, de modo que o “controle sobre a produção social não coincide com a propriedade por parte de um grupo social reconhecível, mas se move, ao contrário, rumo aos grandes aparatos de decisão técnica e política”, (MELUCCI, 2001, p. 79).

Se “produzir não significa mais transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para a troca, organizando as formas da produção, dividindo o trabalho e integrando-o no complexo técnico-humano da fábrica”, significando ao “contrário, controlar sistemas complexos de informações, de símbolos, de relações sociais”, (MELUCCI, 2001, p.80), a disputa pelas condições que tornam possível a produção social emoldura uma contagem de corpos:

Quem exerce essa produção? Como ela é feita? Com quais instrumentos? Mediante que condições essa produção social é compartilhada por terceiros? Como essa produção social é transformada, apreendida, apropriada?

É implícita aqui a inspiração fornecida pela teoria sociológica da produção social desenvolvida por Antonio Melucci. Esse aspecto será desenvolvido no terceiro capítulo. Por hora, é necessário e suficiente registrar que os conflitos em que as ações coletivas com mídias livres estão envolvidas são resultantes de disputas relativas à produção, apropriação e destinação de recursos sociais. As disputas por tais recursos emolduram uma contagem das partes e das parcelas da comunidade nos mesmos termos apontados por Ranciére. Mas também evidenciam uma conexão entre crítica e construção, efetivadas pelas ações coletivas com mídias livres.

A continuidade desse capítulo e o seguinte tratam das restrições àquele recurso social considerado nesse trabalho como o mais importante, cuja heterogeneidade é resumida no temo “bens simbólicos”. O restante desse capítulo trata das formas legais

pelas quais os bens simbólicos ou imateriais foram mantidos como propriedades privadas, fator que está vinculado ao nascimento da idéia de autoria na Modernidade. O capítulo 2 analisa os fatores de ordem tecnológica que implementam restrições à sua produção, circulação e usufruto.

3. As novas velhas formas de cercamento (os direitos de autor)

O pensamento de inspiração Iluminista, a ascenção da burguesia como instância política e consumidora de bens simbólicos em fins do século XVIII, a conseqüente profissionalização do meio artístico e todo o processo de autonomização da vida intelectual e artística no final da Idade Média convergem nas primeiras iniciativas de justificar a propriedade de criações artísticas, no final do século XVIII. Não se trata, nas páginas que seguem, de fazer aqui um registro dos principais fatores que criaram as condições para o advento dos monopólios temporários e artificiais de bens simbólicos – tarefa já realizada anteriormente (LESSIG, 2005; CRIBARI, 2005; BARBOSA, 2003, entre outros). Trata-se de retomar esse processo numa perspectiva analítica que desconstrua o ambiente normativo (MELUCCI, 2001). Ambiente este que se converteu[1] num dos principais fatores impeditivos ao usufruto da produção social na forma de bens simbólicos na contemporaneidade. Portanto, esse processo será colocado em face à interpretação dada por Ranciére para a fundação da política.

Com isso, os monopólicos temporários e artificiais de bens simbólicos (BUSANICHE, 2007) são aproximados da noção de polícia que intercede impositivamente, definindo as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer. No limite, uma polícia que estabelece a ordem do visível e do dizível, que delimita o que é discurso e o que e ruído. Ou, dito de outra forma, que porta a possibilidade do silenciamento da fala (OLIVEIRA, 2000), dado que os marcos legais que protegem esses monopólios limitam e delimitam os usos dos bens simbólicos. O que se percebe, entretanto, na história da legislação de bens simbólicos, é uma articulação entre essa ordem policial e um processo de apropriação do bem comum. Articulação essa que é bem ilustrada com os cercamentos das terras comunitárias na Europa (na Inglaterra, regularizados desde o século XVI, mas que se intensificaram no século XVIII).

> (...) os cercamentos foram chamados, de forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e nobres

1 Esse processo se intensificou desde a década de 1990, por meio da ampliação da duração, do escopo e do alcance das legislações, bem como da aplicações de ferramentas tecnológicas às restrições de usos. A concentração do setor de produção midiática em escala mundial reforça o controle sobre informação, cultura e conhecimento com graves consequências para a expressão ampla de vozes na sociedade e para a cultura, como demonstrado por Lessig (2005), Rodríguez (2003), Ostrom & Hess (2007).

> estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, às vezes pela violência , às vezes por intimidação e pressão. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. Aldeias abandonadas e ruínas de moradias testemunhavam a ferocidade da revolução (POLANY, 1988, p. 52).

Em Marx:

> (...) Com isso, foi em primeiro lugar lançado no mercado de trabalho uma massa de força de trabalho viva, uma massa que era livre em duplo sentido, livre das antigas relações de clientela ou de dependência e das relações de serviço, e em segundo lugar, livre de qualquer bem, livre de toda forma de existência objetiva e material, livre de toda propriedade, dependendo da venda da sua força de trabalho, ou da mendicância, da vagabundagem e do roubo, como única fonte de rendimento (Marx, 1973).

Como afirma James Boyle (2003), o movimento de cercamento continua a oferecer irresistíveis ironias a respeito da dupla violência com respeito à propriedade e do modo pelo qual o Estado define e reforça os direitos de propriedade. Os cercamentos das terras comunitárias durante a Idade Média são até hoje uma referência sempre citada nos estudos sobre a apropriação de bens simbólicos comuns como exemplo de restrição ao uso e desenvolvimento virtuoso dos bens geridos comunitariamente (LESSIG, 2005; BENKLER, 2005; HESS e OSTRON, 2007; BOYLE, 2003; LEMOS, 2007).

As críticas aos cercamentos das terras coletivas argumentam que eles impuseram custos devastadores para a sociedade. Alguns desses custos são de ordem material, certamente. Mas alguns danos são difíceis de classificar: a perda de uma forma de vida, a migração do poder do mercado para certas novas áreas, e até o relacionamento dos sujeitos com o ambiente (BOYLE, 2003).

Ao lado deste outro processo está a autonomização política e econômica do campo artístico e literário, que se faz acompanhar da procura de reconhecimento do gênio criativo (BOURDIEU, 2007). É preciso não perder de vista que esse processo de autonomização se identifica a um processo de divisão do trabalho que coloca a

contradição básica entre o interesse de cada um dos indivíduos e o interesse dos indivíduos em comunidade (MARX, 1984).

O reconhecimento do gênio no século XVIII, por sua vez, se segue à centralidade, atribuída pela economia política liberal, do indivíduo e de sua propriedade como pré-requisitos à institucionalização da ordem política – ordem política essa que guia as primeiras formulações dos direitos de autor. Como se discute mais à frente, o argumento da legitimidade da propriedade que é aplicada pelos primeiros legisladores dos bens simbólicos é debitária da concepção do economista inglês John Locke[2]. É preciso então analisar esse processo de autonomização, começando pela (moderna, demasiadamente moderna) noção de autor.

Sabemos que a redefinição da noção de autor foi efetuada sob os eflúvios do *individualismo nascente* em fins do século XVII, no contexto do movimento Romântico e foi resultado de transformações políticas, econômicas e tecnológicas (Nimus, 2007). Aliás, as dificuldades para os regimes de proteção aos bens simbólicos se justificarem e se manterem hoje (a não ser em última instância pela força física legalizada e pelo recurso à tecnologia) correspondem às dificuldades da própria moderna teoria liberal-democrática, naquilo que a engendrou mais especificamente: a qualidade possessiva de seu individualismo (MACPHERSON, 1979).

A redefinição da figura do autor foi engendrada por um processo de autonomização da vida intelectual e artística, que esteve sob tutela de instâncias de legitimidade externas – aristocracia e igreja católica.

A libertação da vida intelectual e artística ocorreu tanto econômica quanto socialmente, como também representou a superação das demandas de ordem ética e estética da nobreza e do mundo católico (BOURDIEU, 2007). Se entendermos essa autonomização como um processo de diferenciação das esferas da atividade humana, mais especificamente, como associado à divisão do trabalho, a "divisão das pessoas em duas categorias" acima mencionada, encarna a realidade aventada por Marx de que "a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o

2 A crítica ao fundamento dessa propriedade se baseia, em parte, no argumento marxiano segundo o qual a circulação da mercadoria inverteu esse fundamento, de modo que o trabalho vira não-trabalho (objeto da expropriação alheia) e a propriedade vira não-propriedade – fato explicitado nos mecanismos pelos quais os direitos patrimoniais de obras artísticas são cedidos às empresas do setor de entretenimento. Esse aspecto é tratado à frente.

consumo caberem a indivíduos diferentes", (MARX, 1984, p. 36).

A formação de um corpo profissional cada vez mais numeroso e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos fez com que se estabelecessem as *condições técnicas* – fator que será analisado no capítulo seguinte –, e as *normas de acesso* à profissão (de artistas e intelectuais) –, fator que está em sintonia com a noção de polícia no sentido de Ranciére, ou seja, distribuição dos corpos colocados em seu lugar e estabelecidos em sua função. E finalmente, entre essas transformações em curso, a proliferação de *instâncias de consagração* (que competem pela legitimidade cultural) e o desenvolvimento das *instâncias de difusão* – como as editoras e as direções artísticas dos teatros, (BOURDIEU, 2007, p. 100).

Bourdieu ainda salienta que as instâncias de consagração que competem pela legitimidade cultural, sobretudo no século XVIII, são as academias literárias e os salões, no rastro inclusive do desenvolvimento da esfera pública burguesa (Habermas) – nos quais, a partir da dissolução da corte e da arte-cortesã, a aristocracia sobrevivente e a burguesia ascendente entram em contato. O fato, inclusive, de que a legitimidade cultural seja conquistada nas academias literárias e nos salões confirma a perspectiva de que a apropriação do comum já andava desde então de mãos dadas com a distribuição simbólica dos corpos mencionada acima.

Esse momento em que a produção, fruição e controle de bens simbólicos deixa de ser eminentemente uma prerrogativa da aristocracia e das autoridades eclesiásticas precisa ser melhor discutida. O momento dessa inflexão, apontado por Habermas (2003) é o da constituição da esfera pública, que se dá ao longo do século XVIII[3]. Nesse momento, as comunidades de comensais, salões e cafés em torno dos quais a esfera das pessoas privadas reunidas em um público começavam a se formar, constituíam os ambientes nos quais as obras filosóficas e literárias, as obras de arte em geral são consumidas como mercadorias e tornam-se em princípio[4] acessíveis a todos. É este o momento em que as obras de arte deixam de "ser parte constitutiva de representatividade pública eclesiástica ou cortesã; exatamente isso é que é pensado

3 Não por acaso, é neste século que surgem as primeiras legislações que procuram resguardar os direitos de autor.

4 A ressalva é do próprio Habermas: "O 'grande' público, que se constitui difusamente fora das instituições de público, tem, apesar de tudo, em relação à massa da população rural e do 'povo'citadino, semopre ainda um volume bastante limitado", (HABERMAS, 2003c, p. 53)

como perda da sua aura, com a profanação de seu caráter outrora sagrado", (HABERMAS, 2003, p: 52). É o século XVIII que vê a "arte" e a "cultura" assumirem o seu significado moderno de uma esfera separada da reprodução social.

O processo pelo qual o editor substitui o mecenas como contratante do escritor e que assume a distribuição das obras deste no mercado; o processo pelo qual os músicos se estabelecem como sociedades públicas de concertos, deixando para trás a função de representatividade pública (música de circunstância) ao recolhimento e à dignidade do serviço religioso, para a festividade de eventos sociais da corte, sobretudo para o brilho do cenário festivo; o processo pelo qual os teatros das cortes ou dos palácios se tornam públicos, enfim, os processos pelos quais a arte é liberada de suas funções de representação social, e cai no embalo da comercialização, faz surgir uma nova categoria social, segundo Habermas.

Um público privado (e limitado) profana a aurática sombra que cobria a filosofia, a literatura, as artes plásticas, a música, os textos teatrais e suas montagens, e, claro, as interpretações de toda essa produção cuidadosamente tangenciada para distante da fruição pública, nas sombras das sacristias, no requinte vazio da corte.

O tamanho e a composição desse público, que é o público das comunidades de comensais, salões e cafés, e que varia em comportamento, clima de raciocínio e orientação temática, tende sempre a organizar a discussão permanente entre pessoas privadas. De modo que a formação do circuito comercial da arte foi, neste momento, duplamente positiva:

Primeiro, permitiu a fruição das obras para além do claustro e da corte – a ponto inclusive de fazer emergir o julgamento leigo sobre a arte: a discussão torna-se um meio de sua apropriação.

> Os inúmeros panfletos, que tem por objeto a crítica e a apologia das teorias dominantes sobre a arte. Por sua vez nelas acolhidas: crítica de arte como conversação. O círculo interior do novo público de arte é formado, na primeira metade do século XVIII, pelos amateurs éclaires. À medida que as exposições públicas atraem círculos mais amplos, pondo as obras de arte em contato imediato com o público mais amplo e passando por cima da cabeça dos entendidos, estes não podem mais manter a sua posição, pois a função deles já se tornou dispensável: agora ela é assumida pela crítica profissional.
> (HABERMAS, 2003c, p. 56 e 57)

Segundo Habermas, a nova profissão a que corresponde a função de julgamento leigo do público continua entretanto a ter algo de amador: seus pareceres só valem enquanto não-contraditos, neles o julgamento laico se organiza sem, no entanto, tornar-se, através da especialização, outra coisa que não o julgamento de um homem particular entre todas as demais pessoas particulares, "que, em última instância, não podem considerar válido nenhum outro julgamento que não o próprio".

Essa crítica de arte institucionalizada, bem como os jornais que os veiculam, o início do circuito comercial para os bens simbólicos e culturais, (assim como as primeiras legislações do direito autoral) são típicas criações do século XVIII, que, interligadas, permitiu aquilo que Habermas identifica como a apropriação crítica da filosofia, da literatura e da arte pelo público.

Segundo, a comercialização cultural, a consequente abertura de revistas de crítica, a crítica mesma concorreram positivamente para o estabelecimento de uma forma de discussão e de produção simbólica em que o público se olha no espelho, tem a si mesmo como tema, em que aparece a intenção de auto-entendimento. Esse fenômeno é para Habermas tipicamente representado pelos hebdomandários moralistas.

Estes seriam parte imediata das discussões entre as pessoas privadas reunidas em um público e também se concebiam como parte da literatura. "O que logo depois haveria de se especializar em crítica de arte ainda é, nesses hebdomandários, ao mesmo tempo arte e crítica de arte, literatura e crítica literária", (HABERMAS, 2003c, p. 59).

Portanto, a entrada dos bens simbólicos no circuito do comércio capitalista não pode ser pensada como a simples e imediata passagem da produção e fruição do domínio público ao cercamento monopólico do século XX.

Entretanto, uma outra inflexão precisa se clarificada aqui.

Ela se refere à passagem a um ambiente monopólico através do qual "as instituições do público intelectualizado", no dizer de Habermas, passam a se comercializar e a se concentrar no aspecto econômico, técnico e organizatório, cristalizando-se em complexos de grande poder social.

O que Habermas narra no penúltimo capítulo de seu livro são aspectos sociológicos-empresariais da mudança estrutural da imprensa desde o capitalismo

concorrencial (no qual as pequenas empresas artesanais, o início da atuação capitalista de marchands, editores, empresários) até a forma centralizadora das novas mídias do século XX (rádio, cinema falado e televisão) no capitalismo monopólico. Habermas está ali, como se sabe, tratando da mudança de função política da esfera pública e sua especial atenção à imprensa se deve a que a evolução desta exprime a transformação daquela.

Para Habermas, a extensão e a eficácia alcançados pelos meios de comunicação de massa fizeram com que a esfera pública se expandisse. Ao mesmo tempo, esses meios foram cada vez mais e re-inseridos na esfera privada do intercâmbio de mercadorias. É a eficácia jornalístico-publicitária desses meios que os torna vulneráveis à pressão dos interesses privados, seja individuais, seja coletivos.

> Enquanto antigamente a imprensa só podia intermediar e reforçar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público, esse passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro através dos meios de comunicação de massa. No percurso do jornalismo, de pessoas privadas que escreviam até os serviços públicos dos meios de comunicação de massa, a esfera pública se modifica mediante o de interesses privados, que nela conseguem presentificar-se de modo privilegiado. (HABERMAS, 2003c, p. 221).

Com efeito, não somente a imprensa se constitui como pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública, mas todo o conjunto tendencialmente convergente de mídias que formam os meios de comunicação de massa. Mais ainda: “à medida que a esfera pública é tomada pela publicidade comercial, pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público”, (HABERMAS, 2003c, p. 221).

Retornando agora àquilo que Bourdieu se referia, a autonomização da vida intelectual e artística, assim, expressa o desenvolvimento de um

> campo da produção como sistema das relações objetivas entre esses agentes ou instituições (personalidades *influentes, revistas, publicações semanais, a academia, cenáculo, marchands, editores*) e espaço das lutas pelo monopólio do poder de consagração em que, continuamente, se engendram o valor das obras e a crença neste valor”, (BOURDIEU, 2006, p.25).

A crítica que Bourdieu faz da dissimulação que coloca o autor como princípio primeiro e último do valor da obra; o desmascaramento da dissimulação segundo a qual o marchand de quadros, o editor, o agente, etc. explora o trabalho do criador, fazendo comércio da (sagrada) cria, que adquire uma consagração no mercado; e a abertura da própria consagração do autor, que a obtém "como se penetra em um clube seleto" por meio do apadrinhamento prestigioso, parece uma atualização do mecanismo ao qual Ranciére faz referência, (RANCIÉRE, 1996, p. 36). O que está posto, nos termos marxistas é uma repartição, e precisamente uma repartição desigual tanto quantitativa quanto qualitativa do trabalho e dos seus produtos, e portanto a propriedade.

O campo ao qual Bourdieu se refere ("tanto os artistas e os escritores obscuros quanto os *mestres* consagrados, tanto os críticos e os editores quanto os autores, tanto os clientes entusiastas quanto os vendedores convencidos") também atualiza o que Ranciére se refere como a ordem simbólica da comunidade dos seres falantes apta a enunciar o justo; impregnada por sua vez da lógica que conta as parcelas unicamente das partes, que distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os modos de ser, os modos do fazer e os modos do dizer que convém a cada um.

Bourdieu identifica bem que o campo da produção cultural é o terreno por excelência do enfrentamento entre "as frações dominantes da classe dominante" e "as frações dominadas que estão totalmente envolvidas neste combate". E que "do lado dos dominantes, todas as estratégias, essencialmente defensivas, visam conservar a posição ocupada, portanto, perpetuar o *status quo*, ao manter e fazer durar os princípios que servem de fundamento à dominação", (BOURDIEU, 2006, p. 32). No entanto, Bourdieu considera que os "novos pretendentes" relembram e reafirmam o campo. Bourdieu opõe comercial e não comercial de tal modo que essa oposição estabelece uma fronteira entre arte e não-arte, arte burguesa e arte intelectual, arte tradicional e arte de vanguarda: oposição entre ascese material, garantia de consagração espiritual e o sucesso mundano, marcado, entre outros sinais, pelo reconhecimento das instituições (prêmios, academias, etc.) e pelo êxito financeiro. A estrutura do campo de produção é constituído, na acepção de Bourdieu, por uma

oposição entre um campo de produção erudita e o campo da indústria cultural, (BOURDIEU, 2007).

Ainda que Bourdieu observe que essa dicotomia dissimule

> a verdade da relação entre o campo da produção e o campo do poder ao reproduzir, na lógica específica do campo intelectual, ou seja, sob a forma transfigurada do conflito entre duas estéticas, a oposição (que não exclui a complementaridade) entre as frações dominadas e as frações dominantes da classe dominante, ou seja, entre o poder cultural (associado à menor riqueza econômica) e o poder econômico e político (associado à menor riqueza cultural), (BOURDIEU, 2006, p. 69).

Ainda assim, o conteúdo da oposição entre o que ele chama de comercial e de "não comercial" da produção de bens simbólicos permanece entre diferentes campos – mas tanto um quanto outro são empreendimentos comerciais. De tal modo que essa dicotomia abrange a oposição entre os empresários da cultura que procuram lucro econômico (imediato) e os empresários da cultura que também procuram o lucro econômico (mas passível de renúncia provisória). A oposição aos que dominam o campo da produção e o mercado pelo capital econômico e simbólico (arte consagrada) é a dos novos pretendentes que querem os mesmos clientes de seus concorrentes (vanguarda). Com isso, Bourdieu perde de vista uma produção simbólica que não se projeta ao mercado, deixando de ver que as tensões entre os dominantes e os grupos subordinados podem ser encontradas refletidas nas superfícies da subcultura, (HEBDIGE, 2006).

De qualquer forma, a autonomização do campo coloca em evidência a redefinição do artista como criador original, efetuada como já afirmado, sob os eflúvios do *individualismo nascente* em fins do século XVIII, no contexto do movimento Romântico, e a necessidade de preservação da integridade de sua obra, reconhecida como o produto de seu gênio único. Os primeiros marcos legais5

5 A primeira lei a se referir a um direito de autor é o Statute of Anne, de 1709, na Inglaterra. O texto reconhecia os direitos econômicos de cópia aos autores cujas obras fossem publicados. A lei se justificava como um "incentivo ao ensino", tornada possível pela impressão de cópias de livros e oferecia garantias aos autores e adquirentes dos direitos sobre eles por um limitado período de tempo. Algum tempo depois, em 1735, uma outra norma seria adotada para resguardar a arte do desenho e proibir a publicação ou importação, para comércio, de qualquer estampa, de natureza histórica ou não, sem a autorização de seu autor, desenhista ou proprietário. O direito de autor sob a forma de propriedade, entretanto, só veio com a Revolução Francesa em leis editadas em 1791 e

introjetaram a fundamentação da propriedade de bens simbólicos guiados pela mesma justificativa usada por Locke aos bens materiais – o trabalho6. A dupla natureza7 dos direitos de autor expressa até hoje essa fundamentação – cuja refutação de sua legitimidade será analisada mais à frente.

É preciso observar que a instituição do autor, a que correspondem as leis que procuram proteger seus direitos, exprime uma diferenciação que se baseia na originalidade do fruto de seu trabalho. É autor aquele que exprime não uma idéia nova, mas uma expressão nova, original, de uma idéia. “Isto significa que as idéias não são cobertas como tais, e sim na forma de sua expressão em um texto, um desenho, uma

---

1793 na França. A primeira delas é a Lei da Liberdade, Teatro e Autores e é considerada a Carta Magna dos autores dramáticos franceses e garantia o direito exclusivo destes autorizarem a representação teatral das suas obras, sob pena do confisco do resultado econômico do espetáculo. A segunda lei garantia a autores, compositores e artistas plásticos o direito exclusivo, por toda a sua vida, de autorizarem a comercialização de suas obras. As duas lançaram os princípios básicos do direito de autor tal como o conhecemos hoje: o reconhecimento da prerrogativa do autor sob a forma de propriedade e da necessidade de obtenção de prévia autorização para a representação. Portanto o núcleo do direito de autor é originário do direito continental e for primeiramente articulado no final do século XVIII. O primeiros marcos legais, antecedentes dos direitos do autor, nasceram como formas de proteção da nova indústria (de livros) que nascia com o invento de Gutemberg. Na verdade, ainda não se pode dizer que se tratavam de marcos legais e sim de privilégios. O primeiro privilégio conhecido foi outorgado em 1495 em Veneza, e referia-se a uma obra de Aristóteles (SALINAS, 2005). O privilégio consistia num monopólio de exploração da obra, geralmente por um período de 10 anos. Previa sanções aos infratores e eram outorgados pela autoridade real ao impressor, que assim se preservava da concorrência. A publicação de novas obras dependia também da permissão de publicação, concedida pelas universidades, de modo que o mecanismo ainda servia à censura, uma vez que as universidades controlavam que obras poderiam vir a público. Privilégios foram, em seguida, concedidos na França (1507 e 1508), mas em nenhum desses casos o monopólio era concedido a autores. A concessão de direitos semelhantes só a autores (ou a seus descendentes) só viria a acontecer no século XVIII. Uma dessas primeiras ocasiões ocorreu em 1777, quando o Conselho do Rei da França concedeu os primeiros privilégios de impressão a descendentes de autores, desde que tivessem se esgotado o prazo anterior de privilégio já concedido a editor (Colombet).

6 Para Locke o trabalho faz com que o homem acrescente ao estado de natureza algo que é unicamente dele. Por isso, ao se acrescentar algo que lhe é pessoal, esse algo muda e se converte em propriedade. Escreve Locke: “Ora, cada vez que retira uma coisa qualquer do estado em que a natureza a pôs e deixou, ele está misturando seu trabalho a essa coisa, acrescenta-lhe, portanto, um elemento pessoal: por isso, adquire sua propriedade”. É, como sublinha Althusser, uma espécie de troca. Pelo trabalho que é incorporado às coisas, o indivíduo lhes incorpora sua própria substância e, por esse fato, tem o direito de incorporá-las a si (elas passam a ser como que extensões de seu corpo. Espécie de corpo próprio estendido aos objetos de que ele se apropria).

7 Uma dessas dimensões é o direito moral, inerente à pessoa humana, intransferível, pelo qual o bem se identifica à pessoa que operou a criação. Na outra vertente do direito autoral, está o direito patrimonial pela qual a obra é compreendida como um bem que o autor pode dispor. Os direitos morais do autor são inalienáveis, intransferíveis, irrenunciáveis, absolutos e imprescritíveis. Eles não podem ser vendidos ou disponibilizados pelo titular, assim como ele não pode renunciar aos seu direito, ou seja, eles não podem ser objeto de contrato ou de qualquer outro tipo de transação e não podem ser vendidos ou abdicados pelo titular. Já os direitos patrimoniais garantem ao criador a prerrogativa de escolher/autorizar ou proibir qualquer forma de uso de sua criação.

fotografia, etc.”, (BUSANICHE, 2007).

> Não se protegem idéias, ainda que originais e criativas, ou até mesmo geniais. O que se protege é a forma de expressão, que é a essência da obra. Não há autor se não existe obra, assim como não se pode falar de criador na ausência de criatura. É na criação, na obra, e não na idéia do criador, ou autor, que se hão de buscar a originalidade e a criatividade (MÜLLER, 2005, p. 70).

> As legislações então levam em consideração a idéia de originalidade, de esforço criativo individual para a consecução de uma forma inédita da idéia, que por sua vez não é protegida pela legislação. A originalidade é condição sine qua non para o reconhecimento da obra como produto da inteligência criador. Só a criação permite produzir com originalidade. Não importa o tamanho, a extensão, a duração da obra. Poderá ser, indiferentemente, grande ou pequena: suas dimensões no tempo ou no espaço serão de nenhuma importância.
>
> (...)
>
> A originalidade, porém, será sempre essencial, pois é nela que se consubstancia o esforço criador do autor, fundamento da obra e razão de proteção. Sem esforço criador não há originalidade, não há obra e, por conseguinte, não há proteção (JESSEN, 1967, p.55).

Um modo de dizer que seja debitário de uma *individualidade* fundamental, de uma *autonomia* em relação a estruturas de pensamento exteriores e de uma *universalidade* que lhe permita ser compreendido por todos. Portanto, são os princípios paradigmáticos da modernidade que instituem o autor. Ao mesmo tempo, seguindo Bourdieu, a expressão da idéia, a obra, depende do campo da produção e circulação dos bens culturais para obter consagração. A legislação que se propõe proteger os direitos do autor procura resguardar essas formas de dizer, as expressões, a distribuição simbólica dos corpos e cristalizam, no sentido mais preciso dessa palavra, o *logos* como característica exclusiva de uma elite de dominação.

Isso porque a legislação que nasceu com o intuito de tornar possível a sobrevivência material do autor com base em sua produção intelectual e artística, resultante de todo o processo de autonomização acima analisado, desde cedo serviu mais ao comerciante desses bens do que aos *criadores* – e essas duas posições não

coincidem necessariamente. Também aqui, no terreno da produção simbólica, se deu a apropriação das ferramentas de produção e do sistema de circulação dessa produção. Os autores sempre foram levados a cederem seu direito patrimonial a editores, marchands, em troca de terem seus livros, músicas, produções teatrais, montagens plásticas, etc, financiados, impressos e distribuídos, tornados públicos e passíveis de usufruto pelo público, graças às condições materiais daqueles que as tinham para oferecer.

Esse fato é omitido ou não recebe a devida atenção na história do direito autoral. Mas toda a indústria do entretenimento se desenvolveu nos séculos precedentes baseada na possibilidade oferecida pelas legislações – tanto a de raiz continental quanto a inglesa – do criador alienar a gestão dos ganhos de sua produção em troca da possibilidade de materializá-la, vinculando-se ao financiador por meio de um contrato.

É desse processo de alienação dos bens simbólicos gerado pela necessidade da circulação, que o trabalho de produção de bens simbólicos se transforma em objeto de expropriação alheia, e a propriedade destes pelos criadores, se converte em não-propriedade – é esse processo, característico do sistema capitalista de produção, que conduziu ao monopólio e ao controle dos bens simbólicos baseado e amparado em normas e leis que centram sua justificativa nos direitos do autor.

O desenvolvimento das possibilidades de digitalização e das redes telemáticas nos últimos 30 anos adicionou novos capítulos a essa história, marcados pela busca de controle sobre o ambiente de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. Um dos primeiros marcos do aumento dos constrangimentos legais se deu em 1996, com os tratados adotados por cerca de 100 países filiados à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO, sigla em inglês). Tanto o Acordo de Copyrignt WIPO (WIPO Copyright Treaty, WCT) quanto o Acordo de Fonogramas e Performances (WIPO Performances and Phonograms Treaty, WPPT) (comumente referenciados como os Acordos de Internet da Organização Mundial da Propriedade Intelectual) se prestam a atualizar e suplementar os acordos internacionais já existentes: a Convenção de Berna e a Convenção de Roma. E orientar os países que os subscreveram na implementação de legislações suplementares. Entraram em vigor em 2002.

Os conteúdos dos Acordos Internet da WIPO podem ser divididos em três partes: a) incorporação de certas provisões do Acordo TRIPs não incluidas previamente de forma explícita nos acordos WIPO; b) atualização a tecnologias digitais e c) provisões que especificamente se dirigem ao impacto das tecnologias digitais na economia de bens simbólicos. Passo a gora a analisar o escopo dos direitos protegidos sob os referidos tratados internet da WIPO como respostas a tecnologias digitais.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual considera que a propriedade intelectual é a soma dos direitos concedidos por lei. A prerrogativa dos detentores de copyright e dos direitos conexos de controlar ou ser remunerados por vários tipos de usos de suas propriedades são garantidas sob diferentes tratados existentes e em face às legislações nacionais. Tanto para os detentores de copyright quanto para os detentores de direitos conexos esses direitos incluem direitos de reprodução e de atos de comunicação ao público, tais como performance pública e distribuição de tais bens simbólicos via broadcasting.

O desenvolvimento dos mecanismos de digitalização e o avanço das redes telemáticas colocaram novas questões a esse ambiente normativo. A indústria do entretenimento passou a se perguntar se o direito de reprodução estava sendo contrariado quando múltiplas cópias de bens protegidos transitam pelas redes. Passou a se questionar se um bem protegido está sendo comunicado ao público quando é distribuído não via broadcasting, mas quando se torna disponível a membros individuais se e quando estes desejam ver ou ouvi-lo. E passou a questionar se se tratava de uma performance pública quando um trabalho protegido é visto em diferentes momentos por indivíduos diferentes através dos monitores de seus computadores pessoais e de outros equipamentos digitais. As indústrias concluíram positivamente em todos esses casos.

O direito mais básico relativo ao copyright e aos direitos conexos é o de reprodução. A convenção de Berna cobre a reprodução em qualquer maneira ou forma, ou seja, a reprodução de bem protegido por direitos autorais é uma prerrogativa daquelas pessoas e/ou instituições que detém os direitos sobre as referidas obras. Ocorre que a reprodução é também o procedimento mais básico e necessário tanto no

comércio de bens simbólicos que ocorre via internet (e-commerce) como é também o procedimento básico pelo qual tais bens são distribuídos nas redes de compartilhamento através de serviços e softwares específicos à margem de tais direitos. A gravação de um arquivo de mídia na memória de um computador é considerado pela indústria do entretenimento, através da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, como um ato de reprodução. Esse entendimento foi ratificado em 1996 com a publicação dos termos da WCT e da WPPT[8]. O primeiro, em seu Artigo 8 e o segundo, no seu Artigo 14 esclarecem a extensão dos detentores de direito quando trabalhos, performances e fonogramas são disponibilizados para download ou acesso via internet:

> Os produtores de fonogramas gozam do direito exclusivo de autorizar a disponibilização ao público de seus fonogramas, por fio ou sem fio, de tal forma que os membros do público podem acessá-los de um lugar e no momento por eles escolhido individualmente. (WPPT, Artigo 14).

É importante observar que o download de bens protegidos por direitos autorais em geral é feito por meio das redes de compartilhamento usando protocolos P2P (a serem discutidos no capítulo seguinte). Na prática, tais funcionalidades colocam diversos usuários conectados entre si compartilhando os mesmos arquivos, de modo que a transmissão das informações (dos bens protegidos) não se faz na forma de broadcasting, e sim por meio de redes onde os pontos dessas redes são usuários ativos que recebem e fornecem dados. Os tratados requerem um direito exclusivo para controlar os atos de tornar disponíveis tais bens e ao mesmo tempo deixa aos países, individualmente, a responsabilidade de implementar leis que garantam essa orientação. Portanto, desde 1996 o compartilhamento de bens simbólicos entre usuários, por meio de redes digitais P2P, já era considerada uma infração.

Os direitos morais dos autores das obras protegidas também são objeto desses novos constrangimentos legais. O Artigo 5 (1) do WPPT reconhece os direitos morais de atribuição e integridade e especifica que

8 O direito de reprodução ... e as excepções previstas nessa disposição, são plenamente aplicáveis ao ambiente digital, em especial para a utilização de obras em formato digital. Entende-se que o armazenamento de uma obra protegida sob forma digital num suporte eletrônico constitui um ato de reprodução na acepção do tratado pertinentes. (WCT, concordou declaração relativa ao artigo 1 (4); e WPPT, concordou declaração relativa aos artigos 7, 11 e 16.

> Independentemente dos direitos patrimoniais de um executor, e mesmo após a transferência desses direitos, o intérprete tem, no que diz respeito a performances ao vivo ou execuções fixadas em fonogramas, o direito de reivindicar ser identificado como o executor de suas performances, exceto quando a omissão é ditada pelo modo de utilização da performance, e de se opor a qualquer deformação, mutilação ou outra modificação de suas performances que seria prejudicial à sua reputação.

O WCT e o WTTP também prescrevem a implantação de recursos tecnológicos que limitem o compartilhamento indiscriminado de bens simbólicos, em sintonia com o exercício dos direitos de proteção à propriedade sob esses tratados e sob o que estabelece a Convenção de Berna. Essas orientações serão discutidas no capítulo seguinte. Em termos legais, o WCT e o WTTP estabelecem que o Estados membros criem proteção legal adequada e ações legais efetivas contra as táticas que possam contornar as medidas de segurança (os dispositivos técnicos) implementadas pela indústria. Os tratados também estabelecem que os países signatários criem mecanismos legais contra pessoas que atentem contra as informações associadas aos bens protegidos por direitos autorais. Assim, sugerem que sejam criadas medidas legais que coíbam e, quando for o caso, penalizem quem remover ou alterar sem autorização qualquer informação eletrônica associada aos bens[9] e também quem distribua, importe para distribuição, distribua via broadcasting ou compartilhe em redes digitais, sem autorização, trabalhos ou cópias de trabalhos sabendo que as informações sobre os direitos autorais tenha sido removidos ou alterados. Essas orientações são expressas no Artigo 12 do WCT[10] e no Artigo 19 do WPPT.

---

9 Essas informações são aquelas que identificam o trabalho, o autor do trabalho, o proprietário dos direitos e quais quer números ou códigos que representem tais informações. Essas informações são anexadas de forma eletrônica aos originais de álbuns (Cds) e DVDs, por exemplo.

10 1) As Partes Contratantes devem fornecer soluções adequadas e eficazes contra qualquer pessoa reconhecidamente realizar qualquer dos seguintes atos, sabendo, ou com relação a recursos civis, tendo motivos razoáveis para saber, que irá induzir, permitir, facilitar ou dissimular a violação de um direito abrangidos pelo presente Tratado ou Convenção de Berna:
(i) remover ou alterar qualquer informação sobre a gestão eletrônica dos direitos, sem autorização;
(ii) distribuir, importar para distribuição, radiodifusão ou comunicação ao público, sem autorização de obras ou cópias de obras, sabendo que as informações eletrônicas para a gestão dos direitos foi suprimida ou alterada sem autorização.

(2) Como utilizado no presente artigo, "a informação de gestão de direitos" significa informação que identifique a obra, o autor da obra, o proprietário de qualquer direito sobre a obra, bem como

Um documento produzido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual expressa a razão:

> Isto irá aumentar a capacidade dos titulares de direitos de explorar a sua propriedade sobre a Internet, e permitir que os consumidores confiem na precisão das informações que recebem para que possam sentir que as transações online são seguras. (WIPO. Intellectual Property on the Internet: A Survey of Issues).

O objetivo é aumentar a habilidade dos detentores dos direitos explorar suas propriedades na Internet, e permitir que os consumidores confiem na acurácia da informação que eles recebem de modo que eles possam se sentir seguros ao adquirir tais bens on line.

Na sequência dos tratados no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, um outro marco regulatório foi produzido nos Estados Unidos e deu consequência persuasiva a outros ordenamentos jurídicos noutros países, inclusive o Brasil. Trata-se do Digital Millenium Copyright Act (DMCA), adotado em 1998, cujo principal objetivo era combater as facilidades de cópia, de circulação e, consequentemente, de violação dos direitos autorais possibilitada pela conjugação de tecnologias de digitalização e das redes telemáticas onde escoar essa produção.

Como tal, o DMCA aumentou os tradicionais limites do direito autoral tais como forjados até o século XIX (LEMOS, 2005). Na mesma linha dos acordos anteriormente comentados, o DMCA criminalizou as violações aos mecanismos técnicos de proteção à propriedade intelectual que são inseridos na forma digital nos produtos. O DMCA também impôs uma série de mecanismos por meio dos quais estende a responsabilização de terceiros pela violação de direitos autorais.

Nesse sentido, o DMCA criou um mecanismo através do qual responsabiliza os provedores de serviços de acesso e os provedores de serviços online pela responsabilidade pelas infrações a direitos autorais cometidas pelos seus usuários. O DMCA também cria uma série de portos seguros (safe harbors), um conjunto de requisitos que, quando seguidos pelos provedores, excluem a responsabilidade pelas

---

quaisquer números ou códigos que representem essas informações, quando qualquer destes elementos de informação acompanhe uma cópia de uma obra ou aparece em conexão com a comunicação de uma obra ao público. "

violações cometidas pelos usuários.

A influência retórica da legislação estadunidense se faz sentir desde 1999, com a elaboração do Projeto de Lei nº 1.589 pela Ordem dos Advogados do Brasil (LEMOS, 2005). Em 2001 a legislação proposta foi anexada a outro projeto, elaborado pelo deputado Júlio Semeghini e os dois projetos foram consolidados em um único texto, na forma de um Projeto de Lei (nº 4.906/2001). A responsabilização de terceiros está presente no Capítulo IV (*das obrigações e responsabilidades dos provedores*), nos Artigos 34, 35 e 36. Cada um desses Artigos distingue os três tipos diferentes de provedores[11].

Lemos (2005) mostra como a redação desse Projeto de Lei, embora não explicite a necessidade de responsabilidade dos provedores de acesso e dos provedores de conexão, abre possibilidades de interpretação influenciada por categorias forjadas em outros ordenamentos jurídicos que não o brasileiro. A falta de clareza na elaboração do texto da lei, conjugada com a influência do modelo normativo estadunidense, o primeiro a ser elaborado e a criar precedentes, e um objeto de regulação (os provedores de acesso) que possuem as mesmas características funcionais em qualquer lugar do mundo, "abre brechas para que uma determinada interpretação do DMCA acabe tendo reflexos na interpretação que eventualmente será feita dos mesmos institutos no ordenamento jurídico brasileiro", (LEMOS, 2005, p. 41)

Com relação aos provedores de acesso ou de conteúdo (especificado no Artigo 36) e que se refere à hospedagem de websites pessoais ou comerciais, o projeto de lei 4906/2001 exige que as informações sejam armazenadas junto ao provedor. O Artigo 36 é o que mais se aproxima do ordenamento DMCA, na medida e que cria uma estrutura de porto seguro[12] similar à lei estadunidense. Para ficar isento de responsabilidade, o provedor deve atender a certas notificações a respeito de material

11 Os Artigos se referem respectivamente à distinção entre: a) provedor de acesso, que assegura a troca de documentos eletrônicos; b) provedor de serviços de conexão ou de transmissão de informações e c)provedor de serviço de armazenamento de arquivos e sistemas necessários para a operacionalizar a oferta eletrônica de bens serviços ou informações.

12 As características de porto seguro estabelecidos pelo projeto de lei 4906/2001 estipulam que o provedor de armazenamento atualize as informações armazenadas de acordo com as instruções fornecidas pelo usuário. Também estabelece que o provedor instrua o usuário sobre como solicitar tais atualizações. Ainda especifica como o provedor armazena as informações. Se o provedor deixar de armazenar tais informações o projeto de lei estabelece que a responsabilidade é do provedor. Assim como se as informações armazenadas forem destruídas ou modificada a responsabilidade das consequências é do provedor.

ilícito, retirando tais informações de sua rede imediatamente. Ou seja, precisa cumprir com certas disposições expressas em lei.

> Em contrapartida a esse porto seguro, o projeto de lei cria um tipo especial de responsabilidade aplicada somente com relação aos provedores de armazenamento. Assim, a responsabilidade destes é dividida em duas categorias: responsabilidade para com o ofertante que se utiliza de seus serviços[13]; e responsabilidade civil e criminal, surgindo a partir do armazenamento de conteúdo ilícito[14]. (LEMOS, 2005, p. 43).

Finalmente, é o Artigo 38 do projeto de lei 4906/2001 que mantém um vínculo mais expressivo com o DMCA. O Artigo estabelece que o provedor é civilmente responsável por perdas e danos e se torna responsável criminalmente como co-autor se deixar de suspender ou interromper o acesso aos dados armazenados pelo usuário que configurem um crime ou uma contravenção praticada por este. Essa disposição abrange também violações ao direito autoral, já que estas violações são tipificadas como crime – Artigo 184 do Código Penal[15].

O mecanismo abre largas brechas para a retirada do ambiente digital de material alegadamente protegido por direitos autorais. As consequencias desse processo são não somente o esvaziamento de conteúdo sob domínio público, mas também a implantação de uma "censura branca": o provedor, depois de notificado que guarda em seus servidores material sob proteção autoral ou conteúdo difamatório, retira esse material pois, pelo projeto de lei 4906/2001, são acionados os mecanismos do Artigo 36 através dos quais o provedor, tendo sido informado da natureza das informações que armazena, se torna co-responsável civil e criminalmente por tal violação – a não ser que remova tudo imediatamente. Sem maiores escrutínios, os

13 Artigo 36 do projeto de lei 4906/2001.

14 Artigo 38 do projeto de lei 4906/2001.

15 Artigo 184 do Código Penal: Violar direito autoral e os direitos que lhe são conexos:
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

É interessante observar que os §1º, §2º e §3º do Artigo prevêem que a violação do direito e as penas em função disso são todas referentes à busca de lucro, o que se aplica à indústria da pirataria. É o §4º que prevê que as penalidades anteriores não se aplica ao caso em que a cópia é feita uma única vez e para uso do copista, sem o objetivo de lucro direto. O mesmo prevê que as penalidades não se aplicam quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, nos caso que prevê a Lei 9.610/98. O que essa observação informa? Que a prática de cópia e de disseminação de bens imateriais, mesmo quando não guiada pelo objetivo de lucro, e guiada pela disseminação de conhecimento, inclusão no consumo de cultura ou de educação não é prevista, sendo enquadrada no que diz o texto principal do Artigo 184 e sua respectiva pena.

servidores acatam qualquer tipo de notificação. Esse mecanismo é bem conhecido hoje, quando o projeto de lei 4906/2001 ainda é somente um projeto de lei porque, na falta duma legislação específica, o que se verifica é a aplicação de legislação que rege o mundo físico, transportada pra o virtual. Discute-se a responsabilidade não somente de quem cria as informações que rafeguem na rede, mas também as instâncias que as disponibilizam, que auxiliam em sua transmissão, ou que simplesmente as divulgam. Ou seja, os provedores são chamados a indenizar todo aquele que por uma ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, tiver violado seu direito ou sofrer algum prejuízo (Artigo 159 do Código Civil). O Artigo 186 do CC também é referência, pois trata da responsabilidade subjetiva, que se verifica quando os provedores de acesso e de correio eletrônico, tendo sido informados de usuários que praticam atos ilícitos, deixam de interromper a prestação de serviços a esses usuários.

Discute-se assim a eventual solidariedade, co-autoria ou conivência dos provedores que fizeram circular os dados ou informações que provocaram danos a terceiros – o caso das alegações difamatórias, injuriosas ou até caluniosas. Ou seja, o Código Civil brasileiro prevê que a obrigação de indenizar estende-se, solidariamente, àquele ente que, eventualmente, tenha contribuído para a ação danosa, como autor ou cúmplice. Essa questão é mais aplicável aos provedores de armazenamento de dados, os que alugam espaço em seus discos rígidos para manter o web site de terceiros conectados à internet. Ou seja, usando-se o Código Civil, questiona-se a responsabilidade do provedor de armazenamento que hospeda um site com conteúdo considerado ilícito ou ofensivo.

Da mesma forma que acontece com os provedores de acesso, aos provedores de conteúdo é difícil e quase impossível acompanhar e conhecer todo tipo de material que está alojado em suas estruturas de rede. Contudo, caso o provedor venha a ter ciência comprovada do conteúdo prejudicial de um site por ele hospedado, terá que imediatamente suspender a publicação daquela página, para não vir a ser responsabilizado civilmente ou até criminalmente por cumplicidade oriunda de sua omissão.

O que Ronaldo Lemos (2005) mostra com fartura de exemplos é que no Brasil a regulamentação sobre o conteúdo na internet, através de pressões sobre os

intermediários da rede (provedores de acesso, serviços e outros) acontece na forma de uma redistribuição de riscos e responsabilidades feita sem qualquer respaldo legal, devido à falta de uma legislação específica. Os casos em que se recorre às normas gerais que regulam a responsabilidade civil através do Código Civil são honrosas exceções. As estatísticas divulgadas pela Associação Brasileira de Produtores de Discos indicam que até novembro de 2002 somente a Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos (APDIF) notificou mais de 20.378 sites e removeu 20.960. Em 2009 o número de sites fechados por ação da APDIF já havia chegado a mais de 33 mil[16]. Boa parte desses sítios disponibilizava por exemplo obras pertencentes ao acervo de bens comuns – que tiveram o período de proteção legal expirado. O mesmo argumento de ilegalidade das ações se pode dizer não somente para a indústria fonográfica e cinematográfica, mas também para as alegações de calúnia e difamação.

> O que chama a atenção quanto à responsabilidade do intermediário no Brasil é que, diferentemente de outros países, não foi estabelecido nenhum critério legal para a isenção ou atribuição de responsabilidade ao intermediário, mediante o recebimento de notificação. Dessa forma, o provedor de acesso à internet, sob o temor e a incerteza do resultado de uma eventual ação judicial, fica propenso a efetivamente retirar o conteúdo sem qualquer verificação de sua legitimidade, não tendo, ao contrário, nenhum incentivo para fazer de modo diferente.
>
> (…)
>
> Dessa forma, uma grande parte do conteúdo na rede, ainda que legítimo, deixa de ter qualquer proteção jurídica, ficando sujeita à atividade de entidades de classe e à atuação de advogados em nome de interesses específicos que, com a ameaça aos intermediários, conseguem retirar, sem que haja maior escrutínio, conteúdo eventualmente legítimo da rede. (LEMOS, 2005, p. 135).

Faz parte do mesmo problema a descontinuidade de serviços online, como fóruns e salas de bate-papo, por temor de que o conteúdo transmitido nesses canais gere responsabilidade para o seu mantenedor.

> Com isso, uma parcela significativa do conteúdo da rede passa

16 Cf. Associação Brasileira de Produtores de Discos: http://www.abpd.org.br/faq.asp?id=24.

> a ser regulada não socialmente, por meio de decisões democráticas, mas por meio de forças pulverizadas ou outras organizadas em torno de interesses econômicos, que alcançam eficácia derivada justamente da indefinição legal, de acordo com seus próprios critérios de determinação do que é legítimo ou não em termos de conteúdo. (LEMOS, 2005, p. 135).

De modo que o ambiente digital atrai um maior número de tentativas de controles, mas também de excessos que uma legislação específica, nos moldes do que vem sendo gestado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, não irá extinguir.

Uma outra importante iniciativa de regulamentação no Brasil, ainda que esteja no brumoso terreno da apreciação parlamentar, requer uma análise. Trata-se do Projeto de Lei Substitutivo ao PL da Câmara nº 89, de 2003, e Projetos de Lei do Senado nº 137, de 2000, e nº 76, de 2000, todos referentes a crimes na área de informática. Esse substitutivo, que ficou conhecido como Lei Azeredo, aglutina três projetos de lei que já tramitavam no Senado, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, de rede de computadores, ou que sejam praticadas contra rede de computadores, dispositivos de comunicação ou sistemas informatizados e similares, e dá outras providências.

Ele exemplifica a tentativa de regulação da internet com o declarado objetivo de coibir crimes no ambiente virtual. Mas o texto também exemplifica a implementação das orientações dos tratados WCT e WPPT no sentido de criar mecanismos legais que possam coibir e penalizar quem altere informações de gerenciamento de direitos (rights management information), fornecendo, ao mesmo tempo, um suporte legal para tais sistemas de gerenciamento – essa orientação está configurada no Artigo 12 do WCT e é uma flagrante influência na legislação elaborada no Brasil e também noutros países.

Outra vez, a forma como foi escrito pode levar a abusos e excessos no controle das atividades dos usuários da rede em território nacional com o agravante de não conseguir seu intento original. Tendo sido aprovado no Senado e na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara, deverá seguir agora, no momento em que escrevo, para votação e, em seguida, para a apreciação da presidência da República.

4. A produção por pares como afirmação do político

As críticas à economia-política clássica realizadas por Karl Marx e por Gabriel Tarde fornecem subsídios para o debate em torno da legitimidade do estatuto dos monopólios de bens simbólicos e às leis que visam sua proteção. Essa crítica, que vem sendo reforçada desde os anos 1990, se ampara ainda no conceito de *commons*, aplicado aos bens simbólicos. Passo em seguida a discutir esses elementos com o intuito de mapear o ambiente teórico que permite discutir os marcos normativos que garantem e protegem monopólios de bens imateriais como uma efetiva contingência, em que as leis que visam proteger o direito dos autores sobre sua obra se convertem em instrumentos de supressão das possibilidades de produção, circulação e fruição de informação, cultura e conhecimento na contemporaneidade.

4.1 Uma crítica da alienação produtiva dos bens simbólicos a partir de Ruy Fausto

As leis de proteção autoral são debitárias da economia política liberal e como tal, tratam os bens simbólicos como bens materiais – ou procuram fazer crer que tais bens podem ser tratados como tais. Elas se propõem a colocar nas mãos dos produtores desses bens simbólicos a propriedade de suas criações. Por esse raciocínio, os criadores de bens simbólicos trocariam sua força de trabalho por uma quantia equivalente em dinheiro ao proprietário dos meios de produção17. Mas o direito patrimonial cedido acaba por subsumir o direito moral, de modo que essas leis produzem o oposto daquilo que se esperava que fizessem, resultando daí a derrelição da liberdade e da propriedade.

> Quanto maiores são as facilidades de reprodução destas obras, mais difícil se faz recuperar estes ganhos para os autores, e tanto mais estes últimos se vêem obrigados a ceder sistematicamente, por contrato, a gestão dos direitos patrimoniais ao agente que tem o poder efetivo de fazer aplicar a legislação. O produtor de cinema se converte no agente, no

17 A rigor, o texto das leis de proteção autoral não prevêem a existência ou mesmo a necessidade de um proprietário dos meios de produção, que aqui identifico às editoras, a estúdios de tv e/ou de cinema, às galerias, enfim, à indústria da produção de informação, cultura e conhecimento. Historicamente, como notado, os produtores de bens simbólicos cedem seus direitos patrimoniais em troca de contratos, o que institui uma relação contínua entre essas instâncias industriais-comerciais do campo intelectual e artístico.

> *manager* do conjunto cada vez mais complexo dos direitos patrimoniais, de tal sorte que já não se pode conduzir-se frente a ele o direito moral se sua aplicação põe em perigo a própria empresa (de realização). O realizador não poderá opor-se à coloração das películas, à difusão cortada pela publicidade, o autor de um livro tampouco se poderá opor às adaptações "livres" dos roteiristas. Quando o direito moral não é erigido formalmente, o detentor efetivo dos direitos de propriedade, o que pode atuar juridicamente, é o detentor do copyright, e não o autor, o criador ou o realizador.
> (BOUTANG, 2004, p. 123).

Isso posto, é necessário ver que na relação entre o capital e a produção simbólica há mais do que troca entre equivalentes estabelecida por meio de um contrato entre dois agentes livres – relação associada a um movimento do capital que ainda não aconteceu, ou que está em suspenso, ou, o que é a mesma coisa, que independe do momento anterior e do momento posterior. A instituição do contrato entre produtores de bens culturais e empresas de entretenimento, bem como a dinâmica do próprio campo intelectual e artístico requer considerar, no dizer de Ruy Fausto, "o movimento do capital como um fluxo contínuo, como um processo sem interrupção; *(em que)* cada volta está ligada à que a precede e à que a sucede", (FAUSTO, 1983, p. 47, *itálico de minha responsabilidade*).

A cessão dos direitos patrimoniais18 em troca de contratos que estabelecem relações fixas entre o produtor de bens culturais e o capital, e a decorrente submissão do direito moral aos imperativos do mercado e aos objetivos da produção, são apenas as formas pelas quais a reiteração da lei de apropriação pelo trabalho e pela troca de equivalentes se inverte. São as formas com que se dá a interversão da lei da propriedade na lei de apropriação capitalista, apropriação sem equivalente do trabalho alheio.

O papel que cabe à lei do direito autoral é o de conduzir, por meio de sua dimensão patrimonial, a contradição entre sujeito e predicado. No capitalismo, os predicados dos sujeitos (pressupostos) "homem", "riqueza", "liberdade", "propriedade" (em que se fundamenta a ordem moderna) exprimem uma interversão

18 No Brasil, essa cessão é estabelecida no Capítulo V do Título III (artigos 49 a 52) e no Capítulo I do Título IV (artigos 53 a 67) da Lei 9.610/98 (Lei do Direito Autoral). As considerações aqui feitas relacionam-se, quando não indicado, à legislação brasileira.

(*renversement*) na negação deles, uma interversão em seus contrários (FAUSTO, 1983, p. 46): homem é não-homem, a liberdade é não-liberdade, a riqueza é não-riqueza, a propriedade é não-propriedade.

Ruy Fausto exemplifica com os juízos "o homem é operário", "o homem é o capitalista", "a liberdade é a liberdade burguesa", "a riqueza é a riqueza capitalista", "a propriedade é a propriedade privada capitalista": a inversão se dá na forma dessa contradição entre sujeitos e predicados: o homem (operário, capitalista) é na realidade "não-homem", a liberdade burguesa é a liberdade do capital, a propriedade privada burguesa é menos a propriedade do indivíduo sobre o capital do que a propriedade do capital sobre ele mesmo, a riqueza burguesa é de fato a pobreza (subjetiva).

O discurso da modernidade insufla a legislação de direito autoral dos pressupostos da liberdade e da propriedade. A liberdade no âmbito da criação cultural é (ou seria) uma condição especialmente valiosa. Mas é que, estabelecida a continuidade das voltas do capital, isto é, a dinâmica pela qual o capital circula no campo artístico e intelectual, intercedendo sobre o empreendimento de alquimia social que resultará no bem simbólico como objeto sagrado e consagrado (BOURDIEU, 2006, 29), estabelecida essa circulação, a liberdade se torna não somente uma não-liberdade, mas uma aparência a que se reduz a pretensão de uma liberdade de contrato: entre músicos e produtores, gravadoras, distribuidores e editores fonográficos; entre diretores, atores, designers, programadores de animação e estúdios de cinema e produtoras de vídeo; entre escritores e editoras; entre artistas plásticos e galeristas, etc. E sem mencionar os entrecruzamentos entre estas atividades e empresas do complexo de entretenimento19.

Quanto à propriedade (o princípio de propriedade), cuja fonte era baseada no trabalho – fator que ainda hoje permeia o discurso que procura justificar as leis que protegem os monopólios temporários de bens simbólicos – se interverte em não-trabalho (princípio de não-trabalho) aqui também. O trabalho de produção simbólica se converte, por interversão interna, em fonte de não-propriedade.

A ilusão da liberdade de contrato e comprometimento da propriedade é facilmente identificada desde a necessidade da cessão do direito patrimonial. Essa

19 Designers e artistas plásticos que planejam identidades visuais de Cds, de shows musicais, de capas de livros; músicos que elaboram trilhas musicais para filmes; escritores que produzem roteiros para cinema, programas de tv, novelas, seriados; atores que atuam em publicidade, etc.

necessidade está tipificada nos artigos do capítulo V do Título III e no capítulo I do Título IV da Lei do Direito Autoral brasileira (Lei 9.610/98)20.

Esta lei, entretanto, não regulamenta a divisão percentual que deve advir da comercialização das obras, de modo que a praxe no mercado de bens simbólicos é a negociação (que se pretende livre) entre artistas e detentores dos meios de produção e do acesso ao circuito pelo qual tais obras são distribuídas e comercializadas. Esse cálculo revela mais evidentemente o quanto a propriedade burguesa é menos a propriedade do indivíduo (o sujeito criador) sobre o capital do que a propriedade do capital sobre ele mesmo; como a liberdade burguesa é a liberdade do capital, como a riqueza burguesa é de fato a pobreza subjetiva, quanto o homem é não-homem:

No caso da música, é mister identificar os atores. *As editoras* são as empresas a quem os autores cedem os direitos patrimoniais - por promover a difusão da canção, oferecendo-a para intérpretes de todo o mundo. Por força de contrato, tem a obrigatoriedade de emitir partituras e efetuar os devidos registros, dar notoriedade e credenciá-la em todos organismos competentes para remuneração dos direitos autorais.

---

20 Art.49-Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:
I – a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos da lei;
II – somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;
III – na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;
IV – a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;
V – a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;
VI – não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente , entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.
Art.50-A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que ser fará sempre por escrito, presume-se onerora.
§ 1º – Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o Art.19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de títulos e Documentos.
§ 2º – Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.
Art.51 – A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.
Parágrafo único – O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.
Art.52 – A omissão do nome do autor, ou de co-autor, na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.

Os *produtores fonográficos* de que trata o texto da lei são as gravadoras (exemplos das maiores são Universal, BMG, Sony, Som Livre, Warner e EMI). Estas são, como estabelecem os Direitos de Autor, proprietárias dos fonogramas, a música gravada num suporte físico. É-lhes facultado o direito exclusivo de autorizar ou proibir a reprodução direta ou indireta, total ou parcial; a venda ou locação de exemplares de reprodução; a comunicação ao público por execução pública, inclusive via radiodifusão e quaisquer outras modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas (Artigo 94). A elas cabe ainda receber o pagamento da execução pública de fonogramas e reparti-los com os artistas. Estes são chamados Direitos Conexos (Título V), que se aplicam ainda aos artistas intérpretes (ou executantes) e às empresas de radiodifusão. É comum que uma grande gravadora tenha sua própria editora, insistindo, portanto, para que o artista por ela contratado tenha sua obra administrada pela editora a ela subordinada.

O valor referente ao direito autoral que a editora recebe da gravadora pela venda de alguma criação não é regulamentado – depende da negociação que se proclama "livre". Normalmente na venda de um disco cabe ao autor 75% da renda sobre 8,4% sobre a venda de um disco. Se este disco tiver 10 músicas e se todas elas forem do mesmo autor, a este cabem 75% dos 10% dos 8,4%.

O ganho estabelecido pelos direitos conexos também varia de acordo com o contrato entre artista e gravadora – o que mais uma vez significa negociação livre. Para artistas estreantes, o cálculo é de 6% a 8% sobre apenas 90% ou 75% das vendas, enquanto para os consagrados, pode chegar a 18% ou 22% sobre 100% das vendas, como é caso de Roberto Carlos, um dos maiores royalties do Brasil21.

Menos evidentemente, o cálculo miúdo da comercialização de bens culturais como a música indica como a Lei 9.610/98, sob o argumento da defesa do fruto do trabalho do sujeito criativo, interverte a liberdade em não-liberdade e o trabalho (criativo) de fonte de propriedade, por interversão, se torna fonte de não-propriedade, desapropriação contínua22. Da progressiva expansão das restrições legais (e

21 Todas essas informações foram obtidas através de entrevista com diversas fontes e se presta aqui à discussão teórica que vinha sendo feita.

22 É interessante observar ainda que a Lei do Direito Autoral estabelece que a cópia privada de bens culturais é ilegal. Só cabe à instância que adquire os bens patrimoniais (empresas) o direito à cópia. Ou seja, o usuário de um bem imaterial não pode fazer cópias daquilo que adquirir sob pena das

tecnológicas, estas a serem tratadas no próximo capítulo), das penalidades à fruição livre desses bens culturais23 e da crescente concentração do setor de mídias derivam os verdadeiros prejuízos à cultura em geral, cujas análises tem se tornado pródigas desde pelo menos a década de 1990.

4.2 Uma crítica ao tratamento do bens simbólicos pela economia política a partir de Gabriel Tarde

De fato, a história tanto da tradição do direito autoral na vertente européia continental (*droit d'auteur*) quanto a tradição inglesa (*common law*) na forma do copyright são marcadas por uma progressiva acumulação de regulações. De modo que a base da crítica a essas regulações não é formada somente em termos da desapropriação contínua com o argumento da defesa dos interesses do autor. O aumento das regulações tem, como mostram os críticos desse processo em andamento, restringido o acesso, a circulação e a fruição de informação, cultura e conhecimento por causa

a) do aumento da duração das restrições legais;

b) da ampliação do escopo das leis sobre bens simbólicos – um maior número de expressões vem sendo subsumida a novas restrições legais;

c) do alcance das legislações, que passaram a incluir não somente os usos de editores, mas também autores e usuários comuns;

d) pervassividade de ferramentas baseadas em tecnologias da informação e comunicação que codificam controles sobre ao acesso de informação, cultura e conhecimento – a ser tratado no capítulo seguinte.

Esse processo se depreende do trabalho de um amplo leque de pesquisadores. A maior parte destes se filia à idéia de que historicamente novas tecnologias têm feito a sociedade introduzir novas formas de regulação na economia dos bens simbólicos – a começar pela invenção dos tipos móveis de Gutenberg, no século XV e que resultou, como vimos, na criação de um sistema de privilégios concedidos a impressores, o primeiro regime de monopólio de exploração do tipo (SANTIAGO, 2005).

---

sanções previstas em lei. Essa uma das razões porque se considera a lei brasileira de direitos autorais uma das mais severas do mundo.

23 Estabelecidas no Título VII, Capítulo II, artigos 102 a 110.

As conseqüências do que Boyle chama de segundo cercamento (BOYLE, 2003b), denominado por ele de “o cercamento de commons intangíveis da mente” refere-se a coisas que foram pensadas ou criadas comunitariamente e estão sendo cobertas com direitos de propriedade. Como tal, a ampliação dos marcos regulatórios que protegem monopólios sobre bens simbólicos está implicada em rotinas criativas e comunicativas e atos de consumo que as pessoas têm todos os dias.

O argumento para esse “novo cercamento” se baseia na já conhecida identificação dos bens imateriais aos bens materiais, o que é claro na seguinte pronunciamento de Jack Valenti, presidente da Motion Picture Association of America no Congresso Americano, em 1982:

> Deixando de lado os enormes argumentos, os ataques e contra-ataques, o tumulto e a gritaria, homens e mulheres sensatos continuarão se voltando para o ponto fundamental, ao tema crucial que alimenta todo esse debate: aos donos de propriedade criativa devem ter garantidos os mesmos direitos e proteção que cabem a todos os demais proprietários desta nação. Esse é o ponto. Essa é a questão. E é sobre este palco que toda esta audiência e os debates dela resultarem devem fazer. (Pronunciamento de Jack Valenti ao Congresso Americano, 1982, Apud LESSIG, 2005).

Aqui, a crítica à economia política que Gabriel Tarde (1902) elabora, partindo do modo de produção da cultura e particularmente dos conhecimentos, pode ser especialmente útil em sua intrigante atualidade. Iniciando com a questão “que é um livro?”, Tarde desenvolve um raciocínio no qual os valores-verdade (o nome com que Tarde dá aos conhecimentos e à cultura) como quaisquer outros produtos são resultado de um verdadeiro processo de produção. Não obstante, segundo Tarde, os valores-verdade possuem um modo de produção que não pode reduzir-se à divisão do trabalho; conhecimento e cultura seriam produzidos, socializados e apropriados de forma peculiar – o que, entretanto, não lhes atribui autonomia. Ao contrário, conhecimento e cultura precisam ser integradas à economia para aperfeiçoá-la e distribuir de forma igualitária as oportunidades.

Para Tarde, a economia política se vê obrigada a tratar conhecimento e cultura do mesmo modo que trata as mercadorias em geral, uma vez que não desenvolveu outras formas para além daqueles relativos aos valores de uso. Portanto, trata-os como

produtos materiais sob pena de ter que mudar seus fundamentos teóricos e políticos – nessa interpretação, Tarde argumenta que o conhecimento esgota o conceito de riqueza da economia política, que é baseada em escassez, carência e sacrifício.

> A norma, no caso dos livros, é a produção individual, ainda que sua propriedade seja essencialmente coletiva; e isso não se deve a que a "propriedade literária" não possua sentido individual mas que no caso de que as obras sejam consideradas como mercadorias, e a idéia de um livro só pertence exclusivamente ao autor até o momento de sua publicação, ou seja, quando ainda é desconhecido para o mundo social. Ao contrário, a produção de mercadorias se torna cada vez mais coletiva enquanto que sua propriedade permanece individualizada, e o estará sempre, enquanto a terra e os capitais foram "nacionalizados". Não há dúvida, que no caso dos livros, a livre produção se impõe como melhor modo de produzir. Uma organização do trabalho científico que regulamenta legislativamente a investigação experimental ou a mediação filosófica daria resultados lamentáveis. (TARDE, 1902, p. 92).

Analisando o consumo e a propriedade dos "valores-verdade", Tarde chega ao conceito de *não rivalidade* e ao princípio de *não exclusividade* dos bens simbólicos, que estão entre os argumentos contemporâneos que questionam a legitimidade dos marcos legais que protegem os monopólios sobre bens simbólicos. Tarde se pergunta se podemos comparar o consumo de riquezas (materiais) com o consumo de valores-verdade e valores-beleza: "Consumimos nossas crenças pensando nelas e as pinturas que admirando ao olhá-las?", para concluir que somente as riquezas (materiais) como as define a economia política prevêem um consumo destrutivo – que só se torna possível graças ao intercâmbio e a apropriação exclusiva. O consumo (de uma crença, no texto de Tarde) não supõe nem a alienação definitiva nem o consumo destrutivo.

Diferentemente de bens materiais, bens imateriais podem ser consumidos ao mesmo tempo por diversas pessoas, ao contrário de um pasto, de um sapato ou de uma bicicleta – essa é a característica não-rival, pela qual o uso de bens imateriais não impede sua fruição por outras pessoas. Diferentemente de bens materiais, o consumo de bens imateriais não são reduzíveis à exclusividade, ou seja informação, cultura e conhecimento não precisam ser propriedade exclusiva de ninguém para satisfazer o desejo de saber – não prevêem uma alienação definitiva do produto. Na verdade, a

difusão de um conhecimento, em lugar de empobrecer seu criador não só aumenta seu valor como o próprio valor do conhecimento.

> De fato, intercâmbio de luzes *(outro termo com que Tarde se refere a conhecimento)* e de beleza, não quer dizer sacrifício, significa mútua irradiação, reciprocidade do dom, mas de um dom muito privilegiado, que não tem nada a ver com o da riqueza. Neste último o doador se despoja dando; em matéria de verdades, assim como de beleza, dá e conserva ao mesmo tempo. Em matéria de poderes, ocorre o mesmo em algumas ocasiões (...). Desta sorte, o livre-intercâmbio de idéias, crenças religiosas, artes e literatura, instituições e costumes entre os povos em nenhum caso, correria o risco do que muitas vezes se tem censurado ao livre-intercâmbio de mercadorias: ser uma causa do empobrecimento de um dos dois. (TARDE, 1902, p.79).

É justamente desse caráter não-rival e não excludente identificado por Tarde que advém, para Boyle, toda a dificuldade. Justamente pelas dificuldades que a indústria contemporânea do entretenimento encontra em controlar o usufruto desses bens por causa de sua natureza, advém a dificuldade em cobrar por tais criações e, em decorrência, a hipotética falta de incentivos para novas criações.

> Assim, a lei deve intervir e criar um monopólio limitado chamado propriedade intelectual. Isso é um argumento bem conhecido, mas ele tem recentemente adquirido uma dimensão histórica, uma teleologia do maximalismo da propriedade intelectual. Se a razão para os direitos de propriedade intelectual é a natureza não-rival e não exclusiva dos bens que eles protegem, então certamente a queda dos custos de cópia e de transmissão implica uma correspondente necessidade de incrementar a força dos direitos a propriedade intelectual.(BOYLE,2003).

A crítica de Tarde pode servir para balizar a crítica da economia política da informação noutro sentido, o que é pontado por Boutang: o conjunto dos direitos de propriedade constitui um limite para a inscrição do potencial de desenvolvimento das forças produtivas da atividade humana em trajetória de crescimento regular e no marco de um compromisso com as forças da velha economia. As externalidades positivas se evidenciam de forma inédita e com muita força na economia contemporânea, evidenciando por seu turno a insuficiência dos recursos da economia política clássica (em pensar a propriedade e a produção social).

Na crítica que Yann Moulier Boutang (2004) desenvolve, as externalidades positivas fazem com que o recurso a um mecanismo de preços determinado pelo mercado seja tecnicamente impossível. Nesse sentido produtos e produtividades dos agentes econômicos são irredutíveis ao mecanismo de preços. Esses produtos e produtividades são, no entender de Boutang, atividades gratuitas incessantes e que estão além daqueles produtos que a economia política tradicional considera como merecedores de remuneração.

Boutang se reporta ao caráter absoluto e totalitário da propriedade no liberalismo, para recordar que a propriedade nessa escola de pensamento econômico é uma liberdade de exercer uma escolha sobre um bem ou um serviço.

> O caráter absoluto, totalitário da propriedade no liberalismo se apóia em que esta liberdade deve recair sem nenhum obstáculo sobre as três dimensões de um produto ou de um serviço – o uso, o fruto que se pode obter diretamente ou por delegação e a cessão total ou condicional, (BOUTANG, 2004, p. 112).

Boutang também analisa a tradição de pensamento econômico marcada pelo institucionalismo norte-americano no qual a propriedade pública intervém a um tempo como instrumento de limitação do contrato e como emergência do direito social, em que se filia o direito ao trabalho, o direito público econômico que ajusta, regula o mercado, o indivíduo, o exercício da liberdade e o desfrute da liberdade – nesse sentido cabe ao Estado determinar o que está submetido a transações monetárias e o que está fora dos intercâmbios mercantis. Isso se faz por meio de compromissos que se constróem entre a totalidade social representada pelo bloco estatal e os indivíduos proprietários livres, os indivíduos excluídos da propriedade e/ou da liberdade além do que Boutang chama de cidadãos iguais, de “estatutos conciliadores”, híbridos mixtos.

Esses compromissos são condições essenciais e indispensáveis do mercado. Acontece que, segundo Boutang, a determinação dos direitos de propriedade intelectual causa um curto-circuito nesse esquema, uma vez que

> o caráter de bem coletivo (dos bens imateriais) esgota essa lógica (os compromissos que determinam o que está submetido às transações monetárias) à medida que seu caráter de bem coletivo, reconhecido desde o seculo XVI com o privilégio real, e acordado com os impressores, acaba com o espaço do mercado, que se torna autofágico. A mercantilização predadora

> acaba com as possibilidades de reprodução da criação, (Ibid, p. 113).

Nessas duas escolas de pensamento econômico, Boutang faz ver o enfrentamento clássico do contrato frente a lei, do mercado frente ao Estado, mas também do indivíduo proprietário ou comerciante frente aos grupos sociais sem propriedade nem qualidade, os pobres ou proletários, possuidores, para Boutang, tão só de seu trabalho e portanto associáveis tão somente ao estatuto de assalariados.

O autor então aponta para uma terceira forma de pensar a propriedade de bens imateriais, que se liga a formas híbridas e anteriores às relações de mercado e às relações de produção. Estes híbridos ou formas mixtas de propriedade, geralmente mais complexas que a simples forma mercantil, foram inventadas por agentes econômicos que tratavam de escapar das fomas servis ou das coações de uma ordem jurídica, ordens que obstaculizariam sua mobilidade, suas possibilidades de ação e seus direitos já constituídos. Boutang finalmente argumenta pela multiplicação dos estatutos mistos (da propriedade). Essas formas mistas de propriedade encontram no território do desenvolvimento de software um exemplo paradigmático pelo qual se efetiva uma produção social coletiva. A forma como isso é feito contemporaneamente passa pela instalação, no coração do direito privado, de um elemento crucial do direito público: a proibição de privatizar para uso mercantil os produtos derivados de um software que se deixa copiar livremente.

Para Lawrence Lassig a acumulação de novos direitos – artificialmente criados – sobre os bens imateriais geram danos sobre a criatividade e a inovação, pois o "sistema brutalmente punitivo de regulamentações amputa a criatividade e a inovação. Protegerá algumas indústrias e alguns criadores, mas causará danos à indústria e à criatividade em geral", (LESSIG, 2005, p.198). O estudo de Lessig mostra com eloquência como o aumento das proteções aos direitos de autor, tanto no regime de copyright quanto no regime de direito de autor francês ao qual a legislação brasileira se filia, tem consequências indesejadas (segundo ele, devastadoras) para o ambiente cultural (LESSIG, 2005, p. 143). Na interpretação de Lessig, a expansão do controle sobre bens culturais se deu pela interação entre tecnologias, mercados e leis, de forma a desequilibrar a relação dessas instâncias entre si e com as práticas tradicionais de

produção e fruição de informação, cultura e conhecimento – onde, segundo Lessig, ocorre o gerenciamento e o uso comunitário de conhecimento comunitariamente criado. Por um lado, controle legal ao acesso e fruição de bens culturais e simbólicos foi incrementado pela tecnologia:

> Esse é o futuro das leis de copyright: não mais leis, mas códigos de copyright. Os controles sobre o acesso a conteúdos não serão mais controles que podem ser ratificados por tribunais. Serão controles codificados por programadores. E se os controles previstos por lei devem ser sempre aplicados por um juiz segundo critérios objetivos, os controles acoplados à tcnologia estão livres desse tipo de avaliações. (LESSIG, 2005, p. 163).

Por outro lado, Lessig também indica que o poder dos mercados – paradigmaticamente representados pelas corporações de mídia – cuja concentração enfraquece a possibilidade de dissenso, reforçam os direitos de propriedade garantidos pelos regimes legais de proteção autoral. O resultado direto disso é a restrição à liberdade de criação na cultura. Lessig advoga a necessidade de se pensar numa redefinição do que seja essa propriedade nessa área.

Boutang, entretanto, desenha um quadro de conflito na atual passagem do capitalismo:

> No momento em que o mercado parece ter assentado com firmeza, eliminando historicamente o socialismo como alternativa à produção de bens materiais fora do mercado, o número de bens de informação e de saberes que apresentam todas as características dos bens coletivos se faz tão importante que a justificação essencial da apropriação privativa se revela cada vez mais acrobática e em qualquer caso profundamente inoperante.
>
> Sem apropriação privativa tecnicamente possível, nenhum agente econômico quererá produzir para o mercado, porque se encontram ameaçadas as soluções de compromisso estabelecidas sob o capitalismo industrial para as invenções e os descobrimentos, e para os bens artísticos e intelectuais (…) entre a propriedade privativa por um tempo dado e o desejo coletivo de sua difusão gratuita, fonte indispensável de externalidades positivas. (BOUTANG, 2004, p. 117).

Os 'bens-saberes', em sua dupla dificuldade de serem enquadrados em uma mercantilização clássica e capturados por direitos de propiedade privada, por um lado

continuam a ser inúteis sem a atividade humana viva, que é única que pode realizar o trabalho de contextualização e que aproveita sua singularidade. Por outro lado, a digitalização da produção simbólica, que permitiria banalizar, desqualificar esse trabalho cognitivo, transforma muito facilmente esses dados em bens reproduzíveis e a um custo muito baixo. Boutang conclui daí duas coisas:

a) os bens de informação assumem cada vez mais o caráter de bens públicos

b) o fim do monopólio da conservação do dados como bens de produção e instrumento de trabalho pelo capital, em razão do desaparecimento das dificuldades de cópia destes dados e do custo de sua duplicação.

CAPITULO 2
AS NOVAS VELHAS FORMAS DE CERCAMENTO

2.1 – Introdução

Desde o final do século XX e início do século XXI foram incrementados os mecanismos tecnológicos que permitem o controle da produção, circulação e fruição de bens simbólicos (LESSIG, 2005; BENKLER, 2006; HESS &e OSTROM, 2007; LEMOS, 2005; SILVEIRA, 2007, entre outros). Tal desenvolvimento está alinhado a uma racionalidade técnica que permeia a vida em sociedade de forma crescente desde o advento da modernidade. Nesse sentido, estamos no âmbito da discussão em torno da autonomização da racionalização sistêmica que, "prescindindo da coordenação comunicativa das ações e impondo aos indivíduos uma coordenação automática, independente de sua vontade, produziu uma crescente perda de liberdade", (ROUANET, 1998, p. 14). Terreno da razão dominadora e reificante, que evadiu-se da matriz mais completa da ação comunicativa e que tende a submeter a totalidade da vida a apenas um dos aspectos da razão comunicativa: a relação cognitiva e instrumental com as coisas.

A pervassividade de tais mecanismos conseguiu não somente restringir a circulação de informação, cultura e conhecimento, mas também monitorá-la, definindo as formas de consumo de bens simbólicos. O recente aumento do controle tecnológico sobre a produção imaterial, assim, se presta a uma análise que se filia à tradição ocidental para se pensar a técnica e a tecnologia. Essa tradição, que vai de Martin Heidegger a Jürgen Habermas, passando por Herbert Marcuse e Jacques Ellul, é trespassada pelo horror da autonomização crescente da técnica (BLONDEAU, 2004). Segundo Blondeau, há nessa tradição uma postura de reificação da técnica e do "agir instrumental" (para retomar um termo caro a Habermas) que se encarna numa corrente tecnofóbica, e oscila entre o protesto romântico contra a técnica e o essencialismo, privilegiando as noções de instrumentalidade e performatividade.

O domínio da técnica sempre foi condição para a produção dos bens simbólicos. Atesta-o a história da imprensa européia, que desde o seu início (entre 1440-1450) instala-se "não sem dificuldades, por sucessivos reajustamentos, pois os

caracteres móveis têm de ser fabricados numa liga devidamente dosada de chumbo, estanho e antimônio suficientemente resistente sem ser demasiado dura", (BRAUDEL, 2005, p. 365). O domínio da técnica[24], mais exatamente, a posse do aparato e do conhecimento necessários, se impôs desde o início como condição de possibilidade para o funcionamento da prensa e, como decorrência, do controle da produção.

Na realidade, a evolução dos diversos suportes utilizados para a escrita (pedras, ossos, carapaças, conchas, cerâmica, bambu, folhas de palmeira, ardósia, marfim, metais diversos, tecidos, madeira, papiro, pergaminho e papel) evidencia a progressiva complexificação dos procedimentos e do aparatos necessários a seu preparo (WALDVOGEL, 1984; MARTINS, 1996). Da meticulosa, restrita e custosa cópia manual dos livros feitos nas abadias na Idade Média, passando pela xilogravura à impressão de tipos móveis, diferentes técnicas representaram instâncias de controle do que poderia ser lido, reproduzido, aprendido, compartilhado. Como se sabe, a prensa de Gutenberg representa uma inflexão nesse processo. Ela não apenas permitiu o aumento da produção e de circulação do conhecimento. Ela também representou uma novo tipo de relevância técnica para a circulação de informação, cultura e conhecimento e que demandou, progressivamente, mais recursos e aparatos maquínicos fabricados com o auxílio de outras máquinas. Seguindo tradição do pensamento ocidental sobre a técnica, é possível afirmar que o estabelecimento de uma indústria do entretenimento ao longo do século XX coroa esse processo, pois ela efetiva a superação de uma época em que havia uma ligação aparentemente *íntima* entre o homem e o objeto técnico para a produção, circulação e fruição de bens simbólicos. Uma outra forma de pensar, entretanto, em que a técnica deixa de ser encarada como algo natural (positivo) ou artificial (negativo), permite ver a técnica como algo sobre o qual é possível atuar de forma íntima – essa perspectiva será retomada ao final deste capítulo.

É justamente essa intimidade superada que abre o terreno para se pensar o objeto técnico em geral, e particularmente o objeto técnico da informação e da

24 Impunha-se três operações: "fabricar punções de aço muito duro com os caracteres em relevo; numa matriz de cobre, raramente de chumbo, fazer os caracteres em côncavo; finalmente, pela fundição da liga, obter os caracteres a utilizar. A seguir, é preciso 'compor', apertar as linhas e as entrelinhas, tintá-las, prensá-las sobre a folha de papel", (BRAUDEL, 2005, p. 365).

comunicação, como um estranho, como uma caixa preta, cuja fabricação e funcionamento são prerrogativas duma elite logo-técnica. *O modelo de produção* de bens simbólicos no final do século XX está vinculado a grandes estruturas fabris, à delegação do processo a essa elite logotécnica e à cessão dos direitos patrimoniais em troca. *O modelo de consumo* que se cristalizou, por outro lado, implica numa recepção passiva. Até os fins do século XX a produção de bens simbólicos e o seu consumo eram majoritariamente mediados pelo mercado, o que implica que o mundo do consumo comercial de informação, cultura e conhecimento não tinha os mesmos atores do mundo da produção desses bens. A aproximação desses dois *mundos* tem se dado na identificação desses atores – o consumidor e o produtor de bens imateriais.

Esse capítulo pretende discutir as formas tecnológicas de restrição à circulação e usufruto de bens imateriais na contemporaneidade, relacionando-o com o fechamento do campo político; as possibilidades abertas com novas práticas sociais em sua virtuosa interação com novas tecnologias da informação, entretanto, requerem uma superação da via ocidental tradicional de análise da técnica, o que permitirá não somente uma compreensão da retomada da técnica e da tecnologia que essas práticas ensejam. Permitirá também analisar a dimensão política desse horizonte que se descortina.

2.2 – Tecnologia e fechamento da política

A ambiência técnica que permitiu o desenvolvimento de uma indústria de bens simbólicos assume no século XX o significado de poderosas e influentes técnicas sociais[25] de "organização, funcionamento, mudança, controle, administração das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais", (IANNI, 2000, p. 156). Foi ao longo do século XX que as tecnologias avançadas de comunicação, informação, processamento e difusão tiveram um desenvolvimento que se refletiu na multiplicação das faculdades e das capacidades políticas, econômicas e culturais de intelectuais, técnicos, profissionais, gerentes, empresários, governantes, proprietários e outros que dispõem das aplicações e dos usos sociais, econômicos, políticos e culturais das técnicas (sociais). Com essa observação, aliás, Ianni talvez involuntariamente exprimet a quem preferencialmente se dirigiram os resultados dos desdobramentos científicos e as suas traduções em tecnologias eletrônicas.

A compreensão de Marcuse para o estabelecimento dessa "ambiência técnica", a despeito das limitações de que sofre (HONNETH, 1999; ROUANET, 1998; COUTINHO, 2005), fornece alguns subsídios para uma interpretação de como as tecnologias foram fundamentais, ao longo do século XX, para impor restrições e controle à produção, circulação e consumo de bens simbólicos. A condição (necessariamente) de espoliação e de alienação atribuída à técnica e à tecnologia que se depreende das análises de Marcuse indicam algo mais que apenas a tradição a que se convencionou associá-lo, trespassada pelo terror da autonomização crescente da técnica.

Ela também fornece um útil contraste em relação às possibilidades abertas de apropriação tecnológica que se verificam desde a década de 1980. Tais experiências, por sua vez, exigirão mais à frente uma superação da postura de reificação. Essa superação é necessária porque as novas formas da técnica surgidas nas sociedades de controle e a afirmação da política que se dá na prática diária pelas ações coletivas com mídias livres assim exigem.

---

25 O conceito de técnica social empregado por Ianni é aquele que Karl Mannheim definiu como as práticas e as agências que têm como objetivo principal modelar o comportamento humano. Escrevendo na primeira metade do século XX, Mannheim observa que sem essas técnicas e sem as invenções tecnológicas que as acompanham as vastas e radicais mudanças no mundo contemporâneio não teriam sido possíveis (MANNHEIM, 1949, p. 247).

Sabemos que, na obra de Marcuse, a ordem tecnológica compreende uma coordenação política e intelectual na qual os direitos e liberdades, vitalmente necessários para o início da sociedade industrial, rendem-se, perdem o seu sentido lógico e seu conteúdo tradicionais.

> Liberdade de pensamento, liberdade de palavra e liberdade de consciência foram – assim como o livre empreendimento, que elas ajudaram a promover e proteger – ideias essencialmente críticas destinadas a substituir uma cultura material e intelectual obsoleta por outra mais produtiva e racional. (MARCUSE, 1969, p. 23).

Em sua reflexão, Marcuse observa que o padrão de pensamento e de comportamento unidimensionais são guiados politicamente; e os meios de informação e de comunicação de massa desempenham um papel fundamental de *doutrinação* e *manipulação*, numa sociedade em que os "modos e os meios pelos quais os indivíduos administrados poderão romper sua servidão e conquistar sua própria libertação" são inimagináveis – e descartáveis porque desnecessários. A ideia de uma sociedade unidimensional está associada, por um lado, a controles tecnológicos (que parecem personificar a própria Razão). Por outro lado, está baseada na perda de uma racionalidade crítica, o triunfo de uma alienação que se torna objetiva.

A despeito da tecnofobia que permeia essa crítica, Marcuse fornece alguns elementos úteis para se identificar uma primeira instância do controle tecnológico sobre a produção, circulação e usufruto de bens simbólicos num ambiente social crescentemente tecnificado. Primeiro[26], contando com uma *passividade* do sujeito em relação ao objeto técnico, este deve ser pensado como um instrumento também para a satisfação de necessidades criadas de forma externa. Nesse sentido, (o objeto técnico) se encaixa como mais uma comodidade entre as que já são oferecidas pelo sistema produtivo e seu caráter é francamente entorpecedor – assim como as outras comodidades que cercam os sujeitos.

Segundo, este objeto técnico sempre chega ao sujeito como caixa 'preta

26 Como se tratará mais à frente, do programa do pesquisa que Marcuse seguiu pode-se tirar a imagem de uma sociedade em que a vida social é marcada por uma dominação centralizada, controle cultural e conformismo individual. Ainda ssim, a análise de Marcuse fornece elementos atuais sobretudo no que se refere ao modelo de relação entre indivíduos e as tecnologias em geral – e, particularmente, as tecnologias de informação e comunicação.

fechada', como um estranho desumanizado. Conhecer seu funcionamento é um atributo exclusivo duma elite logo-técnica – da qual podem fazer parte ocasionalmente alguns dos indivíduos genericamente relacionados por Ianni acima[27]. Não há que saber da natureza do objeto técnico, mas do resultado que ele provê e quanto mais cômodo e eficiente, melhor.

Ellul bem expressa esse entendimento do objeto técnico:

> A técnica se organiza como um mundo fechado. Utiliza o que a massa dos homens não conhece. Repousa mesmo na ignorância dos homens: "O operário não pode compreender o funcionamento da indústria moderna" (Camichel). O homem não precisa mais estar a par da civilização para utilizar instrumentos técnicos. E nenhum técnico domina mais o conjunto. O que estabelece o vínculo entre as ações parcelares dos homens, entre suas incoerências, o que coordena e racionaliza, não é mais o homem mas as leis internas da técnica: não é mais a mão que apreende o feixe de meios, nem o cérebro que sintetiza as causas; somente a unidade intrínseca da técnica assegura a coesão entre os meios e as ações dos homens: esse reino lhe pertence, força cega, mais clarividente do que a maior inteligência humana. (ELLUL, 1968, p. 97).

Essa *natureza fechada*, ou seja, a desnecessidade de saber seu funcionamento, é justamente um componente da miríade de comodidades oferecidas pelo sistema técnico-racional. Terceiro, o objeto técnico é dotado ainda de uma *obsolescência acelerada* que na verdade expressa uma necessidade do próprio sistema produtivo – nos termos de Marcuse, "o obsoletismo planejado deixa de ser custo improdutivo e se converte em elemento dos custos básicos de produção". Virtuosamente articuladas, essas características da ambiência técnica em geral integram uma primeira delimitação da produção e circulação de bens simbólicos.

Isso porque o estabelecimento da indústria do entretenimento é tecnológico no sentido de que o desenvolvimento de seus canais de irradiação – sobretudo o rádio, a televisão, o cinema e a internet principalmente ao longo do século XX –, bem como suas instâncias de produção requeriam grandes aparatos técnico-industriais inacessíveis ao "homem comum". A grandeza desse aparato – mais precisamente, a sua

27 Pois a comodidade da eficiência inescrutável com a qual tais objetos técnicos são dotados não atinge da mesma maneira os extratos mais favorecidos com as aplicações tecnológicas da ciência, de modo que uma certa dose de intransparência permanece.

necessidade – constitui um primeiro obstáculo para a produção simbólica que se disseminasse na forma de ondas de rádio, de sinais de tv, na forma de película fílmica e/ou em plataformas digitais, etc. fora do circuito comercial que o alimenta.

O controle e a dominação a que os estudos da Teoria Crítica se dedicam estariam então para além da doutrinação e da manipulação exercida por meios de comunicação de massa: instalam-se também na práxis produtiva e disseminadora de bens simbólicos. Para compreender isso é necessário vincular a passividade dos sujeitos diante de um objeto técnico (dotado de uma comodidade insuspeita e indecifrável), ao monstruoso complexo industrial que foi necessário para a produção de bens simbólicos na sociedade moderna.

O resultado é que a produção midiática foi associada ao longo do século XX, no senso comum, a uma propriedade logo-técnica exclusivamente industrial. Mesmo o grosso dos estudos dos efeitos da cultura de massa, em suas diversas e ricas vertentes, trata o complexo de mídias dotando-o de uma quase-ontologia. Os requisitos técnicos e financeiros para as indústrias do entretenimento e comunicação necessários à emissão de ondas de rádio, para a construção de um canal de tv e captação e gravação de imagens, para a produção, edição e publicação de conhecimento e informação em meio impresso, etc., naturalizaram a tal ponto a inacessibilidade da técnica também entre pesquisadores que parece natural afirmar que “a produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia”, (THOMPSON, 1998, p. 219), como se essa produção não pudesse ocorrer fora da indústria – ou apesar desta. A condição de impossibilidade em lidar com tais técnicas de produção midiática fora do circuito industrial-comercial alcançou ao longo do século XX um estado tal que o “papel da mídia” foi tomado como o papel exercido (exclusivamente) pelas instituições da mídia corporativa.

Não é à toa que Octávio Ianni (2000) postula a existência de um príncipe eletrônico que nem é o *condottiere* de Maquiavel nem o partido político de Gramsci. Um intelectual coletivo que se insinua como uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua que impregna a política e, segundo Ianni, também detentora de *fortuna* e *virtù.*

É no sentido ainda da interpretação em andamento que o fechamento da política

a que Marcuse faz referência se expressa também na justa medida do silenciamento da fala, na exclusividade do domínio de um logos técnico – com o qual se constrói e gerencia as instâncias de produção e circulação de bens simbólicos – à elite econômica e política que ocupa posição hegemônica na sociedade. Entretanto, a condição industrial e massiva dessas instâncias de produção simbólica veiculam ordens de valores, ideologias, formas de consumo de bens imateriais e de objetos técnicos que se tornam objeto de mediações e apropriações portadoras de virtuosidade suficiente para superar o imobilismo em que recai a análise frankfurtiana, as expectativas românticas e as certezas marxistas.

2.3 As tecnologias de controle e regulação de bens simbólicos

A segunda ordem de controles tecnológicos impostos à circulação de bens simbólicos se dá no ambiente de trocas globais – nesse sentido, é necessário considerar o processo de mundialização das técnicas de comunicação; a globalização da economia capitalista e a universalização de valores ocidentais, nos termos de Wolton (2004). Para Wolton, a ideologia da técnica estabelece um sentido entre os três: as técnicas de comunicação, mundializando-se, são instrumentos necessários à globalização da economia, e ambas, fazendo recuar as fronteiras, tornam-se o braço armado do universalismo ocidental. Ou seja, embora não remetam às mesmas realidades, nem aos mesmos valores, a meta da ideologia técnica é estabelecer uma correspondência entre as três.

Nesse processo, ainda segundo Wolton, a mundialização das técnicas e a globalização das economias adquirem dimensão normativa. Ou em outras palavras, os valores universais, vinculados aos sistema ocidental, acabam servindo de caução a lógicas técnicas e econômicas distantes de qualquer referência normativa *tradicional* – nesse sentido, Wolton antecipa (sem aprofundar) uma profíqua perspectiva de análise do potencial de controle e de regulação do acesso e usufruto a bens simbólicos num ambiente digital.

Numa perspectiva mais ampla, o cenário em questão é o de

> uma nova dinâmica em âmbito planetário em tempo real, composta de diferentes atores, de transformação do espaço e do tempo (a chamada ação à distância, cuja expansão e intensificação recentes relacionam-se com o surgimento de meios de comunicação global instantânea e ao transporte de massa), envolvendo a emergência de uma ordem social pós-tradicional e uma expansão da reflexividade social, cuja análise transcende ao fenômeno econômico e não se apresenta como processo homogêneo, mas como composição complexa e contraditória, onde novos conflitos e novas formas de extratificação e poder tornam-se presentes. (MUTZENBERG, 2002, p. 20).

Nesse cenário, os processos comunicacionais, cognitivos e afetivos (relacionados à dimensão intangível do trabalho) ganham realce, tornam-se mais relevantes, moldando aquilo que diversos autores, entre eles Gorz (2005), Moulier-

Boutang (2001), Rullani (2000) denominam capitalismo cognitivo[28]. Variados processos podem ser identificados como estruturantes dessa dinâmica: o aumento da esfera financeira da economia; a constituição de redes corporativas globais; a reestruturação da divisão sócio-técnica do trabalho e as formas de gestão distribuída; o fortalecimento da tecnociência; e de novos campos científicos como a neurociência, engenharia genética, nanociência e informática; a convergência da microeletrônica com a informatização (DUPAS, 2000; OFFE, 1995; RIFKIN, 2004; SANTOS, 2003).

Foi esse conjunto de avanços que permitiu a construção de redes telemáticas e o intensivo processo de digitalização e escoamento de bens simbólicos[29] por essas mesmas redes. Mais ainda: o avanço da microeletrônica no último quarto do século XX não apenas fez surgirem os telefones celulares, os computadores de mesa e dispositivos de mídia portáteis. Permitiu também um forte e contínuo barateamento desses bens com a consequente disseminação de seu uso, com impactos sobre os formatos de registro e usufruto de bens imateriais – ainda que a distribuição desses bens não tenha se tornado universal, sobretudo em países como o Brasil. O desenvolvimento dessas condições técnicas de expressão acena com uma plataforma para mais intensa participação política; criam meios para fomentar uma cultura mais crítica e reflexiva e sugerem novas possibilidades para a superação do histórico de privatização do público, destituição da fala e a anulação da política30.

Não se trata aqui de realçar a importância que o uso das estruturas de redes informacionais assumiram na sociedade. Diversos trabalhos já o fizeram em um variado espectro, que vai da mais cristalina tecnofobia (JOY, 2000) à mais densa tecnofilia (LEMOS, 1996, 1998; LEVY, 1996). Trata-se, ao invés, de analisar um

28 A tese que afirma a mudança na centralidade da produção material para a produção imaterial nos procesos globais de geração de valor, apoiada por alguns autores já citados e criticada por outros (Kurz, 2007; Antunes, 1999), e que está associada ao conceito de capitalismo cognitivo, não é questionada aqui. Para os termos do debate em andamento, parece suficiente considerar e reconhecer a importância que o "imaterial" passou a ocupar na economia.

29 Foi o capital financeiro o primeiro a intensificar o processo de virtualização da moeda, como necessidade de acelerar a circulação do capital e criar mecanismos velozes de reprodução e ampliação da riqueza. Como segmento capitalista, o capital financeiro soube colocar em prática as comunicações e a pensar em rede, apostando em fluxos hierárquicos mais horizontais, desapegando-se de rígidas estruturas verticalizadas. (SILVEIRA, 2007; FRIEDEN, 2008)

30 Nos mesmos termos utilizados por Francisco de Oliveira para expressar uma subjetivação da acumulação do capital, cuja experiência objetiva é a pirivatização do público e que ideologicamente se expressa pela noção da desnecessidade aparente do público, (Oliveira & Paoli, 1999)

cenário extremamente conflituoso e socialmente ambíguo que se instaura a partir do momento em que a produção simbólica da humanidade passa a ser digitalizada e transferida pelas redes – as mesmas redes que o capital usa em seu processo de reprodução (SILVEIRA, 2007).

Entretanto, como diversos autores têm mostrado (GORZ, 2003a; BENKLER, 2006; LAZZARATO, 2001; LESSIG, 1999, 2005 e 2006; SIMON, 2007; SILVEIRA, 2005 e 2007 e outros), essas possibilidades ameaçam os modelos hegemônicos da produção e exploração industrial da informação, da cultura e do conhecimento. Esses autores mostram, de formas diferentes, que bens simbólicos, ante as possibilidades técnico-sociais de se converterem em bens progressivamente acessíveis a todos, são mantidos artificialmente como propriedades privadas e escassas, por meio de monopólios temporários (amparados em marcos normativos, tratados no capítulo 1) e de ferramentas tecnológicas, para continuar a serem vendidas como mercadorias.

É portanto sobre as redes telemáticas (principalmente a internet, a rede de redes), e sobre as possibilidades de digitalização de bens imateriais, que incide a segunda ordem de controles tecnológicos que se pretende tratar. A análise da arquitetura, ou seja, do desenho, da composição orgânica e estruturação das redes digitais tem uma relevância que precisa ser reconhecida aqui. Porque o *formato* da comunicação broadcasting, rígida e estabilizada, condiciona a democratização da comunicação à exigência de mais canais de expressão aos diversos segmentos sociais, culturais e políticos – seja por meio da disponibilização de mais faixas de frequência do espectro eletromagnético, seja através da veiculação dessa heterogeneidade nos canais já legalmente estabelecidos. Num cenário de redes digitais, por outro lado, a democratização da comunicação e a diversidade cultural dependem (em grande parte, mas não unicamente) de uma arquitetura descentralizada, que assegure o livre fluxo de informações e a interatividade – limitada, no modelo de comunicação broadcasting.

De uma ação vertical e centralizada, o poder também passa a agir de forma horizontal e impessoal, por entre os indivíduos. Além das formas de controle a que se refere Deleuze (1995), constitui sofisticada forma de exercício do poder nessa sociedade a regulação da informação, do conhecimento e das possibilidades de comunicação. É nesse sentido que, se o poder se exerce por entre os indivíduos, as

arquiteturas abertas criam condições (não todas as condições) para que os indivíduos exerçam também o poder.

Por essa razão, a relação entre diversidade-interatividade-democracia e arquitetura de rede[31] precisa ser aprofundada – como estratégia heurística de busca das condições para uma análise da segunda ordem de controles considerada. Por arquitetura ou código entende-se "o hardware e o software que configuram o Ciberespaço como ele é ou, mais precisamente, são as regras e as instruções contidas no software e no hardware que, em conjunto, constituem o Ciberespaço", (LESSIG, 2006, p. 508). A arquitetura pode ser decomposta em dois elementos: os *protocolos*, que especificam padrões, regras e procedimentos de comunicação; e a *topologia* de rede. Os protocolos[32] são um conjunto de regras e convenções para a comunicação entre os dispositivos de uma rede, eles especificam como os dados são transformados em mensagens, como devem trafegar, como são comprimidos, e como são re-construidos no ponto de chegada.

Já a topologia pode ser pensada como um mapa, um arranjo físico e lógico dos elementos da rede. A topologia física diz respeito à interligação de cabos, roteadores, switchers concentradores, fios de cobre,... – os componentes materiais. São administrados por empresas de telefonia e de TV a cabo. A topologia lógica é a configuração esquemática do funcionamento da rede que estabelece como se dará a ligação entre os usuários[33].

> embora seja possível desenhar uma grande variedade de redes, todas elas podem ser divididas em dois componentes: centralizado (ou estrela) e distribuído (ou grade ou malha). A rede centralizada é obviamente vulnerável, uma vez que a destruição de um único nó central destrói a comunicação entre as estações finais. (BARAN, 1962).

31 Os princípios de design, configuração física, organização funcional, procedimentos operacionais e formatos de dados usados como base para a concepção, construção, modificação e operação de uma rede de comunicações.

32 Um protocolo de rede define uma "linguagem" de regras e convenções para a comunicação entre dispositivos de rede. O protocolo inclui a formatação de regras que especificam como os dados são empacotados em mensagens. Também pode incluir o reconhecimento das convenções como mensagem ou compressão de dados para suporte de confiança e / ou de alto desempenho de comunicação de rede.

33 A topologia física e a topologia lógica podem ter desenhos que não coincidem. Isso é possível poque a arquitetura da internet foi originalmente construida em camadas independentes.

A internet e a maioria das redes comerciais funcionam sobre um conjunto de protocolos, ou pilha de protocolos, em cinco camadas que se comunicam, mas que são autônomas – ou foram planejadas para assim funcionarem: as camadas física, de rede, de enlace, de transporte e de aplicação. São vários os protocolos para cada uma dessas camadas, por onde a informação – na forma de dados binários – trafega[34]. A *camada física* trata das características elétrica e mecânica da conexão. Uma vez definido o método para realizar a conexão de um dispositivo da rede física para os das camadas lógicas, estaremos na *camada de rede*. Nela, o IP (Internet Protocol) tem a função de encontrar o caminho dos dados, de uma determinada origem para um destino na rede. Um pacote de dados da camada de rede é conhecido como datagrama. O nome geral dado à arquitetura da internet é TCP/IP porque estes foram os dois protocolos iniciais.

A *camada de enlace* não faz parte realmente do modelo TCP/IP. É o método usado para detectar e, opcionalmente, corrigir erros que possam acontecer na *camada física*. É responsável pela transmissão e recepção (delimitação) de quadros e pelo controle de fluxo. Ela também estabelece um protocolo de comunicação entre sistemas diretamente conectados. A *camada de transporte* é regulada pelos protocolos que garantem a confiabilidade e a integridade dos dados – ou seja, garantem que os dados chegarão aonde deveriam sem perdas. Um dos principais é o TCP (Transmission Control Protocol) cuja função principal é entregar todos os dados na sequência correta, verificar tráfego de rede de modo a evitar sobrecargas, entre outras funções. Também *atua* nessa camada o Stream Control Transmission Protocol (SCTP), o UDP, DCCP, entre outros. Já a camada superior é a *camada de aplicações*. É onde são criados os serviços e as novas possibilidades de uso. É nessa camada que funciona o HyperText Transfer Protocol (HTTP), que possibilitou o modo gráfico, visual e intuitivo que ficou conhecido por world wide web. É também nessa camada que funcionam os protocolos P2P e VoIP, entre outros (Petersonn & Davie, 2003).

34 Considera-se que as informações que trafegam sobre a camada física e sobre as camadas lógicas formam uma outra camada – é comum se referir a esta como 'camada de conteúdo'.

Camada	Protocolo
5. Aplicação	HTTP, SMTP, FTP, SSH, RTP, Telnet, SIP, RDP, IRC, SNMP, NNTP, POP3, IMAP, BitTorrent, DNS, Ping, e outros.
4. Transporte	TCP, UDP, SCTP, DCCP, e outros.
3. Rede	IP (IPV4, IPV6), ARP, RARP, ICMP, IPSec, e outros.
2. Enlace	Ethernet, 8o2.11 WIFI, IEE 802.1Q, 802.11G, HDLC, Token ring, FDDI, PPP, Switch, Frame Relay, e outros.
1. Física	Mode, RDIS, RS-232, EIA-422, RS-449, Bluetooth, USB, e outros.

Quadro 1: Protocolos de Internet TCP/IP

A geometria da internet não é homogênea. Existem diversas topologias diferenciadas, de redes diversas – a internet é uma rede de redes. O que garante a intercomunicabilidade são esses protocolos acima sumariamente descritos. São eles que garantem que um site será aberto, o envio e a chegada de emails, a veiculação de vídeos e som, e uma enormidade de outros eventos.

Essa arquitetura foi implementada de forma a permitir flexibilidade e liberdade de fluxos de informação e diversidade cultural. Castells (2003) mostra como a cultura dos pioneiros da internet moldou essa arquitetura.

> Os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos. A produção social é estruturada culturalmente. A Internet não é exceção. (...) Por cultura entendo um conjunto de valores e crenças que formam o comportamento; padrões repetitivos de comportamento geram costumes que são repetidos por instituições, bem como por organizações sociais informais.(...) Embora explícita, cultura é uma construção coletiva que transcende preferências individuais, ao mesmo tempo em que influencia as práticas das pessoas no seu âmbito, neste caso os produtores/usuários da Internet.(...) A cultura da Internet

> caracteriza-se por uma estrutura em quatro camadas: a cultura tecnomeritocrático, a cultura hacker, a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial. Juntas, elas contribuem para uma ideologia da liberdade que é amplamente dissemindada no mundo da Internet. (CASTELLS, 2003, p. 34).

Pierre Mounier argumenta que, ao invés da natureza ideológica da ação desses engenheiros sendo refletida na arquitetura da internet, o que ocorre é uma racionalidade técnica sendo aplicada. Ou seja,

> o desenho dos protocolos que asseguram que a Internet até bem pouco tempo tenha sido um sistema aberto, não proprietário, um bem coletivo gerenciado coletivamente, (...) foi assim desenhado antes de mais nada, porque funciona melhor assim", (MOUNIER, 2006, p. 72).

Entretanto, os arquitetos da Internet, ao longo da história de sua construção, privilegiaram a comunicabilidade, a interatividade e a interoperabilidade, mais do que os requisitos do mercado. Por isso, a arquitetura privilegiou a velocidade da comutação de pacotes de informação independentes da garantia de mecanismos de cobrança ou de controle estatal. É, ou foi, isso o que garantiu que um vídeo, por exemplo, produzido pela MGM ou pela TV Globo não tivesse privilégios de transmissão – não fossem disponibilizados mais rápido do que o que foi produzido fora de instâncias comerciais, por exemplo. Como expressão desses princípios e objetivos, as camadas da arquitetura (observe-se: uma camada de protocolos físicos e quatro camadas de protocolos lógicos) não deveriam se interferir. A necessária articulação entre as camadas lógicas não deveria ferir a autonomia entre elas. Foi esse princípio de não interferência que impediu que as empresas de telefonia e de TV via cabo, detentoras da infra-estrutura de redes físicas, não interferissem no fluxo de dados que ocorrem nas redes lógicas – que não interferissem na disponibilidade do 'conteúdo', da informação, cultura e conhecimento que alimentam o conjunto de bens comuns.

O ambiente de possibilidades para a criação de conteúdos, formatos e serviços em todas as camadas da internet criou condições para uma descentralização mais aguda. O objetivo da segunda ordem de controles é restringir o acesso a tais bens ou às redes lógicas e serviços (funcionalidades) onde trafegam os bens simbólicos na internet, condicionando o usufruto de todo e qualquer bem simbólico ou de serviço ao

pagamento por eles. Tais restrições de acesso e usufruto necessariamente ocorrem por meio de restrições a funcionamento de tecnologias como o P2P[35] , com graves prejuízos à liberdade e à privacidade, e também ao uso justo de bens comuns, como vêm analisando Lessig (2006), Castells (2003), Lyon (2001), Howe (2000).

É necessário portanto considerar a reação das indústrias da intermediação[36] às arquiteturas abertas e, em particular, aos protocolos P2P e VoIP. O compartilhamento de bens imateriais por intermédio do protocolo P2P precipitou desde o início deste século medidas articuladas de empresas de telefonia e das indústrias do entretenimento (indústrias fonográfica, cinematográfica e de conteúdos digitalizados) no sentido de controlar esses fluxos.

Por parte das empresas de telefonia, a procura em alterar a forma de cobrança de sua infra-estrutura de rede é guiada por estudos como o que a CacheLogic realizou[37] em 2005. Nele, a consultoria estimava que as aplicações (softwares) P2P já consumiam entre 60% e 80% da capacidade instalada das redes de provedores de acesso à Internet. A aceleração do crescimento no uso do P2P era avaliado como uma conseqüência da elevada taxa de penetração da banda larga.

No que se refere aos impactos sobre a telefonia, dados apresentados pela Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix) indicam que a VoIP representava, em 2004, 36% das chamadas de longa distância[38], o que teria implicado um prejuízo de R$ 880 milhões às empresas do setor.

---

35 Protocolo P2P (peer to peer) que permite a troca de dados entre usuários sem um centro que os cnect necessariamente.

36 São aquelas que afetadas pelas práticas sociais de compartilhamento de arquivos digitais de texto, som, voz e imagem, incentivadas pelos protocolos P2P sobre as conexões de banda larga. São elas: a indústria de telecom, que faz a conexão física das pessoas com o ciberespço; as indústrias fonográfica, cinematográfica e de conteúdos digitalizados, sejam quais forem. Enfim, todos que organizaram seus modelos de remuneração baseados no controle do acesso a bens informcionais, enfretam uma crise com a expansão das redes digiais de arquitetura livre, (SILVEIRA, 2009).

37 Esse estudo foi tratado em reportagem da revista Wired e está disponível no endereço http://www.wired.com/news/business/0,1367,67202,00.html .

38 Essa projeção vai contra todas as projeções feitas sobre a adoção do VoIP nos principais mercados de telecomunicações no mundo e indicaria que no Brasil a adoção do VoIP teve uma adoção inigualável em relação a esses mercado. As estimativas mais otimistas em 2004 davam conta que o VoIP só seria utilizado por 17% das empresas somente a partir de 2007 (THE ECONOMIST, 2003). Outra estimativa indicava que o tráfego mundial de VoIP em 1996 eram de 60 milhões de minutos e em 2000 subiu para 3,4 bilhões. Apesar do aumento expressivo, o serviço era responsável por apenas 3% do tráfego mundial (THE ECONOMIST, 2001). Esses dados foram corroborados por um terceiro estudo, na qual apenas 4% dos entrevistados já haviam usado o VoIP nos Estados Unidos

Essa afirmação não encontra respaldo nos faturamentos das empresas – a receita aumentou naquele ano de 2004 e o tráfego não caiu na proporção indicada, (Nazareno, 2005).

A Organização Mundial para a Propriedade Intelectual, por seu lado, estima que 99% dos bens informacionais que trafegam nas redes P2P é "não-autorizado", ou seja, protegido por leis de propriedade intelectual[39]. De acordo com a Recording Industry Association of America (RIAA), a queda na venda de CDs nos Estados Unidos caiu 15% entre os anos de 2000 e 2002 e é devida ao compartilhamento de arquivos via protocolo P2P[40]. Apesar da forte campanha contra a pirataria, a indústria fonográfica não consegue comprovar que as redes P2P são as principais responsáveis pela queda das vendas dos CDs. Na verdade, diversos estudos (POLLOCK, 2007, entre outros) relativizam as peremptórias afirmações dos porta-vozes da indústria do entretenimento. Oberholzer e Strumpf (2004) mostraram que as redes P2P têm um efeito não-mensurável sobre esse comércio, desacreditando o argumento da indústria fonográfica[41].

(AMERICA'S NETWORK, 2005). Essas pesquisas mais os próprios resultados operacionais das empresas de telefonia indicam que não hove um aumento expressivo dos usuários residenciais da telefonia IP, que por isso mesmo nem de longe pode ser considerada uma ameaça ao modelo de negócios do setor.

39 The impact of internet on Intellectual Property Law, disponível em http://www.wipo.int/copyright/en/ecommerce/ip_survey/chap3.html, produzido e publicado em 2001, e acessado em março de 2009. A entidade estimava em 2001 que 5,16 bilhões de arquivos de áudio "não licenciados" haviam dido distribuidos em redes P2P e previa um crescimento desse número para 7,44 bilhões em 2005. No mesmo estudo, a Organização estimava que 15% das perdas das companhias de música se devem ao P2P e que então os maiores serviços de compartilhamento de arquivos via peers (Gnutella, Audiogalaxy, KaZaA, MusicCity, Morpheus and Grokster) tinham 11,3 milhões de usuários somente na Europa ocidental.

40 As citações abaixo resumem bem essa posição da indústria fonográfica:

"Não há como minimizar o impacto da partilha ilegal de arquivos. Ele rouba os compositores e artistas de sua subsistência, e, em última instância compromete o futuro da música em si, para não mencionar a ameaça ao emprego de dezenas de milhares" (Cary Sherman, presidente da RIAA, USA Today, 18 Setembro de 2003).

"A pirataria na Internet significa perda de subsistência e de postos de trabalho, e não apenas em empresas de gravação, mas em toda a comunidade da música. Para aqueles que pensam que a queda de 10,9% das vendas no primeiro semestre de 2003 não fala por si, olhe para as outras provas. Artista foram cortados, os milhares de empregos foram perdidos, de varejistas a técnicos de som, de motoristas de caminhão para os jornalistas de música" (Jay Berman, IFPI chairman, IFPI Network Newsletter, Dezembro de 2003).

41 O efeito do compartilhamento via redes P2P é ambíguo. "Mesmo na especificação mais pessimista, cinco mil downloads são necessários para deslocar a venda de álbuns individuais. Nós também achamos que a partilha de arquivos tem um impacto diferenciado entre as categorias de vendas. Por exemplo, os álbuns mais vendidos realmente se beneficiam de compartilhamento de arquivos. No

Os números da indústria cinematográfica são pintados com cores ainda mais ainda dramáticas. Para a Motion Picture Association[42] houve uma perda de US$ 6,1 bilhões no ano de 2005 – dos quais 38% são devidos ao compartilhamento via downloads ou aquisição de cópias ilegais em suporte material de amigos ou familiares. E foi então que a busca pela obtenção de lucros na internet, ou como observa Castells, a

> necessidade de assegurar e identificar a comunicação na internet para ganhar dinheiro com ela, e a necessidade de proteger direitos de propriedade nela, levaram ao desenvolvimento de novas arquiteturas de software que permitem o controle da comunicação por computador (CASTELLS, 2003, p. 140 e 141).

O autor ainda complexifica esse argumento: tais tecnologias que ameaçam a livre circulação de informação na rede surgiram dos interesses comuns desenvolvidos pelo mercado e pelos governos sobre a internet.

O trabalho de interpretação e análise realizado pelo jurista Lawrence Lessig a respeito dessa ordem de controles e regulação, consolidado na obra *Code and other laws of cyberspace*, passou a ser amplamente adotada no início da primeira década do século 21 – inclusive por diversos estudiosos de países sem o grau de desenvolvimento informacional e industrial que baseou tal perspectiva e aos quais ela se dirigia, o Brasil entre eles. Apesar das críticas que recebeu, a influente abordagem de Lessig é útil por

---

total, as estimativas indicam que o declínio das vendas ao longo de 2000-2002, aconteceu principalmente devido ao não compartilhamento de arquivos. Enquanto downloads ocorrerem em grande escala, a maioria dos usuários são pessoas que provavelmente não teriam comprado o álbum, mesmo na ausência de partilha de arquivos". (Oberholzer & e Strumpf). Nos cenários traçados pelos economistas o aumento no número de downloads no ano de 2002 representaria uma queda de apenas 368 unidades de CDs nas vendas semanas - estatisticamente igual a zero. Segundo a RIAA, a indústria fonográfica teria vendido 80 milhões de CDs a menos em 2002 em relação ao ano anterior, por causa do compartilhamento de arquivos de áudio. A conclusão final do estudo é que a máxima diminuição na venda chegaria a seis milhões de cópias legais.

42 "A Motion Picture Association of America (MPAA) e a sua congénere internacional, a Motion Picture Association (MPA), servem como porta-voz e defensor do cinema americano, vídeo doméstico e as indústrias da televisão, a nível nacional através da MPAA e internacionalmente através da MPA. Hoje, estas associações representam não só o mundo do cinema teatral, mas servem como líderes e defensoras de grandes produtores e distribuidores de programação de entretenimento para televisão, cabo, não do vídeo caseiro e de sistemas de entrega futura ainda imaginada ", texto Disponível em http:// www.mpaa.org / AboutUs.asp. São MEMBROS da MPAA uma Paramount Pictures Corporation, Sony Pictures Entertainment Inc., Twentieh Century Fox Film Corporation, Universal City Studios LLLP, Walt Disney Studios Motion Pictures EA Warner Bros Entertainment Inc. Os dados estão no documento The Cost of Movie Piracy, produzido pelo LEK Consulting Group e está disponível em http://www.mpaa.org/researchStatistics.asp.

oferecer uma base de análise da trajetória da internet, e dos ambientes digitais de uma forma geral, de um espaço sem reis, presidentes e votações(LESSIG, 2006) até uma arquitetura panóptica que possibilita um amplo leque de controles sobre as agências.

O modelo de Lessig chama atenção para duas coisas.

Primeiramente, a internet mudou. Durante algum tempo foi considerada como um espaço de interação cujas características naturais impediriram sua regulação. De uma utopia libertária (CASTELLS, 1999 e 2003; ABBATE, 1999; BERNERS-LEE e FRISCHETTI 1999; BOTKIN, 1984; CONSEIL D'ETAT, 1998; NAUGHTON, 1999; STEFIK, 1996, 1999; TUOMI, 2002 e muitos outros) passou a ser dotada de diversos recursos de controle e monitoramento dos indivíduos. Segundo, Lessig se propõe a relatar como essa conversão aconteceu e a analisar suas conseqüências.

Para tanto, ele se baseia na idéia de que a conduta humana pode ser regulada pela lei, pelas normas sociais, pelo mercado e pela arquitetura (Lessig, 2001a, 2006). É que os controles sobre o ambiente digital podem ser vistos como uma normatividade paralela, ou externa, ao escrutínio dos canais democráticos de regulação. Com efeito, tanto leis quanto normas sociais são introjetadas pelos indivíduos maduros e integrados à sociedade. A aplicação das legislações aos comportamentos que contrariam o que definem tais leis é feito por intermédio de instituições cujo funcionamento é público. O que vem sendo chamado de *regulação arquitetônica* ou pelo *código,* no modelo de Lessig, funciona de forma diferente: os processos sociais ou a intervenção de instituições ou de indivíduos, no âmbito de uma economia de bens simbólicos, em face às amplas possibilidades de digitalização e das redes de informação, está sendo progressivamente ameaçada e reduzida.

> Com o avanço cada vez mais significativo dessa modalidade, o "fator humano" fica cada vez mais de lado. Com ele, ficam também o direito democraticamente estabelecido, as normas sociais, bem como quaisquer outros fatores sociais. Tudo é substituído pela decisão fria e apriorística do código, sem intermediários, juízes e supervisores (LEMOS, 2005, p. 28).

Assim, as *deliberações do código* são dotados de auto-executoriedade e de inflexibilidade, que não se verificam em nenhuma outra forma de regulação. Também caracteriza a regulação pelo código os efeitos a *priori* – a aplicação *tradicional* das leis por processos sociais dos quais participam instituições públicas se dá a *posteriori*

(LEMOS, 2005; SILVEIRA, 2007; LESSIG, 2001a e 2006; CASTELLS, 2003). Isso, evidentemente, tem seus efeitos para as formas não corporativas de expressão, bem como para a produção e fruição de bens informacionais.

Lessig mostra que o "uso legítimo" dessa informação legalmente protegida está sendo sufocada pelo excesso de controle, de modo que o equilíbrio entre estímulo à produção da informação, cultura e conhecimento e a permissão de seu uso público está sendo erodido à medida que a informação é transformada em mercadoria e cada vez mais direcionada a mercados capazes de pagar muito.

> Os motivos dessa reação são óbvios. A internet permite uma propagação eficaz de conteúdo. Essa eficácia é uma característica da maneira com a qual a internet foi projetada. Mas, da perspectiva da indústria de conteúdo, tal característica é um "bug[43]". A propagação eficaz de conteúdo significa que os distribuidores terão grandes problemas em controlar esse fluxo. Uma resposta óbvia a essa eficiência é fazer com que a internet seja, então, menos eficiente. Se a internet permite que a "pirataria" exista, então, seguindo a lógica dessa reação, deveríamos quebrar os joelhos da internet. (LESSIG, 2005, p. 199).

Ao mesmo tempo, como efeito do uso articulado dos marcos normativos que garantem os monopólios temporários sobre bens informacionais e das tecnologias, os bens comuns disponíveis para usufruto público também são suprimidos, como mostra Lemos (2005).

Em países sem legislação que especifique o que é e o que não é crime em redes digitais e, mais ainda, em países que além disso possuem uma legislação de direitos autorais excessivamente rigorosa, como é o caso do Brasil, as tecnologias de vigilância (CASTELLS, 2003) permitem abusos autoritários com sérios prejuízos ao usufruto de informação, cultura e conhecimento pela sociedade (LEMOS, 2005). No Brasil, aliás, esse quadro tem cores bem particulares, dado inclusive o processo complexo de violência, proibição da fala, ou, nos termos usados por Francisco de Oliveira, "incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia" (1999). Essa histórica anulação da política, do dissenso, do desentendimento, na interpretação de

43 Termo usado para denotar erro de operação em um sistema informático. O sentido é o mesmo de 'defeito'.

Ranciére, encontra na exaustão paradigmática[44] relativa ao ambiente digital no Brasil um terreno fértil para a supressão da liberdade de expressão e restrição ao uso justo de bens informacionais protegidos por direitos autorais.

É Deleuze quem, lucidamente, diagnostica o que essas tecnologias implicam. Se como afirma, as sociedades disciplinares possuem dois pólos, "a assinatura que indica o indivíduo e o número de matrícula que indica sua posição numa massa", nas sociedades de controle "o essencial não seria mais a assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha (…) a linguagem digital de controle é feita de cifras, que marcam o acesso ou a recusa a uma informação", (DELEUZE, 1995, p. 178).

44 O termo é usado por FARIA (2000), referindo-se ao esgotamento de categorias da doutrina jurídica, do século XIX, o que, por decorrência, se reflete no esgotamento de modelos analíticos baseados numa racionalidade primordialmente lógico-formal e ideal – incapaz de lidar com uma desordem real no tecido social que se forma a partir das incompatibilidades entre diferentes racionalidades que se desenvolvem no âmbito de diferentes instituições sociais.

2.4 O controle de bens simbólicos como expressão da regulação sobre camadas

A história documentada e analisada da internet é pródiga em afirmar que a rede surgiu e expandiu-se distante do controle das hierarquias empresarial e/ou estatal (CASTELLS, 2003; BOTKIN et al., 1984; ABBATE, 1999; GILLIES e CAILLIAU, 2000; NAUGHTON, 1999; STEFIK, 1996). Ou, como quer Castells, "a cultura dos produtores da Internet moldou o meio. Esses produtores foram, ao mesmo tempo, seus primeiros usuários", (CASTELLS, 2003, p. 34). Assim, foi uma cultura de acadêmicos e hackers, usando protocolos e arquiteturas abertas desenhadas para privilegiar a liberdade e o trânsito de informação, cultura e conhecimento, o que tornou a internet viável e virtuosa forma de compartilhamento de saberes.

Como se tornou possível a implementação[45] de tantas tecnologias de controle que ameaçam justamente o estatuto da liberdade e as possibilidades de usufruto de informação, cultura e conhecimento socialmente produzidas[46]? E quais as conseqüências? A análise de Lessig, introduzida previamente, vem de encontro a essas questões. O que o jurista observa é que a natureza da rede de redes comporta uma gama muito ampla de desenhos ou arquiteturas, umas reguláveis outras não.

> Esse paradigma de liberdade tinha bases tanto tecnológicas quanto institucionais. Tecnologicamente, sua arquitetura de interconexão irrestrita de computadores, baseada em protocolos que interpretam a censura como uma falha técnica, e simplesmente a burlam na rede global, tornava difícil – embora não impossível – controlá-lo. Isso não está na "natureza" da Internet: isso é a própria Internet, como projetada por seus criadores iniciais. (CASTELLS, 2003, p. 139).

O desenho da internet até pelo menos o ano de 1995 impedia a regulação das condutas, mas isso não acontecia por causa da natureza intrínseca da rede de redes. O

45 O Digital Millenium Copyright Act (DMCA) é um dos primeiros produtos do processo de hipertrofia das formas tradicionais de proteção intelectual. Adotado em 1998 nos Estados Unidos, seu objetivo é combater a facilidade de cópia, de circulação e de violação dos direitos autorais oferecidas pela possibilidades de digitalização e circulação em redes de bens informacionais. As disposições do DMCA ampliaram os limites do direito autoral forjados nos séculos anteiores. Como exemplo, o DMCA criminalizou quaisquer iniciativas que tenham por interesse o objetivo de violar mecanismo técnicos de proteção à propriedade intelectual, (LEMOS, 2005).

46 "Meu argumento é que não há apenas uma ameaça para a liberdade, ou que devemos esquecer outras ameaças mais tradicionais. É ao contrário, que devemos adicionar mais uma crescente ameaça à lista", (Lessig, 2006, p.121).

caráter menos regulável da internet se devia à falta de informações sobre seus usuários; a falta de dados sobre a qualidade da informação na rede e, como conseqüência desses dois elementos, a dificuldade de se discriminar o acesso à informação de acordo com a identidade do usuário ou discriminar a informação de acordo com o que o usuário deseja. Faltavam etiquetas tanto a usuários quanto aos bens informacionais em trânsito – não que estas etiquetas já não pudessem ser escritas. “Naquela época, os principais formatos de acesso e troca de informações (FTP, SMTP e HTML)[47] eram abertos, isto é, não sujeitos a nenhuma espécie de regulação arquitetônica, exatamente pelo fato de que sua arquitetura era planejada para garantir esse tipo de abertura e uma dificuldade de controle”, (LEMOS, 2005, p. 25 e 26).

> O que quer que seja o ciberespaço, não há nenhuma razão para ele continuar desta forma. A "natureza" da Internet não é a vontade de Deus. Sua natureza é simplesmente o produto de seu projeto. Aquele projeto pode ser diferente. A Net poderia ter sido projetada para revelar quem são, onde estão e o que estão fazendo seus usuários. (LESSIG, 2006, p.38).

As duas forças responsáveis por alterar esse estado de coisas, o mercado e o Estado, teriam na interpretação de Lessig, se apoiado (e se apropriado) na forma mais fácil e eficiente de regular condutas em um meio digital: a arquitetura, o código[48]. Para Lessig, cuja análise em relação às instâncias governamentais e suas ações de controle por meios telemáticos é titubeante, essas mudanças são demandadas pela ação de usuários e implementadas pelo mercado. Elas não são o produto de alguma conspiração orwelliana *a la* “1984”; elas são reflexos de mudanças feitas por fins puramente pragmáticos, comerciais, afirma[49].

Nesse sentido o mercado busca assegurar as mesmas condições de segurança que encontra nas transações fora da rede, e que implicam em identificar o consumidor

47 FTP:

48 O termo 'código' é usado por Lessig em alusão às instruções contidas em um software para um equipamento (hardware) no qual o software está instalado. O termo pode aparecer numa variedade de formar: o código que um programador escreve pode ser referenciado como código fonte (source code); depois que o código é compilado, pode ser referenciado como 'código objeto' (object code); o código que está pronto para funcionar é chamado código executável, código de máquina ou simplesmente 'código'.

49 Para uma abordagem mais precisa e ampla das ações governamentais em termos de controle por meios tecnológicos, desde pelo menos a década de 1940, com a rede Echelon de interceptação de fluxos de comunicação: CAMPBELL (2001); DA COSTA (2002, 2004), PFEIFFER (2003).

e registrar o que ele leva para casa. No contexto do comércio de bens simbólicos, como já observado por Silveira, (2007), “o capitalismo exige que a relação entre o vendedor-produtor e o consumidor continue indefinidamente. Por quê? Para negar o acesso a quem não pagou pela cópia. Para evitar que sejam exploradas as características inerentes a todos os bens imateriais”.

> Por não sofrerem de escassez, esses bens imateriais podem ser reproduzidos sem desgastes do original, sem perda. Com as redes digitais, o custo marginal de reprodução de um DVD, de um software, é igual ao custo do tempo de conexão. Eis o grande problema para o capitalismo informacional. Aos estimular a expansão de suas redes de informação e comunicação, ao apostar na digitalização, inclusive dos próprios meios de pagamento, ao acelerar o ritmo dos ciclos de sua reprodução, ao sonhar com uma lucratividade jamais imaginada, propiciou a centralidade de uma economia baseada no conhecimento e na cultura, enfim, viabilizou a produção do comum e a exploração das externalidades positivas presentes em todas as idéias e bens simbólicos imateriais. (SILVEIRA, 2007, p. 35).

A identificação na rede supõe, por seu turno, transitar de uma arquitetura de liberdade para uma arquitetura de controle. Há duas características que Lessig observa em relação às possibilidade de regulação pelo código. Primeiro, isso só é possível se os custos de identificar os programadores forem relativamente baixos e se estes forem incentivados a seguirem a norma de identificação. É uma condição que, para Lessig, é típica dos mercados que funcionam em condições oligopólicas, em que os programadores trabalham em companhias comerciais (LESSIG, 2006, p.52.) Por outro lado, Lessig afirma que a possibilidade de regulação pelo código depende de manter os programadores sob vigilância – o caso de empresas como a Microsoft, a Netscape ou mesmo uma empresa de telefonia. Quando não se verificam essas condições, ou seja, quando não existe uma organização ou um pequeno grau de controle do código ou quando o código é aberto, diminuem as possibilidades de regulação. (LESSIG, 2006).

Com essa argumentação, Lessig fortalece a crença de que os sistemas abertos, administrados por arquitetos, são a solução para o controle, regulação e restrições impostas repticiamente pelo código. É a lógica da oposição entre a técnica e o humano, *leitmoviv* tanto do discurso humanista e tenofóbico sobre a técnica, quanto do discurso

instrumentalista e tecnofílico, que nos conduzem a um pensamento bloqueado. Esse aspecto será melhor discutido adiante.

Uma segunda característica da regulação pelo código é que esta não é transparente, ela não é perceptível e por causa disso é facilmente dissimulável. Como já afirmado anteriormente, a regulação pelo código de programação, de amplas possibilidades no ambiente digital, não passa pelo escrutínio dos canais burocráticos – possui a capacidade de auto-executoriedade e de inflexibilidade que nenhuma das outras formas de regulação possui. A proeminência do código sobre as outras fontes de regulação das redes telemáticas é o eixo da segunda ordem de controles tecnológicos impostos à produção, circulação e fruição de bens simbólicos. O código atua sobre a camada física e sobre a camada lógica, com reflexos sobre a camada de conteúdo. Ou seja, o código atua sobre a infra-estrutura de redes (hardwares) e intercede sobre protocolos (sobre softwares). Ora, o código são softwares e hardwares atuando sobre softwares e hardwares: camadas interferindo sobre camadas, o que fere o princípio da não-intervenção que moldou os primeiros anos da internet.

Como tais softwares e tais infra-estruturas de redes são privadas – administrados por empresas de telefonia, de TV a cabo e por provedores – sobre esses bens é possível a implementação de equipamentos físicos e de softwares para identificar e filtrar conteúdo indesejável (arquivos trocados via protocolos P2P ou pacotes de dados de VoIP), de acordo com os interesses dos proprietários dessa malha física. A aplicação dessas possibilidades se deve principalmente ao fato de que a infra-estrutura é privada e, até certo ponto, inacessível. A auto-executoriedade e a inflexibilidade desses mecanismos se deve à articulação automatizada entre softwares e hardwares, que funcionam de forma pré-programada. O efeito a priori dessas determinações se deve a este mesmo fator.

No Brasil, a quebra do princípio de neutralidade e de intervenção é proibida[50].

50 É a Resolução no. 272 da ANATEL, de 9 de agosto de 2001, que regulamenta o Serviço de Comunicação Multimídia, o documento que assegura o direito a provedores de SCM dispor de forma não discriminatória das redes ou de elementos das redes de outras prestadoras e o dever destas disponibilizar suas redes também de forma não discriminatória (Capítulo II, Art. 7 e 8); o documento também obriga os prestadores do SCM a oferecer o serviço em condições não discriminatórias a todos os assinantes (Título IV, Capítulo I, Art. 45), bem como zelar pelo sigilo inerente aos serviços de telecomunicações e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do assinante (Título III, Capítulo III, Art. 57). O uso não discriminatório e sigiloso do serviço de SCM pelos assinates

A conseqüência mais imediata dessas restrições é o fechamento e a redução de conteúdo livre na rede, ou seja, a restrição à informação, cultura e conhecimento disponíveis. E se o mercado não é competitivo, se ele é marcado por oligopólios, a implementação de tais restrições é ainda mais violenta. E tende a ser feita por quem administra a estrutura física de banda larga, empresas que detém posição de força diante de seus usuários.

O número de proprietários da infra-estrutura física que torna possível as redes telemáticas é pequeno – e está diminuindo. No Brasil, a maior parte do tráfego de dados em alta velocidade (tecnologia ADSL) acontece sobre a infra-estrutura física de apenas cinco empresas de telefonia[51]. Com as conexões via Tv por assinatura (tecnologias cable modem, MMDS e wireless), a situação é de ainda mais concentração[52]. E as conexões via provedores confirmam o gargalo: embora existam no Brasil 1.761 provedores, estas empresas fazem uso de apenas quatro estruturas de rede[53].

Nesse cenário, não há como impedir que empresas de telefonia e de Tv por assinatura degradem a Internet e discriminem os fornecedores de conteúdos e os fluxos de pacotes lógicos que transitam em suas redes físicas (apesar da resolução 272/2001 da Anatel, já mencionada). Mais que isso, é difícil impedir as pressões à força da lei ou à margem da lei pela indústria do entretenimento sobre os provedores (LEMOS, 2005),

---

ainda é garantido no Artigo 59 do Capítulo IV do Título IV dessa mesma resolução.

51 A Oi, que em 2009 adquiriu a Brasil Telecom detém 37,79% dos usuários; a Telefônica detém 25,34%; a GVT, cuja infraestrutura suporta 5,03% dos usuários; e a CTBC, com 1,96%. As outras empresas de telefonia que oferecem o serviço representam 5,67% desse tráfego. (Teleco, Estatístiscas trimestrais, 2009). A Embratel também oferece ADSL, mas somente nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. No momento em que escrevo, a Telefônica negocia a compra da GVT, por meio de oferta de R$ 6,5 bilhões. O negócio pode ocorrer sem a anuência dos controladores da GVT (a holandesa Global Village Telecom e as americanas Swarth Investments e T Rowe Price Inc) uma vez que 65% das ações da empresa são controladas por acionistas independentes.

52 A NET ocupa sozinha 24,21% do mercado. As outras 11 empresas do setor dividem os 5,67% referidos acima com empresas de telefonia.

53 A Embratel detém 41,2% desse mercado, seguida da Oi/Telemar (31,6%), Brasil Telecom (26,9%), Telefônica (12,3%) e GVT (3%), (Pesquisa Teleco Provedores de Banda Larga, 2008). Observar que nesses percentuais, de março de 2008, a Oi/Telemar e a Brasil Telecom ainda não eram contabilizadas como uma só empresa. A aquisição da BrT só se daria após acordo fechado no dia 25 de abril de 2008, à noite, o que pôs fim à maior disputa cionária da história do país. O negócio só foi possível com a mudança da Lei Geral de Telecomunicações, que antes da intercedência do governo Federal não permitia a fusão entre a Telemar e a BrT – cujo fruto é a Oi, maior empresa de telecomunicações da América do Sul. (DIEGUEZ, 2009)

tanto para a identificação de usuários e da informação que trafega, quanto para a retirada de conteúdo da rede. Nesse sentido, o que está em disputa é a liberdade de expressão e de circulação de idéias, atacada por uma ditadura não-estatal, de mercado. Assim, a tecnologia abre possibilidades para a violação da privacidade, ao relacionar indivíduos com processos específicos de comunicação em contextos institucionais específicos. Com isso, todas as formas tradicionais de controle político e organizacional podem ser lançadas sobre o indivíduo em rede.

O impacto dessas condições sobre o círculo da produção, circulação e fruição da cultura torna-se mais evidente quando os elementos de regulação do modelo de Lessig são conjugados à classificação estrutural dos sistemas de comunicação de Benkler (2006).

Para o professor da Universidade de Yale, há três camadas sobre as quais os sistemas de comunicação são construídos: uma camada física, uma camada lógica e uma camada de conteúdo[54]. O detalhamento dessas camadas é feito no capitulo seguinte. Entendendo a internet e as tecnologias digitais como um sistema de comunicação, este estaria sujeito a regimes de propriedade e de controle nessas três camadas – esse aspecto esteve até agora mais evidente no que diz respeito à camada física e à camada lógica. Mas os dados que trafegam sobre ambas é controlado em grande parte por regimes de propriedade, como os direitos autorais, direitos de marca e patentes, entre outros – ou, nos termos de Busaniche (2006), "os marcos jurídicos que regulam monopólios artificiais sobre expressões de idéias outorgados por algum Estado", objeto da cartografia e análise que se tentou no primeiro capítulo.

O controle desses regimes de propriedade nas três camadas não é absoluto, pois em cada uma desses níveis há bens que pertencem a todos e, ao mesmo tempo, de ninguém. Como será mostrado no capítulo seguinte, cada uma dessas camadas é palco para o exercício de antagonismos, específicos mas interligados, pelas ações coletivas

54 Embora muito associada a ambientes digitais e à internet, modelo de Benkler se propõe a explicar por exemplo a comunicação entre as pessoas. Nesta, a camada física seria composta pelo aparelho fonador; a camada lógica seria composto pela linguagem e o conteúdo, transmitido sobre as camadas anteriores, seria formado pelos formatos de comunicação humana. Para os objetivos aqui estabelecidos, o modelo e os conceitos de Benkler são adequados para fornecer uma base de análise do impacto da regulação pelo código no ambiente digital sobre a produção, compartilhamento e usufruto de informação, cultura e conhecimento.

com mídias livres. Esses elementos são denominados de commons. O termo “commons” tem uma força que sua tradução reduz, por essa razão eu mantenho a grafia original. O que são os commons e como esse conceito pode ser importante no cenário conceitual que está sendo descrito? Qual sua importância para essa pesquisa? Commons pode indicar aquilo que é comum ou os espaços e as coisas que são públicas. Está relacionado às trocas comunitárias ou à produção simbólica compartilhada. Segundo Yochai Benkler (SILVEIRA et al, 2007; BENKLER, 2006), commons são espaços institucionais em que se pode praticar um tipo particular de liberdade – liberdade em relação a restrições tão entranhadas nas práticas sociais que são tomadas como precondições para a existência de mercados funcionais. A sua principal característica é também a que a diferencia da propriedade privada: nenhuma pessoa tem o controle exclusivo do uso e da disposição de qualquer recurso comum em particular.

Enquadram-se como commons fórmulas matemáticas, receitas culinárias, obras intelectuais de domínio público, patentes expiradas, a proteção conferida pelas Forças Armadas de um país, músicas de protesto, músicas reacionárias, músicas ligeiras, obras literárias, a luz dos faróis à deriva sobre os oceanos, os oceanos, iluminação pública sobre as vias e as vias públicas. O que define se um desses bens é um commons não é sua natureza, mas a forma como a sociedade resolve tratá-los, ou seja, o regime sob o qual se pretende tratar com determinado recurso. O ar, os oceanos, os ventos, são bens passíveis de compartilhamento por todos: são não-competitivos[55].

Por outro lado, praias, ruas, praças e parques não são naturalmente passíveis de compartilhamento por todos, assim como não o eram os terrenos públicos usados para pasto na Idade Média, quando foram confiscados na “revolução dos ricos contra os pobres” (POLANY, 1988), já mencionada no Capítulo 1. Entretanto, apesar de serem competitivos, são mantidos em regime de commons – a não ser que o regime mude, como foi o caso no século XVIII.

Obras literárias, as músicas e outras obras intelectuais, entretanto, perdem esse caráter não-competitivo quando se materializam em um suporte físico. É o processo de

55 Sua fruição não priva ninguém da possibilidade de fazer o mesmo, dadas as mesmas condições. Outros bem não-competitivos a sociedade decide manter em regime privado.

digitalização e de distribuição por redes telemáticas – ou seja, sua desmaterialização – que as faz retomar sua característica de bens não competitivos puros. Quando associados a suportes físicos – fitas eletromagnéticas, Lps de vinil, Cds, etc., - são considerados não-competitivos impuros. À medida que tais bens para serem produzidos, circularem e serem usufruidos dependem de uma corporiedade, aproximam-se da condição de não-competitivos puros.

A condição de competitivos dada a bens que 'naturalmente' são não-competitivos é possível graças a artifícios como os marcos jurídicos que garantem os direitos autorais. Os mesmos marcos garantem que tais criações voltarão ao bem comum, à condição de *res commune*, integrando-se ao domínio público. Os commons são fundamentais para a virtuosidade de qualquer cultura, enfim, para o patrimônio da cultura universal. O que finalmente a análise de Lessig aponta é que a crescente intervenção que permite identificar rotas de comunicação e o conteúdo leva à redução dos commons disponíveis no ambiente digital das redes telemáticas. A literatura recente que associa o debate diversidade-interatividade-democracia e controle de bens simbólicos também é pródiga em salientar que “sem commons é impossível conceber a possibilidade de inovação e desenvolvimento continuados, especialmente porque o principal common em jogo é a informação”, (LEMOS, 2005).

Os prejuízos à cultura em geral ficam bem evidentes com as restrições aos protocolos que permitem o compartilhamento de arquivos na rede. Tanto os interesses das empresas de telecomunicações quanto as pressões das indústrias de entretenimento acabam por atingir não somente bens culturais protegidos por direitos autorais, mas também as trocas entre desenvolvedores de softwares livres e entre pesquisadores científicos; o acesso a músicas, vídeos, textos e outras obras de domínio público ou licenciados em creative commons (já tratado no capítulo 1) ou de artistas independentes.

As restrições às aplicações P2P e VoIP (aliás, boa parte das entrevistas realizadas para essa pesquisa aconteceu ou teve continuidade através de softwares que operam sobre o protocolo VoIP), operacionalizadas diretamente através do código, se juntam à censura de informação, cultura e conhecimento (disponíveis como commons)

e à liberdade de expressão. É a inexistência de legislação[56] sobre crimes na internet que abre espaço para a regulação pelo código – que, nesses casos, é uma ferramenta de imediata e abusiva aplicação para a retirada de informação do ambiente público.

Na falta duma legislação específica, o que se verifica é a aplicação de legislação que rege o mundo físico, transportada pra o virtual. Discute-se a responsabilidade não somente de quem cria as informações que trafegam na rede, mas também as instâncias que as disponibilizam, que auxiliam em sua transmissão, ou que simplesmente as divulgam.

A redução do commons que daí resulta pode ser entendido no mesmo sentido que Francisco de Oliveira (1999) aponta para a formação da sociedade no Brasil, no que ela tem de processo complexo de violência, proibição da fala, privatização daqueles bens que são públicos. Oliveira identifica na interpretação dos intelectuais "demiúrgicos" sobre a formação da sociedade brasileira (partindo de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Hollanda, passando por Machado de Assis, na leitura de Roberto Schwarz, Celso Furtado e até chegar a Florestan Fernandes) um longo e reincidente processo de anulação da política, do dissenso, do desentendimento – e para isso também apóia-se na interpretação de Ranciére (1996).

Nesse sentido, Oliveira associa quase todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, da fazer política às classes dominadas. A "política" aqui é tomada no sentido da reivindicação da fala pela qual se expressa o dissenso, o desentendimento sobre a distribuição do todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que não têm nada. A supressão do commons nas redes digitais e as restrições às tecnologias que permitem o usufruto de informação, cultura e conhecimento bem como sua transformação virtuosa, por se darem ao largo do escrutínio dos canais democráticos, expressam também essa violenta negação do outro, a fabricação de um consenso imposto para as formas de consumo de tecnologias da informação.

56 No Brasil ainda inexiste legislação específica sobre crimes na internet. No momento em que escrevo, está em tramitação na Câmara, depois de aprovado no Senado, Projeto de Lei Substitutivo ao PL da Câmara nº 89, de 2003, e Projetos de Lei do Senado nº 137, de 2000, e nº 76, de 2000, todos referentes a crimes na área de informática. Esse substitutivo, que ficou conhecido como Lei Azeredo, aglutina três projetos de lei que já tramitavam no Senado, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, de rede de computadores, ou que sejam praticadas contra rede de computadores, dispositivos de comunicação ou sistemas informatizados e similares, e dá outras providências.

A aproximação entre a interpretação de Francisco de Oliveira (centrada na categoria de classe) e o reflexo da segunda ordem de controles tecnológicos aqui analisada sobre o acervo de bens imateriais comuns contém uma aparente incompatibilidade, já que o debate sobre o controle de bens simbólicos não é centrado na categoria "classe". Entretanto, as duas ordens de controles tecnológicos convivem; ambas expressam o imperativo da dominação, da relação entre dominantes e dominados que, para Gramsci, institui a política. Se o silenciamento da fala, a relativa anulação da política e a reação a essas violências são postas em termos de relações de classes por Oliveira; um mesmo processo de silenciamento e anulação do dissenso, da política, está presente no debate em torno do usufruto de bens imateriais. A anulação da política em ambas problemáticas têm como mínimo denominador a ação daqueles que não aceitam-na, sejam eles os patrícios sobre os quais escreve Ranciére; os operários das Câmaras setoriais de Oliveira; os intelectuais organizadores da cultura de Gramsci:

> Fazem o que (aos escravos) era impensável: instituem uma outra ordem, uma outra ordem do sensível, constituindo-se não como guerreiros iguais a outros guerreiros, mas como seres falantes repartindo as mesmas propriedades daqueles que as negam a eles, (RANCIÉRE, 1996, p. 41).

Ou seja, exercitam atividade bem determinada que rompe a configuração sensível na qual se define a distribuição das parcelas às partes da sociedade, a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a existência de uma parcela dos sem-parcela. Em outras palavras exercitam a política, e nesse sentido contrariam a polícia, no sentido que esta assume:

> antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído, (RANCIÉRE, 1996, p. 42).

Essa questão será retomada com mais vagar mais à frente. O quadro seguinte sumariza as formas de regulação do ambiente digital relativamente às camadas física,

lógica e de conteúdo.

FORMAS DE REGULAÇÃO do AMBIENTE DIGITAL			
	Lei	**Norma**	**Código**
Física	Obstrução de canais por causa de dispositivos legais		Disponibilização de menos canais por temor de responsabilidade.
Lógica	Adoção de software para gerenciamento de conteúdo		Disponibilização de menos serviços na rede por temor de responsabilidade
Conteúdo	Aplicação do Código Civil e das leis[57] 9.609/1998, 9.610/1998, 10.695/3003	Provedores retiram conteúdo por ausência de regras claras e específicas sobre sua responsabilidade. Imposição feita por intermédio de advogados sem respaldo legal.	Incentivo à adoção de conteúdo "trancado" para a isenção de responsabilidade

Quadro 2. Adaptada de Lemos, 2005.

57 Respectivamente: dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador; lei do direito autoral; estabelece as penas às violações aos direitos conexos do autor.

2.5 Os limites do modelo de Lessig: expressão do pensamento dicotômico sobre a técnica

Apesar da utilidade e da pertinência da análise de Lessig, esta é marcada por uma insuficiência que resulta não somente em um pessimismo (realista e não imobilista) mas principalmente que aponta para soluções (já mencionadas) marcadamente assombradas pelo horror[58] da autonomização crescente da técnica. Nesse sentido, *Code and other laws of ciberspace* e seu autor se vinculam à tradição do pensamento ocidental sobre a técnica (de Heidegger a Habermas, passando por Ellul até chegar ao próprio Lessig e seus admiradores):

Nessa perspectiva, os objetos e processos técnicos relacionam-se com o humano de forma dicotômica: ao humano cabe alterar o código ou a arquitetura do espaço digital, alterando como quem altera uma pedra (com um martelo e um escopo) para encontrar lá dentro o formato de uma silhueta. Aquilo que Simondon (1989a) chamou de modelo hilemórfico.

O horror que repticiamente habita a análise de Lessig se evidencia na centralidade que o 'código' ocupa e no poder que tem de submeter e eliminar os outros elementos de regulação do ambiente digital – a lei, as normas sociais e o mercado –, considerados pelo próprio Lessig. A conseqüência mais evidente foi a formulação e o desenvolvimento de uma crença[59] segundo a qual o embate entre as forças proprietárias e "os combatentes resolutos da liberdade" se dá prioritariamente em termos de "códigos versus códigos". De que basta acreditar que "tecnologias de controle podem ser neutralizadas por tecnologias de liberdade", (CASTELLS, 2003, p. 150).

O argumento é tentador: poderia funcionar como um convite a uma aproximação com o argumento exposto por Ranciére: a capacidade da fala, o logos, é o que define os homens dos não-homens, é o que estabelece o Estado e suas leis e que no fundo é uma contagem das partes: só existe a parcela das partes e os que são

58 Lessig considera quatro tipos de liberdades que, em sua opinião, a Internet põe em risco. A primeira se refere à relação entre a propriedade protegida por direitos do autor e dos direitos dos consumidores; a segunda é a liberdade de expressão; a terceira se refere à privacidade e, a quarta, a liberdade dos estados de legislar.

59 Manuel Castells é um dos que adere a esta crença: "o caminho que as sociedades tomarão certamente não depende do próprio código, mas da capacidade que têm as socieddes e suas instituições de impor o código, resistir a ele e modificá-lo", (CASTELLS, 2003)

destituídos do logos (a capacidade da fala) não são uma parte e não têm direito a parcela nenhuma.

No âmbito dessa discussão[60], essa aproximação poderia se dar na seguinte forma: *aqueles que, numa sociedade da informação, não possuem o logos técnico para a expressão de suas singularidades ou para estabelecer relações comunicativas nos termos e por meio dos instrumentos de comunicação, desenvolvidos na modernidade tardia, não podem ser contados, não entram na contagem como homens*[61]. E poderia continuar assim: *dessa forma, bastaria o domínio do logos técnico relativo às tecnologias da informação e comunicação, ou seja, o domínio do 'código', para assegurar a inclusão na contagem dos homens e conseqüentemente uma parcela dessa parte, nos termos de Ranciére.* Ou seja, a tese subliminar de Lessig é que basta o domínio do código (um instrumento já anteriormente elaborado por outrem, um artifício portanto fechado, que já se oferece de forma alienada) para uma regulação subversiva ou alternativa que evite a redução de bens simbólicos disponíveis no ambiente digital, as restrições à manifestação da fala e a regulação panóptica de uma sociedade de controle.

A tese de Lessig portanto considera a necessidade de arquitetos que imprimam regulações alternativas ao código, tomando-os e também aos objetos técnicos como indivíduos formados, constituídos, finalizados, individualizados. Nesse sentido, Lessig adota, por um lado, "uma via substancialista, considerando o ser (como "consciente na sua unidade"); e, por outro lado, assume "uma via hilemórfica, considerando o indivíduo como engendrado pelo encontro entre uma forma e uma matéria. O monismo centrado sobre si mesmo do pensamento substancialista opõe-se à bipolaridade do esquema hilemórfico", (SIMONDON, 1989a, p.9).

Transposta ao Brasil, não considera os processos (necessariamente políticos) de formação desse indivíduo-arquiteto-detentor do código; cujo contexto é formado pelo

60 Ou seja, relativa à produção, distribuição e usufruto de informação cultura e conhecimento.

61 Não é à toa que as iniciativas que procuram formar uma expertise mínima de setores da sociedade 'excluídos' relativamente às tecnologias da informação e comunicação recebem o nome de "programas de inclusão digital". O Comitê para o Desenvolvimento da Informática, uma das iniciativas dessa linha, descreve dessa forma o que faz: "A tecnologia é um dos mais poderosos catalisadores de mudança social na atualidade. Mas, tecnologia, por si só, é apenas um instrumento. O verdadeiro desafio é tornar a tecnologia relevante e útil no contexto das populações socialmente excluídas", disponível em http://www.cdi.org.br/notes/O_Que_Fazemos.

acúmulo histórico de repressão e anti-democracia, bem como pelo desequilíbrio entre os sistemas privado, público e estatal (de rádiodifusão), da concentração da propriedade e da vinculação dos grandes grupos de mídia com lideranças políticas regionais e locais, (LIMA, 2006). Problemas que impedem a democratização da mídia no Brasil como instância do exercício de participação da sociedade (PERUZZO, 1998, p. 275)[62]. A análise de Lessig também parece não considerar que as duas formas de controle técnico co-existem, pois a solução pelo domínio do código foi desenvolvida para dar conta dos controles exclusivamente sobre bens simbólicos no ambiente digital.

Mas a principal razão da insuficiência do modelo de Lessig se deve a implicitamente tomar os objetos técnicos e o conhecimento a eles associados como formas de ordenar processos exteriores ao humano, sendo baseada numa relação epistemológica sujeito-objeto entre individualizados estabilizados. Não comporta uma formação em que homem e código/técnica/máquina estejam relacionados, cada um assume um lugar, são individualizados estabilizados, postos em posições opostas do certame: o homem que usa o instrumento[63]. Entretanto, para uma profíqua discussão das ações coletivas com mídias livres e dos desafios que elas respondem, que vão além do ambiente digital, é preciso considerar a tese segundo a qual a técnica é a característica mais importante daquilo que se considera humano (NEVES, 2006).

62 Subliminar a essa relação entre mídia e política estão as teses de que a) a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a sfera da política; b) não há política nacional sem mídia; c)a mídia exerce várias das funções tradicionais dos partidos políticos; d) a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais; e) a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político; f) as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político e g) as características específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral, (LIMA, 2006).

63 Em Virilio, essa perspectiva perde todo substrato político em discussão: “Pilotar o espaço, o CIBERESPAÇO, como pilotava-se há pouco um veículo automóvel, eis a grande mutação estética das técnicas de INFORMAÇÃO. Transferir para o ambiente próximo o controle que se exercia até então sobre “o objeto”, a máquina do deslocamento, e isto graças à aquisição de uma dimensão “fractal”, não mais do espaço, mas do tempo; de um tempo real que permite a partir de então virtualizar a proximidade de um indivíduo com a ajuda de um procedimento de assujeitamento de seus movimentos, eis a utilização mais estupefaciente da interatividade”, (VIRILIO, 1996, p. 126)

2.6 Agenciamentos sócio-técnicos e ações coletivas com mídias livres

Se, na sociedade industrial acontece uma intensificação da exteriorização iniciada pelo homem pré-histórico com o uso do sílex e o surgimento da técnica da linguagem, na hipermodernidade, a principal transformação nas formas de técnica apontam noutra direção.

> (…) o homem portador do objecto-ferramenta, que era acima de tudo um prolongamento da mão, começa a desaparecer sendo substituído por *agenciamentos* de conjuntos técnicos com objectos cada vez mais concretos, mais atravessados pela intencionalidade que antes era um privilégio quase total do animal homem. Este deixa de ser o portador intencional da ferramenta para passar a fazer parte de um conjunto sociotécnico. (NEVES, 2006, p. 117).

A idéia de agenciamento aqui é o de uma simbiose que se estabelece pelo co-funcionamento das suas partes heterogêneas. Nesse sentido, num agenciamento, podem estar envolvidos homens e os mais diversos objetos técnicos – homens e objetos são as “partes” heterogêneas do agenciamento. Este processo de autonomização técnica atravessa os agenciamentos, tem-se acelerado e evidenciado as ligações híbridas com o humano, a complexificação e o alargamento das próteses humanas, emergindo relações que nos parecem estranhas. Aqui um breve parêntese é necessário com relação ao hibridismo do humano com objetos técnicos que levam ao surgimento da idéia dos cyborgs. O discurso do pós-humano tem o mérito de colocar em evidência essas 'novas relações'. Mas a idéia do cyborg é apresentada como uma utopia ou um mito que se materializou numa grande narrativa humana (HAYLES, 1999, apud LIMA, 2004; DIAZ-ENSERATH, 2008; OSTROM, 2007) em que eles são apresentados como super-heróis que cristalizam o fim e valor último do ser humano – a realização do homem passaria por uma expressão tecnológica –, ao mesmo tempo em que são animados de energia dirigida para o extermínio do mal. Mas nessas narrativas, o lado humano tende a desaparecer. Noutra perspectiva, o pós-humano é o monstruoso que dilui a barreira civilizadora entre o humano, o natural e o tecnológico (FERREIRA e MORAIS, 2000).

A diluição de fronteiras que se trata aqui não caminha no sentido de um pós-humanismo cyborg, cuja literatura é eufórica a respeito, e que aponta para um

rompimento com a pré-modernidade. Outro, o sentido adotado aqui: a de que a intensificação da individuação técnica que atravessa os agenciamentos não se dá por ruptura. “Trata-se antes de algo que precede o humano, tendendo, nos tempos em que vivemos, a crescer acelerando-se, invadindo cada vez mais o geográfico, criando um número cada vez maior de agenciamentos tecnumanos”, (NEVES, 2006, p. 129). É por isso que é negada a idéia de uma luta dicotômica ente o humano e o não-humano.

Walter Benjamin já havia identificado essa tendência de mescla entre a dimensão humana e a dimensão “coisal”, quando escreveu que “a cada dia que passa mais se impõe a necessidade de apoderar-se do objeto do modo mais próximo possível em sua imagem, porém ainda mais em sua cópia, em sua reprodução”, (BENJAMIN 2000, p. 228)

Ora, é o que acontece com as protesizações. No capitalismo tardio, por um lado, aumentaram de forma extraordinária, invadindo áreas do humano ligadas à linguagem, à memória e à imagem. Por outro lado, aumentou o nível de concretização dessas próteses, que são cada vez mais individuadas em híbridos de humanos e não-humanos (NEVES, 2006). É importante observar que tanto a perspectiva tecnofóbica, que aponta para uma sociedade anulada pela técnica quanto a abordagem tecnofílica, que pensa uma sociedade em que as máquinas possibilitam a vida feliz, partem do pressuposto de que os objetos técnicos considerados já realizaram plenamente sua concretização. Nessa perspectiva,

> o objeto adquiriu a sua coerência e o sistema de necessidades torna-se menos coerente que o sistema do objeto; as necessidades moldam-se pelo objeto técnico industrial, que adquire assim o poder de modelar uma civilização. É a utilização que se transforma num conjunto moldado pelas medidas do objeto técnico, (SIMONDON, 1989b, p. 24).

Ora, vimos que objetos técnicos (hardwares e softwares) funcionam de forma articulada para identificar os *conteúdos* dos pacotes e reduzir – também automaticamente – a velocidade de seu fluxo, por meio da redução da banda disponibilizada – o que implica na alteração de velocidade com que os pacotes de informação trafegam[64]. Como observou Simondon, o mais relevante no processo da

64 Proibida pela Resolução 272 da Anatel, essa estratégias são negadas pelas empresas de telecomunicações. Tais medidas são amplamente denunciadas por entidades defensoras dos

revolução industrial não foi propriamente a substituição das ferramentas pelas máquinas (o surgimento da máquina a vapor); a autêntica mudança foi a substituição do suporte da ferramenta, que deixou de ser um sistema em que o orgânico era determinante, para passar a ser uma máquina que se autonomiza (SIMONDON, 1989b). O funcionamento articulado de softwares e hardwares (aquilo que Lessig entende por código) constitui justamente o caso do objeto concreto da indústria que faz com que as necessidades moldem-se pelo objeto técnico industrial.

> Na era industrial, o homem já não é a origem intencional dos indivíduos técnicos tomados separadamente, ou seja, as máquinas. Na verdade, ele executa uma quase intencionalidade que se situa já no próprio objeto técnico. (STIEGLER, 1996, p.80 e 81).

Há nos conjuntos técnicos que formam o código um altíssimo nível de concretização (de autonomização) que cria formas híbridas de individuação cada vez mais pobres. E por que mais pobres? Porque ele não apenas promete a realização do desejo, do usufruto – nesse caso, de bens simbólicos – por seu intermédio. O próprio ambiente digital é ele próprio objeto de desejo que atrai e seduz. E a realização do desejo, do usufruto (neste caso, de bens simbólicos) depende da submissão às ordens-desejo do código, da máquina. O usufruto fica delimitado pelo programa da máquina e da mesma forma que nas perversões sexuais, o prazer aumenta, mas o desejo empobrece (GIL, 2002). Daí surge uma relação estranha na qual o código, a máquina passa a dispor de inteligência. Noutros termos, trata-se de uma fetichização do código, que prolonga o processo de fetichização da máquina, que havia dado consecução à fetichização da mercadoria – o caráter de fetiche da economia capitalista (baseado na mercadoria que não é a coisa em si) denunciado por Marx atravessa nossas relações com os objetos técnicos e outros humanos.

Essa relação empobrecida é possível de ser verificada no uso medíocre dos

---

consumidores. A Abrafix foi chamada a se colocar em relação ao tema, o que o fez por meio da seguinte nota: “Sobre o impacto do VoIP, a Abrafix confirma que influencia a receita das operadoras, mas que também gera outro tráfego: o de dados pelas redes e que tem se tornado cada vez mais importante. Esse fenômeno é inevitável e a transferência de voz por meio da malha lógica acaba compensando a perda de receita da telefonia convencional. A Abrafix defende teses corporativas mas não orienta nenhuma empresa por ela representada a nenhuma ação pontual para reter velocidade de dados. As limitações, quando acontece, são de ordem física, não são implementadas por interesses empresariais”

serviços de redes sociais como Orkut e Facebook, do email, mas também dos computadores pessoais, cujo modelo de uso é moldado pela indústria. Trata-se de uma perversão no sentido de que aumenta o prazer com a posse do objeto (ou pelo menos seu uso, nas milhares de lan houses distribuídas em território nacional) mas simultaneamente diminui a capacidade como sujeito desejante e ativo. O mesmo raciocínio se aplica, com mais propriedade ainda, à relação com os bens simbólicos, gradativamente em processo de fechamento no ambiente digital pelas razões já aventadas. Esses fatores especificam matizes do empobrecimento da experiência do mundo, (BENJAMIN, 2000).

Nesta perspectiva, a individuação dos objetos técnicos já estaria completa, não restando espaço para a ação ou a reflexão sobre a relação com a técnica. Numa outra perspectiva, pensar os agenciamentos sócio-técnicos em termos de individuações em processo abre possibilidades para a superação das perspectivas imobilizadoras tanto tecnofóbicas quanto tecnofílicas. O relacionamento com os aparatos técnicos colocados em prática pelas ações coletivas com mídias livres colocam em suspensão a técnica como algo natural (positivo) ou artificial (negativo). E tomam-na como algo sobre o qual é ainda possível atuar. Nesse sentido, Simondon chama atenção para o trabalho do artesão, que é baseado numa organização analítica, deixando sempre a via livre a novas possibilidades. Diz Simondon:

> estas possibilidades são a manifestação exterior de uma contingência interior. No afrontamento da coerência do trabalho técnico com a coerência do sistema de necessidades de utilização, é a coerência da utilização que vence porque o objeto técnico (*construído)* sob medida é de fato um objeto sem medida intrínseca; as suas normas vêm-lhe do exterior: não realizou ainda a sua coerência interna; não é um sistema do necessário; corresponde a um sistema aberto de exigências. (SIMONDON, 1989b, p. 23). (*itálico de minha responsabilidade).*

Rosseau caracteriza a técnica como afastamento, e de fato as individuações técnicas como as representadas pela articulação entre softwares e hardwares parecem afastar-se do homem em direção àquilo que não está imediatamente ao alcance da mão. Diferentes autores sob diferentes perspectivas refletiram sobre o estatuto desse afastamento. Benjamin o considerou na forma do esvaziamento da aura da obra de arte

provocada pela reprodutibilidade técnica – na verdade, tal processo para Benjamin vai além do domínio da arte, uma vez que as técnicas de reprodução “destacam o objeto reproduzido do domínio da tradição”, (BENJAMIN, 2000, p.226)

Lyotard, por seu turno, também pensa esse afastamento em termos de como as novas tecnologias fomentam o deslocamento (e a dispersão no tempo) dos elementos que impulsionam o enraizamento da cultura – processo que se verifica desde ainda as tecnologias industriais (carvão, vapor e eletricidade), que passaram a exigir hábitos de produção, de troca e de consumo fora do momento mesmo e do território da produção. Com isso, diz Lyotard, “surge um meio notável para ultrapassar o obstáculo criado pela cultura tradicional à apreensão, ao trânsito e à comunicação das informações”, (LYOTARD, 1997, p. 70).

Paul Virilio também pensou este afastamento na forma de uma “imagética instrumental de um computador capaz de gerar um além virtual, graças à velocidade de cálculo de seus circuitos integrados”, (VIRILIO, 1996, p. 124). Nesse sentido, haveria um aumento de limite para a experiência humana diante da virtualidade maquínica de tal forma que o ambiente virtual tem a capacidade de uma “desrealização informátca”, que resultaria “hoje na derrota dos fatos, já que a informação a partir de então se sobrepõe à realidade do acontecimento”, (Ibid, p. 125).

Heiddeger, em Ser e Tempo, estabelece uma relação entre novas tecnologias e as possibilidades de atravessar distâncias e suas próprias análises do espaço como uma condição estrutural para a condição humana (GUMBRECHT, 1999). A palavra *Entfernung* (distância) sofre uma hifenização pela qual seu sentido é invertido: *Ent-fernung* passa a indicar encurtamento da distância – com isso Heidegger postula a tese de que de um ponto de vista existencial o resultado da redução da distância tem prioridade sobre a distância. Essa tese obriga o filósofo a reconhecer que as novas tecnologias de velocidade e transmissão podem convergir com a prioridade existencial de se eliminar a distância.

Derrida também pensou esse distanciamento, na medida em que o conceito de diffé***a***nce permite a compreensão da escrita como produção de marcas no mundo – uma mnemotécnica que, no capitalismo tardio, tende a se complexificar e se autonomizar.

Em Deleuze, finalmente, surge a possibilidade de pensar a técnica, não como o domínio global e totalizante, mas como multiplicidade que permite uma incessante produção a partir dela mesma, uma produção por atualização de uma instância virtual, ou seja, da Diferença. A margem deleuziana permite ver a técnica como produtiva, dinâmica, alucinada e, ao mesmo tempo, não abortiva, não finalizadora, não destrutiva. Instância que "atualiza com nova velocidade a pura realidade virtual na qual cada coisa possui uma face", (CRAIA, 2003, p. 269). Essa atualização deixa a coisa mais livre, não mais determinada – o cálculo e a utilidade não fazem desaparecer o indivíduo singular: ele é produzido sempre como diferente, sendo enriquecido com n dramatizações.

> Claro que as forças da repetição mecânica, utilitária, econométrica e calculável podem tomar conta da coisa em qualquer momento, e o fazem, mas já é muito tarde, em outro lugar o diferente surge, uma outra atualização não esperada acontece. (CRAIA, 2003, p. 269).

Por essas razões, pensar a técnica com Deleuze implica em considerar o ponto onde a coisa é libertada; introduzir a Diferença pura na reflexão em torno da técnica implica em abandonar os liames mediadores da representação que "tendem a submeter a diversidade dos seres à identidade plena de um conceito geral e abstrato" (SCHÓPKE, 2004). A técnica abre-se à multiplicidade, a uma multiplicidade solta das amarras da medição e da organização de forças previamente determinadas. Como se verá, é essa perspectiva, tornada plástica, que anima as apropriações realizadas pelas ações coletivas com mídias livres.

Todas essas leituras em que a técnica aponta para 'o afastamento' remetem para um mesmo fenômeno: a suplementação do humano, a projeção tanto no espaço como no tempo, a capacidade e as possibilidades de antecipar[65].

Essa perspectiva põe em evidência a necessidade de se repensar a ligação entre seres humanos e os objetos técnicos, que se intensificou na modernidade. Os agenciamentos sócio-técnicos atuais não constituem rupturas, e sim processos que tendem a crescer acelerando-se, gerando um número maior de agenciamentos

65 E que resumem o dinamismo da modernidade baseada na *separação entre tempo e espaço, no desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e da apropriação reflexiva de conhecimento*, (GUIDDENS, 1991).

tecnumanos – o que as ações coletivas com mídias livres permitem antever é que essas ligações não precisam ser de um único modo, aquele em que o “processo industrial do grande degrada mais as reservas humanas e materiais do que ele próprio pode criar ou regenerar”, (SLÖTERDJIK, 1999, p. 78)

O que muda substancialmente não são as ligações com os objetos técnicos, mas antes a consciência dessas ligações e os modos não industriais e não comerciais que elas podem tomar. Que passam necessariamente pelas artes do fazer cotidiano, pelos afetos, pelas manipulações singulares de instrumentos, pelas experiências que abrem-se a subversões do aparato tecno-midiático, pelas possibilidades reais de se criar um espaço tempo de subversão das práticas e teorias sobre tecnologia e cultura. Essas possibilidades têm o efeito de mostrar que as nossas formas tradicionais de pensar o relacionamento com a técnica, hilemórfica ou substancialista, foram ultrapassadas ou ao menos não são adequadas para se analisar as ações coletivas com mídias livres. A aceleração que fornece o contexto dessa problemática obriga-nos a mudar as nossas categorias de pensamento, a abandonar também o conforto do pensamento representacional, baseado no princípio da individualização.

Em seu lugar, as relações entre o humano e as técnicas no capitalismo tardio exigem se pensar não em termos de indivíduos constituídos, mas em termos de zonas intermédias, evitando sínteses. Nesse sentido, ou seja, ao abandonar conceitos centrados no indivíduo e na identidade, teremos de estudar o processo. Deleuze fornece uma chave útil para entender o pensamento intuitivo de Simondon:

> Simondon (…) desenvolve uma ideia que me parece muito próxima das de Husserl, mas com outros argumentos e retomada de uma outra forma. Tal como dizia Husserl, há o hábito de pensar em termos de essências formais e das coisas sensíveis formadas. Ora, esta tradição esquece uma coisa: o que está entre os dois, um intermediário. É ao nível deste intermediário que tudo se faz, na medida em que nada se pode compreender das essências formais e das coisas formadas, se não se focaliza essa região escondida das essências vagas. Simondon diz algo que é estranhamento semelhante. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 141).

Ao se considerar os aparelhos técnicos em um processo de individuação, eles são 'libertos' do modelo matéria-forma, o que implica sua separação do modelo

atribuído pelo trabalho industrial – definições essas advindas da relação causal e premeditada entre forma e matéria. A alternativa implica em pensar a individuação na zona obscura, entre a forma e a matéria, entre as essências formais e as coisas formadas (Husserl). Ainda Deleuze a respeito de Simondon:

> O domínio que Simondon descobre entre a forma e a matéria não é um intermediário que retém um aspecto da forma e um aspecto da matéria, não é de todo uma síntese. É realmente uma terra desconhecida, escondida por essa coisa do intermediário. (DELEUZE, 1971, p. 2).

O que a teorização de Simondon, retomada por Deleuze, aponta é uma sucessão de estados metaestáveis em que o objeto técnico nessa perspectiva é pensado e transformado, apropriado e re-significado por práticas artesãs. É uma realidade em fluxo, nômade, de busca do objeto técnico, de busca pela apreensão e apropriação do objeto técnico e que permite que a operação tecnológica seja separada do modelo de trabalho estanque, passando a se sujeitar a operações de deformação, a operações que se aproximam mais de uma modulação do que de uma moldagem. O que essa perspectiva coloca em evidência é uma gênese ontológica que atravessa o antes, o durante e o depois da individuação, “um devir do ser, aquilo em que ele se torna na medida em que é, como ser”, (SIMONDON, 1989a, p. 13).

As ações coletivas com mídias livres operam sobre/nessa zona obscura da individuação dos objetos técnicos, abandonando a divisão estanque entre a essência da coisa e a coisa formada, entre a forma e a matéria, abandonando enfim a perspectiva hilemórfica de tratar o objeto técnico. As formas pelas quais essa zona obscura da individuação são iluminadas permitem a criação de mecanismos e ambientes de produção, circulação e usufruto de bens imateriais como resistência aos desequilíbrios provocados pelas estratégias de fechamento, tornadas possíveis pela intensificação das individuações técnicas.

CAPITULO 3

Aspectos teóricos e metodológicos

1. Introdução

O objetivo desse capítulo é apresentar os pressupostos metodológicos que guiaram desde a primeira linha do trabalho a análise das ações coletivas com mídias livres. São apresentados os critérios adotados para a seleção dos grupos e indivíduos a serem entrevistados, bem como para a formação do Corpus. Também são expostas as formas de acesso a tais informações, que incluiram textos – manifestos, convites para festivais e encontros, teses e dissertações; além de produção áudio-visual –, as respostas a entrevistas em profundidade realizadas, bem como a observação das interações presenciais.

O processo de análise foi desenvolvido após uma aproximação presencial a alguns dos eventos produzidos e, concomitantemente, ao acompanhamento de quatro listas de discussão na internet. A identificação e escolha dessas fontes também será discutida nesse capítulo, assim como a postura de investigação e reflexão em face às interações entre os agentes de ações coletivas em análise.

O principal critério adotado é o de que as ações coletivas selecionadas possuem um veio antagonista que porta e expressa um conflito em relação à produção social no capitalismo tardio. O questionamento refere-se às formas com que os recursos imateriais são apropriados, à maneira como são transformados e produzidos e a direção que essa produção toma. Nesse sentido e em sintonia com outros movimentos antagonistas contemporâneos, esse questionamento aponta diretamente ao problema do controle sobre recursos coletivos fundamentais. Entende-se que há uma dimensão política nessa postura e procura-se com isso uma interpretação dessa política na forma de um programa – desenvolvido no Capítulo 4.

2. Primeira aproximação metodológica: antagonismo e política

Os dois capítulos iniciais possuem uma descrição do contexto da economia de bens simbólicos no capitalismo tardio que expressa as dificuldades pelas quais passa o modelo comercial de sua produção, circulação e usufruto. As ações coletivas com mídias livres, entretanto, não incorporam apenas uma resposta aos limites contemporâneos de viabilidade ao negócio com bens imateriais – expressam na verdade um conflito e uma oposição ao modo com que os bens informacionais são produzidos e controlados, bem como os objetivos dessa produção.

Esse, o primeiro dos pressupostos assumidos aqui. Ele está em sintonia com a conceituação de Alberto Melucci para movimentos antagonistas[66]. Ao assumir tal pressuposto, precisamos levar em consideração que os objetivos, condições e meios da produção social são definidos de forma antagonista pelos adversários. Também implica em considerar o entrelaçamento com os processos de desagregação do complexo comercial de bens intangíveis. Considerar como eixo característico a disposição antagonista (indo além de uma resposta àquela crise), implica em reconhecer a existência de questionamentos coletivos quanto à legitimidade do poder[67] e ao modelo estabelecido para o uso dos recursos sociais.

Nesse sentido, é necessário definir o que se entende aqui por produção social. Na acepção de Melucci, adotada pela sua adaptabilidade ao objeto dessa pesquisa, a produção social se define como

> formação ou transformação de objetos através da aplicação de certos meios de produção a uma matéria-prima, no interior de determinadas relações sociais. Os componentes analíticos da produção social são, portanto, a) uma forma de ação, b) uma matéria-prima, c) os meios de produção, d) uma relação social (MELUCCI, 2001, p. 49).

Dessa definição depreende-se que a produção social inclui recursos tecnológicos para a produção, circulação e usufruto de conhecimentos. Dispositivos maquínicos, canais físicos de veiculação, ferramentas lógicas são considerados como

66 Uma ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade. Luta não só contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento (MELUCCI, 2001, p. 42).

67 Exercido pelo conjunto de leis que tratam do acesso aos bens simbólicos; pelo controle técnico dos recursos físicos de acesso a tais bens (no léxico de Lawrence Lessig, o Código); e em última instância pelo exercício da força e da repressão.

tais. Se Melucci faz observar que em geral a transformação do ambiente natural em produção social se dá com a geração de sentidos e de relações mediatas simbolicamente, esse aspecto ganha ainda maior relevância e verdade no caso da produção social constituida pelas tecnologias da informação e comunicação e pelos conhecimentos a eles associados.

As expressões de ideias, a que chamo bens imateriais, também são associadas ao conceito de produção social desenvolvido por Melucci – são geradas em atos sociais a partir de matéria-prima comum e implicam o reconhecimento recíproco da identidade dos produtores, tornando possível, sobre esta base, a troca. As trocas e o compartilhamento são possíveis porque os produtores dessas expresões de ideias podem reconhecer suas próprias criações materializadas e porque existe uma certa reciprodidade no reconhecimento. O antagonismo em relação a essa questão nasce em parte devido à ruptura da reciprocidade no reconhecimento entre atores que produzem os bens imateriais, as expressões de ideias. Trata-se assim da separação entre produção e reconhecimento por um lado; e apropriação e orientação dos recursos sociais de outro lado. Essa ruptura entre produção e reconhecimento obre aqueles processos de cercamento discutidos no Capítulo 1.

É necessário aproximar desse conceito de produção social o espectro eletromagnético, entendendo-o como o resultado de uma transformação de um aspecto da natureza (a matéria-prima) no interior de determinadas relações sociais. Nesse sentido, e esse é outro pressuposto analítico assumido a partir da teorização de Melucci, as ações coletivas com mídias livres são formas de ação antagonista que colocam em termos diretamente culturais o problema do controle sobre todos esses recursos coletivos fundamentais.

Em suma, a 'produção social' não se refere a recursos financeiros, mas expressa relações sociais, bens simbólicos, identidade e aos recursos para defini-la. Correspondentemente, o controle sobre a produção não se exerce por parte de um grupo social reconhecível, assim como produzir não significa mais apenas a interferência sobre os recursos naturais para convertê-los em mercadorias para a troca, a organização e divisão do trabalho naquele velho conhecido agenciamento técnico-humano conhecido por fábrica. Significa crescentemente o controle dos sistemas

complexos de informações, símbolos e de relações sociais.

Como outros movimentos, as ações coletivas com mídias livres são uma realidade histórica complexa e heterogênea em que se encontram significados de ação que podem ser associados a diversas categorias analíticas. Ou seja, operam no interior de sistemas organizativos, atuam em mais de um sistema político, agem numa sociedade em que convivem diversos modos de produção, de modo que as ações coletivas estão implicadas em uma gama variada de problemas, de atores e de objetivos. Melucci afirma que uma dimensão pode prevalecer sobre as outras e caracterizar, de modo específico, um movimento. Também podem combinar-se de forma diferente.

No caso das ações coletivas com mídias livres, a identificação desses componentes foi decomposta com o fim de individualizar um sentido específico e a direção geral do movimento, tomada na forma de uma interpretação de seu programa político. Isso não significa que o fenômeno objeto dessa pesquisa possa ser identificado unicamente por esse sentido. Essa ressalva tem por objetivo reforçar um caminho, segundo o qual “um movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação. Nenhum fenômeno de ação coletiva pode ser assumido na sua globalidade, porque não expressa nunca uma linguagem unívoca”, (MELLUCI, 2001, p. 33).

O sentido mencionado é o de criar condições estruturais e conceituais para a produção, circulação, apropriação e usufruto de conhecimento, informação e cultura fora das hostes comerciais. Atribuiu-se a essa orientação, que prevalece sobre as outras linhas de atuação, uma atualização da análise de Ranciére para a emergência do exercício da política, com uma correspondente instituição de uma outra ordem do sensível. Ou seja, aproximei a criação de tais condições estruturais e conceituais a um virtuoso processo de atualização da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, da reivindicação da fala, do dissenso, da possibilidade e das condições para a expressão do desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcela ou partes do todo e os que não têm nada, contemporaneamente no Brasil.

Na verdade, essa aproximação parece ser mais justificável ainda por causa do necessário rompimento dos limites de compatibilidade do sistema de relações sociais

(Cf. Melluci, 2001), que também caracteriza os movimentos antagonistas. No caso das ações coletivas com mídias livres, ele se dá na forma de ruptura da ordem policial que garante os cercamentos de bens informacionais e se exprime por uma atividade política (por muitas aliás, heterogêneas mas transversais na mesma intencionalidade) que afirma a existência de uma parcela dos sem parcela, a iguldade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante.

Se, por um lado essa perspectiva comporta uma certa limitação da condição sistêmica dos conflitos antagônicos expressso pelas ações coletivas com mídias livres, por outro lado tem o mérito de bem expressar a natureza dos conflitos em sociedades complexas: eles continuam a ser vivenciados em torno da produção, da apropriação, da destinação dos recursos sociais – os atores é que mudam (Ibid, p. 37). É por isso que, novamente em sintonia com os princípios de análise dos movimentos sociais desenvolvidos por Melucci, a análise partiu do que está em jogo nos conflitos (Capítulos 1 e 2) para só então identificarmos os atores.

3.3 Segunda aproximação metodológica: política e cotidiano

Os critérios apresentados no tópico anterior e, de forma geral, a concepção de Melucci para os movimentos contemporâneos, formaram um ponto de partida fundamental. As ações, eventos e redes identificados compõem um núcleo duro de insubordinação, de insatisfação e antagonismo. A busca e identificação de grupos que atualizassem a perspectiva de Ranciére para a emergência da política serviu, posteriormente, como necessário recorte. Essa perspectiva implicou uma abordagem que permitisse tratar do aspecto suscitador das políticas colocadas em prática pelas ações coletivas em questão. E essa abordagem em muito é tributária da analítica gramsciana. Vejamos as razões.

Como já ressaltado, tais ações colocam em termos diretamente culturais o problema do controle sobre recursos coletivos fundamentais. E, ainda com Melucci, isso implica em que emergem questões de reapropriação que reivindicam o direito de afirmação da identidade como caminho para a superação do roubo da fala, de anulação da existência, de negação da parcela dos sem parcela que tanto vem sendo afirmado.

É aí que se opera o rompimento dos limites de compatibilidade do arranjo monopolístico de bens simbólicos. O desenvolvimento de mecanismos (físicos, lógicos, normativos e metodológicos) para produção e usufruto de informação; de ambientes telemáticos para interação pública e compartilhamento da produção social; de metodologias de apropriação tecnológica; de normas para o compartilhamento livre de bens simbólicos – o desenvolvimento de tais mecanismos constitui a ruptura da ordem policial que ampara os limites de compatibilidade do sistema comercial de produção de conhecimento e informação no capitalismo tardio[68].

Estes fronts acima indicam uma atuação sobre a cultura a partir de uma certa perspectiva de relacionamento com o objeto técnico[69] e em termos de produção e usufruto de bens informacionais em que se enredam virtuosamente crítica e construção

68 Com isso procuro cumprir com a necessidade de definir o sistema de referência que está associada à análise que introduz a noção de ruptura. O sistema produtivo aqui considerado assegura a produção de recursos da sociedade entre os quais os componentes cognitivos, simbólicos e relacionais e que sempre caracterizaram a produção social.

69 A cultura de consumo que prevalece em relação a equipamentos de tecnologia da informação e comunicação passa pela aceitação de uma obsolescência acelerada, que exige uma contínua substituição. Da mesma cultura faz parte a noção de que a manipulação de recursos avançados em TIC são uma prerrogativa de uma elite logo-técnica, como tratado no Capítulo 2.

– em face à apropriação privada ou elitista da produção social. O quando desse front é o cotidiano; o lugar, as instâncias mais pobres da sociedade civil. É acertado afirmar que os agentes desses movimentos desempenham um papel de mediação entre conhecimentos, processos e tecnologias e pessoas. Mediação na qual todos os sujeitos visados por suas interferências são considerados como potenciais produtores de mídias, de relatos por onde acontece a busca da afirmação da identidade – partilhada ou coletiva – a partir da reapropriação da produção social[70].

A desmistificação do objeto técnico, e por decorrência, a desmistificação do complexo político-midiático que se esboça no trabalho dos agentes das ações coletivas com mídias livres reflete as táticas através das quais todo indivíduo pode se aproximar da condição de igualdade da fala com as instâncias hegemônicas da sociedade. Eu aproximo o estatuto da igualdade, nessas condições, ao entendimento gramsciano de que todo homem é filósofo, na medida em que pode expressar com os recursos disponíveis no capitalismo tardio tanto uma concepção do mundo quanto uma ética, ou tanto suas concepções de mundo quanto suas éticas. A idéia em Gramsci que se procura atualizar aqui é que todo homem manifesta em sua ação interativa (através da linguagem, das linguagens, de seu senso comum) um conjunto de noções tanto sobre o que é como sobre o que deve ser. E isso, reflexivamente, tanto em relação à economia-política da comunicação quanto em relação a uma miríade de outros temas que envolvem as comunidades sobre as quais agem os sujeitos que são objeto dessa pesquisa.

A aproximação com uma interpretação gramsciana se esclarece, ainda, pela formação de uma vontade coletiva, que por um lado baseia uma crítica ao modelo corrente de apropriação capitalista dos bens imateriais, o cercamento da inteligência coletiva (BUSANICHE et.al, 2007; BOYLE, 2003 e 2008); e por outro suscita a construção de modelos de produção de riqueza social baseada em bens cognitivos gerados em rede, de forma não comercial.

Na medida em que o trabalho e a produção de riqueza de uma forma geral se converteram em atividades progressivamente mais lingüísticas, comunicativas e

70 A atuação é localizada, mas o quadro em que tal pragmática se situa é universal: o universal no local. A dimensão humana da necessidade da expressão de sua identidade é contraposta aos limites em que tal dimensão é negada.

relacionais, isso implica em que os saberes estão incorporados à produção na forma de máquina de capital cristalizado. Mas também na forma de aplicações polivalentes de gestão de informação a desempenhar um papel central entre as forças motrizes do novo ciclo econômico. Nesse sentido os conhecimentos se confirmam como a presa mais valiosa em termos de formação de capital – como os dois capítulos precedentes procuraram mostrar. Um dos principais fios a que o sistema capitalista se agarra nesse contexto consiste em sincronizar a formação de capital à produção de conhecimento[71].

A digitalização da informação abre um novo horizonte na produção/gestão da informação: possibilidades quase ilimitadas de acumulação, possibilidades de circulação e de reprodução em tempo real, possibilidades de realizar tarefas e cálculos complexos que antes requeririam a coordenação múltipla de grandes equipes físicas e intelectuais.

O rompimento dos limites de compatibilidade do arranjo monopolístico de bens simbólicos é debitário dessas possibilidades de digitalização dos saberes, que aumentam de forma extrema a conectividade operativa entre a produção coletiva e a velocidade de circulação de qualquer segmento de informação. A formação da vontade coletiva relativa a esse cenário, complexo, está necessariamente associada ao trabalho de direção, organização, educação, teorização, síntese e mediação desenvolvido por várias categorias profissionais no cotidiano (ou a partir dele) de demandas ordinárias por canais e instrumentos de comunicação, afirmação de identidades, reivindicação de direitos[72].

A formação dessa vontade coletiva pode ser entendida como uma síntese de demandas já existentes em relação à concentração de mídias, à falta de canais de expressão de culturas marginalizadas, à ausência de alternativas midiáticas que atendam a relatos próprios e que impliquem em afirmação de identidade.

---

71 Sabemos que é em Marx que encontramos a primeira aproximação, premonitória talvez, sobre a centralidade do conhecimento como potência produtiva. Do Fragmento das máquinas (Grundrisse, 1973): O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento geral se converteu em força produtiva imediata e, portanto, até que ponto as condições do processo da vida social mesma entrou sob os controles do general intellect.

72 Esse é, no meu entender, um nível de expressão da ação política em questão que está relacionada até certo ponto com interesses mais corporativistas e locais. Mas que ao mesmo tempo aponta para uma dimensão universal da condição de expropriação e exploração. A interpretação do programa político desenvolvida mais à frente procura estabelecer um estatuto mais universal para essa pulsão, que já se esboça aqui: retomada e construção das condições de possibilidade para a reivindicação da fala e da parcela dos sem parcela.

Os modos de expressão dessa vontade coletiva sintetizada assumem as formas de uma cultura livre. A emergência de uma cultura livre se dá graças ao exercício de ruptura da ordem policial que ampara os limites de compatibilidade do sistema de produção monopolístico de bens simbólicos. A vivência de uma cultura livre implica na possibilidade de constituição de uma outra ordem do sensível, nos termos de Ranciére. É nesse sentido que se evidencia a necessidade das tecnologias abertas e livres.

Por cultura livre entende-se, **por um lado**, o conjunto de trabalhos destinados a serem copiados e/ou modificados, estudados, aplicados por qualquer pessoa para qualquer finalidade. Nesse sentido, para ser considerado uma expressão da cultura livre, seu status legal deve fornecer certas garantias (LESSIG, 2005; HESS e HESS E OSTROM, 2007; GAY, 2002; BARBOSA, 2003, LEYSHON, 2001; LAING, 1986; KEALY, 1974; HESMONDHALGH, 1996, entre outros):

a) Disponibilidade da fonte de dados – pelo que todas as informações usadas para compilação ou processamento devem ser disponibilizadas junto com o trabalho com as mesmas condições de acesso;

b) Formato livre – a forma física ou virtual em que se apresenta o trabalho não pode ser protegida por patente;

c) Sem restrições técnicas – não se deve anexar restrições técnicas que ameacem ou impeçam os requisitos anteriores;

d) Sem restrições legais – nenhum tipo de cobertura legal (como patentes, contratos, etc) ou limitações (como direitos de privacidade, direitos de imagem, etc) podem estar associadas ao trabalho.

A noção de uma cultura livre vai além dessas condições relativas ao produto cultural. Entende-se que o controle, por parte de artistas e intelectuais, de sua produção e das formas de acesso a essa produção social é um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, participativa, igualitária e livre (LESSIG, 2005; STALMAN, 2004; KRISHNAN, SMITH E TELAG, 2003). Isso implica em que tais produtores passam a se relacionar com suas obras de forma autônoma em relação às instâncias comerciais hegemônicas da economia de bens simbólicos. Essas novas formas de democratização da cultura estão articuladas de

forma orgânica ao desenvolvimento e utilização de tecnologias livres, bem como de ambientes de circulação dos bens imateriais gerados numa cultura livre.

É por isso que o domínio, a apropriação de tecnologias abertas e livres expressam o veio suscitador da política colocada em prática pelas ações coletivas com mídias livres – o que novamente nos remete às concepções da ação política em Gramsci. O necessário corpo que realiza o trabalho de mediação é composto pelos coletivos analisados, em face aos critérios e ao recorte adotados, que foram escolhidos em função de desenvolverem experiências mais profícuas com mídias livres. Nesse sentido, mais uma aproximação necessária é aquela entre os agentes desses grupos, que eventualmente chamo artífices das ações coletivas com mídias livres, e a ideia de intelectual orgânico cunhada por Gramsci.

Se o partido e os intelectuais orgânicos, para Gramsci, devem ser os artífices da formação de uma vontade coletiva nacional-popular, vinculada a uma reforma intelectual e moral, é porque como sabemos, a frente cultural foi considerada pelo crítico italiano fundamental e decisiva para a luta das classes subalternas.

A possível atualização no que se refere às ações coletivas e seus intelectuais orgânicos aplicada aqui considera a existência de um complexo processo de síntese de uma vontade coletiva em andamento. Tal vontade coletiva não exprime necessariamente uma forma superior de civilização moderna, como queria Gramsci. Implica antes na afirmação da existência daquela parcela dos sem parcela. Essa síntese expressa as energias formadas em função de um apagamento de pessoas, da rejeição feita pela ordem social da maioria dos seres falantes para a noite do silêncio ou o barulho animal das vozes que exprimem satisfação ou sofrimento, (Cf. RANCIÉRE, 1996). É a síntese de uma revolta que não se pretende ressentida[73], e, assim como os escravos a que Ranciére se refere, a revolta de que se trata aqui é deflagrada pelo julgamento de que, em face a uma determinada ordem, algo dentro de quem se insurge

73 Scheler definiu bem o ressentimento como uma auto-intoxicação, secreção nefasta, em um vaso lacrado, de uma impotência prolongada. Nesse sentido, o ressentimento tem um caráter passivo e de inveja, (CAMUS, 1996, p. 29). Enquanto que na origem da revolta há, por um lado, um princípio de atividade superabundante e de energia, suscitador. E, por outro lado, o revoltado não inveja aquilo que não tem, uma vez que ele defende aquilo que ele é: “ele não reclama apenas um bem que não possui ou do qual teria sido privado. Visa fazer com que se reconheça algo que ele tem e que já foi por ele reconhecido, em quase todos os casos, como mais importante do que qualquer coisa que ele pudesse invejar”, (Ibid. Apud). A mímese não é suficiente.

é negado, “algo que não pertence apenas a ele, mas que é comum a todos os homens, mesmo àquele que o insulta e o oprime”, (CAMUS, 1996, p.28).

É aqui que se insinua o **outro lado** necessário para a conquista de uma cultura livre e do potencial emancipatório que ela comporta. O entendimento de que o conhecimento livre é a principal matéria prima para a efetividade[74] dessa revolta – a existência própria da fala, da existência, da construção de uma outra realidade sensível, da expressão do desentendimento por onde o exercício da política – tem um fundo revolucionário de ordem cultural e moral. Nesse sentido, a reforma que o escritor italiano teorizou e viu como possibilidade histórica, longa e demorada, se atualiza na forma de uma prática local de dimensão universal: ainda com Camus, o movimento da revolta não é em essência um movimento egoísta.

A reforma de base moral e intelectual a que se refere Gramsci se atualiza portanto com a formalização e síntese de uma vontade coletiva em que se cristaliza o antagonismo ao modelo de apropriação de bens imateriais comuns, base cognitiva para a reivindicação da fala. A “recuperação da história dos dominados” a que se refere Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2000), não é somente muito recente no Brasil. É também uma disposição universal no local, sem que no entanto se articule como ação sobre a totalidade da categoria classe social.

Se a formação da vontade coletiva em Gramsci era ligada a uma reforma intelectual e moral, objetivada pelo partido político, que agia como elemento da catarse necessária para elevar na classe operária a consciência particularista ao nível da totalidade, da compreensão dos vínculos políticos globais da classe operária com as demais classes da sociedade, antagônicas, aliadas ou potencialmente aliadas; a formação da vontade coletiva relativa ao trabalho com as ações coletivas com mídias livres, que também funcionam como organismos coletivos, acionam essa passagem da particularidade à universalidade, da necessidade à liberdade, da fase econômico-

74 “Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação, no fundo, o nosso sonho”, a referência a Paulo Freire (1996, p. 43) não é casual. Freire é uma das muitas referências a que recorre a intelectualidade que as ações coletivas com mídias livres comporta.

corporativa à fase política antevista por Gramsci. Mas este também é um dos limites, analisado, no Capítulo 4, da capacidade que o modelo gramsciano oferece: a mediação dos coletivos não se destina a preparar as classes para a questão do Estado e do poder.

4.Terceira aproximação metodológica: agenciamentos

Como mostrado no capítulo anterior, o entendimento da técnica que perpassa as ações coletivas com mídias livres é debitária da abordagem feita por Deleuze e Simondon. Tal abordagem abre margens para que a apropriação tecnológica, condição importante para o rompimento dos limites de compatibilidade do sistema de produção imaterial[75] possa acontecer vinculado às ordens do cotidiano.

Ao longo do processo de aproximação com o objeto de estudo, essa perspectiva revelou um potencial teórico-metodológico por si própria muito interessante. Ele implica numa retomada da produção social que está em consonância com a noção de formação da vontade coletiva, com o princípio e as metodologias de intermediação e síntese. É a partir destes que acontece a produção de sentido por parte das comunidades atendidas pelos coletivos de produção midiática analisados.

Tomar o objeto técnico[76] como uma construção histórica que pode ser transformada, apropriada e re-significada por práticas artesãs comporta um potencial revolucionário que está para além da quebra do vínculo entre a operação tecnológica e o trabalho estanque. As operações de deformação, desvirtuação, modulação a que me referi anteriormente estão no terreno da intervenção na realidade, de transformação da produção material e de seu intercâmbio. Ora, ao mudá-la, muda também o pensamento e os produtos de pensamento deste sujeito (MARX, 1984).

Em um mundo aparentemente condenado ao ceticismo, que é a outra face da derrelição das energias utópicas, é alentador se deparar com a virtuosidade que assumem as possibilidades de libertação real, no mundo real, como meios reais. Ganha um sentido ainda mais forte e atualizada a perspectiva segundo a qual

> A produção das idéias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o

75 As legislações de direito autoral, e que se ampara o controle sobre a circulação de bens simbólicos por meio de redes digitais, o controle dos aplicativos a funcionar sobre essas redes comerciais. Os processos que concorrem com o distanciamento da técnica, do controle sobre os objetos tecnológicos e a obsoletização falsa e acelerada de hardwares não são exatamente elementos repressivos. Mas concorrem para incrementar a perda da autonomia nas formas de produção e usufruto de bens culturais.

76 Ao referir-me ao objeto técnico em geral incluo, como deve ser evidente, as ferramentas que permitem o desenvolvimento de ambientes comunicacionais públicos, tanto digitais quanto analógicos. Isso implica em uma variedade bastante ampla de recursos: desde plataformas abertas de hardware e software como os arduinos, transmissores de rádio, servidores, dispositivos portáteis de captação de áudio-visual, etc.

> intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como efluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral da religião, da metafísica, etc., de um povo, (MARX, 1984, p. 22).

A filosofia da práxis introduz na ciência política e da história a noção de que não existe uma natureza humana abstrata, fixa e imutável – o que implica em que tanto o *homo oeconomicu*s e seu caráter natural, quanto o *homo politicus* da teoria burguesa não existem. Por outro lado, a base analítica fornecida pelo entendimento do objeto técnico de Deleuze e Simondon supera dialeticamente a ênfase marxista sobre as limitações e condicionamentos postos à vontade humana pela base material[77]. Ela faz transparecer de forma aguda a predominância do papel de agente histórico do homem enquanto agente produtor de coisas, de idéias, de técnicas e por conseguinte de sua consciência de si e do mundo.

É certo que o entendimento da zona de obscura de individuação; que o abandono da divisão estanque entre a essência da coisa e a coisa formada, entre a forma e a matéria que abre possibilidades para práticas artesãs que transformem, apropriem e re-signifiquem o objeto técnico, desenvolvidos no capítulo anterior, já comportam um certo nível de elaboração teórica.

Por sua vez, tais caminhos para a auto-reflexidade nascem do terreno da necessidade: a metodologia e os aspectos mais reflexivos de apropriação tecnológica são fortemente amparadas numa desconstrução do objeto técnico, emoldurada pelas condições econômicas – a falta de equipamentos básicos força a recombinação e transferência de peças de um equipamento a outro.

Assim, a passagem da filosofia da técnica desenvolvida por Deleuze e Simondon, de uma mera anotação de influência teórica e metodológica sobre as ações coletivas com mídias livres, ao de instrumento de análise se explica por causa da possibilidade que tem em expor o caráter histórico da técnica e da relação dos homens

77 Condicionamento explicitado na continuação da citação acima: Os homens são produtores das suas representações, ideias, etc.,mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produticas e do intercâmbio que a estas corresponde atéas às suas formações mais avançadas. (MARX, 1984, p. 22)

reais com os objetos técnicos. Ou seja, permite expor e problematizar como essa relação conduzida hegemonicamente pelo mercado, não é eterna, possui contradições internas que autorizam sua mutação.

Essa assimilação procurou uma compatibilidade, limitada como se verá, com os elementos de origem gramsciana já indicados. O princípio que guiou essa tentativa de compatibilidade não é natural, como não poderia ser, uma vez que está no terreno da análise e portanto de certas escolhas. Por outro lado, o princípio de análise, que também é um princípio de (auto)-interpretação, dos agenciamentos técno-humanos vem sendo desenvolvida por alguns dos artífices das ações coletivas com mídias livres; e se configura como parte daquele trabalho de intermediação e organização a que me referi no tópico anterior.

Ele permite contemplar, por meio da desmistificação do objeto técnico e do complexo de produção midiática, a formação da vontade coletiva que se dá como consequencia desse processo de interpretação e de desmistificação. Ele permite uma abordagem sobre as formas de apropriação de conhecimentos comuns bem como das históricas questões em torno da produção social.

É necessário ressaltar que a realidade em fluxo, nômade, de busca do objeto técnico, de busca pela apreensão e apropriação do objeto técnico incorporada pelos artífices das ações coletivas estudadas forma um painel de difícil objetivação. A compatibilidade acima assinalada não é a única razão para tomar a filosofia da técnica desenvolvida a partir de Deleuze e Simondon. É que esta abordagem, tomada criticamente, parece também a mais adequada para abordar essa realidade em fluxo.

A adoção dessa perspectiva, por fim, tem uma outra justificação, de ordem ética. Como outras pesquisas de doutorado, seu fim é o de produzir uma contribuição inédita em termos de conhecimento social. Nesse sentido, essa tese serviu também para a construção de um lugar de onde se fala e como fala seu autor. E exigiu uma tomada de posição que se filia à de Paulo Freire, para quem a educação é uma forma de intervenção no mundo. No mesmo sentido, não basta à prática de professor ser a favor do homem ou da humanidade – vaguiedade que Freire despreza por ser demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. O mesmo princípio se aplicou neste trabalho em razão da concretude dos fenômenos a que se refere.

A tomada de posição implícita aqui é inspirada pela virtuosa posição a que Freire condiciona a prática educativa: a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais, contra a ordem capitalista vigente que inventou a aberração da miséria na fartura, (FREIRE, 1996).

É claro que a conversão do que poderia ser considerado um mero elemento a ser analisado – as influências de ordem teórica e metodológica – em 'instrumento' de análise pode fazer emergir um outro questionamento que precisa ser tematizado. Até que ponto a incorporação dessas referências analíticas podem comprometer a razoabilidade crítica que se julga necessária para a produção de uma tese em particular e do conhecimento em geral?

Novamente é a Paulo Freire a quem recorro não meramente para responder a essa pergunta, mas antes para explicar a posição tomada diante do objeto de estudo, muitos meses antes da finalização desse trabalho e da escrita desse capítulo. Pois é a curiosidade epistemológica, resultante da superação da ingenuidade e da pura experiência em direção à criticidade, o que se procurou aplicar nas análises e na interpretação da política das ações coletivas com mídias livres.

Curiosidade epistemológica que, como explica Freire, nasce associada ao senso comum e criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade mas não de essência .

> A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere e alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE, 1996, p. 16 e 17).

Nesse sentido, procura-se com esse trabalho e com o que virá depois dele, por causa dele, uma intervenção no mundo. Não fosse assim, essa tese não teria sido possível. E talvez não fosse desejável.

5. Aspectos metodológicos: pontos de partida

A aproximação com o que chamo 'ações coletivas com mídias livres' surgiu do interesse suscitado, ao fim do trabalho de mestrado, no final do ano de 2005, pelas perspectivas da relação com a tecnologia que levassem a níveis de autonomia e auto-determinação. Esse é um sentido oposto ao verificado no ambiente de negócios que formou o contexto de minha pesquisa anterior[78]. Essa procura conduziu-me ao movimento software livre e à ética hacker. Daí para acessar as ações coletivas com mídias livres foi mais próximo, dada a forte influência que os princípios da cultura hacker (ASSIÉ, 2001; DIMANTAS, 2003; WARK, 2004) exercem sobre as inciativas que buscam a obtenção de autonomia usando tecnologias da informação e comunicação. No mesmo período, as questões relativas à democratização da comunicação passaram a me interesar também no reflexo da insatisfação com o então trabalho de jornalista que exercia.

A partir desse momento procurei me aproximar das formas de apropriação tecnológica, sistemas abertos, ética haker, e de uma maneira geral das práticas libertárias com tecnologias da informação[79]. A insatisfação com a economia-política da comunicação no Brasil permanecia como uma insatisfação muda. Somente a partir da decisão por tentar uma vaga no curso de doutorado no Departamento de Sociologia dessa Universidade Federal de Pernambuco me ocorreu a busca pela convergência entre esses dois campos..

Esse resgate é necessário porque tem seus reflexos sobre a forma de relacionamento com as ações coletivas com mídias livres, e por conseguinte com os caminhos tomados para identificação e escolha das ações coletivas com mídias livres a serem analisadas.

Nesse sentido, é necessário pontuar que nunca cheguei a tomar parte de nenhuma inciativa de democratização da comunicação, assim como nunca participei ativamente de nenhuma iniciativa para refletir sobre ou socializar tecnologias abertas.

78 A pesquisa do mestrado consistiru de um estudo de caso baseado nas experiências dos chamados profissionais do software na administração de seu tempo. A idéia era analisar a quais estratégias eles recorriam para administrar o tempo num contexto em que o espaço das demandas privadas e pessoais são espremidas por um trabalho que progressivamente passa a ocupar mais horas da vida dos sujeitos, e a se estabelecer em atividades que não são diretamente ligadas às atividades profissionais, como o aprendizado, o consumo, o lazer.

79 Mas é verdade também que a essa pulsão se associava em igual medida uma certa dose de tecnofilia.

Para o bem e para o mal, esse não envolvimento direto me direcionou a pensar o que defino como ações coletivas com mídias livres verdadeiramente como um objeto de pesquisa.

Esse ponto de vista certamente contribuiu para uma limitação do conjunto de metodologias, influências, afetos, experiências, experimentos, lugares, conversas, impressões, idéias, canções, acuidade a que pude chegar e depois expressar, analisar, traduzir. Sobretudo porque o sentido de compartilhamento que permeia os grupos e pessoas acompanhados e analisados requer essa convivência, que não pude desenvolver – ou que desenvolvi de forma limitada.

Não é que tivesse tocado daquela condição que Bourdieu considerava fundamental para a prática metodológica - o princípio de não-consciência, que permite "a apreensão da **lógica objetiva** da organização", que por sua vez "conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações", (BOURDIEU et. al., 2002, p. 29).

Consequentemente, fica dada a limitação de uma possível contribuição às próprias demandas sociológicas, filosóficas, éticas e políticas que emanam (do tenso e problemático, mas virtuoso e fértil) terreno das ações coletivas com mídias livres.

Assim, necessário foi definir uma estratégia de curto prazo para confirmação de algumas hipóteses e caminhos para a pesquisa que se iniciava. Essa estratégia começou pela identificação, a partir de uma prévia busca bibliográfica, dos movimentos que se encontravam no cruzamento aquelas duas áreas mencionadas – o que aliás resultou num conjunto bem reduzido de trabalhos tanto em Sociologia quanto em Comunicação[80]. Também fez parte desse momento inicial uma busca, entre as instituições integrantes do movimentos pela democratização da comunicação por coletivos, pessoas, grupos e outras referências que atuassem com apropriação tecnológica e sistemas e tecnologias abertas. Correspondentemente, procurei entre o movimento pelo softwre livre no Brasil por grupos envolvidos com a luta pela democratização das comunicações.

80 Novamente são os autores que vêm refletindo sobre a cultura hacker e seus desdobramentos que têm fornecido desde finais dos anos 1990 contribuições mais valorosas nesse sentido. É interessante observar, aliás, que em geral a formação desses pensadores nem é em Ciências Sociais nem em Comunicação, mas em Engenharias, Tecnologias da Informação e Direito.

Nesse sentido, duas (vagas e limitadas) linhas de atuação para o que até então eu denominava ativismo digital foram identificadas inicialmente:

A *apropriação tecnológica para mudança social* e o exercício do que nomeei por *jornalismo não-comercial e mídia livre.* A hipótese naquele momento era a de que os grupos que realizam apropriação tecnológica para mudança social e jornalismo não comercial e mídia livre constituiam uma reação ao arranjo centralizado e monopolizado no setor da rádio-difusão no Brasil. Eram também uma reação às dificuldades de acesso a tecnologias informacionais com vistas à expressão de subjetividades e de criação a alternativas de formação profissional. Em última instância procurariam ocupar espaço público, criando ambientes comunicativos virtuais para a expressão de singularidades, vivências e visões de mundo não hegemônicos e/ou contra-hegemônicos. Como tal, se colocariam em oposição a esse arranjo de forças expresso pelos meios de comunicação de massa com ações localizadas e pulverizadas, formando esferas públicas autônomas, nos termos da crítica realizada por Cohen & Arato (1992) ao conceito mobilizado por Jürgen Habermas. Ou seja, elas expressariam a reação preconizada às forças do sistema, representadas, no caso das comunicações, pelo monopólio da fala e pela anulação da política, nos termos usados por Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1999) – a importância da leitura de Ranciére e da interpretação de Francisco de Oliveira para a história política brasileira já estava presente. E de posse dessas indicações parti para uma série de entrevistas exploratórias.

Tais entrevistas, que suscitaram inclusive o início do acompanhamento de quatro listas de discussão (Submidialogia, Metarreciclagem, Rádio Livre e Fórum de Mídia Livre) e a bibliografia que foi sendo sugerida a partir do contato com tais pessoas, logo tornaram possível ver a limitação dessa abordagem inicial, e a necessidade de redirecionar e intensificar a procura pela transversalidade explicitada pelos grupos que passei a manter contato.

Isso porque, no escopo inicialmente considerado, as mobilizações estavam restritas às redes virtuais, deixando de fora as ações em torno das rádios livres e tvs livres. Também não levava em consideração a denúncia da falsa obsolescência dos equipamentos informáticos (com os graves reflexos sobre o meio-ambiente que traz) e

das possibilidades de re-uso de hardwares à base de softwares livres, o que renova o tempo de vida útil e otimiza sua performance. O recondicionamento nesses termos é um desdobramento virtuoso e radical que a generalidade do termo 'apropriação tecnológica', usado e abusado por programas de 'inclusão digital', oblitera. As entrevistas exploratórias serviram ainda para indicar a necessidade de considerar as iniciativas educacionais que procuravam criar condições de possibilidade (sobretudo por meio de oficinas, de produção e documentação áudio-visual) à afirmação/formação de identidades em comunidades periféricas.

As entrevistas ainda serviram para observar que o trabalho de criação, desenvolvimento e manutenção de plataformas de apoio técnico, armazenagem e compartilhamento de informação na internet está organicamente relacionada a todas as atividades precedentes. Algumas das listas que passei a acompanhar, por exemplo, rodam (funcionam) em servidores livres, ou seja, mantidos por organizações não governamentais, universidades, coletivos independentes e, genericamente, sem fins comerciais[81].

Um outro aspecto ou front de ação identificado é relativo à economia de bens simbólicos, e em particular às estratégias corporativas em escala mundial para o controle e limitação do acesso à produção social imaterial – tratado no capítulo anterior. O desenvolvimento e a adoção de formas de licenciamento de bens imateriais que garantissem sua acessibilidade, por exemplo, não vinha sendo considerada e se revelaria depois das entrevistas iniciais um importante elemento de ação e portanto para a análise.

Esse aspecto requereu a busca de um entendimento que articulasse esse aparente emaranhado de frentes desconexas de atuação e fornecesse direções para a análise. Esse entendimento ficou mais próximo com o conceito de commons de informação (BENKLER, 2006; BOYLE, 2003 a e b, 2008; HESS e OSTROM, 2007; LESSIG, 2001; BAUWENS, 2005) e permitiu uma inflexão na abordagem que inicialmente vinha sendo dada.

A reflexão daquelas formas de manifestação acima, em face aos recursos de análise e interpretação fornecidos pela teoria de Benkler, consolidou a noção de que os

81 O que é por si próprio uma forma de estabelecer parâmetros de autonomia e segurança para os debates, trocas, conversações e planejamentos de todo tipo que lá ocorrem.

movimentos com os quais estava travando conhecimento não poderiam ser entendidos como mera “reação ao arranjo centralizado e monopolizado no setor da rádio-difusão no Brasil”, mas como indisposições relativas à forma como o sistema capitalista gera, apropria, distribui, transforma a produção social, em particular, em suas formas imateriais. Em sua teoria, Benkler argumenta que a comunicação humana mediada se dá em três camadas (física, lógica e de conteúdo[82]). Ainda que as formas de interação humana possam ser muito mais complexas do que esse esquema permite ver, ele se torna útil como mecanismo que contempla todos os fronts de atuação verificados, articulando-os em um mesmo corpo de análise. Assim, foi possível associar a cada uma dessas camadas os fronts do antagonismo exercido pelo que passei a nomear como 'ações coletivas com mídias livres'.

Assim, os níveis de antagonismo que passaram a se considerados, em face à teorização de Benkler são:

A **camada física**. Está relacionado às licenças de transmissão por ondas de rádio e nos remete ao atual mercado altamente concentrado da comunicação comercial no Brasil e no mundo todo. De um ponto de vista mais geral, essa camada também nos remete à abundante bibliografia sobre o duplo papel que as corporações de comunicação e entretenimento desempenham na assimilação, pela ideologia liberal *aggiornata* (o neo-liberalismo), dos processos de globalização: legitimam o ideário global, transformando-o no discurso social hegemônico ou em outros termos, reverberam a doxa invasiva e insinuante do neo-liberalismo (BOURDIEU, 2001); mas também atuam como agentes econômicos globais, por onde vendem seus próprios produtos e intensificam a visibilidade de seus anunciantes.

Em uma interessante interpretação dessa potencialidade, já mencionado anteriormente, Octavio Ianni considera a mídia – as corporações de entretenimento e comunicação – uma nova configuração do “príncipe” de quem falaram Maquiavel e

82 Embora muito associada a ambientes digitais e à internet, modelo de Benkler se propõe a explicar por exemplo a comunicação entre as pessoas. Nesta, a camada física seria composta pelo aparelho fonador; a camada lógica seria composto pela linguagem e o conteúdo, transmitido sobre as camadas anteriores, seria formado pelos formatos de comunicação humana. Para os objetivos aqui estabelecidos, o modelo e os conceitos de Benkler são adequados para fornecer uma base de análise do impacto da regulação pelo código no ambiente digital sobre a produção, compartilhamento e usufruto de informação, cultura e conhecimento. Mas também para identificar metodologicamente os lócus do antagonismo de que se tem falado.

Gramsci. Nessa linha, a metáfora revive de modo inesperado, quando a mídia assume a figura do príncipe da modernidade-mundo, ao lado do líder e do partido, ou acima e além deles (IANNI, 2003: 134). Esse duplo papel estratégico é fundamental para a consolidação do capital monopolista trespassado por uma nova substância política reguladora das trocas globais (Sodré, 2005), da estratificação e do poder hegemônico na contemporaneidade.

A **camada lógica** é o segundo nível de conflitos identificado e, ainda seguindo Benkler, refere-se a "padrões, protocolos e softwares necessários, como os sistemas operacionais" e que "oferecem um ponto de *controle sobre o fluxo* e, portanto, sobre as *oportunidades de produção e compartilhamento de informação e cultura*, (SILVEIRA et al, 2006). Esse é o terreno da formação das chamadas "comunidades de desenvolvimento", que procuram criar autonomamente plataformas tecnológicas e usos alternativos para recursos sociais com base nos quais ambientes comunicacionais fora do eixo comercial se estruturam, produzem e distribuem um enorme leque de bens culturais – músicas, vídeos, programas de rádio, programas de tv, entre outros. Essas plataformas incluem listas de discussão, fóruns, servidores e repositórios (arquivos) onde são alocados os registros de manifestações culturais periféricas e/ou contra hegemônicas.

É a atuação sobre a camada lógica que acena com as possibilidades de uso ou ressignificaçào de recursos técnicos que permitem a produção e a distribuição massiva de informação, cultura e conhecimento sem a necessidade de uma estrutura industrial que suporte tais atividades – daí sua crescente relevância, pela implicação que tem em áreas aparentemente tão diversas quanto desenvolvimento de softwares, jornalismo, documentarismo e formatos de TV[83], (MAZETTI, 2006; DUNBAR-HESTER, 2009; SLACK, 1984).

Por fim, a **camada do conteúdo**, o terreno do controle rígido sobre a apropriação monopólica de bens imateriais e simbólicos. Para os interesses dessa pesquisa, o conflito inerente à camada de conteúdo se remete às indústrias da

83 Nos últimos 200 anos a produção de informação, cultura e conhecimento tem estado atrelada preponderantemente a uma economia industrial. Esse ambiente se complexificou nos últimos 30 anos, graças a mudanças "estruturais" de ordem tecnológicas, econômicas e de práticas socias – elementos, aliás, que também orientam a chave interpretativa da pluralidade dos movimentos sociais usada nessa pesquisa (GIDDENS, 1996 e CASTELLS, 1984, 1989, 1999).

comunicação e do entretenimento. O debate e a atuação dos grupos acompanhados se dá em torno da legitimidade desses monopólios e dos efeitos que a restrição legal ao acesso a tais bens trazem para as possibilidades de expressão cultural na sociedade, no âmbito de corporações monopólicas cuja hegemonia em muito é debitária desses marcos legais. O apego dos grandes grupos de comunicação e entretenimento à manutenção e ampliação dos direitos autorais, sobretudo, está na forma com que os princípios que regem a legislação (em escala internacional e que orienta as legislações nacionais) foram criados no início da era moderna e foram tratados no primeiro Capítulo. Em um sentido, o conflito ocorre em um nível retórico e argumentativo. O debate sobre a legitimidade dessas regulações também fez surgir nos últimos anos formas não comerciais e alternativas de regulação do acesso aos bens imateriais (LESSIG, 2005) – colocando-se assim para além da crítica à legitimidade dos marcos legais de alcance nacional e internacional.

Deve-se observar que esses níveis de conflito possuem um acento na hibridação e outro na transversalidade. O entendimento de BENKLER (2006) orientou ao longo de todo o trabalho as instâncias dos conflitos às quais as ações coletivas com mídias no Brasil se referem, direta ou indiretamente[84].

O trabalho de campo e de análise de dados coletados portanto pode ser dividido em três grandes fases: a aproximação do tema – essa fase descrita anteriormente –, a obtenção mais vertical de informações e o período de análise propriamente dito. A fase inicial serviu para identificar que as questões a que se referem as ações coletivas com mídias livres têm uma clara ligação com a economia-política da comunicação. Mas essa aproximação serviu também para verificar que o antagonismo geral associado vai além, e se projeta para o mercado de bens simbólicos como condição de reapropriação das condições de possibilidade de afirmação da identidade e exercício da política.

A segunda etapa se caracterzou pelo aprofundamento da obtenção de informações. Até este momento haviam sido formados dois marcadores ou guias para a seleção de quais grupos e pessoas acompanhar: a atuação sobre as camadas física, lógica e de conteúdo, como descrito acima, e a perspectiva apropriadora e emancipadora da técnica que entede os objetos técnicos na zona de individuação – o

84 Nesse sentido, a construção do objeto passa pela sua decomposição, em face do sistema de relações sociais e das orientações que tais ações assumem (MELUCCI, 2001).

que implicava, como vimos, no abandono da divisão estanque entre a essência da coisa e a coisa formada, entre a forma e a matéria que abre possibilidades para práticas artesãs que transformem, apropriem e re-signifiquem o objeto técnico.

A identificação inicial de alguns indivíduos, coletivos de produção cultural, de ambientes virtuais e encontros presenciais serviu como um ponto de partida para a identificação de outros atores sociais nessa linha de interesse delineada. Ou seja, utilizei os primeiros contatos como intermediários que me remetessem a outros grupos, práticas e conceitos. Nesse processo, a forma de articulação em rede das ações coletivas com mídias livres funcionou como um fator fundamental.

Ao lado dessas duas guias, um outro elemento viria a ser adotado para identificar e caracterizar ações coletivas com mídias livres. É o Princípio de Dispersão, mais detalhadamente problematizado no capítulo seguinte. É necessário observar que esse Princípio não foi identificado, não foi encontrado. Ele é outro elemento analítico criado (a partir de uma intensa observação das interações nas Listas de Discussão, nos encontros presenciais e nas entrevistas que se seguiram à fase inicial) para a interpretação das ações coletivas com mídias livres, mas também serve como um balisador para sua identificação.

Assim, a Dispersão dos Sentidos, o Descentramento Organizacional e Temporal, a Desterritorialização das ações que compõem esse Princípio de Dispersão – vide Capítulo 4 –, serviram como o terceiro elemento a localizar e justificar os grupos analisados e as pessoas entrevistadas. A busca pela interpretação do programa político das ações coletivas com mídias livres passou a considerar que os conceitos mobilizados/criados, as ações, as formas de articulação e organização são executados por redes submersas de grupos, pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que exprimem uma condição de latência, nas quais as relações vêm à tona por ocasião das mobilizações coletivas.

O Princípio de Dispersão permitiu orientar o olhar para a condição nômade das ações, isolando interpretações que tendessem a considerá-los emanações efêmeras, sem repercussão ou efeito, destituídos de um programa. É o mesmo Princípio que permite apreciar como e porque as ações coletivas com mídias livres são tornadas possíveis por redes submersas de grupos, de pontos de encontro e de circuitos de solidariedade e não

por um ator coletivo politicamente organizado, em termos convencionais.

6. Aspectos metodológicos 2: pesquisa de campo e análise de dados

Tendo formado essa trinca de guias, partiu-se para a escolha dos grupos que criassem condições de possibilidade a uma radical apropriação tecnológica e que permitisse o entendimento do objeto técnico na zona e individuação. Mas que também suscitasse, a partir dessa apropriação, a ação sobre as três camadas, de formas conceitual, organizacional e territorialmente dispersas. Ou seja, os pré-requisitos para a escolha dos atores sociais a serem estudados estavam dados.

a) a incorporação dos objetos técnicos à ação política a partir da concepção de que tais ferramentas são sempre passíveis de serem retirados do modelo de uso atribuído pelo trabalho industrial. A 'apropriação' - celebrada palavra usada nos projetos de inclusão digital –, ganha um status radical, na medida em que é pensada para ocorrer na zona obscura, entre a forma e a matéria, entre as essências formais e as coisas formadas, o que abre férteis possibilidades para a subversão dos objetos técnicos desenvolvidos, criados e construidos pelas instâncias comerciais no/do capitalismo tardio.

b) o exercício do antagonismo – ao modelo proprietário da economia das trocas simbólicas no capitalismo tardio – em três camadas: física, lógica e de conteúdo. Exercício que se dá através da crítica e da construção – crítica às restrições à produção social na sua forma imaterial; e construção de condições de possibilidades de uso ou ressignificação de recursos técnicos que permitem a produção, distribuição, apropriação e usufruto de informação, cultura e conhecimento sem a necessidade de uma estrutura industrial que suporte tais atividades e sem os cercamentos contemporâneos analisados precedentemente.

c) a ação política que se pretende nômade, fluida, impermanente em relação aos conceitos que desenvolve, aos lócus em que acontecem e aos sujeitos que lhes tornam possíveis. O Princípio de Dispersão explicita uma forma de fazer política, mas é sobretudo um recurso analítico que também expõe o foco dessa pesquisa: os artífices das ações coletivas com mídias livres.

Os grupos, coletivos e redes que foram acompanhados, entrevistados e analisados foram aqueles que aprofundaram tais características no sentido de estabelecer as condições de possibilidades para a vivência de uma cultura livre. Nesse

sentido, as três características acima expressam a criação de condições estruturais e conceituais para a atualização da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, da reivindicação da fala, do dissenso, das condições para a expressão do desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcela ou partes do todo e os que não têm nada.

O uso das listas de discussão a que cheguei, levado pelas sugestões nas entrevistas iniciais, explicitaram o caráter de rede dos grupos que realizam ações coletivas com mídias livres. Redes que se estendem por praticamente todo o território nacional, com notáveis pontos comuns em termos de práticas, referências teóricas, uso de ferramentas e até vocabulário. Essa constatação levou-me a procurar abordar práticas de diferentes estados, cobrindo o máximo possível o território nacional com o objetivo de alcançar uma representatividade significativa – isso, apesar do alerta e das ponderações de minha orientadora para a dificuldade e os riscos que esse horizonte representava.

Como tornar factível no período limitado à pesquisa de campo em um trabalho de doutorado o acompanhamento de diversos grupos, em cidades diferentes levando em consideração aqueles critérios acima construidos? Constatando também a inviabilidade de objetivo tão ousado, que implicaria na necessidade de acompanhamento do cotidiano dos grupos, e deslocamentos correspondentes, de entrevistas com vários dos respectivos integrantes, optou-se por um caminho talvez mais viável, mas nem por isso comprometedor. Lançamos mão de um caminho focado nos agentes das ações coletivas com mídias livres que, atuando em grupos previamente escolhidos, de acordo com aqueles pré-requisitos construídos, possuíssem uma participação mais vertical e orgânica com o exercício de crítica e construção que supomos permear as ações coletivas com mídias livres. A escolha dessas pessoas também se guiou por terem atuado em iniciativas, projetos, experimentações, festivais anteriores que tenham servido de fonte de inspiração programática para os grupos abaixo listados.

Nesse sentido, foram realizadas 35 entrevistas em profundidade, o que gerou quase 30 horas gravadas; também foi feita a leitura e análise de textos por eles produzidos (manifestos, dissertações e teses); leitura e análise dos debates

empreendidos nas listas de discussão e a observação participante em um dos encontros Submidialogia (Lençóis, Bahia, dezembro de 2007). As listas de discussão foram acompanhadas entre janeiro de 2006 e junho de 2010. A seleção dos documentos foi guiada pelos mesmos pré-requisitos usados na escolha dos atores sociais a serem estudados. Ou seja, textos, debates, conversas que tratassem de experiências ou que relatassem sobre a relação entre homem e objeto técnico e processos de ganho de autonomia no trato com máquinas. Também foram selecionados textos que refletissem sobre os aspectos de antagonismo em relação à economia de bens simbólicos, no que se refere aos processos e procedimentos de restrição aos bens informacionais, tanto em termos legais quanto na forma de tecnologias para isso. Os elementos que também refletissem sobre a obsolescência das máquinas, sobre a necessidade da indústria da tecnologia da informação renovar constantemente o discurso da necessidade da troca periódica de computadores e outros objetos, e os impactos à natureza que isso traz, também guiou a escolha dos textos. Assim como a produção crítica e o registro do desenvolvimento de caminhos alternativos a essa forma de consumo da produção social. Também se procurou fazer uma leitura atenta das leituras, interpretações, aplicações e textos que informassem sobre a influência exercida pela filosofia de Deleuze, Guattari e Simondon. Nesse último sentido as listas de discussão foram uma ferramenta muito útil não somente para o acesso a referências bibliográficas, mas sobretudo para a observação da interação dialógica entre os sujeitos em face a tais influências.

Dada a intensa transversalidade das atividades desenvolvidas pelos grupos pré-selecionados, evitou-se a tentação de classificar os grupos nos quais uma atividade se sobrepõem ou se destaca mais que outra. Isso limitaria o entendimento das ações políticas que se desenvolvem em locais como o Côco da Umbigada (Olinda, Pernambuco) e o Avante Lençóis (Lençois, Bahia), por exemplo, onde existem rádios livres, mas também a prática de metarreciclagem e a produção áudio-visual.

Cada um dos grupos abaixo teve ao menos um integrante entrevistado. Parte do acompanhamento das atividades dos grupos só foi possível por causa de necessidade geral dos sujeitos e coletivos em documentar as experiências, as atividades, as dificuldades, as intereferências, as transmissões (sinais de rádio e tv), as oficinas.

Documentação e relatos esses que convergem para uma das quatro listas de discussão acompanhadas. O acompanhamento constante dessas atividades se deu, portanto, em cima desses registros, veiculados nos sites dos grupos, nos sites pessoais e nas listas. Desses registros foram pinçados aqueles que, no período em questão, remetiam de forma mais vertical à ordem de coisas em discussão aqui.

A essa produção, efêmera mas registrada de forma confiável, se juntaram as dissertações, teses, livros e manifestos produzidos pelos artífices das ações coletivas com mídias livres e coletados nos últimos quatro anos. Essa produção está indicada na seção Bibliografia.

GRUPOS SELECIONADOS

1 – Balux -
Descrição: O grupo se descreve como uma célula do movimento de MetaReciclagem que se alinha com o "conceito de replicagem e contaminação virótica por zonas autonômas temporárias", de acordo com teto de apresentação em seu site. As atividades são desenvolvidas no Arraia D'Ajuda, na Bahia, por meio de oficinas a adolescentes da comunidade. O objetivo é a transferência de conhecimentos sobre o funcionamento de computadores e a implantação e uso de ferramentas de software livres, bem como o uso dos recursos comunicativos da internet.
Localização: Estrada Mucugê-253B, Arraial d'Ajuda, Bahia
Tempo de existência: 8 anos.

2 - Laboratório de Inclusão digital e educação comunitária (LIDEC) -
Descrição: Equipe que se dedica, desde 2000, a pensar e praticar o uso efetivo da tecnologia para promover a transformação social. Atuam na produção de conteúdo on-line, através da elaboração de diferentes ferramentas interativas; na formação de agentes de inclusão digital, através de módulos presenciais e a distância; e na pesquisa, através do levantamento de dados e da análise de impactos sociais provocados por iniciativas de inclusão digital.
Localização: Av. Prof. Lucio Martins Rodrigues, Trav. 4 - Bl. 18, Cidade Universitária, São Paulo – SP.
Tempo de existência: 10 anos

3 - Ventilador cultural -
Descrição: Coletivo formado por comunicadores e artistas que atuam capacitando, incentivando e apoiando pessoas, grupos e ações sociais a fazerem uso de diversas ferramentas de comunicação fora do circuito das redes comerciais de rádio, tvs e internet. Além desse apoio (que se dá na forma de oficinas de comunicação estratégica, produção de material de comunicação, assessoria de Imprensa), o coletivo tambe produz ele mesmo mídia livre na forma de vídeos, programas de rádio e tv, cartilhas, cordéis, fotografias, textos, quadrinhos, cartazes. Também atua criando

espaços nas escolas para discussões sobre comunicação.
Tempo de existência: 6 anos

5 - Centro de Mídia Independente (CMI) -
Descrição: O CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras de mídia voluntários e independentes que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade. O CMI afirma que pretende colaborar para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. A rede pretende "dar voz a quem não têm voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial", segundo texto de apresentação em seu site. O CMI Brasil também se auto-denomina como uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários/as.
Localização: O CMI Brasil possui 12 representações no território brasileiro (São Paulo, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Rio de Janeiro, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Porto Alegre, Salvador e São Paulo).
Tempo de existência: 11 anos no Brasil

6 - Orquestra Organismo -
Descrição: Coletivo de Curitiba que desenvolve ações em que procura a "recombinação e abertura de códigos de conhecimento e à utilização poética de métodos computacionais e da engenharia dos instrumentos". O grupo realiza desde 2005 pesquisas em desenvolvimento de software e hardware livres que alimentam as noções precedentemente discutidas da humanização da tecnologia. O grupo se descreve como um fluxo colaborativo e interdisciplinar cujas ações refletem questões relativas a agenciamento, ritualização e formação de circuitos.

Localização: Não há um endereço geográfico definido.
Tempo de existência: 5 anos

7 - Centro de Desenvolvimento em Tecnologias Livres do Recife (CDTL) -
Descrição: Pontão de Cultura Digital responsável por difundir ações, conceitos e atividades relacionadas a tecnologias, comunicação e cultura livres. O CDTL nasceu também com a justificativa de promover e dar visibilidade a produtos e ações dos Pontos de Cultura, assim como estimular a formação de redes entre os Pontos dos Nove Estados do Nordeste.
Localização: Rua da União, Edf. Leite Maia, 557, sala 502, Boa Vista, Recife/PE
Tempo de existência: 1 ano e meio.

8 - Media Sana –
Descrição: Coletivo de artistas multimídia cujas apresentações são baseadas na projeção de imagens televisivas, manchetes de jornal, trechos de telejornalismo, depoimentos captados nas redes comerciais de TV em um recorte crítico experimental. Os elementos usados seguem critérios de "conteúdo semântico, sonoridade, disposição gráfica e teor político". Na descrição do grupo, estes "recortes da mídia são associados às notas de uma trilha musical e compõem uma 'canção midiática', com estrutura de letra e refrão. Estas canções são criadas a partir de um tema ligado às questões de cidadania (televisão, ecologia, etc.) e podem ser recriadas e atualizadas ao incorporar novas amostras coletadas". Nas apresentações ao vivo, os integrantes tocam

instumentos conectados a computadores que por sua vez geram imagens pré-gravadas e efeitos projetados num telão. Como é possível perceber, o gtupo se apropria de sons e imagens protegidos pela legislação de Direitos Autorais. Com relação a isso, o coletivo apóia o uso desse bens no artigo 46º do capítulo IV da Lei de Direito Autoral N. 9610, de 19 de fevereiro de 1998[85].
Localização: Estrada Real do Poço, 890, Poço da Panela, Recife/PE
Tempo de existência: 8 anos

9 - Côco da Umbigada/ Rádio Amnésia FM -
Descrição: O Côco da Umbigada é hoje um Ponto de Cultura e Telecentro onde diversas atividades são desenvolvidas. Oficinas de Metarreciclagem, cursos básicos de edição de áudio e vídeo usando softwares livres, manutenção de computadores, introdução ao uso de softwares livres, entre muitos outros. O Côco tem um site em que especifica algumas das atividades relativas a tecnologias da informação e comunicação, onde se lê: "O telecentro do Côco de Umbigada resgata a comunidade do pensamento totalizante dos meios de comunicação de massa, convidando para um ambiente saudável de tecnologia e cultura". Uma outra frente de atuação são oficinas de rádio livre (a Rádio Amnésia FM é sediada no Côco, embora seu transmissor eventualmente seja levado a outros lcais do país).
Localização: Rua do Guadalupe, 380 – Guadalupe – Olinda /PE.
Tempo de existência: 12 anos.

10 - des).(centro.org -
Descrição: Juridiamente, associação, para fins não econômicos, sem fins lucrativos. Tem por objetivo ser uma ferramenta ou plataforma para a emergência de ações colaborativas, projetos e pesquisas relacionados a tecnologia social, da informação, ativismos midiático, arte em rede e áreas afins. Articula projetos e ações entre atores deste contexto, promovendo a livre troca de conhecimento entre todos(as), o desenvolvimento de ações estruturais de intercâmbio via redes telemáticas e encontros presenciais, bem como ações de pesquisa e documentação. Essas ações se darão tanto com projetos propostos por seus conselhos, quanto por editais públicos. É o principal articulador do Festival Submidialogia.
Localização: Rua do Cajueiro, 3, Tibau do Sul, Rio Grande do Norte. O estatuto abre a possibilidade para se abrir subsedes em outras cidades da federação e até mesmo no exterior.
Tempo de existência: 6 anos

11 - Rede Submidialogia –
Descrição: É o nome dado a um projeto crítico multidisciplinar que envolve arte, mídia e tecnologias participativas. É também o nome dado a um encontro, um festival, que ocorre todos os anos em locais diferentes[86], no qual a comunidade local, teóricos,

85 Que afirma não constituir ofensa aos direitos autorais *"a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra."*

86 Submidialogia #1: Campinas (2005); Submidialogia#2: Recife e Olinda (2006); Submidialogia#3: Lençóis; Submidialogia#4:Belém (2009). Em 2010, com recursos fornecidos por edital da Petrobras,

técnicos, ativistas, comunicadores tomam parte construindo coletivamente os momentos do encontro. Um dos textos descritivos do encontro indica que o

"projeto tem provocado ações experimentais que inovam no campo da mídia digital e novas tecnologias porque se dão verdadeiramente a partir de processos colaborativos abertos e em constante construção. Questionam-se assim as configurações sociais, culturais e políticas, além do uso imaginado sobre a existência dos objetos técnicos e estéticos. Ao fomentar o diálogo entre teoria e prática tendo como ponto de partida a convivência junto ao dia-a-dia das comunidades e pessoas, nos espaços públicos, fazemos arte, ciência e gastronomia
(...)
Tanto tema quanto formato ainda estão em construção, mas pairam na convergência entre cultura, comunicação, resistência, re-significação, mídia, tecnologia, arte e táticas."

Submidialogia também é o nome dado à "arte de re:volver o logos do conhecimento pelas práticas e desorientar as práticas pela imersão no sub-conhecimento"( ). Entendendo sub-conhecimento não como conhecimento menor, inferior ou subalterno. O prefixo indica a prática da subversão e a versão dos subordinados. A rede possui uma lista de discussão que foi acompanhada desde 2006.
Tempo de existência: 4 anos

12 - Rede Metarreciclagem -
Descrição: Essa ação coletiva com mídia livre é uma "rede auto-organizada que propõe a desconstrução da tecnologia para a transformação social"[87]. A troca de informações, conhecimentos e até equipamentos e a articulação em rede é um elemento fundamental para a Metarreciclagem. Enquanto metodologia, a Metarreciclagem é realizada por meio da desmontagem e remontagem de computadores para a instalação de sistemas operacionais livres (softwares livres). De um ponto de vista conceitual, trata-se de um "processo de construção coletivo de conhecimento e conseqüente domínio de uma determinada tecnologia que, no limite, desmistifica e abre um novo campo, uma nova interface, uma nova gestualidade e novas possibilidades de criação, enfim, uma nova linguagem e sua simbologia"[88]. Aplicado às tecnologias digitais, aos computadores pessoais e à eletrônica embarcada em equipamentos de uso cotidiano, o conceito passa a se referir à transformação do computador de uma mera ferramenta de

---

três festivais foram produzidos: Arraial d'Ajuda (BA); Bahia de Paranaguá (Paraná) e em Comunidades Quilombolas, no Maranhão. A partir deste ano, a notação Submidialogia#nº é substituída pela indicação Submidialogia>local.

87 Descrição disponível em www.metarreciclagem.org. A conceituação do que seja a metarreciclagem, por parte dos sujeitos que participam de forma mais intensiva dessa rede, continua em aberto. Para os objetivos a que se propõe esse trabalho, parece suficiente considerar essa ação coletiva com mídias livres portadora dos princípios de dispersão, autonomia e convivência mencionados, sendo um dos ramos do programa político que estamos a sistematizar. A grafia mais usada é esta com dois r, embora outras também sejam empregadas.

88 Por isso, a MetaReciclagem se diferencia da inclusão digital, embora seja a ela associada. Essa descrição é de um dos integrantes da MetaReciclagem que atua em São Paulo, Dalton Martins. E por isso mesmo não esgota sua conceituação, que permanece aberta.

trabalho (inacessível e desconhecida) em um instrumento de comunicação sobre o qual os sujeitos podem intervir; e de uma nova linguagem de criação e expressão para refletir as necessidades locais de cada comunidade.

Um dos principais articuladores da Metarreciclagem no Brasil se refere assim a essa ação coletiva:

> Metarreciclagem é uma rede aberta que propõe a apropriação tecnológica como metodologia de aprendizado, mobilização, engajamento e transformação social. Insere-se de maneira crítica no contexto da inclusão digital, do ativismo midiático e da mútua influência entre arte e tecnologia. A Metarreciclagem entende que a tecnologia está sempre em processo de construção, e que todo usuário tem o direito de abri-la para entender e propor novos usos, tornando-se sujeito ativo do desenvolvimento tecnológico. Ainda nesse sentido, propõe que tecnologia seja compreendida de forma ampla: computadores são tecnologia, assim como chaves de fenda, escovas de dente, tesouras, o domínio do fogo e a linguagem. O acesso ao conhecimento embutido nessas tecnologias é ferramenta de emancipação e geração de autonomia. Parte também de fenômenos como a gambiarra e o mutirão para propor uma identidade brasileira no trato da tecnologia e da mobilização social. (FONSECA, 2007).

Esse movimento completa em 2010 oito anos. Nesse período, a metodologias e os objetivos da MetaReciclagem influenciaram diversos projetos de governos estaduais e Federal e da sociedade civil organizada, fizeram surgir grupos mobilizados em praticamente todo território nacional e, como afirma Felipe Fonseca, “consolidou-se como espaço autônomo de reflexão e ação tática de apropriação tecnológica”. Uma abordagem descritiva e pormenorizada da curta porém relevante história do movimento de MetaReciclagem foi realizada por Caetano (2006).

Nomear a Metarreciclagem de metodologia, e/ou rede, e/ou prática comporta uma liberdade analítica necessária aqui, mas a Metareciclagem continua como um fenômeno cuja definição ainda é aberta, ocorre de forma descentralizada,mantém laços orgânicos bem evidentes com aquela perspectiva acima para os objetos técnicos, ancora-se em influências teóricas européias, mas reflete-se em práticas culturais brasileiras.

Tempo de existência: 10 anos

13 - Rede Radio Livre.org -

Descrição: O Rádio Livre.org a lista de discussão radiolivre são duas das ferramentas do Movimento de Rádios Livres. Os dois mecanismos servem para compartilhar experiências, conhecimentos e material, textos, imagens e até áudios. Também servem como espaço para trocas de equipamentos – nasceu justamente da necessidade das rádios distribuidas em território nacional formar uma rede de troca de informações, experiências e sobretudo solidariedade. Tanto a lista rádiolivre quanto o portal RádioLivre.org funcionaram nessa pesquisa como duas portas de acesso (além das

entrevistas realizadas com integrantes de duas das rádios) às discussões, a pontos de vista, às metodologias. As rádios livres, diferentemente das rádios comunitárias que são regidas por uma legislação específica[89], são ilegais. Seu maior argumento contra a repressão empreendida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e pela Polícia Federal é o direito constitucional dado a todos de se comunicar seja por quais meios. Embora não haja uma definição estabelecida para uma rádio livre, adotamos como critérios não possuir fins comerciais, não praticar proselitismo religioso nem político partidário, e atuar de maneira integrada a sua vizinhança. O que significa dizer que qualquer pessoa pode ocupar um certo tempo de transmissão de modo que todo ouvinte se torna um emissor em potencial. É comum que a localização do transmissor seja conhecido apenas pelos integrantes da rádio, como forma de evitar que ele seja apreendido. Considerou-se ainda que o Movimento das Rádios Livres, que no Brasil se instaurou pelo menos nos anos 1970 – como reação a uma certa utopia abstrata dos anos 1960, (GUATTARI, 1999) –, atua questionando os mecanismos de controle da tecnologia e das informações, ao mesmo tempo em que busca construir na prática, o complexo conceito de democracia na comunicação (ANDRIOTTI, 2004). Os elementos retirados tanto do portal quanto da lista de discussão são textos teóricos, indicações de leituras, conceitos, áudios disponibilizados pelas rádios, além da própria dinâmica da relação entre os integrantes. A observação da prática de veiculação livre em rádio[90], além das entrevistas exploratórias realizadas com alguns dos comunicadores, confirmou o enquadramento do movimento em geral nos critérios construidos – a subversão do modelo mercantil aplicado à tecnologia de transmissão e sua humanização; o descentramento das ações; a crítica ao modelo hegemônico de produção, veiculação e troca de informações aliada a uma construção dum modelo alternativo possível encontram no movimento um exemplar paradigmaticamente virtuoso. Das mais de 20 rádios que formam a rede duas foram escolhidas por colocarem em prática os critérios mencionados.

Localização: O RádioLivre.org é uma estrutura de comunicação e compartilhamento de informações localizado na internet. Mais especificamente no servidor do Projeto Saravá[91].

Tempo de Existência: 7 anos

14 - Radio Muda -

Descrição: Gerida por um coletivo de pessoas que coordenam e produzem a programação. A rádio existe há 14 anos, hoje conta com 122 programas semanais e

89 Lei 9612/98. Um aspecto importante dessa legislação é que ela restringe o raio do sinal veiculado a apenas um quilômetro e proibe que rádios comunitárias transmitam em rede. Esses dois elementos configuram uma severa restrição à comunicação popular e à veiculação de informação, cultura e conhecimento localizadamente produzidos. Ou seja, "impõe limites na utilização dessas rádios para a construção de um modelo público - não estatal - de comunicação", (ANDRIOTTI, 2004, p.3)

90 Durante o Submidialogia#3 em Lençóis (BA) e nas transmissões da Rádio Amnésia

91 Descrição do Grupo Saravá retirado de seu endereço a internet: "O Saravá é parte de uma intersecção de vários grupos que discutem política e tecnologia de diferentes formas, sendo ele próprio um grupo de tecnopolítica por considerarmos que técnica, a cultura e a política não estão separadas, pois, por um lado, toda decisão técnica é política, e, por outro, é impossível pensar a política sem a técnica. Estudamos as implicações políticas da técnica, desenvolvemos sistemas e instrumentos a partir de outros valores políticos, além de dialogarmos politicamente dentro da lógica cíclica da teoria/prática". Disponível em http://www.sarava.org/pt-br.

mais de 250 programadores, o que permite que a Rádio Muda esteja no ar 24 horas durante a semana. Por ser não comercial e sem fins lucrativos, ninguém que participa da rádio ganha salário. A programação inclui música e temas sociais.
Localização: Campus da Universidade de Campinas
Amplitude/alcance: distrito de Barão Geraldo (onde fica a Unicamp) e outros bairros como o Jardim Santa Genebra, Vila Costa e Silva, Jardim São Marcos, Santa Mônica, e as margens das estradas que cortam a zona norte de Campinas.
Site: http://muda.radiolivre.org/site/pag01.htm
Tempo de existência: 20 anos

15 - Radio Amnésia -
Descrição: A rádio está vinculada ao Ponto de Cultura Côco da Umbigada.
Endereço: Rua do Guadalupe, 380 – Guadalupe – Olinda /PE
Tempo de existência: 4 anos

16 - Coletivo Estúdio Livre -
Descrição: Ambiente colaborativo que tem por objetivo estimular a emergência de espaços reais e ambientes virtuais que fomentem a produção, distribuição e desenvolvimento de mídias livres - que podem ser distribuídas, remixadas e retransmitidas livremente de forma legal, isto é, por meio de licenças Creative Commons. O site do Estúdio Livre funciona como um repositório de produção áudio-visual realizada com tecnologias livres e como um ambiente de interação e trabalho de uma comunidade que desenvolve pesquisas em softwares livres (produzindo e auxiliando na produção de conteúdo). O objetivo do Estúdio Livre é tornar seu portal "uma referência para quem busca informações em língua portuguesa sobre produção multimídia com software livre e que aconteçam produções colaborativas entre os participantes do site". Os principais parceiros do Estúdio Livre são os Pontos de Cultura e as Casas Brasil. O coletivo responsável pela manutenção e administração do site, listas de discussão, verificação de demandas e organização de informação, é formado por usuárias/os mais experientes, desenvolvedores, músicas/os, videomakers e produtoras/es com experiência no uso de softwares livres. A estrutura técnica necessária ao funcionamento do Estúdio Lvre foi mantida pelo programa Cultura Digital, do Ministério da Cultura, até 2007. O objetivo era fornecero o suporte ao Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura. O Estudiolivre.org, por sua vez, fazia (ainda faz) o suporte com uma vasta gama de informações sobre questões relacionadas à utilização de ferramentas livres para os Pontos de Cultura. Além do portal, o Estúdio Livre mantém outros canais de interação: uma lista de discussão geral, um canal IRC, uma lista de discussão técnica e uma comunidade no Orkut. Os encontros presenciais variam.
Tempo de existência: 9 anos

17 - Interface G2G -
Descrição: Grupo de artistas, comunicadoras, designers e programadoras formado com o objetivo de discutir a relação entre gênero e tecnologia.
Localização: sem localização geográfica definida
Tempo de existência:

18 - Movimento dos Sem Satélite (MSST) -
Descrição: O MSST é uma iniciativa que está presente em vários países e é executada por uma "comunidade de artesãos de bits e volts, poetas humanistas, cientistas nômades", que atuam no desenvolvimento de pesquisas e desenvolvimento de redes (de acesso) livre sem fio. Nesse sentido, são desenvolvidos projetos para utilizar redes wifi, gsm, rfid ou de livre espectro usando celulares alterados para estabelecer conexões entre pontos ou com a internet. A idéia com isso é usar estruturas (telefônicas e de rádio, entre outras) já implantadas ou criar estruturas telemáticas autônomas para conectar indivíduos com o objetivo de fazer com que eles possam trocar informações usando baixa largura de banda. Um dos recursos técnicos para isso são as *redes mesh*, ou de malha, uma alternativa à forma padrão comercial para o tráfego de dados e voz, redes de cabo ótico e infra-estrutura wireless. Convencionalmente, as redes comerciais são compostas por pontos de acesso que os clientes utilizam para trafegar na internet, por exemplo. Ao invés, a rede mesh tem vários nós a partir dos quais qualquer usuário pode trafegar. Cada um desses nós funciona como um repetidor, como um ponto de acesso, e está associado a um ou mais nós. Nesse modelo já existem redes om 500 nós e mais de 400 mil usuários – ums dos melhores experiências é a Free The Net, em San Francisco an Califórnia. Essas práticas (em tudo técnicas) têm claras possibilidades de efeitos sociais – a distinção entre técnica e social aqui é meramente instrumento de argumentação. Portanto o MSST se dedica a desenvolver alternativas para a construção de condições de possibilidade de autonomia para a troca de informação, cultura e conhecimento usando redes abertas, tecnologias livres (software e hardware livres) fora e para além do circuito comercial. É necessário observar que a atuação do MSST não se restringe à pesquisa – restrita a um lugar fechado, algo que soe um laboratório. O grupo participa de várias ações nas ruas, em festivais alernativos, em encontros nos quais é praticada a Submidialogia, no sentido acima mencionado de festiva, em que se pratica a "arte de re:volver o logos do conhecimento pelas práticas e desorientar as práticas pela imersão no sub-conhecimento".
Localização: sem localização geográfica definida
Tempo de existência: 1 ano

19 - Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis -
Descrição: Nasceu do Movimento Avante Lençóis, criado em 1995 para moralizar a prefeitura da principal cidade da Chapada Diamantina, na Bahia, e que acabou contribuindo para a cassação do então prefeito, acusado de corrupção. Produz o jornal Avante e a rádio comunitária Laúza - os único veículos de comunicação em atividade em Lençóis. Na sede funcionam a Estação Digital, criada em parceria com a Fundação Banco do Brasil; uma biblioteca; uma gráfica rápida e muitas atividades de capacitação.
Localização: Rua Maria Adilson Souza s/n, Tomba Sorrao, Lençóis, BA .
Tempo de existência: 15 anos

PESSOAS ENTREVISTADAS
1 - Alexandre Freire – Mestre em Ciência da Computação pelo IME/USP, foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do **Programa Cultura Digital** do Ministério da Cultura – integrou a equipe de articuladores que desenvolveram o programa e foi implementador das ações. Pesquisa metodologias colaborativas usando a Internet como

principal ferramenta. Organizaou e participou de várias edições do Festival **Submidialogia**. Experiência com programação de softwares e locução/articulação de rádio.

2 - Ana Paula Stockl – É Bacharel em Relações Públicas e fotógrafa, integrou a equipe do **Programa Cultura Digita**l do MinC e do Pontão Minuano Digital. Trabalhou na divulgação da campanha Mosaico de Livros que deu início à Biblioteca Social Mundial (Ponto de Cultura em Porto Alegre). É produtora e articuladora da Equipe Sul da Cultura Digital do Ministério da Cultura, promovendo a utilização de softwares livres nos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva. Participou do Festival Submidialogia#Lençóis, em 2008.

3 - Adriana Veloso - Define-se como anarco-feminista. Já integrou equipe do Programa Cultura Viva do Ministério das Comunicações. Já integrou a equipe do **Centro de Mídia Independente (CMI)** faz parte da **rede Metareciclagem e do desc).(entro**. Participou da organização de algumas das edições do Festival Submidialogia. Experiência em edição de áudio-vídeo, softwares livres, metarreciclagem.

4 - Beth de Oxum – Maria Elizabeth Santiago de Oliveira, percussionista, fundadora de alguns afoxés em Pernambuco e do Maracatú Badya, ex-presidente do Afoxé Filhos de Oxum e do Afoxé Alafin Oyó. Como musicista, correu o Brasil e o mundo (Paris, Berlim, Frankfurt, Madri, Milão, Suíça) acompanhando a cirandeira Lia de Itamaracá. Olinda, Recife, Paris, Berlin, Frankfurt, Zurich, Madri, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Porto Alegre, Minas Gerais, entre outras. Coordena o Côco da Umbigada e o Ponto de Cultura que lá funciona.

5 - Cláudio Prado – Foi foi produtor de bandas como Mutantes e Novos Baianos e dos festivais de Glastonbury, maior festival de rock do Reino Unido, e de Águas Claras, conhecido como o "Woodstock brasileiro". Foi Coordenador de políticas digitais do Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil. Participou do Festival Submidialogia#Olinda, em 2007.

6 - Daniel Lucas – Estudante secundarista, é replicador das oficinas de edição de áudio e vídeo e Metarreciclagem , no bairro de Guadalupe, onde funciona o **Côco da Umbigada**.

7 - Dalton Martins – Formado em Engenharia Elétrica na Unicamp, com mestrado em Engehnaria da Computação na mesma instituição. É doutorando na Escola de Comunicação e Artes – Ciências da Informação na USP, onde desenvolve pesquisa em análise de redes sociai focado nas relação de uma Biblioteca Difgital. É um dos principais articuladores da rede **Metarreciclagem** e atua na **Metasorocada**. Experiência em programação computacional, metarreciclagem e utilização de softwares livres.

8 - Elenara Iabel - Produtora cultural, comunicóloga, fundadora da Themis - assessoria juridica e estudos de genero, colaboradora do des).(centro - nó emergente de

ações colaborativas, fundadora da **G2G -espaço-tempo-vestimenta para repensar gênero e tecnologia.** Colabora no desenvolvimento das redes **MetaReciclagem e Submidialogia.** Membro afetiva do conselho fiscal da Compas - Associação Internacional de Informação Compartilhada; presta consultoria em cultura digital para CEA - Centro de Educação Ambiental/Vila Pinto, apoia e promove programas de cultura digital/pontos de cultura do MinC-governo Federal.

9 - Etienne Delacroix – Físico e artista plástico belga, já trabalhou no Massachussetts Institute of Technology, onde propôs a implementação de "workshops nômades", cujo principal objetivo foi a criação de uma interface de baixo custo entre a gestualidade do artista tradicional (aquele que trabalha ou trabalhava no ateliê) e os fundamentos das ciências da computação e da engenharia elétrica. Suas experiências de bricolagem são uma referência interessante para a noção de reagenciamento de equipamentos técnicos. Foi colaborador da incubadora FAPESP. Desenvolve diversas experiências de educação com tecnologias livres no Brasil e no Uruguai desde início dos anos 2000. Participou de duas edições do Festival Submidialogia.

10 - Fabiane Balvedi – Formada em arquitetura e urbanismo, tem especialização em computação gráfica aplicada, com extensão universitária em novas mídias na Universidade da Califórnia, entre outras. Foi uma das fundadoras do coletivo Estúdio Livre. Professora de mídias digitais gráficas e audiovisuais com ferramentas livres nas faculdades ESSEI e PUC-PR. Trabalhou como implementadora e coordenadora no início da ação **Cultura Digital** nos Pontos de Cultura em 2005. Palestrou sobre mídias livres e Estúdio Livre em diversos eventos no exterior. Dirigiu o filme Metamorfose, conveniado pela Lei de Incentivo à Cultura da cidade de Curitiba. Experiência em design e softwares livres. Já participou de diversas edições do Festival Submidialogia.

11 - Felipe Fonseca – Co-fundador, articulador ou colaborador de diversas iniciativas como o **Projeto Metá:fora, da Metarreciclagem, EstúdioLivre, Co:Lab, BricoLabs, des).(centro**. Foi um dos elaboradores e implementador da ação Cultura Digital, do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura Viva.

12 - Felipe Machado – Coordenador do **Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Livres (CDTL)**, Pontão de Pernambuco, já trabalhou como no programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. Experiência com edição de áudio vídeo, software livres, internet.

13 - Gabriel Furtado – Formado em Letras, é um dos fundadores do coletivo **Media Sana.** Tem experiência com edição de áudio e vídeo e com a prática de VJ, além de ter realizado experiências com rádio livre. Participou de duas edições do Festival Submidialogia.

14 - Giuliano "Djadja" Bonorandi – Graduado em Comunicação Social na UFRJ, já fez parte do programa **Cultura Digital do Ministério da Cultura**. Trabalha e estuda em diversas instituições e iniciativas ligadas à tecnologia da informação e democratização do conhecimento. Particular interesse e atuação com rádios livres. Participu de várias edições do Festival Submidialogia.

15 - Guilherme Soares - artista multidisciplinar e cientista da computação autodidata. Desenvolve trabalho de experimentação conceitual de arte e tecnologia desde 2003 com o coletivo Orquestra Organismo tendo grande foco na construção de instrumentos e controladores para performances artísticas, sendo estes produzidos com técnicas artesanais de software e hardware livres. Um dos fundadores do coletivo **Estúdio Livre** e do **des).(centro.** Experiência com música, programação de softwares livres, confecção de circuitos. Já organizou e participou de diversas edições do **Festival Submidialogia**.

16 - Guilherme Gitahy de Figueiredo - Possui bacharelado em Ciências Sociais Geral pela Universidade Estadual de Campinas, bacharelado em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas e mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas . Foi bolsista do Programa de Formação de Quadros Profissionais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Desde 2005 é professor de antropologia e metodologia científica do Centro de Estudos superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas e, a partir de 2010, doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência com rádios livres, atua no **Centro de Mídia Independente de Tefé** e na **Rádio Xibé, em Tefé**, Amazonas..

17 - Hernani Diamantas – Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cuja dissertação versa sobre o surgimento e desenvolvimento da cibercultura no Brasil, bem como da inserção da cibercultura nos diversos âmbitos da sociedade, a partir da experiência e da análise, da pesquisa participante e da teoria. É doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCom) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. É coordenador do LIDEC - Laboratório de Inclusão Digital e Educação Comunitária - no Núcleo de Pesquisa das Novas Tecnologias de Comunicação Aplicadas à Educação Escola do Escola do Futuro/USP. Coordenador do Programa AcessaSP e do Programa Acessa Escola - Programas de Inclusão Digital do Governo do Estado de São Paulo. É co-fundador, articulador ou colaborador do **Metareciclagem** e fundador do Projeto Lixo Eletrônico no Brasil. Tem experiência na área de comunicação, com ênfase em cibercultura, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão digital, sociedade da colaboração, manifesto cluetrain, marketing hacker, gift economy, peer-production, ética hacker.

18 - José Balbino – Formado em comunicação social, coordenou, produziu e/ou participou de festivais de mídia digital, comunicação alternativa e educação digital no Brasil e no exterior como **Submidialogia**, enfami-encontro de fanzines e outras mídias independentes (salvador-ba, 2002), cibersalão br (salvador-ba, 2006), pedagogical faultlines (amsterdam-ntl, 2007), upgrade!salvador (salvador-ba, 2006-2008-2009). Integrou a equipe projeto de conectividade via satélite **Gesac** do Ministério das Comunicações. Experiência em edição de áudio-vídeo, software livre, internet. Organizou e participou de várias edições do Festival Submidialogia.

19 - João Batista Souza – Programador musical e locutor da Rádio Comunitária Láuza FM. Foi integrante do processo de construção da **Organização Não Governamental Avante Lençóis**, é líder comunitário no bairo do Tomba, onde fica a Ong.

20 - Ricardo Brazileiro – Formado Pesquisa tecnologias livres desde 2005, produz e experimenta instrumentos digitais, softwares livre multimídia e programações sobre hardware livres:Pure-Data, Processing, Arduino. Participa dos coletivos **des).(centro** e **Estúdio Livre** como colaborador. Experiência em programação e edição de áudio com software livre.

21 - Ricardo Ruiz – Comunicólogo, sócio-fundador do coletivo des).(centro, pós-graduado em hipermídia na Inglaterra, participou da formulação e implantação dos principais projetos de inclusão digital do governo federal brasileiro no governo Lula, é um dos articuladores do festival Submidialogia. Experiência em edição de áudio-vídeo, softwares livres, internet e metarreciclagem.

22 - Tatiane Wells – Sócia-fundador do coletivo **des).(centro**, pós-graduada em hipermídia pela Universidade de Westminster, Inglaterra, colabora com projetos independentes como **midiatatica.org, des).(centro.org, contratv.net e g2g.sarava.org** e Metarreciclagem**.** Já integrou a equipe de implementação do projeto de conectividade via satélite **Gesac** do Ministério das Comunicações e do **Programa Cultura Viva** (Ministério da Cultura). Experiência com edição de áudio-vídeo, software livre, internet, metarreciclagem.

23 - Thais Brito – Formada em comunicação social, com habilitação em jornalismo, é mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desenvolve pesquisas sobre mudanças políticas e transformações das práticas sócio-culturais na América Latina, abrangendo a compreensão dos campos da sociedade civil e política, as políticas públicas e utilização de tecnologias da informação e comunicação - TICs, com diversas publicações na área. Trabalhou como implementadora social do programa de inclusão digital do governo brasileiro, GESAC (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão), uma experiência de apropriação das tics por comunidades tradicionais, povos indígenas e escolas no nordeste brasileiro. Realiza, desde 2006, o Projeto Software Livre nas Aldeias, premiado com o Prêmio Tuxáua (2009) do Ministério da Cultura. Entre pesquisas e ativismo se interessa por mídia, software livre, gênero e comunicação popular, atuando no cineclube Cine Itinerrante, no Coletivo Nordeste Livre, Coletivo Intervozes e no **G2G -espaço-tempo-vestimenta** para repensar gênero e tecnologia. Participou de diversas edições do **Festival Submidialogia**.

24 - Thiago Novaes – Integra a Coordenação Nacional do Projeto Casa Brasil, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) - Casa Civil da Presidência da República. Bacharel em Ciência Política pela Unicamp, coordenou em 2005 a implementação dos Pontos de Cultura, projeto de difusão cultural do Ministério da

Cultura (MinC). Trabalhou de 2002 a 2004 como pesquisador na Diretoria de TV Digital do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD), responsável por serviços interativos e audiovisual. Atua há 10 anos em pesquisa e implementação de rádios de baixa potência, tendo publicado traduções e artigos sobre o tema. Atualmente cursa o mestrado em Antropologia pós-Social na UNICAMP, investigando a relação humano-técnica e os rumos que o direito autoral e a propriedade intelectual estão tomando neste começo de século XXI. Apresenta programa na Rádio Muda às terças-feiras, das 18h as 20h. Integrou o festival várias edições do **Festival Submidialogia**. Tem experiência com programação de ŕadio e uso de sufteares livres.

25 - Tininha Llanos – Formada em artes plásticas, é colaboradora do **des).(centro** e do **coletivo G2G**, pesquisa software livre para produção gráfica-multimídia, desenvolve pesquisas em permacultura, metodologias de ensino e produções multimídia. Participu da organização de várias edições do **Festival Submidialogia**. Experiência com edição áudio-vídeo, software livre.

26 - Karla Brunet – Formada em Comunicação Social e Letras. Com uma bolsa de estudos fez mestrado (Master in Fine Arts) nos Estados Unidos, onde também trabalhou como designer gráfica e eletrônica. De volta ao Brasil, participou de diversos projetos envolvendo fotografia e Internet, e, também, lecionou fotografia e imagem digital em algumas universidades em São Paulo. Com outra bolsa de estudos da Capes desenvolveu tese de doutorado sobre colaboração e projetos de network (Universitat Pompeu Fabra, Barcelona). Hoje em dia, com uma bolsa da Fapesb, realiza pesquisa de pós-doutorado no grupo de ciberpesquisa/cibercidades da UFBA. Em paralelo, participa de projetos de produção cultural e artística). Participou de algumas das edições do **Festival Submidialogia**. Experiência com fotografia, desenvolvimento e implementação de softwares livres, internet.

27 - Leonardo Palma – É integrante da rede de ativistas Rede Universidade Nômade, colaborador e membro do conselho editorial da revista Global Brasil [http://www.revistaglobalbrasil.com.br/], membro do Território Independente [http://territorioindependente.ning.com/] e da Aldeia das Idéias [http://aldeiadasideias.ning.com/], membro do conselho editorial da revista PONTO [http://www.revistaponto.com.br/], um dos editores da revista SMAlt ezine [http://www.smalt.com.br/] e editor dos blogs DESOBEDECENDO [http://www.culturadigital.br/desobedecendo/ & http://desobedecendo.blogspot.com/], também, integrante do coletivo de tradutores independentes ATTRAVERSO e da Associação de Produtores Independentes MACONDO COLETIVO.

28 - Lúcio de Araújo – Tem Graduação em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Escola de Música e Belas-Artes do Paraná (2007), com graduações em Educação Artística - Habilitação em Artes Plásticas (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Paraná (2002) e Bacharelado em Marketing pela Universidade Tuiuti do Paraná (2001). Trabalha como técnico pedagógico na Secretaria de Educação do Estado do Paraná, mais especificamente na área de produção audiovisual e pesquisa em multimeios. Pcolabora com os projetos culturais e artísticos dos grupos **Orquestra Organismo**, E/ou e **desc).(entro, Estúdio Livre**. Tem

experiência em edição de áudio e vídeo com softwares livres.

29 - Luciana Rabelo – Formada em comunicação social, foi integrante da equipe da TV Viva, TV comunitária que atua há mais de 20 anos em Pernambuco. É uma das fundadoras do coletivo **Ventilador Cultural**. Experiência com edição áudio-visual, rádio livre e produção de fanzines e educação com mídias.

30 - Marcelo Terçanada – Marcelo Terça-Nada se formou em Artes Plásticas e estudou entre 2005 e 2007 Comunicação Digital e Hipermídia. Desde 1998 está envolvido com desenvolvimento de sites. Com seu trabalho de artes plásticas e fotografia, participou de diversas exposições e mostras, entre elas: Vizinhos - conexões entre artistas no Brasil (Viena/Áustria), Cabin Bagagge no IV Fórum Social Mundial (Mumbai/Índia), Next 5 Minutes (Holanda), Reverberações no Fórum Cultural Mundial (São Paulo), Salão de M.A.I.O (Salvador), SPA Semana de Artes Visuais (Recife), Escala 1x1 (Palácio das Artes/Belo Horizonte). Foi bolsista da Fapemig no projeto "Antigas marcas, novas mídias: a arte humanizando as tecnologias" (2003) e no projeto de implantação do Núcleo de Arte e Pesquisa da EBA/UFMG (2002). Foi bolsista do Programa de Aprimoramento Discente PAD Belas Artes/UFMG onde desenvolveu a pesquisa "Livro Objeto/Poesia Objeto" (2000/2001). Atua ainda com intervenção urbana, fotografia, gravura, poesia etc.

31 – Neilton Carvalho – Guitarrista da banda Devotos, é artista plástico e produtor musical. Deu oficinas de edição de áudio em Pontos de Cultura de Pernambuco dentro do Programa Cultura Digital do MinC. Tem experiência com edição de som usando softwares livres, construção de amplificadores valvulados para instrumentos elétricos e mixagem.

32 - Paulo José Lara – Mestre em Sociologia pela UNICAMP com dissertação sobre Mídia Tática e Doutorando em Cultural Studies pelo Goldsmiths College da Universidade de Londres, tem interesse na área da cultura em sua relação com a estética, política e técnica. É um dos articuladores da **Rádio Muda**, de Campinas. Experiência com uso de software livre para edição de áudio-vídeo usando softwares livres.

33 -Queops Negão – É jornalista, integrante do **Coletivo Media Sana** onde atua nos processos de edição de áudio e vídeo, seleção de material para manipulação e escreve os textos. Tem experiência com edição de áudio e vídeo.

34 - Régis Bailux – Artista plástico, foi em três edições o vencedor do prêmio concedido pelo Salão Regional de Artes Plásticas da Bahia. É um dos principais articuladores do grupo **Bailux**. Experiência com softwares livres e metarreciclagem.

35 - Robson Véio - Vocalista e letrista da banda de punk rock Lumpen, sindicalista, está associado a diversas experiências político-culturais na cidade de Salvador, Bahia, que transitam entre o rock, o movimento hip hop, veganismo, canais alternativos de comunicação. Tem experiência com edição de áudio e video usando softwares livres.

Essa lista de grupos e de pessoas foi sendo construida em um processo continuado, no qual o objetivo era a agregação de experiências mais profíquas de crítica e construção na perspectiva já apontada. O modelo adotado para as entrevistas foi de profundidade, semi-estruturado. Nelas, procurou-se levantar informações que colocassem à prova a hipótese de que as ações coletivas com mídias livres são executadas por indivíduos com expertises e papéis que atualizam a noção gramsciana de intelectual orgânico. Isso implicou na necessidade de que os questionamentos procurassem verificar o trabalho de intermediação e organização cultural, desempenhado com tecnologias da informação e comunicação, de forma coletiva.

Como na perspectiva aqui adotada a emergência das condições de possibilidade do exercício da política está vinculado (de forma não unívoca ou não exclusiva) à cultura livre, as entrevistas procuraram verificar a formação e as experiências dos entrevistados com tecnologias livres. No mesmo sentido, as entrevistas foram pontuadas pela busca da identificação de influências teóricas que guiam os agenciamentos técno-humanos. Nesse aspecto, considerou-se o apontamento por Gramsci da existência de diferentes tipos de intelectuais, portanto levou-se em consideração os diferenciados níveis de auto-reflexividade, formados pelo processo catártico que leva também cada indivíduo a atuar de modo mais livre e mais consciente na sociedade. Assim, os entrevistados foram inqueridos dos principais projetos, programas e iniciativas com mídias que contribuiram para sua formação política e seus princípios ideológicos.

As entrevistas, assim como a leitura e a análise dos textos, procuraram colocar à prova também os três níveis em que se impõe o programa político a partir da perspectiva de Antonio Gramsci (MUTZENBERG, 2002). Assim, procurou-se por meio das entrevisas e da leitura dos textos mencionados, verificar a) a existência de análises da realidade factual relacionadas ao processo de previsão; b) a existência da construção de uma vontade coletiva e c) a inserção, a participação em uma luta hegemônica.

A primeira dessas, como condição importante para a ação que incida sobre a

realidade. Mas procurou-se verificar se os artífices das ações coletivas com mídias livres identificavam os elementos necessários à realização de seus objetivos, de sua vontade política. O que se procurou, nesse sentido, foi a paixão que ilumina a percepção do que se faz necessário para a realização da vontade política.

A ideologia por si (nos termos de Gramsci: uma determinada concepção do mundo e da vida) não é suficiente para uma previsão, nem indica que quem a tenha é portador dessa capacidade de previsão. A ideologia, como "rigorosa e coerente" é importante, mas só aquire importância para quem faz a previsão imbuido de vontades subjetivas. É por isso que nas análises deu-se atenção às referências ao afeto, à necessidade do "estar junto" às comunidades e aos parceiros, às discussões e planejamentos realizados à beira de um fogão onde a comida, sendo preparada[92]. Nas entrevistas e na produção bibliográfica realizada pelos sujeitos das ações coletivas com mídias livres esses aspectos emergem como elementos do programa político, como será discutido no Capítulo 4.

Por outro lado, as entrevistas, manifestos e artigos produzidos serviram para averiguar como a vontade coletiva foi formada entre os agentes das ações coletivas com mídias livres, procurando-se observar os (já mencionados) diferentes níveis de reflexividade verificados. Ao mesmo tempo, investigou-se, tanto nas entrevistas quanto nas ações presenciais, nas comunidades onde os sujeitos atuavam, como as ações coletivas com mídias livres interferem na realidade vivida, contribuindo para a formação da vontade coletiva. É esse o momento e os espaços para as ações que buscam superar os históricos vetores do silenciamento da fala e da anulação da política que habitam a história brasileira[93].

92 Indo além do determinismo objetivo, e de encontro às ações coletivas com mídias livres, explicitam-se as previsões feitas pelos desapaixonados: de fato, "elas são plenas de ociosidade, de minúcias sutis, de elegâncias conjeturais", (GRAMSCI, 1991, p. 41).

93 Pois não nos esqueçamos que desde "a instituição das sesmarias, no século XVI, que eram grandes extensões de terra doadas pelo Rei às pessoas de 'linhagem' o Brasil convive com um modelo vertical de distribuição de poder e de recursos materiais, centrado na diferença social e historicamente instituída entre os 'homens bons', (nobres, senhores de engenhos, proprietários de terras e de escravos, etc.), públicos e politicamente ativos e os membros das camadas 'subalternas', privatizados e economicamente exploráveis. Desde então, convivemos com um modelo dual de cidadania, que institui padrões diferenciados de acesso aos recursos socialmente produzidos. A manutenção dessa ordem desigual somente foi possivel através do emprego sistemático da violência, em suas várias formas, sobre as camadas 'subalternas'", (BEM, 2006, p.76).

E, finalmente com relação ao terceiro elemento, o da luta hegemônica, procurou-se considerar, na apreciação do Corpus formado, como essa luta se dá no confronto entre diferentes programas – daí inclusive o antagonismo, ao qual nos referimos anteriormente. Essa luta está vinculada, também, ao embate entre diferentes concepções de direitos[94] relativas às vontades coletivas (MUTZENBERG, 2002). É por isso que ao apreciar a luta hegemônica em questão (e o programa político a ele associado) que nos comunicam a produção textual, imagética e as entrevistas, precisamos considerar que o direito a ter direito é o resultado de um embate político. Ou, "o reconhecimento do outro como alguém que tem direito, pelo fato de ser alguém, como condição para lutar pelos direitos da vida, se coloca como luta política", (MUTZENBERG, 2002, p. 93). E essa perspectiva está em sintonia com a atualização da análise de Ranciére, para quem o direito à parcela que os sem parcela buscam não é uma pré-condição, nem ocupa uma dimensão ontológica, mas se embrenha na construção do dia-a-dia – ou, como apontaria Melucci, na invenção do cotidiano.

A análise que se seguiu tem como pano de fundo aquilo que O'Donnel (1993) define como "legalidade truncada", pela qual os direitos políticos democráticos esão garantidos, mas não se consegue fazer valer a lei, os direitos civis e a justiça no conjunto heterogêneo da vida social[95]. Pois circuitos paralelos de poder que minimizam ou escondem a dimensão pública da cidadania, repõem a violência e o arbítrio na esfera das relações privadas, de classe mas também de gênero e etnia, fazendo do Estado cada vez mais um sujeito ineficaz em tornar efetivas suas próprias regulações.

A análise interpretativa do programa político das ações coletivas com mídias livres a partir daí considerou um entendimento não economicista do estabelecido arranjo do consumo, da circularidade e da produção social no capitalismo tardio –

94 O direito, que deve se subordinar à vontade, fonte do embate, razão da política, espaço do dissenso, da fala, da existência e da afirmação da existência da parcela dos sem parcela.

95 De acordo com a Constituição Federal, todo cidadão tem o direito de se expressar livremente e através de qualquer meio de comunicação. Na medida em que o Governo impõe obstáculos para que a sociedade se aproprie dos meios, rádio e Tv, este direito passa a ser violado pelo próprio Governo. A resposta da desobediência civil, como forma de luta contra a violação do direito à liberdade de expressão, é tratada como caso de polícia (ANDREOTTI, 1993). Além desse exemplo, as regulações da Agência Nacional de Telecomunicações, que coibem a supressão de banda e em última instância o trânsito de tráfego P2P, como já discutido.

optou-se pela afirmação da primazia da política na história dos cercamentos aos commons de informação. A emergência, estabelecimento e reforço das legislações, tratados no Capítulo 1; e o recente desenvolvimento dos recursos (físicos e lógicos), analisados no Capítulo 2 são processos econômicos tomados em seu caráter político. Esses processos foram considerados como efeitos de atos da vontade, a partir de determinadas condições culturais. E é nesse sentido que se abre o caminho para uma interpretação de uma programática e de uma pragmática política cuja vivência se reflete na construção de uma existência ciadadã – espaço do direito à ação e opinião (MUTZENBERG, 2002) –, mas também das condições de possibilidade para a elaboração dos discursos em que se escrevem as narrativas da própria história.

CAPITULO 4
UMA INTERPRETAÇÃO DO PROGRAMA POLÍTICO DAS AÇÕES COLETIVAS COM MÍDIAS LIVRES

1. Introdução

O objetivo desse capítulo é construir uma interpretação das principais características do programa político das ações coletivas com mídias livres a partir do corpus formado pelos depoimentos, convites para encontros, manifestos, teses e dissertações produzidas pelos artífices das ações coletivas com mídias livres. Apesar do caráter geral de dispersão e não-homogeneidade que permeia as políticas de mídias livres, procura-se encontrar elementos que permitam uma interpretação de fundo gramsciana dos níveis em que se impõe esse programa político. Assim, o que se procura são elementos analíticos que permitam uma síntese aberta de como se dá 1) a análise da realidade factual, relacionada ao processo de previsão; 2) a construção de uma vontade coletiva e 3) a luta hegemônica.

O que nos informam as entrevistas e os documentos analisados, bem como a observação participante, é que o núcleo e o rasgo central das políticas com mídias livres é formado pela criação e principalmente pela difusão dos conhecimentos e habilidades necessárias à construção de ferramentas físicas e lógicas que permitam subverter o modelo hegemônico de trocas simbólicas na sociedade contemporânea. A esses conhecimentos e habilidades associa-se organicamente uma concepção de mundo e uma norma de conduta já elaboradas – nesse sentido e já seguindo Gramsci, a difusão dessa concepção de mundo e de sua norma de conduta associada é mais relevante do que a realização de descobertas teóricas novas, que fiquem limitadas a um círculo restrito.

Assim, o que se pretende com essa difusão é a sua assimilação e reprodução, de modo a progressivamente potencializar as virtualidades do pensamento crítico contidas nas culturas populares. Há, como não poderia deixar de ser, uma base analítica e de previsão nesse programa. Outro nível que se impõe no programa é a vontade coletiva, no qual a ideologia desempenha um papel fundamental; finalmente, a luta hegemônica em cujo terreno o próprio programa é redefinido em função de outros programas e

interesses, que se explicitam no campo das relações de forças.

É assim que a concepção gramsciana dos níveis do programa político permitem verificar que a análise da realidade factual, relacionada ao processo de previsão, não se dá de forma puramente objetiva[96]. Há nos sujeitos entrevistados um envolvimento pessoal, somático, uma vontade forte que orienta a identificação dos elementos necessários à realização dessa vontade. Esse envolvimento se propõe orgânico. E, nesse sentido, as restrições à fala, os limites impostos à afirmação de identidades, os impedimentos ao relato e ao registro autônomo de vivências – que em última instância se expressam na (elitista) economia política da comunicação e no (privatista) arranjo de bens simbólicos –, são tomados como condicionamentos que atingem não somente as comunidades populares, mas toda a sociedade brasileira.

O que é possível perceber é que a ação política prática e a produção de conhecimento sobre a sociedade brasileira (e seu particular ambiente de produção e fruição de informação, cultura e conhecimento) se propõem a serem atos suscitadores, criadores de condições de possibilidades. A intencionalidade geral dessas iniciativas é contribuir para superar, ainda que localizadamente, as ordens das limitações nesse terreno e seus efeitos. Essa intencionalidade sofre gradações, relacionadas ao nível de envolvimento dos sujeitos e de sua formação teórico-política (o que traz conseqüências à efetividade das ações e da postura diante de forças de controle).

Estas consequências serão analisadas no derradeiro capítulo desse trabalho.

96 Mais à frente será necessário voltar a essa questão e indicar que a análise da realidade e os processos de previsão dessas ações coletivas com mídias livres não são pautadas por uma razão monológica – do sujeito que observa, esquadrinha e classifica (Foucault) ou do sujeito que calcula, classifica e subjuga (Adorno), mas por uma razão que critica essa razão parcial e usurpadora, e que está colada à intersubjetividade.

2. Um Princípio de Dispersão guia o programa político das ações coletivas com mídias livres

O material analisado informa que um "Princípio de dispersão" permeia esse "plano político não fechado". Considero que esse Princípio é uma expressão, até certo ponto reflexivamente formulada, da inadequação entre os conflitos pós-tradicionais e as formas tradicionais do fazer político e de representação que Melucci aponta (2001, p. 95). Essa dispersão é tomada pelos artífices das ações coletivas com mídias livres como um dos seus principais trunfos: a dispersão funcionaria como uma garantia de que as intenções, as formas de fazer e as "pessoas que fazem" não sejam identificados, nomeados. O raciocínio é que quando o sistema hegemônico de poder identifica de forma mais imediata ações e perspectivas contra-hegemônicas, fica mais fácil destruí-las/anulá-las também. Os discursos, ações, movimentações, pessoas, pretendem formar uma nuvem, uma algaravia difícil de identificar, de acompanhar, de sistematizar. O potencial está na constituição dessa nuvem, em uma prática política geral que não se deixe identificar completa ou formalmente. Esse é um potencial utópico – dado que sua perfeita realização tornaria este trabalho de pesquisa impossível –, mas um traço inspirador[97]. E por isso mesmo foi tomado por mim como uma orientação de ação, não uma inelutável determinação para a ação.

Mas, além dessa orientação tática, há um outra razão para uma tal dispersão e ela está baseada na inegociabilidade dos objetivos e das formas de ação dos movimentos antagonistas, na acepção de Alberto Melucci (2001, p. 45). Na medida em que tais movimentos colocam em pauta lutas pelo controle da produção social, "o conflito se aproxima de uma solução à soma zero": o que está em jogo não são somente as licenças de rádio e TV, nem o princípio de não interferência da internet, ou a necessidade de apropriação tecnológica, mas o estatuto da produção, trânsito e fruição de informação, cultura e conhecimento no capitalismo tardio. Ou seja, de uma produção social cujos impactos se sobrepõem sobre as formas do viver. Ora, a economia de bens simbólicos está atrelada, desde a Idade Média, por um lado, à

97 Viva a atualidade da perspicácia de Camus: "Qualquer filosofia da não significação vive em uma contradição pelo próprio fato de se exprimir. Com isso, ela confere um mínimo de coerência à incoerência, achando sentido naquilo que provavelmente não tem nexo. Falar repara". (CAMUS, 1996, p.19).

identidade – mais precisamente a um modelo de representação da identidade[98]. É baseada na identidade que se formulou a idéia de autoria, essa invenção romântica, e os direitos a que tem o gênio criativo de vincular sua obra a sua *essência pessoal (a sua interioridade)*; é graças ao caráter indissociável da relação entre a obra e a identidade de um autor que se tornou possível os modos de interversão tratados no Capítulo 1 e suas conseqüências.

Deleuze & Guattari escreveram, sobre o livro, que “Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações”, (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.9). É precisamente esse o sentido que anima e inspira as formas de organização das ações coletivas com mídias livres em sua crítica ao estatuto atual da economia de bens simbólicos: em termos de organização, essa orientação pragmática tende ao comunitarismo e à busca de relações horizontais. Em termos de produção, essa orientação pragmática esvazia ou sublima (o mais correto seria dizer 'dispersa') a noção de uma autoria calcada em uma identidade essencialmente formada e univocamene representada, e aponta para agenciamentos maquínicos direcionados a corpos sem órgãos, (DELEUZE e GUATTARI, 1995). Ou seja, um livro e, na apreensão da filosofia anti-platônica dos autores franceses, pelos artífices das ações coletivas com mídias livres, também outros bens simbólicos, são agenciamentos maquínicos. A estes, não se pergunta, nessa perspectiva, o que querem dizer, significado e significante. O prioritário parece ser, pelo que transparece no discurso em práxis, a necessidade de associar tais bens a multiplicidades, a metamorfoses externas, a outros corpos sem órgãos.

Guattari pergunta-se como falar da subjetividade hoje, lembrando que o pensamento clássico mantinha uma distância entre a matéria e a alma, a essência do sujeito afastada das engrenagens corporais. Ao questionar-se, Guattari responde que os conteúdos da subjetividade dependem, cada vez mais, de uma infinidade de sistemas

98 Embora quando Melucci se refira à "representação" pareça estar se referindo à representação política, ao sistema representativo de participação política, considero necessário também tratar da " representação" no sentido do resultado de um processo de síntese de um conjunto de experiências. Nesse sentido, um esquema representativo é construído a partir de uma sistematização de um conjunto de experiências. As ações coletivas com mídias livres apostam, em níveis diferenciados de reflexividade, que essa síntese, essa sistematização e representação são impossíveis, quando não desnecessários. Ainda nesse sentido, a afirmação de Melucci de que as formas de representação tradicionais não se adequam com facilidade às formas pós-tradicionais de ação política, tomam um novo e profíquo sentido.

maquínicos (técnicos, biológicos, semióticos, lógicos, abstratos) sobre os quais se assentam problemas de auto-referência, de auto-transcendência, etc. (GUATTARI, 1996). E afirma ainda que essa não é uma novidade, uma vez que as subjetividades "pré-capitalistas" ou "arcaicas" também eram engendradas por diversas máquinas iniciáticas, sociais, retóricas, embutidas nas instituições clânicas, religiosas, militares, corporativistas, etc, (Ibid, p. 178).

Por outro lado, a perspectiva hegemônica da economia de bens simbólicos no capitalismo tardio procura negar ou ocultar o caráter da produção da riqueza. Uma perspectiva de análise marxista, aquela de André Gorz (2005), aponta uma crise da noção de valor, e a necessidade de considerar "a importância decisiva dos recursos que, como a inteligência coletiva, não têm equivalentes, não são quantificáveis nem mensuráveis, e que consequentemente não são permutáveis no mercado", (Ibid, . 61). O ponto de partida e base dessa redefinição é uma concepção de riqueza que aponta para as relações sociais, para as trocas multilaterais de necessidades, capacidades, satisfações, das forças produtivas e que geram a universalidade, como indicou Marx (GRUNDRISSE). Há aqui um processo de descentramento da origem da riqueza que flagra a inadequação das unidades de valor e de tempo para medir o saber. Gorz menciona que, nesse sentido, a superação do capitalismo se define como uma necessária superação do produtivismo.

> A economia deixa de dominar a sociedade, as forças e as capacidades humanas deixam de ser meios de produzir riqueza; elas são a riqueza, ela mesma. A fonte de riqueza é a atividade que desenvolve as capacidades humanas, a saber: o "trabalho" de produção de si que os "indivíduos" - cada um e todos, cada qual nas suas trocas multilaterais com os outros – realizam sobre si mesmos. A satisfação das capacidades e das faculdades humanas é, ao mesmo tempo, o objetivo da atividade e essa atividade, ela mesma: não há separação entre o objetivo e sua procura, sempre inacabada (GORZ, 2005, p. 62)[99]

O apagamento do produtivismo permite estabelecer uma outra relação com o tempo, com o próprio corpo e com a natureza, que se reflete no desenvolvimento da "capacidade de prazer", da "aptidão ao lazer", nas atividades artísticas e em outras

99 Em sintonia com essa perspectiva, Guattari escreve que "Agora é a máquina que irá ficar sob o controle da subjetividade, não de uma subjetividade humana re-territorializada, mas de uma subjetividade maquínica de um novo gênero", (GUATTARI, 1996, p. 186)

atividades não instrumentais que construam uma produção de si. Gorz explicitamente analisa um "neo-proletariado pós-industrial" na qualidade de principal ator futuro de uma mutação cultural anti-produtivista e antiestatista que põe em prática uma concepção de riqueza despida de "sua forma burguesa idiota": o "trabalho", no sentido econômico, escreve Gorz, desaparece na "atividade pessoal"; a produção serve ao "desenvolvimento da principal força produtiva humana"[100].

Há uma sintonia dessa perspectiva com a leitura de Deleuze & Guattari que se incorpora de forma muito heterogênea no programa, nas práticas e nos discursos das ações coletivas com mídias livres. Se Deleuze e Guattari escrevem que um livro (e por extensão outros bens simbólicos) existe apenas pelo fora e no fora, Gorz salienta o caráter sociativo, socializante, relacional, lúdico e erótico da produção imaterial e ambas perspectivas apontam para dispersão, descentramento e descentralidades. Como observar esses fatores nas formas de organização, crítica e produção das ações coletivas com mídias livres?

Considero que o Princípio de Dispersão a que se refere esse tópico está baseado numa *dispersão de sentidos*, que toma a forma de conceituações abertas, no *descentramento organizacional* e na *desterritorialização das ações* condicionados pela realidade factual. Extratos mais reflexivos das ações coletivas com mídias livres desenvolvem interpretações orientadas pela idéia-conceito de nomadismo de pensamento ou pensamento como máquina de guerra nômade (DELEUZE e GUATTARI, 1995), numa combinação dialógica com a dicotomia entre tática e estratégia (CERTEAU, 2000).

A despeito da inegável influência que essas últimas conceituações exercem sobre as ações coletivas com mídias livres, tomá-las de forma integral nos faria cair nos mesmos erros apontados por Melucci: referir-se a movimentos sociais como um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa (mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças). O Corpus analisado aponta a necessidade de uma representação das ações coletivas com mídias livres não como personagens com uma

100 Está registrado no final do Manifesto Comunista: "o desenvolvimento do outro é também a condição do desenvolvimento próprio" (MARX e ENGELS, 2005, p. 44).

estrutura definida e homogênea. Mas necessariamente como fenômeno heterogêneo e fragmentado com o ônus correspondente e os bônus associados. Nesse sentido, a perspectiva de análise adotada aqui, como já afirmado antes, é a de que um movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas de ação – mesmo que estas incorporem produções teórico-analíticas.

O Princípio de Dispersão, nesse sentido, está em sintonia com a idéia de um modelo organizativo em que o que não se encontra é o ator coletivo politicamente organizado, mas redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade. O Princípio de Dispersão exprime a condição de latência de uma estrutura submersa, nas quais as relações se explicitam por ocasião das mobilizações coletivas, de "subida à superfície" e voltam ao emaranhado da vida quotidiana. Momentos dessa "subida à superfície" forneceram alguns dos textos analisados nesse capítulo: são textos associados a festivais (convites, manifestos, apresentações de eventos); entrevistas e reportagens; teses e dissertações; vídeos e documentários de atividades variadas. Ao lado dessa produção, relacionada a momentos de mobilização e luta, há as formas permanentes de existência dessas redes, relacionadas às necessidades e à identidade dos membros, a um trabalho vivo que opera inventando o presente.

A tabela abaixo é uma tentativa de sistematização de como esse Princípio de Dispersão opera. A terceira coluna corresponde a formas com que o programa político em questão é praticado. Como tentativa de sistematização de um programa orgânico, o quadro não evidencia a transversalidade que permeia o Princípio de Dispersão. Assim, por exemplo, os avatares de não-identidade, que analiso em seguida, não exprimem somente uma Dispersão de sentidos, mas também evidenciam um Descentramento organizacional que se dá de forma Desterritorializada. A produção colaborativa (áudio-visual, textual, de sites e mesmo de avatares de não-identidade) expressa esse Descentramento do qual é um espelho mais direto, mas é também organizado em rede, através de Zonas Autônomas Temporárias[101], o que colabora para apropriações e produções de sentidos Dispersos. A transversalidade daquilo que caracteriza o Princípio de Dispersão não se restringe a essa tabela, que deve ser entendida aqui apenas como um ponto de partida para a análise em andamento.

101 Zona Autônoma Temporária: termo cunhado pelo coletivo Critical Art Ensemble (CAE) e que designa um espaço-tempo temporário, efêmero, de atuação festiva.

PRINCÍPIO DE DISPERSÃO	**→ Dispersão de sentidos**	**→ Ação via avatares de não-identidade, mobilização de conceitos abertos, fluxos constantes de conceituação, reflexividade.**
	→ Descentramento organizacional e temporal	**→ Relações e formas de organização horizontais (ou o mais horizontais possível), comunitarismo, ações vinculadas ao cotidiano, produção colaborativa.**
	→ Desterritorialização das ações	**→ Articulação em rede, Zonas Autônomas Temporárias, ConectaZes[102].**

QUADRO 3: O Princípio de Dispersão

Esse flanco (tático-político e múltiplo) é pensado pelos agentes das ações coletivas com mídia livre como a forma mais adequada de agir em face a um poder que também se dispersa e é pervasivo. Se Gramsci advogava a inviabilidade de uma ação política que confrontasse o poder direta e violentamente, argumentando (de forma dispersa e inconclusa ao longo dos Cadernos do Cárcere) por uma ação miúda, persistente e demorada de transformação cultural e moral (GRAMSCI, 1991, p. 91-92), esse mesmo princípio permanece como orientação geral das ações coletivas com mídias livres[103]. Como o poder dispersou-se e aprofundou suas possibilidades de controle (Foucault), inclusive pela capacidade de cooptação das forças de subversão, as ações coletivas com mídias livres assumem de forma reflexiva que o combate precisa também dispersar-se e aprofundar-se, atuando não somente sobre a dimensão superestrutural, mas tomando também o corpo, os afetos, solidariedades primárias,

102 ConectaZes: adaptação do termo Temporary Autonomous Zone, tanto pode ser um local geográfico quanto uma posição online, virtual temporária ou permanente. Projetos, debates, discussões, são conectazes. Uma conectaz depois de publicada permite:
* disponibilizar um mapa de localização
* agregar pessoas em comunidades
* publicar páginas web relativos à conectaz
* enviar imagens da conectaz
* disponibilizar uma agenda de eventos
* adicionar um feed RSS da conectaz

103 Referindo-se de forma geral "aos componentes do movimento contra a mercadorização do mundo" e ao movimento do software livre em particular, Gorz escreve: "eles querem mudar o mundo sem tomar o poder, esvaziando de sua substância e deslegitimando o poder das instituições e das potências que o detêm, subtraindo espaços crescentes de autonomia ao empreendimento planetário do capital, (re) apropriando-se do que ele toma das populações". (GORZ, 2005, p 70)

como medidas de ação política associada ao cotidiano[104]. Nesse sentido a influência que se apreende no Princípio de Dispersão é o panóptico, revisitado pelo Critical Art Ensemble (CAE) e a análise deleuziana que este incorpora:

> Na medida em que a elite contemporânea se desloca das áreas urbanas centralizadas para ciberespaço descentralizado e desterritorializado, o dilema de **(Wright)** Mills se agrava cada vez mais. Como se pode avaliar criticamente um objeto que não pode ser localizado, examinado ou sequer visto? A análise de classe chega a um ponto de exaustão. Subjetivamente há um sentimento de opressão, e no entanto é difícil localizar, quanto mais identificar, um opressor. O mais provável é que este grupo não constitua sequer uma classe – ou seja, um agrupamento de pessoas com interesses políticos e econômicos em comum – mas sim uma consciência de elite que foi absorvida.
> (…)
> O desenvolvimento de um poder nômade ausente e potencialmente inexpugnável, acoplado à visão da revolução em ruínas, quase emudeceu a voz contestatória.
> (Crtitical Art Ensemble, 2001, p. 27, negrito meu)

O Critical Art Ensemble faz parte da matriz teórica que alimenta os discursos e as peáticas do heterogêneo programa político das ações coletivas com mídias livres. No que se refere ao Princípio de Dispersão, a apreensão mais evidente da teorização elaborada pelo CAE se refere à função do artista enquanto agente revolucionário, e a crítica à tendência do trabalhador cultural desiludido a recuar na direção da introspecção. Nesse sentido, transparece nas entrevistas, nas produções coletivas, nos manifestos e em outros vários textos analisados a seguinte observação.

> Virar as costas à revolução da vida quotidiana, e colocar a resistência cultural sob a autoridade do eu poético, sempre levou à produção cultural, que é mais fácil de coisificar e burocratizar (Ibid, p. 28).

104 Melucci escreve: “A estrutura descrita constitui a força e a fraqueza destes atores coletivos. A força está no mobilizar solidariedades primárias que nenhuma organização complexa poderia estavelmente ter em conjunto; no permitir uma flexibilidade, uma maleabilidade e uma imediaticidade que organizações mais estruturadas não podem assegurar; no fornecer, enfim, canais de expressão direta a questões conflituais e a necessidades de participação, difíceis de agregar de outra forma. A fraqueza está nos riscos permanentes de fragmentação; na dificuldade de manter os objetivos gerais de longo prazo; na facilidade da fuga expressiva; na dificuldade de envolver-se com problemas da política em sentido próprio, isto é, com a complexidade das decisões e das mediações, com os problemas de eficácia e eficiência, em geral com os vínculos de um sistema no qual se confrontam interesses diversos”, (MELUCCI, 2001, p. 98).

A reflexão deleuziana como referência para um modo de ser, de agir e de pensar dos agentes das ações coletivas com mídias livres tanto se evidencia de forma declarada, nas entrevistas e documentos levantados, como de forma espontânea, como traços e influências indiretas. O nomadismo de pensamento bem como a interconexão deste com a assimilação da tática (o comportamento tático na acepção de Certeau) é tanto um elemento da retórica como referência teórica e pragmática. Uma das melhores expressões desse Princípio de Dispersão e do nomadismo de pensamento que o anima são os avatares de não-identidade utilizados nas ações coletivas com mídias livres. Um dos mais expressivos e importantes é o de Vitóriamário[105], uma rede que produziu no Brasil vários manifestos, textos literários, romances, vídeos, ensaios, reportagens, notícias nonsense na forma de plágios, detournements[106], colagens, combinações em nome de uma não-identidade. Vitóriamário funciona como uma ferramenta da desconstrução e crítica do "mito da identidade" e de ação dispersa. Vitóriamário "argumenta" que o indivíduo é o próprio carcereiro de seu significado e que este é controlado por esferas de poder como o Estado, a igreja, família, grupos sociais, escolas, que regulam códigos morais, estéticos, políticos, sociais, etc. A maior parte dessa produção orgânica e coletiva está dispersa na Internet.

Desse material destaco a "entrevista" que Vitóriamário concedeu ao site Apodrece e Vira Adubo, mantido pelo Coletivo Organismo, do qual fazem parte Guilherme Soares e Lúcio Araújo, também entrevistados para essa pesquisa. Da entrevista com Vitóriamáro:

> ***Apodrece e vira adubo*** *- Quem ou o que é Vitoriamário?*
> ***Vitóriamário****: Só mais um vírus. Chamem de TAZ[107] ou qualquer nome estroncho novo que inventaram na Internet nos últimos dias, mas ele é apenas o velho vírus de inconformismo, o verdadeiro olhar humanista. A nossa lucidez agonizante. Como numa fala de um ácaro na obra teatral Malditos somos nós tentando ser nós mesmos: "Eu, tu, ele, nós, vós, eles, todos uns estúpidos sem direção". Também considerado*

105 Luther Blissett é outro nome de não-identidade e de articulação em rede. Sua origem é nos início dos anos 1990, na B ologna, Itália, e realiza o que chama de 'guerrilha psíquica' com o objetivo de minar' as "estruturas" e instrumentos de coerção que se vale da mídia.

106 Os situacionistas foram os primeiros a usar terminologia num viés político. Seu sentido está vinculado a collage (colagem) e desvio e foi usada por dadaístas e surrealistas como técnica para a subversão de referências estéticas. Tem uma função lúdica, abre possibilidade de se criar novos paradigmas e está em consonância com a noção de subversão presente na história das vanguardas.

107 Iniciais em inglês para Zona Autônoma Temporária, conceito criado e aplicado pelo coletivo de produção teórica e ativista Critical Art Ensemble, já mencionado.

como um corpo virótico dentro do caos implantado. A saturação anima Vitoriamario, um ou todos os pontos de vista, assim como se perdeu o sentido das coisas, perde-se com Vitoriamario o falso valor das coisas, Vitóriamario abre a porteira das múltiplas percepções tanto sensoriais, como imagéticas ou simbólicas, um Matema[108] *onde toda verdade cai por terra, Vitoriamario é todas elas.*

Apodrece e vira adubo *- Por quê Vitoriamário?*

Vitóriamário*: Poderia ser João Paulo II ou Madre Paulina, Malinowski ou Lacan, mas daí você não perguntaria o porque. É um objeto sonoro sem referência portanto um simbolo gráfico de uma onda senoidal pura, ideal, infinita, paradoxal, em forma de pessoa, o eu e o outro, mulher, homem, 0 e 1, o tudo e o nada, o blá e o blá... lidar com o medo, com o recalque, quebrar tabus, correr a margem ou pelo meio da noção do nada propiciando situações de descondicionamento, reverter a indiferença e a ignorância ou mesmo a plenitude, mover o mundo com tropeços, simplificar o prolixo, ganhar em ingenuidade, desmistificar o discurso, porque é bom brincar...*

Apodrece e vira adubo *- Vitoriamario defende algum tipo de ativismo, de blefe, de anti-arte ou de fraude?*
Vitóriamário*: Toda verdade é ameaçadora, não creio em crer. Vitoriamario é um meta logos que engloba todos os outros, não é necessário se valer de outros, quero mais é que tudo se misture dentro de um liquidificador ligado no máximo, a vida é um milk shake, chega de regras e estatismo. Tudo é fluxo: SANGRE!!! Vitoriamario!*

Apodrece e vira adubo *- E quanto ao plágio, ao deturnamento, o cut-up desafiando a sociedade de controle?*
Vitóriamário*: Plágio, deturnamento, cut-up, colagem, cópia, vampirismo, gozação chamem como quiserem tudo é Vitoriamario e afirmo isto com veemência, me aproprio de qualquer meme, de qualquer partícula, cultura, produto, nome da forma que eu bem entender pelo fato de eu sê-lo também, afinal mesmo em fluxo contínuo no fim da história tudo apodrece e vira adubo. Quem fez antes do que? Datas, ônus, direitos, o que querem dizer: "fui eu, sou mais criativo, sou superior, sou encantado, sou gênio, vocês aí se quiserem podem me ter desde que me comprem na livraria..". Que espécie de chantagem ou gozo é este? A sociedade de controle pouco tem a fazer ao meu respeito porque me aproprio dela também, assim como sou sua causa, sou a consequência, sou múltiplo e sou ninguém, sou metafísico em que a própria definição já não importa, basta olhar para o céu estrelado, está lá. Nada é novo. No fim tudo vira especulação financeira. Quero livros grátis pra sustentar minha doença de preferência digitalizados para eu mudar tudo que está escrito e assinar no meu nome.*

DISPONÍVEL NO SITE DA ORQUESTRA ORGANISMO: http://organismo.art.br/**.**

108 Para explicar os fluxos e mecanismos da linguagem humana sem ser contaminado por sua carga semântica, o psicanalista Jacques Lacan utilizava-se de equações e grafos aos quais referia-se como 'Matemas' – condensação da palavra 'mitema' de Claude Levi-Strauss e 'mathêma', palavra grega que significa 'conhecimento'.

O Princípio de Dispersão se aplica aqui na forma da não-identidade, da negação de uma identidade por meio da sua saturação, o que conduz à multiplicação das formas de percepção sensoriais, imagéticas, afetivas e simbólicas. Com isso, a insubmissão divertida (e brincante, e erótica) ao discurso estabelecido, ao condicionamento daquilo que Deleuze chamaria "valores sedentários". O Princípio de Dispersão observável na "produção Vitóriamário" se evidencia na **dispersão de sentidos** como forma de questionamento dos sentidos sedentários, na dispersão das ações, através das formas cambiantes com que Vitóriamário assina suas obras e intervenções, que, como já se mencionou, vão do manifesto, à colagem gráfica, ao remix de áudio, passando pelas análises sociológicas, pela produção fotográfica, etc. O **descentramento** está presente na interpretação de que toda forma de verdade é um perigo ao qual é preferível um fluxo. Na medida em que as manifestações Vitóriamário são organizadas, ou melhor dizendo, são orquestradas em rede, abre-se a possibilidade não apenas de Vitóriamário ser muitos, mas estar em vários lugares, o que nos conduz à **desterritorialização**, como o terceiro elemento do Princípio de Dispersão. Vitóriamário também assinou o seguinte texto que integra o convite para o Festival Submdialogia que aconteceu entre 21 e 25 de janeiro de 2009 em Manaus:

"Tenho saudades de um país que ainda não existe no mapa"
Uma proposta de integração através de debates e práticas sub>midiáticas.

Submidialogia é um projeto crítico multidisciplinar de arte, mídia e tecnologias participativas, de cujo processo todos os agentes envolvidos - a comunidade local, teóricos, técnicos, artistas, ativistas e o espaço público - tomam parte.

O projeto tem provocado ações experimentais que inovam no campo da mídia digital e novas tecnologias porque se dão verdadeiramente a partir de processos colaborativos abertos e em constante construção. Questionam-se assim as configurações sociais, culturais e políticas, além do uso imaginado sobre a existência dos objetos técnicos e estéticos.

Ao fomentar o diálogo entre teoria e prática tendo como ponto de partida a Convivência junto ao dia-a-dia das comunidades e pessoas, nos espaços públicos, fazemos arte, ciência e gastronomia. Trocam-se idéias, experiências e conhecimentos, enquanto todos participantes constróem coletivamente os momentos do festival.

Tanto tema quanto formato ainda estão em construção, mas pairam na convergência entre cultura, comunicação, resistência, re-significação, mídia, tecnologia, arte e táticas.

Através da realização de diferentes formas de oficinas e interações (debates, espetáculos, exibições, transmissões ao vivo, Convivências filosóficas, choques elétricos, e intervenções cotidianas), do registro de relatos orais e da criação de mecanismos de visibilidade dentro e fora das comunidades, o projeto busca equipar seus participantes com recursos para que falem de suas especulações, estudos avançados, práticas e que reflitam, através da experiência criativa, um pouco desta identidade conturbada pela velocidade da transformação econômico-social.

Em Belém, uma semana antes do Fórum Social Mundial, o Submidialogia pretende atuar junto ao evento hospedeiro co[MIDIA], expondo diversos trabalhos artísticos em espaços públicos para colocar em pauta um debate mais amplo sobre a atual crise financeira mundial e suas raízes na crise de valores da família moderna.

Consideramos essencial que se aprofunde esta discussão de forma inesgotável.

TEXTO DO FESTIVAL SUBMIDIALOGIA#4, DISPONÍVEL EM http://submidialogia4.descentro.org/submidialogia.html**.**

Um elemento precisa ser ressaltado no Princípio de Dispersão verificável em Vitóriamaro. É que está presente em seus ensaios críticos teóricos a acusação de que toda auto-referência é banal. Nesse sentido, procura-se, com a recombinação simbólica, a desconstrução de comportamentos egocêntricos, a ridicularização de reverências, o questionamento da história linear, os conceitos de originalidade e autoria. Assim como a crítica às penalidades previstas nas legislações respectivas, como mostrado no capítulo 1. Vitóriamário suicidou-se em 1999[109], depois de uma atuação que durou 13.

Programaticamente, a produção de mídias livres também incorpora de Vitóriamario e de outros avatares de não-identidade a busca pela desestruturação e desnorteamento do sistema corporativo de produção de informação, cultura e conhecimento, através de sua subversão. E a criação de canais, produtos e processos submidiáticos que se abram como possibilidade de afirmação de vivências periféricas. Essas duas dimensões, positiva e negativa, são melhor consideradas no tópico seguinte.

Um outro avatar de não-identidade é o de Wanderlyne Selva. Moradora da

109 O que significa um comunicado concensual da rede de indivíduos que o animava de que a partir daquela data Vitóriamário não mais produziria. Apesar disso, o nome vez por outra é retomado, como no caso do texto que integra o convite acima mencionado.

região amazônica, onde atua com educação de índios, é filha de uma freira e de um militar que fugiram para a selva. Produz relatos variados, sempre sob a condição de dificuldades materiais (equipamentos de comunicação) que sua situação na selva impõe. A reprodução abaixo é a resposta que Wanderlyne Selva dá a um jornalista de revista ProNews, Anderson, que procura se informar sobre o encontro Submidialogia #2, que ocorreu em Olinda, em janeiro de 2006.

Pronews *- O que seria a citada Submidialogia?*
Wanderlyne *- Um encontro.*
Pronews *- É o segundo ano do evento?*
Wanderlyne *- É o primeiro que vou. Você irá no próximo?*
Pronews *- O que foi possível apreender nesses quatro dias de evento? A que conclusões se chegou?*
Wanderlyne *- Eu concluí que todo mundo está conectado. Que a revista Pronews está conectada. Que os três estão conectados. Você com certeza entendeu, Anderson.*
Pronews *- O que foi discutido, e por quem, durante o evento.*
Wanderlyne *- Não havia discussão e sim consensos fraternos. A programação você encontra no site do evento, Anderson. Mas me diga uma coisa, você que esteve lá, achou o quê? Qual a sua opinião sobre submidialogia? E se não foi, o que acha que deve ser? Porque é isso que importa, né? :)*
Pronews *- Como o evento, e as discussões que ele sucinta, contribuem para o melhor entendimento da mídia digital e sua relação com a vida das pessoas?*
Wanderlyne *- Entendimento da midia digital? São pessoas Anderson! Pessoas ! Pra que precisamos entender as máquinas cheias de letras se temos pessoas entre elas? O legal de encontros como esses é que podemos ver vida. Agora quando escrevo para alguém, lembro da cara dessa pessoa, do tom de voz, do cabelo bagunçado. E aprendi também uma coisa: Seja a mídia. Você é a midia Anderson?*
Pronews *- A respeito disso, como a mídia digital pode se inserir na vida das pessoas?*
Wanderlyne *- Assim como estamos fazendo: Conversando.*
Pronews *- Quantas pessoas participaram o encontro?*
Wanderlyne *- Umas 200. Faltou você, Anderson.*
Pronews *- O que será feito a partir de agora, com o encerramento do evento?*
Wanderlyne *- Já foi feito. Fizemos uma baita despedida.*
Pronews *- Para onde caminhamos (tanto país quanto Nordeste) quando o assunto é mídia digital?*
Wanerlyne *- Pra periferia, que é o centro.*
Pronews *- Em que parâmetro estamos agora?*
Wanderlyne *- No ponto 7. (hahaha! é uma piada Anderson! Para uma pergunta assim, uma resposta assado!!)*
Pronews *- A respeito do Creative Commons, como vocês vêm a iniciativa?*
Wanderlyne *- Lá na aldeia os erês inventam brincadeiras todo dia. E tem outras brincadeiras que já existem faz 3 gerações no mínimo. Nunca parei pra pensar que uma brincadeira teria um dono. Porque arte é brincadeira né? Pra que ter dono?*
Pronews *- Que contribuição ele promove para a disseminação da cultura?*

Wanderlyne *- Eu acho que a cultura é a coisa mais importante pra disseminação da cultura. E sua maior contribuição. OU seja, é como aquelas plantas que se enrolam nos galhos, entendeu? Aquilo é a floresta. Toda a floresta é um monte de florestas. Toda a cultura é um monte de culturas. O tal do certificado para provar que é de todos não precisa existir. A floresta é de todos, como a cultura e os galhos. Ix, acho que me enrolei. Entendeu Anderson? Me enrolei ! Hah.*
Pronews *- Que ações estão sendo realizadas no Estado, e no Nordeste, que envolvam o CC?*
Wanderlyne *– Tudo!*
******
Anderson, espero que possa aproveitar trechos do que disse. Eu sei que você é um cara ocupado, mas sei também que você entende que todos somos a mídia. Então eu espero poder continuar conversando com você. E quando a matéria sair publicada, vou gostar de ver o Anderson dizendo com as palavras do Anderson o que ele acha sobre tudo.
***
abraços pra tod@s*!!*

wan selva

RESPOSTA AO REPÓRTER ANDERSON LIMA PUBLICADO EM 8 DE NOVEMBRO DE 2006 NO ENDEREÇO http://blogs.metareciclagem.org/selva/ **E TAMBÉM ENVIADO PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA NA MESMA DATA.**

As respostas procuram desnortear a quem pergunta e expõem as diferenças entre a inspiração no pensamento nômade e o plano fundacionalista do pensamento sedentário; entre a perspectiva produtiva, apropriadora e subversiva com que se encara a mídia (o imperativo “seja a mídia”) e a perspectiva comodista de quem faz a mídia corporativa. Wanderlyne Selva está “presente” e dispersa comentando diversos fatos relacionados às ações coletivas com mídias livres na lista de discussão Submidialogia e assina manifestos e textos dos convites aos festivais de mesmo nome. Como o que segue.

Gostaríamos de convida-l@ para tomar parte no festival 'SubmidialogiA3, que acontecerá em Lençóis, Bahia, Brasil, de 7 a 11 de Dezembro de 2007.

Esse evento procura ser um espaço-tempo para a troca de experiências, idéias e materiais, para visualizar conexões, assim como para fortalecer uma rede de pessoas interessadas nas potencialidades culturais, políticas e sociais da teoria e ação de mídia.

Uma miríade de temas e formatos estão sendo discutidos. Você pode participar da construção de um festival imaginário, num futuro imaginário, durante o presente criativo.

Todo processo de produção é aberto e visível, desde a captação de recursos, até a limpeza da casa onde iremos conviver.

Existe uma lista de discussão em http://lists.riseup.net/www/info/submidialogia*, e* http://www.descentro.org/submidialogia3.

Uma página wakka, acessível no endereço http://midiatatica.org *onde você poderá colaborar na programação e na produção.*

O principal objetivo do festival é estimular uma reflexão crítica a respeito das transformações sociopolíticoculturais pelas quais a sociedade contemporânea pensa que passa, e dos efeitos nos sujeitos que dela participam.

Submidialogia é um projeto crítico multidisciplinar de arte, mídia e tecnologia participativas, de cujo processo artístico todos os agentes envolvidos - comunidade, teóricos, artistas, ativistas e público - tomam parte.

Através da realização de diferentes formas de oficinas e interações (Convivências filosóficas, choques elétricos, intervenções cotidianas), do resgate de relatos orais e da criação de mecanismos de exposições públicas dentro e fora das comunidades, o projeto busca equipar seus participantes com recursos para que falem de suas especulações, estudos avançados, práticas, e que reflitam, através da experiência criativa, um pouco sobre esta identidade conturbada pela velocidade da transformação econômica-social.
A idéia é:
• trazer diferentes experiências - teóricas e práticas - para contatarem-se;
• jogar, de um novo ponto de vista, articulações entre teoria e prática nos meios tecnológicos;
• incentivar teoria sobre as práticas para que estas não se anulem, tornando-se utilitarismo;
• incentivar práticas sobre teoria, aplicando experiências em prol de uma (sub) concepção do aparato tecnológico midiático;
• criar um espaço- tempo de subversão das práticas e teorias sobre tecnologia;

Na terceira edição deste encontro, investigaremos as táticas e estratégias da dominação capitalista contemporânea, discutindo a política da música, performance, do software livre, das redes artísticas, metodologias de aprendizado autônomas, biotecnologias e tudo o mais que aprofunde e expanda essas questões.

Resumindo, SubmidialogiA3 intenciona colocar de cabeça para baixo os princípios disciplinares dos estudos de mídia e articular idéias de forma com que se tornem

perigosas.

Venha e colabore! Encorajamos você a confirmar sua participação no festival e ajudar na sua construção, colaborando na produção e organização.

Inscreva-se na nossa lista de discussão

Contando com a sua presença.

Wanderlynne Selva

CONVITE AO SUBMIDIALOGIA3, DISPONÍVEL EM http://submidialogia3.descentro.org/submidialogia.html**.**

Também é de Wanderlyne Selva o seguinte texto apresentando o festival Sumidialogia do mesmo ano acima mencionado:

Quais são as máscaras e máquinas que a dominação capitalista veste? Onde elas estão?

A dominação cultural se efetua de longa data, de forma subterrânea. Antes mesmo do capitalismo, já existiam os problemas relativos às raças, às castas, ao sexo, determinantes e perpetuados na formação da sociedade tal qual ela é hoje. Valores que são introjetados e reproduzidos, consciente ou inconscientemente.

O estado é, sem dúvida, um dos principais meios de dominação política do capitalismo, através de exércitos, polícias, escolas, legislaturas, geração de empregos, construções faraônicas, cooptação de ativistas e militantes, manutenção de sistemas corporativos etc. Obviamente este não é o único, nem o maior ou mais eficiente meio de dominação do capital, que também é fortificado por instituições como as igrejas e a família, autônomas em relação ao primeiro, com seus próprios sistemas e mecanismos de decisão e controle, onde cabe ao patriarcalismo gestionar as normas entre os macro-sistemas. Ubíquo, o capital neoliberal global é conjurado em sistemas e instituições como a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), os Tratados de Livre Comércio (TLC), como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), o Convênio de Diversidade Biológica ou a CNTBio, no Brasil, dentre muitas outras.

Os meios de comunicação são também parte constitutiva do poder capitalista neoliberal. Estes detêm hegemonia na produção, manipulação, circulação e difusão das informações. Têm o poder de determinar a opinião pública e, quando em discordância com o estado, subordina-o a seus próprios interesses. Constroem as regras do jogo. E o jogo. Têm autonomia sagrada de funcionamento e funcionam de acordo com o lucro e poder. Operam a dominação a partir de duas coordenadas: a cultural, na reprodução dos valores, modos de vida, preconceitos; e a política, cotidianamente alterada através da informação.

Atualmente o capital, tendo quase exaurido as possibilidades para uma expansão colonial geográfica, bem como ampliadas as limitações ao espaço virtual, apresenta sua invasão de uma nova fronteira – o espaço molecular orgânico vital. O capitalismo pós-industrial, como o próprio nome sugere, já não possui mais bens materiais para se apropriar, mas um punhado de outras coisas: os bens imateriais. O conhecimento, a transmissão dos mesmos, as expressões artísticas, as expressões culturais em geral e até mesmo a vida se converteram em matéria desejável e apropriável. Esta apropriação também tira dos nossos corpos o direito à escolha reprodutiva, coibe-nos com sistemas alimentares industrializados genocidas, prende-nos a meios de transportes automotores, varre-nos a apartamentos em grandes metrópoles ou salas em subúrbios de pequenas cidades. E assistimos sentados à apropriação do conhecimento comum.

Investigar quais os diferentes formatos de apropriações capitalistas, sobre quais termos, sob quais circunstâncias e quais as reais consequências destas. Táticas de resistência (sobrevivência) consistentes só poderão se formar quando questões culturais forem trabalhadas ao lado das questões políticas, por não se tratarem de diferentes naturezas. Será preciso, ainda que precariamente, desdobrar esta ampla dominação, para conhecer pontos fortes e fracos e traçar estratégias de uma Convivência em busca de autonomia, não só de sistemas estatais, mas de toda a complexa malha que mobiliza a atual formação do Capital e suas diversas táticas de apropriação.

Consideramos essencial que se aprofunde esta discussão de forma inesgotável.

SUBMIDIALOGIA #3 - MERGULHANDO DE CABEÇA NO MUNDO DO CONVÍVIO MIDIÁTICO EM LENÇÓIS NA BAHIA – TEXTO DISPONÍVEL EM http://pub.descentro.org/proposta_submidialogia_3**.**

O texto exprime a heterogeneidade da própria agenda de discussão das ações coletivas com mídias livres e também a disposição antagonista já mencionada. Estão presentes a identificação de uma sociedade de controle, as formas de apropriação do comum e de bens imateriais (para além do mercado de bens simbólicos) postos em prática por um capitalismo tardio e a indicação da necessidade de encarar as táticas, a um só tempo como questões de ordem política e cultural. Não se evidencia de forma explícita nenhuma escola de interpretação político-social. O que se evidencia é a identificação de conflitos nas sociedades complexas que, como em outras sociedades, se dão em torno da produção, apropriação e destinação dos recursos sociais.

Passo agora a interpretar outro texto por fornecer elementos que contribuem para essa reflexão em curso.

Aqueles que se dizem artistas olham para o meu trabalho e me chamam de técnico.

Os que se dizem técnicos e cientistas me vêem como um tosco artesão bradando contra os moinhos.

Circulo por comunidades "virtuais" como um pária praguejando visões de vetores e marcando encruzilhadas para encarnação das entidades, certo do quanto elas não são virtuais,viajando quilômetros para encontrar pessoas que eram apenas avatares, apelidos, endereços numa rede aberta de computadores que desde a infância ajudei a construir manipulado pelos jogos de guerra e paz de um grande leviatã informacional.

Tateio os contornos físicos dessa identidade sem pátria, dessa língua sem regras gramaticais se refazendo por dentro de um frágil léxico de referências culturais globais, instantâneas e ainda não catalogadas pela história da humanidade em pacto.

Justifico uma tradução de protocolos semi-algébricos, olho para essas placas mãe sem metáfora materna, só crendo no esqueleto tátil daquilo que para os que ignoram meu mundo é um fantasma a lhes puxar o pé, um monstro pós industrial encarnado nestes objetos mortos ressuscitados pela captura da luz, barreira intransponível da velocidade dos corpos.

Seus vírus de laboratório são só uma desculpa para não conhecer nossas entranhas.

Dissecando e amando :(){ :|:& };:

O passo pra cima do abismo de calcular todas as possibilidades sintáticas pra acalmar teus sentidos.

Meteorologia na sua dança da chuva. A banal e gloriosa rima perdida em um cheque-mate que já foi vencido, em azul profundo e vermelho medula, por nós, software-hardware encarnados e aceitos como um de vós: Interfaces.

MANIFESTO VERMELHO MEDULA – ENVIADO PARA A LISTA DE DISCUSSÃO SUBMIDIALOGIA EM 3 DE FEVEREIRO DE 2009

Esse texto, intitulado *Manifesto vermelho-medula*, foi escrito por Guilherme Soares, engenheiro eletrônico, músico, integrante do Coletivo Organismo, de Curitiba, e divulgado na lista de Metarreciclagem em janeiro de 2009, com o seguinte comentário destinado aos outros participantes da lista: "... o texto tá doado pra domínio público aqui da comunidade. Podem adicionar estrofes, remixar e rimar à vontade... e que a egolatria de tal identidade perca-se em vossas silentes vozes desenhando nossas buscas :) hehehe".

De que trata o texto? Do relacionamento de um eu com o mundo das máquinas, com indivíduos-avatares em rede que não existem apenas no espaço virtual. Quando se refere ao "dissecamento", trata do processo de abrir a *caixa preta* dos sistemas informacionais como um ato de subversão, de descoberta afetuosa e de desmistificação do objeto técnico em sua aparente inacessibilidade e falsa acelerada obsolescência.

O texto é portador daquele Princípio de Dispersão comentado acima e se alinha com uma "escrita de intensidades", aquilo que Deleuze recomendava não se trocar por

uma escrita de representações. A aproximação do Princípio de Dispersão com o rizoma de Deleuze se coloca como uma transferência, até certo ponto utópica, para o terreno da organização do conhecimento que resiste ao modelo hierárquico, que por sua vez reflete, na epistemologia, uma estrutura social opressiva. Essa associação reforça a noção do Princípio de Dispersão tanto em sua dimensão de descentralidade quanto de desterritorialidade. Saliento agora alguns trechos do Estatuto do DesCentro – Nó Emergente de Ações Colaborativas, associação civil, que está no centro de algumas das mais importantes interferências sociais que podem ser consideradas ações coletivas com mídias livres. O Artigo 1 desse estatuto (Da denominação) indica que:

> *A presente associação denomina-se DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas. Os teóricos da comunicação e os cientistas da sociedade limitaram-se até agora a interpretar os meios. DesCentro trata de modificá-los.*
>
> *Tudo o que acontece não tem mais pertencimento. Os donos da legítima moral da propriedade são como cegos no escuro – nem a visão os fará ver. E a nossa lanterna não aponta à escravidão. A sede dos que chegam não corresponde ao fel oferecido. A reciclagem é um machado nos grilhões. Quando as máquinas que criaram sucumbirem sob nossa imensa humanidade, seus pupilos de outrora se arrependerão por terem-nas feito.*
>
> ***Desconstruir e Reinventar** - Como um processo, DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas **não tem a intenção de se construir como rede ou teia de formas e movimentos simétricos**... ou crescimento a partir de um só ponto. **DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas é um rizoma.** Raízes que se interligam sem um só ponto de convergência, com **múltiplos discursos.***
>
> **ESTATUTO DESCENTRO – DISPONÍVEL EM**
> http://pub.descentro.org/estatutos_atas_e_outras_burocracias**.**

O Artigo 5, no Capítulo II do mesmo estatuto estabelece através de parágrafo único que o

> *DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas caracteriza- se por um **modo ético**, e não moral, no qual **se exclui todo juízo a priori ou sistema de julgamento fundado em referências ou reivindicações de qualquer espécie**, que **pretende atingir, ao invés de um princípio de organização, um plano imanente e emergente que encontre a própria unidade de composição das relações no acontecimento simultaneamente múltiplo e singular, cuja afirmação é expressão da própria potência que cresce sem centro.***
>
> **ESTATUTO DESCENTRO – DISPONÍVEL EM**
> http://pub.descentro.org/estatutos_atas_e_outras_burocracias**.**

E, no Artigo 3 (dos fins), do mesmo Estatuto é possível encontrar que

> *DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas constitui-se como uma* ***plataforma para a emergência de ações colaborativas, projetos e pesquisas relacionados a tecnologia social, da informação, ativismo midiático, arte em rede, software livre e áreas afins, assim como o aprofundamento das redes nestas áreas****. Esse contexto é formado por uma série de organizações, pesquisas, projetos artísticos e afins em todos os estados do Brasil bem como em outros países. O objetivo do DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas é articular projetos e ações entre atores deste contexto, promovendo a livre troca de conhecimento entre todos(as), o desenvolvimento de ações estruturais de intercâmbio via redes telemáticas e encontros presenciais, bem como ações de pesquisa e documentação. Essas ações se darão tanto com projetos propostos por seus conselhos, quanto por editais públicos.*
> **ESTATUTO DESCENTRO – DISPONÍVEL EM**
> http://pub.descentro.org/estatutos_atas_e_outras_burocracias**.**

Todos os negritos foram adicionados por mim.

Pela profícua atuação e por ter se tornado uma referência de organização entre os grupos que realizam ações coletivas com mídias livres, (a rede) Descentro[110] e seu estatuto fornecem subsídios importantes. É interessante, assim, ressaltar a forma de organização e atuação que se propõe rizomática e dispersa. Nesse sentido, influência de Deleuze, aliás, é notável.

Por outro lado, há um **'dever ser'** e uma **'concepção de mundo'** integrados que entretanto não se pautam por verdades fechadas, juízos de valor incontestáveis a que se tomar como imagem, no que se aponta mais uma vez a negação do fundacionalismo a que Deleuze atribui uma das características do pensamento nômade. Este cria seus conceitos, mas seu pensamento não tem uma imagem, como é o caso do pensamento sedentário, cujos conceitos são criados sob a égide de uma imagem dogmática de pensamento. Ainda pensando com Deleuze, o nômade é o homem sem pressupostos, sem idéias predeterminadas, sem postulados implícitos, que enfrenta o caos assim como também o faz o pensador sedentário – pois todo plano de imanência funciona como um crivo no caos (SCHÓPKE, 2004, P.56) – o que se pode observar na característica do modo ético do Descentro.

A unidade de um plano imanente e emergente de relações que se dêem "no acontecimento múltiplo e singular" expressa não somente uma potência que cresce

110 A grafia escolhida pelos integrantes é des).(centro. Ela indica o dentro e o fora, essa disposição deleuziana de abrir-se para o de-fora, essa indicação para conter e estar contido.

sem centro. É a afirmação também de um platô específico de relações[111] que se projetam como práxis suscitadora aberta, adaptável e contingente.

Influenciadas direta ou indiretamente pela obra de Michel de Certeau (2000) as ações coletivas com mídias livres incorporam a idéia da ação tática que acompanha os fluxos de poder sem se misturar a ele, sem se identificar a este poder (financeiro, político-governamental) – essa é uma proposição e uma perspectiva tomada como traço geral. A dubiedade e a artimanha, a astúcia como forma não-declarada de política na sombra[112], o despistar com a ação múltipla de presenças, de discursos, de conceitos abertos, de ramificações dispersas e não formalizadas e não formalizáveis emulam também esse Princípio de Dispersão não declarado, mas suscitador de um programa contra-hegemônico.

Nós nos entendemos enquanto ativistas políticos, militantes de grupos sociais com relação a diversos movimentos em geral e entendemos nossa ação em campo enquanto ação também nesse sentido... como lhe falei, tecnologia emancipadora. E ao mesmo tempo respondemos a burocracias, a mandos e desmandos, que são limitados à esfera governamental e que muitas vezes são limitadas a interesses privados. O que me fez sair do Gesac ***(programa de inclusão digital do Ministério das Comunicações)****, o que começou a dar um nó na minha cabeça de pensar aquilo como militância e responder à Comsat, de responder à Stefanini* ***(empresas contratadas para prover a estrutura telemática para os programas do Governo Federal)****, de responder ao Ministério* ***(das Comunicações, onde a entrevistada trabalhou através do programa Gesac)****. Não dá mais para estar de um lado e do outro lado. Se você entende dessa forma, né? Mas essa crise que aconteceu comigo não foi geral porque a estratégia própria do governo* ***(com relação às políticas públicas de inclusão digital)*** *e das empresas não é homogênea. Então as pessoas que fazem essas coisas (implementação, educação, oficinas, documentação) tanto o fazem nessa perspectiva que eu falei de uma tecnologia emancipadora ou de pensar o processo* ***(como pragmática suscitadora de ensino-aprendizagem e subversão de tecnologias, entendido como mais profíqua do que a perspectiva produtivista)*** *como tem gente que pensa estar* ***(meramente)*** *levando um serviço, que tem que ser executado com destinações temporais, de grana, de uma série de coisas, que têm o pensamento limitado ao que o governo ou que uma empresa pensa; então nunca foi*

111 Com diversos níveis do poder público, com outros movimentos sociais, com extratos da população, com agentes financiadores públicos e privados.

112 Poderia ser afirmado também que, além da sombra, essa ação política acontece na periferia, mas essa perspectiva também é relativa. Para os extratos da população que se integram às relações ('imanentes e emergentes') associadas às ações coletivas com mídias livres, nada é feito à sombra ou à parte, mas no centro e à luz clara do sol que ilumina os contextos mais importantes de sua Convivência: a praça pública, os terreiros, as casas de côco, as organizações comunitárias, centros sociais urbanos e outros, nos quais tomam lugar oficinas, cursos, produção, ensino e aprendizagem áudio-visual, geração e transmissão de programação de rádio, etc.

uma estratégia homogênea deles, nem a nossa lá. Talvez essa seja a nossa força, essa dispersão de sentidos, que pode se estabelecer como uma força. Quando eu falo que 'pode ser', é no sentido de que por exemplo: as ações isoladas no Brasil relacionadas a inclusão digital e tecnologia no geral têm ações nos ministérios e pode surgir o Submidialogia, que é uma coisa fora e dentro. É potencialmente geradora ***(as atividades desenvolvidas pelos integrantes das ações coletivas com mídias livres dentro do governo)*** *mas em si não é. Porque são formas isoladas, heterogêneas, ações, perspectivas extremamente dispersas. Como é difícil construir a homogeneidade, é difícil destruí-la também. Então é difícil você atacar esse ativismo descentralizado, desterritorializado. Por exemplo, pra um governo ou empresa ou o próprio capital saber quem é,... se é mais difícil identificar as ações e perspectivas é mais difícil destruí-las também. Então por mais que hoje eu ache que esteja minando as resistências dentro desses espaços (institucionais, governos e mercado), nunca foi possível identificar plenamente os atores, talvez possa identificar uma pessoa ou outra. Mas não identifica enquanto política geral, porque não existe enquanto politica geral fechada, do tipo 'nós somos X e temos tais princípios e defendemos'... mas de alguma forma, essa descentralização, com ações mais ou menos no mesmo sentido dificultam a ação de derrubar.*

TAÍS BRITO, ENTREVISTA CONCEDIDA EM SALVADOR, NOVEMBRO DE 2008, NEGRITOS MEUS

Alguns pontos precisam ser ressaltados na fala de Taís: primeiro chamo a atenção para a afirmação da não existência de uma "política geral fechada", que possa ser identificada e associada a sujeitos diferenciados que seguem determinados objetivos e princípios consensualmente formulados e amadurecidos por meio do debate político ao longo do tempo. A fala de Taís parece assim indicar a não-existência de um programa político, mais até: a impossibilidade de um. Entretanto, essa conclusão só faria sentido se a ação política pudesse ser ancorada exclusivamente à identidade e à hierarquização (arborescente) de metas "fechadas", e, nesse sentido, limitadas. Entendemos que o programa político das ações coletivas com mídias livres não se enquadram facilmente nas malhas da representação, o que tenderia a transformá-la em um puro conceito do entendimento, uma forma vazia, sem qualquer vínculo com as suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, a influência de Deleuze se faz sentir novamente na medida em que o programa político das ações coletivas com mídias livres incorpora singularidades, de tal modo que o Princípio de Dispersão é a expressão dessa ruptura com a representação clássica, que permite por sua vez liberar o pensamento de sua função recognitiva e fazer dele uma potência criadora.

Elementos de uma práxis geral dos grupos que realizam ações coletivas com mídias livres fazem funcionar agenciamentos sócio-técnicos em processos de apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação em comunidades carentes; desmistificam processos e tecnologias de comunicação, abrindo “caixas pretas” - computadores, transmissores de rádio, transmissores de sinais de tv, softwares –, ressaltando sua necessária dimensão humana e a possibilidade de sua transformação; o mesmíssimo processo permite a ressignificação de computadores falsamente obsoletos e a crítica mesma da obsoletização precoce dos equipamentos, uma necessidade da indústria para fazer girar o consumo; multiplicam equipamentos artesanalmente gestados, que passam a ser coletivamente utilizados; resistem ao cerco violento da polícia, às recusas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), às criativas e sedutoras possibilidades de cooptação com dinheiro público e/ou privado.

Aqui é interessante ressaltar o seguinte trecho da entrevista concedida por Felipe Fonseca por email:

> *Minha opinião pessoal é que estamos aproveitando um momento de abertura para naturalizar idéias que até há poucos anos eram vistas como absurdas. Nesse sentido, o resultado efetivo de qualquer ação de hoje é menos importante que seu potencial simbólico em futuros mais fechados. Em se tratando de inovação, o caminho reverso é geralmente mais fácil de se utilizar como argumento.*
>
> **FELIPE FONSECA, ENTREVISTA CONCEDIDA POR EMAIL, 21 EM JULHO DE 2008.**

O conceito de mídia livre das ações coletivas, que vem sendo usado há cerca de 10 anos, é político, incorpora um programa, que entretanto não é sistematizado. É possível afirmar, a partir das entrevistas e do material produzido em forma de manifestos, convites, dissertações e das conversas nas listas de discussão mencionadas, que se propõe a não ser sistematizável, formulável – já indiquei o componente utópico dessa posição. O fato dele não ter recebido uma sistematização, longe de indicar que não existe, revela por um lado uma particular apreensão dos autores aqui já mencionados, e que se expressou de forma mais veemente no dilema em abraçar a institucionalidade ou mesmo as dificuldades de ordem ética quando do envolvimento com o Governo Lula. Por outro lado, a falta dessa sistematização é indicativa também da falta de reflexão crítica e formulação teórica do próprio conceito de 'mídia livre',

que, no entender de integrantes das ações coletivas analisadas aqui, está sendo apropriada e deturpada pelo Governo Federal e por outras instituições. Esse desvirtuamento seria mais expressivo no âmbito do Fórum Nacional de Mídia Livre, do manifesto que lhe deu origem, dos objetivos e dos integrantes desse movimento[113].

A discussão vias listas de discussão que se seguiu à produção do Manifesto pela Mídia Livre, à publicação do Edital do Prêmio de Mídia Livre lançado durante o Fórum Social Mundial em janeiro de 2009 e o anúncio da Conferência Nacional de Comunicação pelo presidente Lula, são expressivos de um programa político não sistematizado, Mas, sobretudo indicam a reação entre atordoada e surpresa de muitos dos artífices dessas ações, à apropriação de termos, processos, conceitos e adjetivos por eles construídos pragmaticamente.

Thiago Novaes, comentando na lista de discussão Submidialogia, no dia 4 de fevereiro, o anúncio da professora Ivana Bentes a respeito do edital, reagiu:

> *Ivana querida[114],*
> *midialivristas, esses que falas libertárias, não têm cnpj, pessoa jurídica ou se delegam à representação do interesse público.*
> *essa desensibilização das práticas livres, tornando-as servil e estéril terreno votante, ignora desde brecht a enszensberger, sem falar no tão citado guattari...*
> *me pergunto como se pode avaliar "proposta editorial, qualidade estética, grau de interatividade, tiragem, audiência, repercussão e regularidade das propostas de comunicação inscritas." quando as mídias livres operam justamente no desmoronar dessas hierarquias, na experimentação, na confusão entre receptor-emissor, transmitindo esporádica porque ilegalmente, atingindo a nós mesmos para matar a passividade dirigida para audiências... política pública pra criar autômatos?*

113 O Fórum de Mídia Livre foi lançado em abril de 2008 na forma de um manifesto que propõe a defesa da diversidade informativa e da garantia de amplo direito à comunicação, bem como a democratização da verba publicitária usada pelo governo federal. Esse documento lançou as bases para a realização do I Fórum de Mídia Livre, que aconteceu em junho de 2008, no Rio de Janeiro. O encontro gerou uma série de propostas, como a cobrança do governo federal para a realização da Conferência Nacional de Comunicação e a construção de Pontos de Mídia Livre como política de governo, o que passou a ser efetivado pelo Ministério da Cultura ainda em 2008. O movimento ganha mais consequência em janeiro de 2009, com a realização, às vésperas do Fórum Social Mundial, do Fórum Mundial de Mídia Livre, na cidade de Belém do Pará. Durante esse Fórum, o presidente Lula anunciou a Conferência Nacional de Comunicação, a ser realizada em março de 2010 e o Ministério da Cultura o edital do Prêmio Pontos de Mídia Livre. As entidades envolvidas com o Fórum de Mídia Livre entendem essas medidas como primeiras respostas às reivindicações dos movimentos organizados da sociedade civil do campo da comunicação social. A segunda edição do fórum aconteceu entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2009 no município de Vitória, Espírito Santo.

114 Essa discussão entre Thiago com a professora Ivana Bentes, da qual também participaram Ricardo Ruiz, Fabiane Borge e Dani Alvares fornece importantes pontos de análise da relação (problemática) com os programas federais de inclusão digital. Esse diálogo, tenso, será retomado no próximo capítulo.

THIAGO NOVAES, EM EMAIL ENVIADO PARA A LITA FÓRUM DE MIDIA LIVREM NO DIA 4 DE FEVEREIRO DE 2009

O mesmo Thiago Novaes postou o seguinte comentário a respeito do Fórum de Mídia Livre em discussão sobre o assunto na lista Submidialogia:

O fórum de mídia livre tal como se desenvolve DESPOLITIZA o conceito de mídia livre que vimos trabalhando. Despolitiza porque toma a internet como um espaço neutro de publicação de conteúdo (blogspot); despolitiza porque forjará, no limite do possível, uma representatividade social com vistas a legitimar captação de recursos; despolitiza porque toma para si um debate que as mídias livres fazem questão de tornar público, porque estão abertas ao público; despolitiza porque põe em pauta falsos problemas no lugar de emergentes decisões sociais, do campo da comunicação, tal como a tv digital e o rádio digital.

THIAGO NOVAES, EM EMAIL ENVIADO PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, 3 DE DEZEMBRO DE 2008

Com essas duas falas, Thiago resume o que mais ou menos conceitualmente permeia o discurso das ações coletivas com mídias livres. A oposição de ordem conceitual às práticas e métodos do Fórum explicitam esse Princípio de Dispersão acionado por Taís na medida em que é também uma negação da institucionalização, do amparo e do apoio do dinheiro e do Poder:

A mídia livre do dinheiro é a que não se pauta pelo jabá para tocar suas músicas, a que não paga funcionários para executarem tarefas específicas, a que não visa a manutenção e aumento de audiência com vistas a aumento de lucro. A mídia livre do dinheiro é a que não funciona como empresa.
A mídia livre do poder é a que não se organiza hierarquicamente: não tem diretor ou editor que dita o que pode ou não pode ser veiculado no meio; é a mídia aberta à participação de qualquer pessoa, gerida coletivamente e mantida coletivamente; é a que não quer a manutenção e aumento de audiência com vistas a aumento de poder. essa, além de livre é, no meu entender, a verdadeira mídia pública, que não pretende representar o público por meio de delegados de poder ou conteúdos ditos de interesse público; a mídia pública, livre, é a mídia feita pelo público, aberta ao público, que se expressa de maneira livre (aqui abro espaço para o experimental, para a arte e para o ruído).
galera, na boa, a crise da liquidez não é só econômica.
Abrá!

THIAGO NOVAES EM EMAIL PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, 3 DE DEZEMBRO DE 2008

Regina Schópke, tratando da diferença entre o filósofo nômade e o filósofo sedentário ressalta a necessidade de "não se deixar enganar com a falsa idéia de que o pensador nômade é um apologista do caos ou que sua filosofia é desordenada e pouco rigorosa", (SCHÓPKE, 2004, p.2). Da mesma forma, e correspondentemente, é necessário resguardar-se da idéia de que o programa político das ações coletivas com mídia livre é pouco rigoroso ou consequente ou irracional.

3. O poder do positivo e do negativo

Ao lado desse Princípio de Dispersão acima analisado, um outro fator de igual relevância do programa das ações coletivas com mídias livres, na interpretação aqui em construção, está relacionada ao que Paulo Lara refere como

> *a desestruturação do sistema hegemônico de comunicação, colocando em xeque a estrutura de sedimentação do sistema de comunicação. Nesse sentido, essas políticas pretendem romper com o sistema comercial totalmente. E também com as políticas de Estado.*
>
> **PAULO LARA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA POR SKYPE, 13 DE NOVEMBRO DE 2008**

Tal programa político também questiona, segundo Paulo Lara, não só a política (institucional) de comunicação, mas a vida cotidiana de uma forma geral, a estrutura do Estado e as hierarquias.

Esse é um sentido mais conforme com a etimologia da palavra subversão (HOUAISS, 2009). Aqui, mais uma vez é interessante recorrer à fonte que alimenta discursivamente as ações coletivas com mídias livres. O nômade de Deleuze despreza as convenções e as encenações do poder estabelecido – incluindo entre estes a instituição da academia e seu modelo de produção de conhecimento – e, nesse sentido, não se incorpora ao mundo encenado pelas forças sedentárias. Ele pode até conviver na "estrutura" do Estado, mas procura não se submeter integralmente a ela – ele está sempre à procura de criar novos parâmetros e novas formas de existência (SCHÓPKE, 2004). A crítica e a não-aceitação dos valores sedentários existentes se faz acompanhar do rompimento para com eles – esse é o sentido da subversão que se apóia na influência deleuziana[115] e que povoa os discursos das ações coletivas com mídias livres: para o bem, quando suscitadoras e produtivas e organicamente vinculadas a conflitos – aqui, especificamente ao arranjo hegemônico e de controle do sistema de produção, circulação e fruição de informação, cultura e conhecimento. E para o mal,

115 Como já mencionado, essas são influências observadas na formação geral dos indivíduos que realizam ações coletivas com mídias livres. Desde 2003 diversos indivíduos se aproximaram do governo Federal e colaboraram com o planejamento e implantação de políticas públicas na chave "inclusão digital". Mesmo como "influências", formação tangencial, superficial ou indireta, a análise deleuziana orientou também o afastamento dessas pessoas desses mesmos programas quando estes violavam aquela concepção de mundo e de dever ser que os animava. Essa relação conflituosa é debatida no capítulo seguinte.

quando “o conflito perde sua raiz social e as suas conotações de antagonismo, e se transforma em busca simbólica de inovação, que toma facilmente a forma de uma contracultura evasiva e marginal, sem alguma incidência sobre os mecanismos cruciais do sistema”, (MELUCCI, 2001, p. 42 e 43).

A “má vontade” com o que as forças nômades articulam, constroem, justificam suas ações externaliza um desprezo inclusive pela busca de poder e de prestígio, entendidos como os prêmios máximos do mundo sedentário e motivo maior da prisão do pensamento. Aliás, é da arte e do pensamento nômades causar uma espécie de mal-estar e uma desagradável sensação de ignorância àqueles que tentam decifrá-la segundo os códigos do mundo sedentário[116].

Entretanto, a natureza criativa e suscitadora do nômade de Deleuze também influencia o programa político introjetando a busca por autonomia como um dos elementos dessa política. Essa orientação se materializa na criação de canais de expressão, na conquista do conhecimento necessário para isso, na documentação e publicização desse conhecimento. Mais: no desenvolvimento de estruturas lógicas que funcionem como base dessas operações e de metodologias de ensino-aprendizagem.

Eu esperaria que as metodologias de apropriação de tecnologias de informação e comunicação redefinissem uma política que possa contribuir com uma transformação social no país. Para as pessoas poderem se apropriar da tecnologia elas precisam romper a barreira do desconhecido e começar e compreender de fato o que são e como são construídos e funcionam os objetos técnicos.

ALEXANDRE FREIRE, EM ENTREVISTA REALIZADA POR EMAIL EM 3 DE SETEMBRO DE 2008.

A fala de Alexandre Freire aponta para a compreensão da técnica e da tecnologia que se tentou evidenciar no segundo capítulo. Ou seja, entender e se relacionar com a técnica e as tecnologias (principalmente as que possibilitam a produção, consumo e fruição de bens simbólicos, mas outras mais também) de forma

116 Os termos “livre-pensador” ou “pensador-privado” não expressam da melhor forma o nômade. É necessário ter claro que este não é o homem solitário e isolado do mundo, do pensador introspectivo e interiorizado. Seguindo Deleuze, Nietzsche afirma que “todo pensamento é já uma tribo, o contrário de um Estado” e que a compreensão e afirmação do pensamento nietzschiano depende de estar no mesmo barco que ele: “Remar junto é partilhar alguma coisa fora da lei, de todo contrato, de toda instituição. Uma deriva, um movimento de deriva ou de desterritorialização”.38

crítica, tomando-as em simbiose com o humano na forma de agenciamentos sócio-técnicos. O entrevistado aponta ainda para aquela superação das perspectivas tecno-fílicas e das perspectivas tecnofóbicas que comentamos. Superação essa na qual o processo de concretização, ou seja de formação e autonomização dos objetos técnicos, não pode ser considerado como um ponto de partida, mas como um ponto de chegada não-ideal, porque inclusive pode não acontecer. Pois as ações coletivas com mídias livres se pautam pelo processo, argumentando com isso serem portadoras de uma superação da lógica produtivista e instrumental, através da qual o mais importante seria o resultado dessas ações.

Um exemplo ocorre nas oficinas de rádio que são oferecidas em comunidades, grupos culturais, cooperativas, etc. Em alguns casos a programação da oficina implica em se conhecer o funcionamento do transmissor de ondas de rádio, na montagem de um desses equipamentos, além da confecção da antena, instalação, sintonização, entre outros. Inclui a discussão em grupo de aspectos da comunicação massiva, indústria cultural, leitura crítica de noticiário comercial e o questionamento das razões pelas quais a produção cultural local não é difundida. E ainda formas de se fazer um programa de rádio, locução, planejamento, organização e execução de programação. Mas, em nome do 'processo' toda essas produtivas possibilidades se convertem nas virtuosas potencialidades a que Taís Brito se referia na sua entrevista no tópico anterior. Essa postura pode gerar uma série de contradições às ações coletivas com mídias livres que, em última instância, são focos de despotencialização.

A “má vontade” com as forças sedentárias convive (vide a entrevista de Wanderlyne Selva à Revista ProNews no tópico anterior) com uma “boa vontade” fecunda, produtiva e positiva e, elemento importante: vigorosa, erótica, brincante. Porque o bom humor não é uma retórica. É um dos elementos do programa que se procura aqui sistematizar. A ordem da subversão, nesse segundo sentido, não é negativa, é positiva. É potência criadora: a práxis está em sintonia com a concepção gramsciana da ação política como ato criador e suscitador que surge da realidade factual[117], dinâmica, na qual ocorre o contínuo movimento e mudança de equilíbrio

117 É interessante observar que Gramsci salienta a distinção nos posicionamentos que se pode tomar diante da realidade e que são relacionados às concepções e orientações para a ação. Tais concepções e orientações para a ação tanto podem manter-se no âmbito da “realidade factual” - o

entre as forças históricas. É a possível e viável aproximação com o sentido gramsciano da ação política que nos impele a buscar identificar o programa político; pois a ação política a que Gramsci se refere parte de um programa, de uma intencionalidade.

Ainda do estatuto do Descentro (Artigo 3, dos Fins):

> *DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas constitui-se como uma plataforma para a emergência de ações colaborativas, projetos e pesquisas relacionados a tecnologia social, da informação, ativismo midiático, arte em rede, software livre e áreas afins, assim como o aprofundamento das redes nestas áreas. Esse contexto é formado por uma série de organizações, pesquisas, projetos artísticos e afins em todos os estados do Brasil bem como em outros países. O objetivo do DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas é articular projetos e ações entre atores deste contexto, promovendo a livre troca de conhecimento entre todos(as), o desenvolvimento de ações estruturais de intercâmbio via redes telemáticas e encontros presenciais, bem como ações de pesquisa e documentação.*
>
> *Essas ações se darão tanto com projetos propostos por seus conselhos, quanto por editais públicos.*
>
> *DesCentro - Nó Emergente de Ações Colaborativas é uma iniciativa que busca o desenvolvimento dos seguintes objetivos:*
> ** o **compartilhamento** de informação e conhecimento;*
> ** o **acesso** universal aos meios de comunicação e informação;*
> ** a **produção** cultural crítica justificada por objetivos de transformação social;*
> ** defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção da sustentabilidade;*
> ** as **práticas** educacionais;*
> ** a livre expressão cultural e artística;*
> ** a **autonomia** organizacional e auto-organização;*
> ** a **colaboração**, a **cooperação**, a **criação** e **gestão** de trabalhos coletivos;*
> *o intenso intercâmbio e movimentação de pessoas, independente de sua idade, etnia, gênero ou localidade. (*http://pub.descentro.org/*).*
>
> **ESTATUTO DESCENTRO – DISPONÍVEL EM**
> http://pub.descentro.org/estatutos_atas_e_outras_burocracias**.**

As palavras em negrito foram por mim realçadas para deixar em evidência componentes suscitadores e produtivos de um programa político que não se esgota na "desestruturação do sistema hegemônico de comunicação" ou numa dispersão estéril. As dimensões 'positiva' e 'negativa' que fornecem o título desse tópico precisam ser

---

caso do diplomata, mencionado por Gramsci, mas também do gestor ou funcionário público. Ou no âmbito do "dever ser", o que dá margem ao ato criador da vontade, suscitador da vontade, (GRAMSCI, 1991).

entendidas não como pólos opostos e sim como dimensões complementares. A palavra 'subversão', tantas vezes já usada aqui se refere à complementaridade entre 'subversão' como ações contrárias a uma ordem estabelecida, destruição, derrubada e 'sub-versão', versão dos subordinados, daqueles que no vocabulário de Jacques Ranciére correspondem à parcela dos sem parcela. E que exprime esse caráter suscitador já referido. Se em "Gramsci, um "programa" se impõe em três níveis: 1) da análise da realidade factual, relacionada ao processo de previsão; 2) da construção de uma "vontade coletiva"; e por fim, 3) da luta hegemônica" (MUTZENBERG, 2002), devemos procurar identificar esses três níveis. **1)** Ressalto o seguinte texto escrito por Thiago Noaves para discutir o primeiro desses elementos:

As novas práticas de compartilhamento e reflexão sobre a passagem do analógico pro digital se encontram muito mais desenvolvidas e aprofundadas entre os chamados ativistas que qualquer organização do terceiro setor ou da academia (sem falar nos precários pensadores de gov). e isso se deve particularmente à nova estrutura descentralizada de acesso e produção de informação, que permite um verdadeiro diálogo, comunicação, entre os emissores.

parte da dificuldade das "putas velhas" está em reconhecer o modelo falido que defenderam (e continuam defendendo) que se pretende contra-hegemônico (plataforma única para a comunicação).

não surpreende que vejam nos blogs uma oportunidade de broadcasting, longe que ainda estão da compreensão do hipertexto, das listas abertas de discussão, do aprendizado metarec, rádio livre, tv livre, estúdio livre... mas descobriram algo recente e importante: que um espectro ronda a mesmice da comunicação pública (subvertida nos interesses comerciais) e domesticada no campo dos especialistas: a mídia livre! (que há muito já se libertou desses...)

quanto ao aprendizado, esse acontece justamente no diálogo (presencial e virtual), onde os títulos e dirigentes estão expostos ao contraponto democrático sem intermediários, sem filtros (vide a estrutura de oficinas/encontros tutoriais/listas). de fato, há muitas diferenças a serem percebidas (para além da mentalidade de 15, 25 ou 50...), quando vivemos mesmo uma tentativa de ruptura que enfrenta o legado de uma democratização recente, o controle militar de uma elite abastada e a ignorância de um povo faminto. humildemente, não acho que se trate de um problema de definição, mas de atenção à dimensão do presente e do potencial devir das mídias livres.

THIAGO NOVAES, EM EMAIL ENVIADO PARA AS LISTAS SUBMIDIALOGIA E METARRECICLAGEM, EM 08 DE ABRIL DE 2008.

O texto foi pinçado de uma discussão na lista Submidialogia entre integrantes de várias redes (Submidialogia, Descentro, Estúdio Livre e Metarreciclagem) sobre o Manifesto da Mídia Livre, publicado em março de 2008 e produzido em encontro realizado no Maksoud Plaza de São Paulo no início daquele mês. Ao lado da crítica ao Fórum de Mídia Livre e seus principais artífices (as 'putas velhas'), o texto também expressa essa 'análise da realidade factual, relacionada ao processo de previsão'. Ele põe em perspectiva o contexto vivido nos últimos anos no Brasil, em que diversas forças da sociedade – organizações do terceiro setor, academia, empresários e do próprio Governo – buscam criar novas condições para a democratização dos meios de comunicação.

O autor do texto não vê objetivamente, a previsão de que fala Gramsci não é essa. É poder identificar os elementos necessários à realização dessa intencionalidade política, de sua vontade política. Há um olhar apaixonado que se depreende no texto e que anima essa política e ilumina a percepção do que se faz necessário para o triunfo do programa político das ações coletivas com mídias livres, da qual Thiago Novaes é um dos sujeitos. Os textos de apresentação dos quatro encontros Submidialogia realizados até agora também são exemplos dessa análise da realidade, relacionada ao processo de previsão. O seguinte trecho do texto de apresentação do Submidialogia#3, realizado na cidade de Lençóis, na Bahia em dezembro de 2008 e escrito por Wanderlyne Selva é paradigmático desse sentido.

Atualmente o capital, tendo quase exaurido as possibilidades para uma expansão colonial geográfica, bem como ampliadas as limitações ao espaço virtual, apresenta sua invasão de uma nova fronteira – o espaço molecular orgânico vital. O capitalismo pós-industrial, como o próprio nome sugere, já não possui mais bens materiais para se apropriar, mas um punhado de outras coisas: os bens imateriais. O conhecimento, a transmissão dos mesmos, as expressões artísticas, as expressões culturais em geral e até mesmo a vida se converteram em matéria desejável e apropriável. Esta apropriação também tira dos nossos corpos o direito à escolha reprodutiva, coíbe-nos com sistemas alimentares industrializados genocidas, prende-nos a meios de transportes automotores, varre-nos a apartamentos em grandes metrópoles ou salas em subúrbios de pequenas cidades. E assistimos sentados à apropriação do conhecimento comum.

Investigar quais os diferentes formatos de apropriações capitalistas, sobre quais termos, sob quais circunstâncias e quais as reais consequências destas. Táticas de resistência (sobrevivência) consistentes só poderão se formar quando questões culturais forem trabalhadas ao lado das questões políticas, por não se tratarem de

diferentes naturezas. Será preciso, ainda que precariamente, desdobrar esta ampla dominação, para conhecer pontos fortes e fracos e traçar estratégias de uma Convivência em busca de autonomia, não só de sistemas estatais, mas de toda a complexa malha que mobiliza a atual formação do Capital e suas diversas táticas de apropriação.

Consideramos essencial que se aprofunde esta discussão de forma inesgotável.

CARTAS VINDAS DO ACRE, WANDERLYNE SELVA, 18 DE OUTUBRO DE 2004

Como já afirmado, os festivais são momentos de encontro e trocas entre as pessoas, mas são também momentos de mobilização e luta, e a reflexão é um dos destes elementos. Os sujeitos que realizam ações coletivas com mídias livres, entretanto, vivem a situação de latência (MELLUCI)[118], vinculada à vida cotidiana, nas comunidades em que se convive com os constantes processos de negação da fala, de negação da parcela dos sem parcela – uma das razões pela qual Thiago Novaes sente-se à vontade para afirmar que "As novas práticas de compartilhamento e reflexão sobre a passagem do analógico pro digital se encontram muito mais desenvolvidas e aprofundadas entre os chamados ativistas", como disse acima. É precisamente essa a razão das ações coletivas com mídias livres serem polinizadas por uma certa paixão e envolvimento pessoal, que ativa a capacidade de análise da realidade relacionada ao processo de previsão. Mas, como salienta Mutzenberg (2002), isto não significa que a previsão seja arbitrária, gratuita ou tendenciosa. De fato, Gramsci,

> só na medida em que o aspecto da previsão está ligado a um 'programa' esse aspecto adquire objetividade: 1) porque só a paixão aguça o intelecto e colabora para a intuição mais clara; 2) porque sendo a realidade o resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas (do maquinista à máquina), prescindir de todo elemento voluntário, ou calcular apenas a intervenção de vontades outras como elemento do jogo geral mutila a própria realidade. (GRAMSCI, 1991, p. 41).

118 "Acredito que o festival 'é' aquilo que as pessoas que assinam a lista e que frequentam grupos adjacentes conseguem articular em contextos locais ondem propõem encontros... é sobretudo um encontro físico destas redes que atuamos... É preciso submergir nestas realidades e encontrar pontos de articulação... Entender como podemos nos ajudar e ainda assim fazer pessoas que não estão inseridas no nosso modo de comunicação (nossa mídia) consigam", Glerm Soares, durante reunião de trabalho em 22 de dezembro de 209 no canal IRC para organização dos festivais Submidialogia a serem realizados em 2010.

É importante não esquecer que permeia este primeiro nível do programa político o sentido criador e suscitador. Esse mesmo sentido, em um viés nômade, foi exposto por Glerm Soares, ao enviar para a lista Submidialogia um relato dos preparativos para um dos três festivais Submidialogia, a serem realizados ao longo do ano de 2010 com financiamento obtido por edital da Petrobrás.

Vou tentar chegar as 18hs e sair antes das 20hs também, mas já adianto que não tenho certeza se consigo aparecer pois estou fazendo umas gravações hoje e dando umas oficinas sobre o meu trabalho:(http://artesanato.devolts.org *) durante o dia todo. Um processo bem prático que tem a ver com tentar transmitir minhas pesquisas para uma vizinhança de onde habito, já que por alguns anos eu tenho feito muita coisa por aí a fora mas pouca por aqui ao meu redor, estou em busca de pares no meu raio de habitação natal.*

Gostaria de já ir adiantando uma idéias que tão rolando pro submidialogia Paranágua:

A data que pretendemos fazer é maio de 2010. Conversamos sobre a extensão dessa baía (de paranágua) e pensamos que seria interessante também tentar abrir a possibilidade para todo raio geográfico onde temos alguma vivência e vizinhança.

Disso surgiu a idéia de além da articulação que já está sendo feita serra abaixo, tentar de alguma maneira aproximar os vizinhos aqui de Curitiba antes de descer. Pensamos num processo tipo uma "pré-produção" aberta com encontros com música, debates, confraternização ritual e matar as fomes permitindo pessoas que conhecemos aqui no nosso dia dia mostrar um pouco de sua trajetória, suas causas, sua arte e suas ansiedades. Apresentar todo o contexto ***(de apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação)*** *em Paranágua que estará sendo trabalhado até então. Isso culminaria com uma convocatória para descermos até paranágua de bicicleta, dentro da proposta de um dos grupos convidados (* http://bicicletadacuritiba.wordpress.com/ *), gosto também da idéia de plantar árvores dentro espaço urbano, talvez conectar isso com aquela brincadeira de tirar energia elétrica de frutas cítricas pra gerar percepção da natureza da eletricidade e transformar essa energia em mantras sonoros... Procurar terrenos baldios pra iniciar novas "praças piratas"...*

Descendo para o litoral e chegando lá temos o contexto do pessoal que vive ali na baía, seu contexto, suas ansiedades, dificuldades, idéias, sua convergência conosco. Amarrar algo com estas identidades que tentam manter a tradição do fandango caiçara, que constrói rabecas (http://www.youtube.com/watch?v=9IJMgvsNsRQ *) e faz oficinas sobre isso. Gostaria de tentar aproximar a cultura da piazada que está construindo instrumentos musicais digitais artesanais e esta tradição. Outra sugestão que apareceu foi de a gente fazer uma "burnstation" (estação de gravação de multiplos CDs), isso ajudaria bastante pra eles trabalharem na divulgação desta*

cultura. Os estudos sobre produção de energia elétrica com material reciclado e rádio livre + telefonia e internet livre (bytes sobre ondas de rádio) obviamente são muito bem vindos e tudo a ver com este lugar.

Este final de semana eu e simone chegamos junto do pessoal aqui de Curitiba, começando a conversar sobre esta primeira fase do encontro. Lúcio e Cláudia foram até Valadares para planejar melhor as possibilidades ali e buscar caminhos para convergência com o pessoal (podem falar mais sobre isso assim que voltarem aqui). Gosto também da possibilidade colocada pelo Goto, de fazer algo com o pessoal da ilha de Superagüi, considerando o histórico que o Goto teve de interação ali, como coisas que ele contou de como fez umas coisas com as crianças, onde eles relatavam mais de 50 brincadeiras que as crianças da ilha faziam, com desenhos e etc. transmitindo suas oralidades... recordo a estória tb e também a oportunidade que ele conseguiu catalizar de levar um dos senhores fadangueiros das antigas pra falar pras crianças na escola, ja que esta história daquela galera acaba cada vez mais perdendo espaço pra televisão e rádio. Goto também sugeriu de chamar um camarada de Paranágua que tem um estudo muito bonito de toda a cartografia (mapas) da região da baía (vi o livro desse cara - bem interessante)... Seria legal tentar produzir narrativas a partir destes dados todos e as histórias orais do pessoal da região...E é claro, desenvolver um canal de continuidade e troca mútua, com todos estes grupos, pra tudo fazer sentido.

Por enquanto é isso... aguardo comentários...

abração
glerm

GUILHERME SOARES, EM EMAIL ENVIADO PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, 20 DE DEZEMBRO DE 2009.

Esse primeiro aspecto do programa político, na acepção gramsciana, são ainda melhor expressos na fala de dois entrevistados: Beth de Oxum, coordenadora do Ponto de Cultura Côco de Umbigada, no município de Olinda e Neilton Carvalho, guitarrista da banda de punk rock Devotos, do Recife. A primeira, ressentindo-se da falta de espaços para veiculação da música produzida pela comunidade em que vive e atua, mais especificamente as rádios de Pernambuco, controladas pela lógica do jabá, afirma:

Cada região tem sua especificidade, nós somos muito grandes! Como pode a música pernambucana não tocar? Como pode o frevo não tocar? Côco não é tocado em Pernambuco. Vem umas músicas, sabe, fuleragem, que se massificam e a música ancestral, a música de raiz, a música do axé, a música da família do Mestre Salu não toca. Então a gente tem que criar as nossas rádios, ter rádio comunitária. Tem que

botar mesmo a antena, tem que colocar o transmissor e começar a se apropriar disso e discutir politicamente qual é... Discutir com a polícia, com o Legislativo, com o Judiciário, discutir com a sociedade civil organizada que pôrra é essa. Se isso não agrada a meia dúzia de famílias que são donas da comunicação nesse país, paciência. A gente tem que reverter muita coisa agora. E acho que a (cultura) colaborativa e a tecnologia dessa moçada que você tá estudando, que pensa diferente, está sendo protagonista desse processo.

BETH DE OXUM, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM OLINDA, EM 7 DE NOVEMBRO DE 2009

Por sua vez, a experiência de Neilton Carvalho na produção do terceiro disco da banda Devotos, em 2003, expressa não somente os dois sentidos da subversão que vem permeando essa discussão, mas também a paixão que move a ação e os discursos do programa político com mídias livres. Naquele ano, a banda estava sem gravadora[119], sem apoio nenhum para a produção de mais um disco, elemento importante para a manutenção da regularidade do grupo e sua sobrevivência criativa e mercadológica. Os integrantes resolveram lançar mão dos recursos e das condições disponíveis, adaptando-os a essas necessidades e gravaram na casa de um dos integrantes (Canibal), produzindo um dos melhores trabalhos da história do grupo.

Esse disco foi um divisor de águas em todos os sentidos. Ele mostrou até onde podia ir a capacidade de criação e de sobrevivência da gente. A gente não tinha estrutura de porra nenhuma. De manter continuidade, de manter o nome vivo no meio e de auto-suficiência, com todo orgulho que eu posso falar.

NEILTON CARVALHO, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM RECIFE, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2008

Todo o processo de composição, ensaios, arranjos, construção e adaptação da estrutura da casa para captação e edição, mixagem e produção do CD master, bem como de desenvolvimento do projeto gráfico foi realizado de forma autônoma, ou seja, fora do circuito comercial. O que também significa dizer que o conjunto de saberes necessários foi uma conquista no dia-a-dia. Um dos principais responsáveis pela possibilidade de gravar em casa dessa forma foi o próprio Neilton – atuou como

119 O que implicava em não deter recursos técnicos, financeiros e os canais para expressão de subjetividade que forma o contexto geral sobre o qual as ações coletivas com mídias livres se desenvolvem

engenheiro de som, produtor, fez a mixagem e a pós-produção, compôs e desenvolveu o projeto gráfico do trabalho final para ser vendido nas lojas. Ao ser perguntado como começou seu envolvimento com mídias, Neilton dá o tom da paixão que move essa articulação afirmando o seguinte.

Todo envolvimento com mídias aconteceu por necessidade, necessidade cultural. A política em si fica em segundo plano. A gente sabe que tudo é política. Tudo foi deturpado por causa dessa galera que tá no poder e que faz a gente pensar que política é um saco. Mas a gente sabe, tem consciência suficiente para saber que política é importante. Mas tudo partiu da necessidade de estar tocando. O ócio é um saco. Principalmente para quem trabalha com cultura, é a pior coisa que pode acontecer. Com exceção da pessoa que leva a vida comum, vamos dizer assim, que trabalha no comércio, ou é bancário, ou o que for. O ócio para ele é a questão de não estar atrás do balcão trabalhando. O ócio para quem trabalha com arte é não ter espaço para mostrar seu trabalho. Todo dia eu tô trabalhando.

NEILTON CARVALHO, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM RECIFE, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2008

É certo que há profundas diferenças entre as ações coletivas com mídias livres e a experiência da banda Devotos nesse caso. Naquelas, como já se observou, interessa mais o processo como espaço-tempo de ensino-aprendizagem, nesta, se impôs a necessidade de um produto final com fins comerciais. O vínculo comum, entretanto, aponta para a necessidade de apropriação tecnológica, motivada pelas (e através das) limitações das condições de expressão da fala. Em ambas, acontece a abertura da caixa preta, a desmistificação do objeto técnico e sua transformação, que permite a produção, circulação e usufruto de informação, cultura e conhecimento. É possível afirmar que o Devotos, em especial na figura de Neilton, colocou em prática um dos aspectos táticos mais fundamentais das operações técnicas e culturais de oposição, o Faça Você Mesmo (do inglês, Do It Yourself). Mas não como uma "atitude de independência ou como prática de oposição à intermediação e às formas tradicionais de produção cultural de grande porte e em escala industrial", (LARA, 2008, p. 106). E sim por necessidade e falta de recursos comerciais. Neste caso, a atitude faça-você-mesmo não significava apenas "una respuesta a la creencia predominante de que el acto creativo musical requería mucho dinero, educación, influencias y suerte para distribuir las proprias creaciones a través de los mecanismos corporativos estabelecidos", (MUÑOZ et al.,

Apud LARA, 2008)[120].

2) O segundo nível através do qual o programa político sem impõe é o da construção de uma "vontade coletiva", no qual se refletem por um lado, o papel ativo e suscitador da ideologia[121]. Por outro lado, salienta-se a dimensão pedagógica da construção da vontade coletiva, a partir do importante papel desempenhado pela ideologia, em cujo processo se dá a formação de identidades. A teorização de Gramsci aponta para a formação de uma unidade "'cultural-social', pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidifica na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo", (GRAMSCI, 1978, p.34). Temos dito do Princípio de Dispersão e da heterogeneidade das ações coletivas, que são confirmadas em entrevistas e documentos analisados. Essa não-unidade, entretanto, não anula uma base comum que concorre para a formação de um clima cultural naquilo que está relacionado à economia dos bens simbólicos. O Corpus informa a busca mais ou menos sistematizada, uma ação política construtiva por uma cultura livre que se sobrepõe às vontades desagregadas e que se materializa de forma dispersa, como já analisado no tópico anterior. A 'cultura livre' implica na criação de possibilidades para que informação, cultura e conhecimento sejam produzidos, postos a circular, consumidos, apropriados e transformados fora do circuito comercial, em função e em face à polissêmica colcha de retalhos sobre a qual as ações coletivas com mídias livres atuam. A partir dos textos que seguem tentarei identificar e analisar essa segunda dimensão do programa político, naquilo que ele tem de base ideológica e de formação de identidades.

É necessário, entretanto, observar o seguinte. Esta tese tem como principal objeto as chamadas ações coletivas com mídias livres. A apreciação desse segundo nível do programa político põe em evidência a necessidade de se considerar a formação das ações coletivas, os elementos de aglutinação dos artífices dessas ações e

120 É importante salientar entretanto que Neilton, o principal responsável pelas condições técnicas para a gravação do disco, chegou a trabalhar no Programa Cultura Viva , sendo oficineiro de edição de áudio em Pontos de Cultura do Nordeste.

121 Os componentes ideológicos identificados no Corpus permitem assumir para essa análise a ideia gramsciana de ideologia que tem papel ativo e é um processo criativo, "no sentido de pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e, em consequência, deste maior número. Criador, também, no sentido em que ensina que não existe uma realidade, em si mesma, em si e por si, mas apenas em relações históricas com os homens que modificam, etc", (GRAMSCI 1978, p. 34)

os componentes ideológicos para isso. Mas também se impõe a necessidade de se considerar o papel das próprias ações coletivas na formação de vontades coletivas "externas" aos grupos que realizam tais ações, ou seja, "externas" aos grupos que incorporam o programa político em questão. Trata-se assim de analisar em duas frentes essa formação da vontade coletiva[122].

Tanto a criação de novas concepções quanto a adaptação de influências teóricas e/ou exteriores às condições brasileiras, bem como a publicização/circulação destas concepções e do arranjo social e político que as cercam dependem também aqui de intelectuais organicamente ligados aos grupos sociais. Trechos das entrevistas e da produção textual de alguns destes indivíduos são discutidos em seguida. A letra abaixo é da música "Acredite em suas ações", composta pelo baiano Grupo de Interferência Ambiental (GIA) e produzido pela Amnésia Discos[123] - "um samba dedicado a todxs aquelxs que ainda acreditam que as pequenas mudanças podem fazer a diferença na transformação da realidade em que vivemos. Ela sai do forno dedicada ao grande DPadua[124], que acreditava e dava fôlego pra muita gente nessa batalha diária de transformações e retroalimentações espirituais"[125].

Tem gente que sonha criar o que lhe parece Fazer com que as coisas sejam Do jeito que ninguém viu E vive sonhando, pensando, matutando Tentando encontrar um jeito De mudar a situação

122 As duas frentes não podem ser entendidas como estanques ou desligadas. Na verdade uma dimensão reflete e atua sobre a outra. Indivíduos que passam por oficinas de rádio, de edição de áudio e vídeo, que aprendem a trabalhar com softwares livres para os mais variados objetivos tornam-se potenciais artífices de ações coletivas com mídias livres. Deparei com inúmeros casos assim, nos quais jovens de comunidades passaram a atuar como replicadores (das técnicas apreendidas em oficinas), mas sobretudo de uma visão subversiva sobre o mercado de bens simbólicos.

123 "A amnésia Discos é um selo independente que utiliza softwares livres na produção de áudio. A maioria das publicações vêm sendo produzida em ArembaDub Estúdios, estudios associados que utilizam 100% de softwares livres na produção. A Amnésia Discos é uma extensão do projeto Rádio Amnésia que tem braços de itinerância, rádio fixa e estúdio de produção". Descrição retirada do blog da Amnésia Discos (http://amnesiadiscos.wordpress.com/).

124 Daniel Pádua, um dos integrantes e articulador da rede Metarreciclagem e colaborador-formulador de uma das mais importantes políticas públicas do governo Lula na área de apropriação crítica de tecnologias da informação, o Programa Cultura Digital. Pádua faleceu precocemente no final do ano de 2008.

125 Texto disponível no blog da Amnésia Discos, selo independente do qual faz part José Balbino, implementador do programa *GESAC* – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, do Governo Federal – e um dos entrevistados para essa tese.

Aproveitando esse registro expandido
Eu lhe digo meu amigo, você muda opiniões
Modificando tudo que está ao seu lado
Você muda o mundo todo
Acredite em suas ações
ACREDITE EM SUAS AÇÕES, CANÇÃO DO CD SAMBAGIA, 2010

A letra se refere justamente aos artífices das ações coletivas com mídias livres e à formação de vontades coletivas que se dão nos agenciamentos sócio-técnicos, quando estes tomam as formas de encontros de ensino-aprendizagem – refere-se ainda às potencialidades ainda que restritas de transformação social. Esse aspecto é intrínseco às ações coletivas e se expressam por meio de oficinas variadas, já mencionadas aqui. A preocupação em disseminar conhecimento, em documentar processos, em aplicar saberes, discutir visões críticas de instituições e valores do capitalismo tardio em geral e ao arranjo hegemônico do mercado de bens simbólicos são elementos básicos do programa político com mídias livres. É necessário salientar que a formação dessa vontade coletiva, tanto em seu reflexo ideológico como em termos da formação de identidades (dimensão pedagógica) tem como eixo principal a criação ou o incentivo ao desenvolvimento de expertises e de estruturas materiais e virtuais para a produção, circulação, usufruto e apropriação de bens simbólicos. Nesse sentido, tais iniciativas são radicalizadas, na medida em que o processo se propõe a abrir a caixa preta. Ou seja, trata-se da desmistificação do objeto técnico, do funcionamento do sistema hegemônico de comunicação e da indústria de bens simbólicos – o que não é outra coisa que aquela terceira linha de relacionamento com a técnica e com tecnologia discutida no segundo capítulo. O aprendizado que se dá na prática vai além da produção áudio-visual. Ele também se projeta como postura (diante dos objetos técnicos) pela qual qualquer um pode estabelecer relações mais ativas com os objetos a ponto de modificá-los em função de necessidades localizadas.

O aspecto de radicalização se evidencia quando tais iniciativas são contrastadas às iniciativas *convencionais* de inclusão digital: uma das primeiras experiências nesse sentido crítico ocorreu no ano de 2004, com a criação de três telecentros na periferia de São Paulo:

São Paulo é um lugar onde os desigualdades sociais são extremas. É uma cidade

completamente global em sua abundância e fome, de universidades avançadas e de problemas de acesso à infra-estruturas básicas, com vilas e lotes alastrando de povos imigrados e desabrigados. Deste fundo os movimentos sociais levantam-se e espalham-se em intensidades diferentes, tentando responder e confrontar a uma situação em que os poderes e governo tendem a chamar de insolúveis. Adicionalmente, o cenário midiático é dominado pelos grandes monopólios, que defendem obviamente os interesses das elites em manter a ordem aparente e um consenso complacente para uma situação social que ousa mostrar sua cara irritada e muitas vezes explodir em motins.

Apesar do dominação dos monopólios dos meios, os projetos de mídia independentes têm uma longa história no Brasil. Durante a última ditadura nos anos 70 surgiram muitas publicações independentes chamadas à época de "imprensa nanica", além de zines, os samizdats e incontáveis revistas culturais contra o governo estabelecido, criando uma espécie de contra-cultura. A partir dos anos 80 este movimento foi reduzindo gradualmente a um mercado "pop" de publicações em desaparecimento. Podia essa situação ser mudada ou, ao menos, ser desafiada? Uma tarefa tão gigantesca exigiria grandes esforços, para a qual os praticantes de mídia tática poderiam fazer muito pouco, ou sequer significativo, a fim minimizar os aspectos devastadores deste cenário midiático quase inteiramente monopolizado. Este dilema foi a razão principal para os organizadores do Festival Mídia Tática Brasil[126] *fizessem um exame de sua posição, que havia sido quase que completamente baseada num ambiente paulistano, tocando apenas na superfície do problema. Acreditando na autonomia dos meios, ativistas de mídia conceberam Autolabs, um projeto de laboratórios de mídia tática a serem construidos na periferia, em distritos pobres e favelas de São Paulo.*

Criado autonomamente com a ajuda de comunidades locais, Autolabs é pensado para serem protótipos laboratoriais de alfabetização digital dos meios assim como aprendizado técnico das tecnologias de informação e comunicação. Tudo baseado em conceitos táticos, ou seja, meios baratos e de uso DIY (do-it-yourself ou faça-você-mesmo), permitindo a acessibilidade digital de seu meio-ambiente, promovendo o desenvolvimento e a produção individual e/ou coletiva, independente dos meios usados, de uma maneira criativa e usando sistemas operacionais de código aberto e/ou software livre. Autolabs são centros da orientação, da documentação e da auto-instrução com acesso livre e aberto, onde a mediação humana prevalece no processo de alcançar o conhecimento, e onde há uma troca generalizada de saberes que estimulam a participação e o trabalho coletivo.

As oficinas de Autolabs funcionaram de janeiro a julho de 2004, envolvendo 300 jovens entre 17 e 21 de três distritos pobres da periferia de São Paulo: São Miguel

126 Festival ocorrido em 2003 em São Paulo, no qual o então ministro da Cultura, Gilberto Gil, teve contato com algumas das experiências, processos e metodologias que mais tarde se somariam e alimentariam políticas públicas sob sua pasta. A dor e a delícia da aproximação entre as ações coletivas com mídias livres e o governo Lula, em grande parte intermediadas por Cláudio Prado, serão o tema do capítulo seguinte.

Paulista, Ermelino Matarazzo e Itaquera. Foram divididos em quatro unidades:

Núcleo Técnico: *Manutenção e Reciclagem de Computadores. Neste módulo os laboratórios são montados em conjunto com os participantes. Aprendizado técnico de manutenção de computadores e composição de hardware reciclado.*

Núcleo de Sustentação: *TICs para a mídia independente. Alfabetização digital, mobilização e colaboração através da Internet, sites dinâmicos e listas de discussão. Princípios do software livre e copyleft.*

Núcleo de Mídia Digital: *Produção e publicação gráfica e histórias digitais. Produção de mídia digital através da experimentação e publicação gráfica assim como a produção de conteúdo através da contação de histórias digitais.*

Núcleo de Som: *Rádio Livre e Rádio Web, DJ-ing e produção de música. Produção sonora, programação livre do rádio e edição/finalização de Cds.*

Pessoas locais das comunidades periféricas criaram seu próprio Autolabs desde seu começo, isto é, reciclando computadores rejeitados e aprendendo a mantê-los, montando um laboratório em um local decidido por uma liderança de sua própria comunidade, aprendendo como usar ativamente as máquinas para produzir seus próprios meios e mostrando os resultados com um Web site coletivo e em eventos planejados para acontecer ao longo do curso que integrarão todos os resultados - filmes, música, programas de rádio, zines e um banco de dados de contação de histórias. Esses eventos aconteceram durante e no fim do curso e compreendem uma semana dos aulas, debates - com teóricos e ativistas de mídia nacionais e estrangeiros - e de um fim de semana festivo que aconteceu em um dos distritos periféricos de ação simultaneamente ao espaço SESC (FindEtático: São Miguel/Centro).

A experiência de Autolabs forneceu entrada a uma importante iniciativa muito maior do governo brasileiro, os pontos de cultura, para criar uma rede de centros interligados entre o brasil, baseado inteiramente em software livre. Atualmente, aproximadamente 200 tais centros estão sendo criados ao redor do país. As planos são de criar mais de 1000 destes centros nos próximos anos.

ROSAS E WELLS (2006).

Os AutoLabs não se concretizaram como solução fechada e planejada externamente ao ambiente para o qual foi destinado[127]. Foi pensado e, na medida do

127 A experiência dos AutoLabs é mencionada de forma positiva em várias das entrevistas. Uma análise menos entusiasmada foi feita por Felipe Fonseca: "Devido a diversos fatores que envolveram complicações com a coordenação do projeto, má-vontade de alguns oficineiros com o software livre e microdisputas de poder, o projeto pode por um lado ser considerado um fracasso retumbante. Dos 300 jovens que estavam cadastrados, pouco mais de dez tentaram emplacar ações depois de

possível, implementado para ser apropriado pelas comunidades, o que se daria desde seu início de tal forma que os agentes estrangeiros aos bairros se tornariam, em certo momento, desnecessários para guiar o trabalho de uso das tecnologias da informação.

> *O diferencial da experiência dos Autolabs é que o projeto não trabalharia somente com o letramento digital, mas também com o midiático. É dizer, havia uma crença que o simples acesso por si só não era um agente transformador, havia uma cultura presente no uso das novas tecnologias que precisava ser abordada e conceituada.*
>
> **MIRELLES**, **2008, p. 43.**

Quando se afirma que o caráter formador da vontade coletiva, o veio pedagógico desse nível do programa político das ações coletivas com mídias livres é pontuado pela radicalidade, está-se a apontar o caráter profundo de uma apropriação de tecnologias da informação e comunicação a que se quer alcançar: aquele que parte da própria desconstrução e construção dos meios de comunicação, de manifestação das subjetividades, do questionamento crítico, da expressão da fala. Essa radicalidade aponta ainda para o questionamento e crítica da necessidade de um mercado de bens simbólicos ancorado numa escassez artificial como condição para compensar o esforço sobre-humano do artista; no questionamento da necessidade e inevitabilidade de um complexo industrial de bens simbólicos, no questionamento da concepção das tecnologias como sínteses-produtos fechados e inacessíveis à criatividade não-industrial. Na prática, as ações coletivas com mídias livres envolvem (e precisam fazê-lo) as comunidades onde acontecem para a construção dos espaços reais e simbólicos, dos instrumentos que ali funcionarão e da destinação que será dada ao que for construído.

É comum, em artigos e nas entrevistas do Corpus que esse aspecto de formação pedagógica seja associado à obra de Paulo Freire em geral, e especificamente à Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1996). Daí a identificação possível entre a orientação destrutiva, a que me referi acima e a paixão como política em que a obra de Freire se soma como influência, que é bem expressa no trecho seguinte.

---

encerrado o processo, e, sem o apoio de que precisavam para ir adiante, acabaram de mãos vazias. Alguns oficineiros e o nosso Fernando ainda tentaram auxiliar no processo de capacitação pós-Autolabs e na estruturação de projetos auto-gestionados pelos bolsistas, mas pelo mesmo motivo acabaram sem fôlego para tanto", Metáfora 1.0, disponível em www.*philipe.files.wordpress.com/2007/09/livro_metafora1.pdf*

> É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nessa forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da "formação" do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá verificando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. (Freire, 1996, p. 22 e 23).

Essa perspectiva, que exerce considerável influência sobre as ações coletivas com mídias livres, precisa ser colocada em face à crítica política de Gramsci. Essa segunda dimensão do programa político das ações coletivas com mídias livres é fundamental para passagem da consciência do momento econômico ou egoístico-passional para uma dimensão ético-política. Aquilo a que Gramsci chamava de política em sentido amplo[128]. O que as experiências de Neilton Carvalho e Beth de Oxum informam é que condições adversas e em princípio impeditivas das manifestações da fala, condições que tendem ao esmagamento dessas possibilidades ou de sua ancoragem a prioridades e agendas estranhas, podem se transformar em meio de liberdade, em instrumento para criar novas formas ético-políticas, em origem de novas iniciativas.

Beth e Neilton exprimem a passagem da dimensão econômica (egoístico-passional) para o momento etico-político, uma vez que suas atuações ajudam a entender de que forma a estrutura, como força exterior de castração, limitação e opressão se converte pela práxis e pela vontade em meio de liberdade – ou seja, em meio para a expressão de vivências, de experiências, de formas de vida, de trocas, de

128 Em sua acepção 'restrita', de resto, o conceito de "política"aparece em Gramsci em seu sentido habitual, isto é, como o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governates e governados.

aprendizado, Convivência humana e Convivência com a natureza antagônicas aos modelos hegemônicos. Nesse sentido, as articulações das ações coletivas com mídias livres são formas amplas de política, são formas catárticas de passagem de um nível egoístico-passional a uma dimensão ética.

É claro que, por um lado, é necessário ressalvar o nível dessa catarse e a conquista dessa dimensão ética. Melucci lembra que em sociedades em que se confronta com a complexidade dos sistemas humanos, com mercados econômicos e políticos de massa, com o equilíbrio dos ecossistemas, a imagem de um movimento operário compacto e homogêneo, ao qual se atribuem interesses pressupostos de transformação global, se nunca correspondeu à realidade, pertence somente à celebração de um rito, (MELUCCI, 2001). Da mesma forma, também é necessário observar que as ações coletivas com mídias livres não formam um bloco histórico compacto e homogêneo nos mesmos moldes que Gramsci considerava possível para o tempo e o lugar a que se referia.

Por outro lado, toda forma de práxis tem uma potencialidade da passagem da esfera da manipulação imediata (recepção passiva do mundo) para uma esfera de modificação do real, em que a consciência de participação do gênero humano se expressa (COUTINHO, 2003). Isso também é verdade para as variadas e virtuosas práxis das ações coletivas com mídias livres, porque através da práxis passa-se de uma esfera de manipulação imediata e superficial, ou seja, de um momento e de uma forma passiva de ser no a uma postura diferenciada: articulativa, produtiva, suscitadora, que modifica o real (ou se propõe a isso). Neste processo se dá a tomada da consciência da lógica pela qual há aquela contagem das partes, no sentido dado por Ranciére e discutido no primeiro capítulo. Paradigmaticamente, Neilton Carvalho e Beth de Oxum tomam consciência das formas atualizadas da contagem da palavra (e dos corpos), que se expressam contemporaneamente, em última instância, por meio da legislação e das tecnologias de informação e comunicação. Ao mesmo tempo, impõe-se a necessidade da afirmação da existência diante do complexo processo de violência simbólica a que são submetidos; impõe-se a necessidade da afirmação da fala diante da negação da fala; impõe-se a necessidade da vivência de um espaço de existência cidadã, ou direito à ação e opinião e que não mais se referem ou respondem a demandas egoístico-

passionais, mas que se projetam como dimensões do humano[129]. Estamos diante da passagem do momento econômico para o ético-político, do 'objetivo' ao 'subjetivo', da 'necessidade à liberdade', o salto do determinismo econômico à liberdade política.

Assim, a consciência de participação no gênero humano vem com o conhecimento do “conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”, a que Ranciére atribui o nome de polícia (RANCIÉRE, 1996 p.41). A consciência de participação no gênero humano vem também da atividade que é contrária a esse conjunto de processos: à atividade que Ranciére chama de política (RANCIÉRE, 1996 p.41).

A premissa da autonomia, alimentada pela influência dos ensinamentos de Paulo Freire, pelo movimento DIY e pela ética hacker, confluem de forma virtuosa nesse segundo nível do programa político, na medida em que forma um discurso e práxis pelas quais a possibilidade de construção dos próprios canais de comunicação, de ser a própria mídia, superam condicionantes históricos para a manifestação da fala, o que quer dizer 'da cultura'. 'Faça você mesmo sua programação de rádio', 'veicule você mesmo suas idéias no seu canal', 'produza você mesmo seu disco', 'filme você mesmo as suas imagens', são elementos que se agregam a vontades coletivas e são construídas nas ações coletivas com mídias livres em processos de ensino-aprendizagem[130].

3) O terceiro nível do programa político é o da luta hegemônica. Sabemos da obra de Gramsci que a luta hegemônica se dá no embate entre diferentes programas. Bem como está relacionado ao enfrentamento entre concepções de direito relativos a diferentes "vontades coletivas”. O programa político das ações coletivas com mídias livres não pertence a nenhum grupo em particular, até porque não está escrito em nenhum lugar, como já discutido. Esse programa é ou será o resultado dinâmico da

129 Como já afirmado no capítulo anterior, entendemos, seguindo Gramsci, que tais direitos são resultados da ação política e, como tal, a possibilidade da negação desse direito por meio legal ou do exercício das forças políticas.

130 Aqui, vale relembrar Francisco de Oliveira: “Todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas”., (OLIVEIRA & PAOLI, 2000, p. 60). Entendendo 'política' no sentido em que a definiu Ranciére: a da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é portanto, dissenso e desentendimento em relação a como se reparte o todo da produção social.

interação entre diferentes programas de diferentes grupos, com diferentes experiências, expertises e atuações.

Como vem sendo delineado, essa articulação de diferentes programas se presta a mudanças e, em conformidade com Gramsci, refere-se a um grande movimento de partidos[131] afins (GRAMSCI, 1991) e a um conjunto de princípios que orientam e fixam novos significados (MUTZENBERG, 2002). A partir das entrevistas realizadas, da produção textual coletada, dos métodos de ação observados nos encontros presenciais e virtuais e das interações acompanhadas através das listas de discussão, considero que três princípios permeiam a orientação e fixação desses novos significados:

a) o Princípio de dispersão, já tratado anteriormente;

b) um Princípio de Autonomia e

c) um Princípio de interação cotidiana.

Esse Princípio de Autonomia é colocado em prática nos processos de ensino-aprendizagem do uso e apropriação transformadora de tecnologias da informação e comunicação, bem como guia – não sem atropelos e inseguranças – a busca por estabelecer um relacionamento com o Estado, o poder político-administrativo e o mercado de modo que estes não restrinjam ou ameacem as potencialidades das ações coletivas com mídias livres. Referindo-se às possibilidades das metodologias de apropriação crítica de tecnologias da informação, Felipe Fonseca, em entrevista por email escreveu o seguinte:

> *Fico bastante satisfeito em constatar uma mudança na maneira com que muitos desses projetos (de inclusão social) são elaborados e desenvolvidos. No início, era bastante comum uma visão limitada, segundo a qual era necessário "capacitar" as pessoas, para torná-las "aptas" à tal da "era da informação" - um discurso já falho em si, que na prática se traduzia em coisas ainda piores: adestramento de manobristas de mouse, como um amigo uma vez chamou, e "aulas de word". Hoje em dia, aparecem cada vez mais projetos que trazem o aspecto da apropriação – uma compreensão mais íntima do funcionamento das tecnologias, que potencializa talentos inventivos, e pode tirar esse tipo de projeto do papel de mera preparação de mão de obra com qualificação mínima para um sistema que obviamente não funciona.*

131 Acho interessante lembrar que o uso do termo 'partido' em Gramsci e também aqui vai além da institucionalidade da sociedade política. Mutzenberg "partido que pode apresentar-se inclusive como antipartido, não-partido, mas que está inserido no jogo político", (2002).

FELIPE FONSECA, DE ENTREVISTA CONCEDIDA POR EMAIL EM 21 DE JULHO DE 2008.

Com respeito à autonomia política, Felipe Fonseca, na mesma entrevista afirmou o seguinte:

Eu acredito que o Brasil continua sendo o Brasil: não consigo prever se qualquer política pública do governo atual, por mais respaldo que tenha, vai permanecer daqui a dez anos. Prefiro desconfiar do futuro, e confiar nas pessoas. Sei que eu vou, como pelo menos algumas dezenas de pessoas que conheço também, continuar interessado em dessacralizar a criatividade, criar espaços de experimentação e aprendizado. Se vamos continuar agindo através de projetos "de governo" ou não, não sei responder.

FELIPE FONSECA, DE ENTREVISTA CONCEDIDA POR EMAIL EM 21 DE JULHO DE 2008.

O mesmo Felipe escreve:

Mas talvez agora esteja na hora de retomar o debate: como fazer para estimular inovação social, política e tecnológica fora da estrutura asfixiada dos canais competentes? Como apoiar o estabelecimento de estruturas autônomas de pesquisa e desenvolvimento, sem cair no usual campeonato de burocracia, em que ganham aquelas organizações mais conformadas ao funcionamento (e às estruturas de poder) do terceiro setor, do mundo acadêmico, da política de editais e tudo mais? (Fonseca, 2008, p. 6).

FELIPE FONSECA, DE ENTREVISTA CONCEDIDA POR EMAIL EM 21 DE JULHO DE 2008.

O que Felipe Fonseca parece reivindicar não implica no desprezo de usar (integrar) a estrutura do governo, dando-lhe as costas, mas em estabelecer em relação a tais canais institucionais uma "cética autonomia de longo prazo".

O Princípio de Convivência cotidiana parece se expressar como uma agregação cultural mas também ideológica, que se situa no terreno da produção simbólica da vida quotidiana. E, como bem pontua Melucci, "existe um inter-relacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e a ação coletiva; a solidariedade do grupo *(dos grupos)* não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência quotidiana", (MELUCCI, 2005, p. 97, itálico de minha responsabilidade).

O Princípio de Autonomia permeia as atualizações brasileiras das táticas de

mídia, assim como a os agenciamentos sócio-técnicos e as experiências artesãs do programa político das ações coletivas com mídias livres. Da mesma forma e correspondentemente, o Princípio de Convivência é condição para a apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação, e a porta de entrada (ou de saída) para a expressão do descontentamento e do desentendimento suscitador da política. A discussão de como esses princípios permeiam as ações coletivas com mídias livres é feita no tópico seguinte desse capítulo.

4. A atualização brasileira das táticas de mídia

Por influência da retórica herdada com as experiências européias (LARA, 2008; CAETANO, 2006; FONSECA, 2008; BALVEDI e ETLIN, 2008; ROSAS e VASCONCELOS, 2006), as mobilizações táticas com mídias no Brasil são tocadas por uma busca não articulada (sem um centro que a promova) de atualização local de alguns princípios sociológicos e filosóficos que animaram as experiências com mídias livres no Velho Continente. Sim, há uma herança européia nas Táticas de Mídia em operação no Brasil, em termos de suas características principais e de suas justificativas: a mobilidade das ações, a tática de atacar e correr, as ações de imersão que criam situações sobre as quais se procura fomentar reflexões críticas, as produções efêmeras e localizadas com as quais é colocada em prática uma estética de apropriação, do engano, do desvio de sentidos, apropriação da leitura, da fala, do passeio, do desejo[132]. Nestes, os truques engenhosos, a astúcia de caçador, as manobras criativas e inesperadas servem para desmascarar a fragilidade e inconsistência da produção cultural corporativa (CERTEAU, 2000). E também para produzir coisas novas.

Essa busca de atualização da herança européia revela o caráter auto-reflexivo das ações coletivas com mídias livres, que por sua vez se expressa principalmente (de forma bastante heterogênea) em uma produção teórica que analisa as próprias práticas, as influências e as limitações programáticas e pragmáticas[133]. Nessa produção teórica, aspectos da cultura brasileira são associados ao enquadramento econômico em que se dão as ações coletivas com mídias livres e à condição de crise inerente dos pressupostos da Mídia Tática (CAETANO, 2006): a crônica falta de recursos forma as principais condições para a necessidade das táticas de mídia e de guerrilha semiótica[134].

No âmbito das comunidades carentes brasileiras, em que é constante a escassez

132 GARCIA e LOVINK (1997).

133 Reflexão teórica essa que não é realizada necessariamente sob os auspícios da institucionalidade acadêmica brasileira. Iniciativas de análise, pesquisa e produção de conhecimento são colocadas em prática fora desses ambientes e, em muitos casos, em oposição a eles.

134 Bem o expressa o físico Etienne Delacroix em entrevista concedida na cidade baiana de Lençóis durante o Festival Submidialogia 3: *"A minha pesquisa tem como principal objetivo desenvolver formas de adaptar sistemas operativos complicados a entornos de poucos recursos, fazer sistemas muito simples. E nesse sentido faz parte dessa pesquisa descobrir como ensinar culturas técnicas sérias, pesadas, com recursos minimai"*.

das mais básicas condições, tanto o improviso (o jeitinho, a gambiarra, o ajuste temporário) quanto a associação solidária (o mutirão, a colaboração, o uso do bem comum) são identificados nessa produção teórica como elementos tradicionais, historicamente desenvolvidos, necessários. No âmbito das táticas com mídia e das formulações mais elaboradas que vem recebendo por aqueles que as praticam, esses elementos são retomados e sobre eles é produzida uma reflexão que tenta introduzi-la no âmbito da Cultura Digital.

Assim, o "jeitinho", a "gambiarra" e o "mutirão" seriam expressões, práticas tipicamente brasileiras aplicadas às táticas de mídia – mais até: seriam qualidades diferenciadoras das potencialidades brasileiras de apropriação crítica das tecnologias de informação e comunicação. Essa associação, inclusive, é um fator que concorre para um problemático caráter da relação de crítica e construção. Esta passa a ser ancorada na dificuldade, na impotência estrutural, na falta e na escassez de recursos e leva a um certo imobilismo. O que é em última instância um elemento de perda de potência criadora, e contraria um dos elementos que movem a idéia de política em Gramsci. O termo "cultura da gambiarra[135]", largamente utilizado entre os sujeitos que realizam ações coletivas com mídias livres, designa a habilidade desenvolvida pela necessidade de trabalhar com recursos minimais, adaptando-os (subvertendo-os) a funções para os quais eles não foram produzidos. Essa associação é exemplarmente encontrada na Metarreciclagem.

O trabalho de re-significação de computadores (e também de outros objetos técnicos) é feito em uma articulação, de sujeitos que detém diferentes níveis de experiências com o objeto técnico, através daquele processo de ensino-aprendizagem que se dá enquanto agenciamento sócio-técnico. Em geral a metarreciclagem de computadores acontece com a intenção de montar tele-centros em comunidades carentes. É aí que

Existe quase uma obrigação moral a colaborar. Mesmo quem inventa uma desculpa

135 Dicionário Houaiss (2009): substantivo feminino. Rubrica: eletricidade. Extensão elétrica, de fio comprido, com uma lampada na extremidade, que permite a utilização da luz em diferentes localizações dentro de uma área relativamente grande. Rubrica: Eletricidade. Regionalismo: Brasil. Uso:informal. Extensão puxada fraudulentamente para furtar energia elétrica; gato. Rosário de lâmpadas com que se iluminam fortemente determinados locais, quando necessário; série de pequenos refletores colocados no teto de um estúdio ou de um palco.

pra se ausentar acaba sentido-se culpado depois de ver os resultados. O mutirão é um conceito entendido em todo o país.

FELIPE FONSECA, EM TEXTO PUBLICADO EM SEU SITE PESSOAL, EM 20 DE JULHO DE 2008

Em que medida a "cultura da gambiarra" e uma "moral do mutirão" são elementos de subversão, num contexto histórico de racionalidade técnica?

Talvez sejam a subversão da própria subversão, em algum sentido ainda não bem analisado. Parte da limitação da resistência política explícita me parece ser o fato de usar a contraposição como elemento aglutinador: "o que nos une é ser contra seja lá o que for". Essa visão limita as aspirações e o alcance real de qualquer movimento. Se a gente fala em naturalizar e até estimular um tipo de pensamento que está presente nesses traços culturais, na gambiarra e no mutirão – traços que, não por acaso, a cultura consumista de elite despreza –, pode ser que estejamos encontrando a chave para um tipo de ação que é política em si, mas que não exige afiliação ou preparação teórica de antemão. Um tipo de ação que pode levar, de maneira descentralizada e muitas vezes inconsciente, à construção de um mundo mais colaborativo, humanista e ambientalmente responsável. Claro que existe a crítica – até que ponto essa lógica do mutirão não se baseia justamente na precariedade e na instabilidade, e se evanesceria em um contexto mais próspero? Sobre isso, não tenho resposta mais precisa do que a esperança.

FELIPE FONSECA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA POR EMAIL EM 21 DE JULHO DE 2008

Nos termos e nos sentidos da "cultura da gambiarra" e da "moral do mutirão" há uma atualização que procura re-colocar o "faça você mesmo" (DIY, da sigla em inglês), a premissa do trabalho colaborativo e as trocas solidárias em rede, enunciadas no universo e na ética hacker, mas sobretudo a desmistificação do objeto técnico. As ações metarrecicleiras têm o mérito de aproximar estes entes inicialmente insondáveis e misteriosos – caixa pretas - dos hábitos do cotidiano, num processo de ensino-aprendizagem que aproveita os saberes e experiências dos educandos, em particular; e de traços culturais brasileiros em geral na forma de uma articulação em rede – ou ao menos se propõe a isso.

Essa atualização, cujo extrato teórico não procura um rigor sócio-antropológico, é entretanto tocada por uma perspectiva que observa que o ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a

sua construção – no âmbito da discussão de fundo, implica na produção áudio-visual e na implementação de canais de veiculação e comunicação desta produção. Essa orientação, verbo a verbo freiriana, reflete o Princípio de Autonomia de que temos falado. O aprendizado da manipulação da máquina, na perspectiva da metarreciclagem, se projeta no sentido de uma autonomia no trato com o objeto técnico, em função e em face às necessidades, interesses e tempos locais.

O jeitinho, a malandragem, o jogo de cintura, a habilidade para fazer da falta de saídas uma saída, via gambiarra e/ou mutirão, entretanto, não pode sintetizar uma atualização das ações coletivas com mídias livres e por meio desta expressar por si mesma o Princípio de Autonomia. Isso porque primeiro, a informalidade que se depreende dessa 'fórmula' não considera o esvaziamento do caráter suscitador das ações coletivas com mídias livres que provoca: o que aconteceria se as condições minimais, críticas, de falta de equipamentos e recursos básicos não mais se apresentam – deixa-se de realizar as ações coletivas com mídias livres? Elas se descaracterizam? Perdem seu veio subversivo? O que sucede quando o poder político e/ou o mercado suprem essas faltas - a cooptação e a captura são inevitáveis? Ou pior, o que sucede quando instâncias institucionalizadas do espectro político fazem uso das mesmas ferramentas conceituais e das mesmas metodologias de apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação – as ações coletivas com mídias livres tornam-se um termo perdido para um acontecimento esvaziado em um passado recente?

Parte da implantação e consolidação do próprio capitalismo no Brasil foi/é/tem sido permeado por essa adaptabilidade. A malandragemjogodecinturajeitinhoegambiarra não é uma exclusividade que as ações coletivas com mídias livres incorporam e se apropriam. Traços dessa adaptabilidade podem ser rastreadas na formação das próprias elites dirigentes, na ótica de alguns daqueles a quem Francisco de Oliveira, inspirado por Antonio Candido de Mello e Souza, chamou de “intelectuais demiúrgicos” da formação da sociedade brasileira (OLIVEIRA e PAOLI, 2000). Assim, em Raízes do Brasil (2002), Sérgio Buarque de Hollanda, ao tratar do processo de colonização do trópico, pergunta-se o que teria tornado os portugueses tão bem-sucedidos em seu empreendimento civilizatório. Para

responder a essa pergunta, como se sabe, o autor construiu tipos sociais contrapostos, como formas de expressão diferentes das atividades humanas que se relacionam à ação sobre o mundo material.

Para Sérgio Buarque, o tipo que orientou a colonização e que foi responsável pelo seu sucesso e herança é o espírito de aventura. É este, em oposição diferenciadora ao espírito do trabalhador, que estimulou os portugueses à adaptação ao meio-ambiente, às rotinas adequadas ao novo mundo que se descortinava, a aprender a lidar com os instrumentos e utensílios indígenas por serem eles mais adequados ao contexto; a mesma pulsão aventureira seria a responsável pela modificação na forma de dispor varandas dos pátios internos (herança moura) para a área externa da casa. É claro que outros fatores contribuiram para o sucesso da colonização portuguesa e o próprio Sérgio Buarque as menciona[136].

Também parece válido ressaltar que a concepção personalista da autonomia da pessoa em que se baseiam as teses de Sérgio Buarque, resulta na inexistência de uma "moderna religião do trabalho" e o "apreço à atividade utilitária": "uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia", (HOLLANDA, 2002, p. 952).

> Também se compreende que a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem a uma reduzida capacidade de organização social. Efetivamente o esforço humilde, anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses e, como tal, estimula a organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles. Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranquilidade entre os cidadãos, porque são necessárias, uma e outra à harmonia dos interesses. O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as idéias de solidariedade.
> A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos.

136 É válido considerar também que a análise de Sérgio Buarque de Hollanda se propõe tratar a de fragmentos de formas de vida social, de instituições e mentalidades que o autor acreditava estarem em vias de serem superadas. Raízes do Brasil é um olhar sobre o Brasil "tradicional", arcaico, cuja problemática identidade estaria para ser superada pela "revolução" da sociedade brasileira.

(HOLLANDA, 2002, p. 952).

É claro que não se trata aqui de considerar que essas características observadas por Sérgio Buarque se transferem para as relações que estabelecem os sujeitos das ações coletivas com mídias livres. O que se observa são rastros de padrões de sociabilidade que moldaram aspectos da cultura brasileira e que se assemelham às auto-referências que conformam as atualizações brasileiras das táticas de mídia. A não exclusividade destes aspectos parece denotar uma insuficiência no modelo de auto-interpretação presente nas tentativas teóricas de atualização das táticas de mídia.

Noutro sentido, pode-se ver na análise de Florestan Fernandes que o caráter autocrático da organização e da conduta de classe da burguesia, que é incorporado segundo Fernandes como traço estrutural no processo de formação histórico da sociedade brasileira, é bem específico: a dinâmica da atuação estamental é basicamente adaptativa, ainda que ajustada à dimensão do controle externo. Uma consequencia disso é que

> Em uma sociedade estruturada estamentalmente, não só o poder de competir é regulado pelas diferenças de níveis sociais. Ele não pode ser aplicado nem livremente nem irrestritamente, mesmo nas "relações entre iguais", sem pôr em risco as bases do equilíbrio social e a continuidade da ordem social. (…) Nessas condições resguardava-se a sociedade do corrosivo "espírito burguês", fortalecendo-se os laços que prendiam os homens aos seus níveis sociais, aos correspondentes códigos de honra e ao mito de que o Brasil é ingovernável sem a versão autocrático-paternalista do despotismo esclarecido. (FERNANDES, 2002, p.).

Ora, nessa forma de organização o que guia a agregação dos indivíduos é um critério de inclusão ou exclusão ancorada a contatos, uniões, prestígios, privilégios, ou seja, garantias acionadas pela simples participação no estamento. Este é voltado para dentro e assim, como concha, oferece a seus membros posições vantajosas; não se pauta pelo risco, ou pelas oportunidades incertas, mas pelas garantias à mão, pelos interesses privativos do grupo[137].

137 Duas passagens recentes da conturbada história da economia política da comunicação no Brasil ilustram bem o caráter adaptativo, tático e estamental de nossas elites. Nas vésperas do final do trabalho da Constituinte de 1988, o então presidente José Sarney liberou 527 concessões e

Nesse ponto é interessante a aproximação com a análise filosófica empreendida por Jaques Ranciére da constituição da ciência política. Nessa análise a polícia é identificada não somente aos "golpes de cassetete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas". Mas, sobretudo, e mais genericamente, a uma ordem que dispõe o sensível: que distribui os lugares e funções, que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos do dizer; a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes da sociedade. Essa ordem de distribuição no Brasil parece ser guiada por um imperativo estamental, voltado para dentro. E, no que se refere à economia política da comunicação, delimita os canais de comunicação às privilegiadas camadas sociais e suas construções discursivas (seus modos de dizer), seus imperativos corporativistas e suas prioridades.

Segundo, o mesmo tipo de malandragemjogodecinturajeitinhoegambiarra é a receita usada pela criminalidade. A observação desse aspecto e de outros apontados anteriormente é indicada por Felipe Fonseca, ao escrever que

> *Mas essa perspectiva é limitada se não levar em conta o outro lado da informalidade: a incerteza, o aumento do custo social, e o desequilíbrio dos mecanismos da justiça em favor das pessoas que têm mais relacionamentos, que na maioria das vezes são as pessoas que têm mais recursos, e aqui não falo só da elite econômica tradicional, mas também dos comandos do crime, que já demonstraram mais de uma vez que são muito eficazes na apropriação de tecnologias. Falar em uma sociedade de gangues é interessante pra trazer à luz os diferentes ciclos em que a informação circula, mas se não existirem mecanismos de mediação, não vai passar de uma ditadura do mais forte. Como fazer para que a gangue, adolescente e festiva, não vire uma máfia violenta?*
>
> **FONSECA, 2008b, p. 15**

permissões de emissoras de rádio e TV – a maior parte para a parlamentares que mais tarde votariam pela aprovação do quinto ano de seu mandato. Antes da Constiuição de 1988 essa era uma prerrogativa do Poder Executivo, que foi estendido ao Congresso Nacional na Nova Carta. A nova prerrogativa conferiu diretamente a deputados e senadores uma parcela importante de poder num campo de seu interesse direto, que tem a capacidade de definir o que é público, ou seja, o espaço de realização da própria política nas sociedades contemporâneas (LIMA, 2006). Mas não impediu que, em desconformidade com o que proibe a Constituição, deputados e senadores possuam e dirijam empresas concessionárias de rádio e televisão. Os dados mais recentes indicam que 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação no Brasil (Projeto Donos da Mídia). A outra passagem, mais recente, se refere à retirada por parte das principais empresas de comunicação da participação da Conferência Nacional de Comunicação ocorrida em Brasília, convocada por decreto presidencial e ocorrida em Brasília em janeiro de 2010. A medida pode ser entendida como uma forma de esvaziar e deslegitimar as sugestões de projetos de leis que deveriam ser construídas com segmentos da sociedade civil organizada.

Posto que essa atualização é na verdade uma busca em torno das linguagens subversivas com mídias digitais e eletrônicas, quais linguagens servem a uma política não institucional de/com mídias livres no Brasil? O que parece apontar para esse elemento em torno do qual a atualização das táticas de mídia se projetam é a festa, o congraçamento, uma pulsão erótica de celebração e que toma formas imersivas nas comunidades em que acontecem. Essa perspectiva é abraçada de formas variadas na produção teórica analisada e foi observada também nos encontros Submidialogia dos quais tomei parte como observador participante.

Se, na análise que fez das 'Táticas lúdico-mediáticas' de grupos europeus Assis (2006) indica que o uso da ironia, do riso, da brincadeira, do colorido, da festa serve antes para uma comunicação que atraia o grande público via canais de comunicação de massa, os mesmos elementos nas ações coletivas com mídias livres no Brasil se pautam organicamente pela transformação social de forma micro-localizada. Os objetivos não são pautar os debates na grande mídia e/ou atrair a audiência média com linguagens e formatos atraentes. Na verdade, uma certa indisposição com os canais massivos de expressão acompanha as ações coletivas com mídias livres, como já discutido.

A necessidade do agenciamento coletivo, do “estar junto”, da troca festiva giram em torno dos processos e das potencializações que surgem do encontro entre ação, corpo, tecnologia e tempo – e constituem outra forma de atualização das táticas de mídia em que convergem os princípios de Dispersão, de Autonomia e de Convivência de que temos falado. Para ilustrar essa pulsão, vale à pena destacar o seguinte trecho da entrevista concedida por Ricardo Ruiz:

> *Uma coisa que me movimenta e que movimenta boa parte dessa galera eu acho que é amor, respeito pelo outro, vontade de estar perto do outro. Que mantém essa pessoas com vontade de se encontrar e de pensar o que está fazendo, sem ser de forma burocrática. Sem ser igual... digamos que vá haver uma análise de funcionamento dos programas de inclusão digital num fórum... Não funciona pra gente. Concordo que entendo que existam pessoas que consigam trabalhar dessa forma e que até talvez funcione pro trabalho que elas vêm desenvolvendo. Mas eu acho que pra como a gente vem pensando o nosso trabalho, isso não funciona não. Ao invés de fazer uma seção num fórum seria melhor uma seção de cozinha, pra gente cozinhar junto e daí discutir várias formas de pensar ações, porque eu acho que tem muito a ver com relações, com ter outra pessoa perto. Várias pessoas dessa galera agora moram junto...Constituir família.*

RICARDO RUIZ, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM OLINDA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2008

É interessante observar a essa altura uma aproximação desse aspecto do programa político das ações coletivas com mídias livres com os códigos de conduta hacker, que estão para além das celebradas "formas colaborativas de trabalho"[138]. Como indica Himanen (2001), uma tendência geral do trabalho dos hackers comporta uma grande dose de diversão e gozo e paixão, em combinação com muita seriedade e trabalho duro, árduo. Nessa perspectiva, os códigos de conduta hacker formam uma nova ética do trabalho que desafia a atitude que durante tanto tempo nos tem escravizado, a saber, a ética protestante do trabalho, tal como a expôs Max Weber (HIMANEN, 2001). Os encontros Submidialogia são momentos em que esse congraçamento se evidencia de forma bastante intensa, ao emergir da condição de latência em que são gestados. A forma com que acontece expressa bem esse aspecto da atualização de que falamos aqui.

Submidialogia é um projeto crítico multidisciplinar de arte, mídia e tecnologia participativas, de cujo processo artístico todos os agentes envolvidos, comunidade, teóricos, artistas ativistas e público, tomam parte. Através da realização de diferentes formas de oficinas e interações (convivências filosóficas, choques elétricos, intervenções cotidianas), do resgate de relatos orais e da criação de mecanismos de exposições dentro e fora das comunidades, o projeto busca equipar seus participantes com recursos para que falem de suas especulações, estudos avançados, práticas e que reflitam, através da experiência criativa, um pouco desta identidade conturbada pela velocidade da transformação econômico-social.

O ponto de partida do projeto é sempre o convívio, partilhar o dia-a-dia das comunidades e pessoas, impregnando-se pouco a pouco de suas histórias.

O segundo passo é a realização de integrações multimídia - fotografia-vídeo e som, momento de troca que busca inspirar processos criativos individuais e coletivos, assim como definir os temas a serem priorizados nas exposições a serem realizadas.

O terceiro passo é a montagem das exposições, momento em que se dá uma comunicação intensiva e integradora em dois sentidos. Ao transportar as vozes e as criações dos participantes para o espaço artístico, as reinserimos dentro da malha social de onde elas estão muitas vezes isoladas. Ao recontar, muitas vezes num tom

138 Na verdade, como indicou Marx (1984), a cooperação é uma necessidade histórica da própria divisão do trabalho. A celebração do "trabalho colaborativo" que se verifica, sobretudo na produção acadêmica contemporânea sobre aspectos os mais variados das tecnologias de informação e comunicação, parece ser uma decorrência das possibilidades evidenciadas por tais tecnologias de uma produção conjunta de bens imateriais.

desprovido de emoção, sua experiência , ao enumerar suas perdas e esperanças, estas vozes buscam ecoar no espaço do sensível de cada um de seus interlocutores. E é esta troca de sensibilidades que aproxima o indivíduo e o coletivo. Público e Protagonistas confundem-se em um espaço que instiga a troca e a atenção, um espaço onde histórias pessoais conduzem para uma compreensão maior do fato social, sem distanciamentos, sem estereótipos.

Texto de apresentação do Submidialogia 3, disponível em http://pub.descentro.org/proposta_submidialogia_3

Este evento gerou um livro (BRUNET, 2008) que agregou diversos ensaios e artigos e forma um dos mais condensados conjuntos de textos que procuram/realizam as atualizações brasileiras das táticas de mídia. Analiso em seguida dois desses textos que sintetizam o caráter geral dos agenciamentos sócio-técnicos das ações coletivas com mídias livres em relação a esse vetor de congraçamento, festa e celebração.

No primeiro desses textos, "Anotações do balcão do Sr. Didi", Ricardo Ruiz e José Balbino procuram contrapor os métodos de aprendizado e de transmissão de conhecimento que ocorrem por meio oral e através da imersão em interações familiares às redes sociais expandidas no capitalismo tardio por novas formas de comunicação.

Com a transformação das comunicações foi possível a expansão de redes sociais que, essencialmente, preservavam seus métodos próprios de aprendizado e transmissão do conhecimento. Nesse sentido, o meio acaba por configurar-se como o elemento principal do aprendizado, onde anteriormente figurava a expressão humana e sua vontade como fator de maior importância da relação. A integração de novos instrumentos permitiu o intercâmbio e amenização de distâncias, reconstruindo imaginários agora influenciados por memórias outras. Por um lado, acentua-se a pressão exercida pelo pós-industrialismo em afastar as histórias das pessoas delas mesmas, desterrando o conhecimento como fruto da consciência humana. Por outro, tais culturas ancestrais ainda possuem no discurso oral, no contato corporal, na música, na dança e em rituais coletivos a sua principal maneira de manter as relações quântico-familiares.

RUIZ e BALBINO, 2008, p. 45

Para os autores esse processo, no qual ocorre de forma progressiva a assimilação intermediada do conhecimento, desgasta a expressão corpórea da cultura .

A partir de quando a atenção é deslocada da pessoa (imagem, expressão corporal e oralidade) para o meio (tecnologia) - relação incentivada pelos atuais sistemas de poder e controle - o aprendizado termina comprometido e precisa ser adaptado para que não suprima a expressão original do objeto de estudo/aprendizado. Dessa forma,

a relação com o corpo arrebenta com os padrões de comportamento impostos pela frívola sociedade pós industrial. A relação corporal, muito mais que suprimida, é tida como parte de uma experiência sensorial que não se limita ao tato, nem à audição ou à fala.

IBID, p. 46.

Os autores concluem afirmando que movimentos de resistência cultural e social como as ações coletivas com mídias livres impõem antigas alternativas de convívio humano e crescimento coletivo. Nestas, a ação política é embalada pela celebração, pela construção de afetos e por forte sentimento de comunidade.

A família tal qual como é imposta pelo cristianismo é alegremente sobreposta por relações de construção de afeto e carinho entre pessoas. A monotonia da Arte é substituída pela riqueza da expressão coletiva. O medo e os castigos do além-vida desaparecem entusiasticamente sob a cortina da celebração e da intervenção de nossos ancestrais em nosso destino. O futuro, ao invés de construído artificialmente pelas mentes de poucos, é celebrado como ritual no presente. O corpo não é tido como catedral do pecado, mas como parte integrante – e ínfima – do enorme universo tátil e quântico que nos cerca. O tempo não transcorre como um relativo de dinheiro, mas sim como o momento da experiência vivida. Divindades não são cruéis, inalcançáveis ou mesmo antigos homenageados políticos; muito ao contrário, são expressões lingüísticas e orais de elementos da natureza e da criatura humana. Uma vez divinos, bens naturais como a fauna, a flora e os minerais que constituem os biomas são respeitados como parte integrante de nossas histórias, de nossos corpos, de nossos ancestrais e, portanto, de nossos futuros. Agora em contato com novas tecnologias de comunicação, informação e convívio, essas culturas se mostram, mais uma vez, resistentes ao cruel processo imposto pela sociedade pós-industrial. E nos apontam rumos para mantermos nossos trabalhos.

IBID, p. 47

O outro texto da mesma publicação a ser analisado é "Processos Imersivos e Reciclagens de Singularidades (para Multitudes)", escrito por Fabiane Borges e Marc Etlin. Nesse artigo, os autores explicitam o modo de trabalho do EIA – Experiência Imersiva Ambiental, grupo da cidade de São Paulo que trabalha mapeando, reunindo, promovendo, viabilizando e propondo ações que têm como denominador comum o espaço da rua. Esse modo de intervenção urbana reúne diversos elementos[139] –

139 Os autores mencionam que o EIA se alimenta de toda uma gama de experimentações da contracultura underground e vanguardista do século XX (futurismo, dadaísmo, surrealismo,

inclusive teóricos – presentes nas ações coletivas com mídias livres, daí sua importância para esse debate. O objetivo do artigo é analisar os potenciais do encontro entre ação, corpo, tecnologia e tempo, e também inferir como se constituem as relações internas e externas à experiência de imersão.

Tratando dos próprios festivais Submidialogia, os autores escrevem que

> *RECOMBINAÇÕES DE REDES em espaços/tempos imersivos são dispositivos de fomentação de novos modos de fazer política e de existir no mundo. (…) Essas novas culturas de redes em seus encontros ciber e corpóreos (presenciais) são um importante foco de pesquisa e experimentação para o nosso trabalho e consideramos que elas tem muito a acrescentar nos processos políticos da contemporaneidade. Elas engatinham em sua tentativa de descentralidade e por fim de distribuição de redes e de seus poderes-funções-uso, mas temos alguns bons exemplos no Brasil de tentativas de encontros presenciais imersivos de sujeitos ligados ao movimento do Software Livre, que tentam fazer esse processo avançar.*
>
> **BORGES e ETLIN, 2008, p. 115.**

Os autores iniciam sua reflexão tratando da "imersão", textualmente associado ao conceito deleuziano de acontecimento e ao conceito de Zona Autônoma Temporária, desenvolvido por Hakim Bey[140]. Assim, a Zona Autônoma Temporária é o espaço-tempopara a expressão do acontecimento deleuziano, pelo qual uma disposição individual/coletiva cria situações "de resistência aos paradigmas ambientais-políticos-sociais da contemporaneidade", (BORGES e ETLIN, 2008, p. 111). Os autores lembram as séries de acontecimentos já identificadas por Hankim Bey (2001) que se davam como prática geracional:

> *raves, encontros presenciais das cibersociedades, ativismos políticos relacionados a planos econômicos/políticos, o contexto prático/estético das interferências urbano/públicas, as experiências grupais de magia com utilização de softwares, experimentações do corpo digital, eventos de arte, mídia, multimídia, tecnologia livre, software livre, etc.*
>
> **BORGES e ETLIN, 2008, p. 111 e 112.**

movimento beat, hippie, wave, punk, rave, happening, performance e experimentações eletrônicas em geral) .

140 O pseudônimo de Peter Lamborn Wilson, filósofo e ensaista, outra importante referência por seus estudos a cerca das táticas para a criação de espaços temporários de articulação política e estéticas que passam ao largo das forças de controle social, as Zonas Autônomas Temporárias.

Nesse sentido, as ações imersivas de intervenção do EIA procuram modificar a idéia de espaço público como uma Ágora grega

> *para outras noções de espaços públicos, que leve em conta as redes ciber, as tecnologias das máquinas, as tecnologias sociais, as diferentes expressões estéticas, o mundo da mídia, publicidade, moda, o calendário da cidade. Não atuamos com um espaço público que está lá esperando nossa intervenção, mas o criamos a partir de eventos recorrentes que se tornem pontos específicos e eficientes de produção, criação e amplificação de códigos, corpos e coletivos. Imergir no espaço público da cidade, mas ainda mais, criar um espaço público de constituição de realidades e singularidades.*
>
> Ibid, p. 114.

Ao mesmo tempo as ações políticas imersivas, explicam os autores, inclusive os festivais Submidialogia, necessariamente precisam levar em conta as singularidades temporais, espaciais, teritoriais, culturais de onde se está. De modo que, ainda segundo os autores, essa abertura é o maior foco de experiência e aprendizagem, "porque conta com a radicalidade da alteridade"

> *Imergir coletivamente em um local sem dar devida atenção ao ambiente como um todo, é ignorar a força, sabedoria e poder do local. O ambiente determina os graus de relacionamento, as alianças, ativa ou restringe potencialidades. Imergir ativamente num ambiente, ou criar um ambiente para imersão é trabalho de feiticeiro. É magia. E nosso trabalho se baseia muito em pressupostos mágicos, xamânicos e em técnicas de intensificação de consciência, porém sem nenhum vínculo transcendente/religioso. A mistura dos diversos ritmos somados aos atributos locais são suficientes para essa mudança de freqüência, mas pode-se ir mais longe nessa intensificação.*
>
> Ibid., p. 113.

É nesse sentido que, considerando aspectos festivos de cidades e comunidades em que o que "o contexto do divertimento, do erotismo, da estética hedonista geral são mais evidentes", o EIA procura "fazer eventos festivos que permitam que a crônica social avance, que o diálogo dos diferentes se expresse a partir de propostas de criação de espaços (artísticos, estéticos, políticos) ", (Ibid, p. 114).

Portanto, a identificação desses traços culturais brasileiros são tendencialmente associados ao modo de realizar táticas de mídia no Brasil; são incorporados como condições de possibilidade de ações coletivas com mídias livres. Esse fato tem

consequências para a potencialidade e efetividade dessas ações e para sua permanência, que serão analisadas no derradeiro capítulo.

A procura por um *abrasileiramento* das táticas de mídia teve como ponto de inflexão o festival Digitofagia[141], que aconteceu em novembro de 2004 e procurou

> *aprofundar os conceitos e as questões levantadas pela mídia tática no contexto específico do Brasil. Embora as práticas englobadas pelo escopo teórico da mídia tática incluíssem certamente muitas das ações já praticadas por diversos grupos e ativistas brasileiros, fossem elas a programação em software livre, o mídia ativismo, o trabalho em rede, entre outras, o fato é que muitas outras características típicas do contexto brasileiro ficavam de fora dessa conceituação, não fossem elas já marginalizadas no contexto geral da arte e da tecnologia e em estudos de cibercultura ou em comunidades ativistas. Elementos correntes, como a prática da pirataria, o modo de atuação dos camelôs, a gambiarra, a prática indiscriminada e ilegal do remix na formação da cultura brasileira, a colaboração e a prática do mutirão eram pontos normalmente ignorados tanto por teóricos quanto por artistas e ativistas. Fazia falta urgente uma reflexão que abarcasse essas práticas e as remixasse com o conceito tão próximo de mídia tática.*
>
> **ROSAS e VASCONCELOS, 2006, p. 11.**

O evento gerou uma publicação (o livro 'Coletânia net_cultura 1.0: digitofagia'), cujos textos mostram um esforço de construção de práticas e teorização alicerçada na vida cotidiana brasileira. Tendo como ponto de partida o ideário antropofágico do modernismo brasileiro da década de 1920, sua releitura digital, a Digitofagia propunha

> *pensar uma prática antropofágica que reatualizasse esse ideário no contexto da cultura digital, reabastecendo seu ideário libertário. Para tanto, abraçar práticas espontâneas na cultura contemporânea brasileira, como a pirataria, os camelôs e a gambiarra, seria, quem sabe, uma forma de trazer a mídia tática para um campo mais familiar e mais cotidiano aos praticantes, teóricos e ativistas brasileiros, e também publicamente expor o sentido da colaboração nas trocas de informações, fazeres e recursos materiais, a parafernália tecnológica compartilhada para ações coletivas.*

141 Como avisa o prefácio da publicação, o livro é o resultado de "um processo coletivo de pensamento cristalizado numa lista de discussão e num wiki (página na internet que permite múltiplos editores), que debateu, entre uma diversidade de temas, a necessidade urgente de reflexão das práticas de mídia a partir do contexto brasileiro, teorizadas, praticadas e planejadas sob a influência de teorias e práticas aparentemente alheias a esse contexto, assim como o próprio contexto de mídia tática. A mailing list foi criada em julho de 2004, como forma de conceber, planejar e realizar o festival Digitofagia, realizado em outubro do mesmo ano, no Museu da Imagem e do Som em São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, no Projeto Subsolo e na Rádio Madame Satã".

ROSAS e VASCONCELOS, 2006, p. 11.

Ressalto em seguida mais um aspecto dessa busca pela atualização das referêcias das táticas de mídia e que se refere abertamente à metáfora da antropofagia, que tomou como principal referência o Manifesto Antropofágico assinado por Oswald de Andrade em 1928[142]. Ora, sabemos que o antropofagismo no século XX, como metáfora do canibalismo, reaparece em manifestações vanguardistas como o dadaísmo, o surrealismo, o fauvismo (MASSEBEUF, 2006, ALMEIDA, 2005; TELES, 1976). Nestes, associa-se a transformação de si próprio pela aquisição do poder do outro. No manisfeto de Oswald de Andrade, essa metáfora é usada no sentido de uma simbiose com movimentos culturais europeus, ou seja, sua digestão para que se possa absorver o que estes têm de melhor, e que será por sua vez amalgamado à cultura brasileira. O manifesto de Oswald se dirige à arte brasileira. E nesse sentido critica e condena o erudito, o opulento, o elitismo acadêmico importado e massante e evoca-se aquilo que é genuinamente brasileiro; ao mesmo tempo, procura uma assimilação virtuosa e criativa de elementos externos que sejam convenientes para uma arte e uma cultura emancipadas e atualizadas com o mundo contemporâneo.

O Manifesto Antropófago (digitofagia remix) assinado pelo coletivo Dj Rabbi para a o livro 'Coletânia net_cultura 1.0: digitofagia', (ROSAS e VASCONCELOS, 2006) a publicação do Festival Digitofagia, é um remix. O que implica em que ele segue exatamente a mesma ordem da estrutura do texto de Oswald de Andrade, com a inserção de expressões, palavras, linhas de comando de softwares, linhas de programação de páginas HTML. É uma tentativa de recolocar, de reler a Antropofagia no contexto formado pelos debates em torno da propriedade de bens simbólicos, das tecnologias da informação e comunicação, da ubiquidade opressiva de sistemas informáticos de empresas como a Microsoft, da Oracle e da Sun Systems no cotidiano. Essa releitura do manifesto Antropófago de Oswald é uma tentativa de aproximar (identificar) a referência 'Antropofagia' de nossa cultura ao uso tático de sistemas informacionais e de produção que são racionalizados, expansionistas, barulhentos e

142 Anos antes, em 1925, Oswald e Tarsila do Amaral haviam assinado o Maniefesto Pau Brasil, cujos pressupostos viriam a ser radicalizados com o Manifesto Antropófago.

espetaculares (CERTEAU, 2000). Por esse caminho, a digitofagia é absorção tática, criativa, subversiva de tecnologias de informação e comunicação e a consequente produção astuciosa, silenciosa e quase invisível, “pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”, (Certeau, 1998, p. 39): constituem práticas que se re-apropriam de processos, conhecimentos, equipamentos, tecnologias, dos ambientes, ou o que há de mais conveniente e útil nestes.

O manifesto do coletivo Dj Rabbi é, como já afirmado, um remix. Poderia ser um texto que não seguisse a estrutura geral que Oswald imprimiu a seu próprio manifesto de 1928. Mas o coletivo optou pelo modelo de “cópia alterada”, de subversão do “modelo originário”, optou por operar sobre um modelo sancionado e reconhecido, aplicando alterações orientadas por uma intencionalidade específica. Portanto, inicialmente, a opção pelo remix já indica a afirmação de uma inspiração tática, em que está inscrita a re-apropriação, a subversão, a bricolagem segundo interesses próprios. No caso, uma busca por abrazileirar as táticas de mídia de que o livro como um todo é uma grande reflexão. Também é interessante observar quem o assina: não é um indivíduo, mas um coletivo. O autor está disperso em uma identidade coletiva que se auto-denomina, mas que não se identifica, o que está em sintonia com os Princípios de Dispersão e de Convivência em que nos apoiamos.

O modelo de remix permite algumas vantagens em sua análise. Observar as palavras que substituem o texto original de Oswald, por exemplo, permite indicar uma substituição dos termos usados originariamente por expressões próprias do universo da Cultura Digital. O que isso significa, para além de uma mera relocação de palavras? Indica uma atualização do ambiente e da problemática que se pretende tratar. Se Oswald pretendia uma sintonização da arte brasileira com a arte moderna (européia, sobretudo) de modo que essa sintonização não fosse subordinada, mas autônoma; o texto do coletivo Dj Rabbi aponta para uma atualização de personagens, de pensadores, de práticas, de termos, da palavras no sentido já indicado acima.

5. Agenciamentos sócio-técnicos, cotidiano e comunitarismo

Os agenciamentos sócio-técnicos postos em prática nas ações coletivas com mídias livres servem não somente às atualizações das referências herdadas pelas linhas européias de táticas de mídia. Elas precisam ser entendidas também como caminhos para o estabelecimento de relações de não-submissão e não-passividade com o objeto técnico, o que fomenta uma perspectiva suscitadora, produtiva, viva, positiva e muita vezes com caráter estético. Nessa perspectiva, os agenciamentos sócio-técnicos indicam que essas relações não estão restritas a uma elite logo-técnica, detentora de um código.

Trata-se de tratar a caixa preta desmistificando-a, o que implica em consequencias plenas de sentido político. O que essa perspectiva diante do objeto técnico pontua é que se "nenhum campo de opinião, de pensamento, de imagem, de afetos, de narratividade pode, daqui para a frente, ter a pretensão de escapar à influência invasiva da 'assistência por computador', dos bancos de dados, da telemática, etc.," (GUATTARI, 1996), então a apropriação de tais tecnologias é uma condição necessária (mas não a única) para a afirmação da parcela dos sem parcela – o que em última instância implica no exercício de política nos termos (atualizados) da análise de Ranciére (1996). E que essa apropriação só pode se dar se as pessoas romperem a barreira do desconhecido e começarem a compreender de fato o que são e como são construídos e funcionam os objetos técnicos.

Na medida em que essa relação com os objetos técnicos em geral – e de comunicação em particular – passam a ser relações a que todos podem aderir, temos abertas a possibilidade de incorporação dos sujeitos aos processos de produção social e de apropriação da produção social e que servem a outros processos: de reconhecimento, interpretação do mundo, participação como parte da sociedade que reivindica sua parcela.

O domínio de tecnologias de produção, circulação e fruição de bens simbólicos, que se dá em níveis heterogêneos, diferenciados e não-lineares, nos sentidos implementados pelas ações coletivas com mídias livres, atualizam o jogo do desentendimento, condição para o exercício da política, tal como indica Ranciére. Escrevendo sobre a Metarreciclagem, um dos principais articuladores dessa ação

coletiva se refere assim a essa atividade.

> *Projetando esse processo de reciclagem especificamente para o domínio das tecnologias digitais, dos computadores pessoais e da eletrônica embarcada em equipamentos de uso cotidiano, passamos a falar numa transformação do computador de uma mera ferramenta de trabalho para um instrumento de comunicação e de uma nova linguagem de criação e expressão para refletir as necessidades locais de cada comunidade, de cada coletivo, de cada grupo organizado em torno de um fim próprio e de cada articulador do processo de reciclagem e desenvolvimento local. Abrem-se portanto, novas possibilidades.*
>
> *Juntando a esse processo de construção de conhecimento a partir da desconstrução material dos equipamentos, a customização, o uso interativo, o desenvolvimento e as mais variadas aplicações do software livre, temos o círculo de independência tecnológica estabelecido, sendo as comunidades livres para abrirem e adaptarem suas máquinas com base na linguagem técnica adquirida e customizarem e adaptarem às suas próprias necessidades as funções operacionais dos computadores.*
>
> *No entanto, a relação entre a técnica e a linguagem não estabelece fronteiras e permite uma nova construção estética que se reflete, de início, na reorganização material dessa tecnologia reciclada e reelaborada, abrindo o campo para o desdobramento de uma expressão artística que pensa e reflete a tecnologia como humanizada e desprovida de suas características massificantes e organizadoras de um cartesianismo provinciano.*
>
> **MARTINS, 2007.**

Assim, o domínio das tecnologias da informação e comunicação na perspectiva dessa virtual possibilidade alça o homem a essa condição política que é a um tempo também filosófica[143].

Ora, sabemos que o entendimento gramsciano da filosofia nos fornece seu conceito de ideologia e ao mesmo tempo indica o vínculo com a política: toda filosofia/ideologia está presente e é fundamental para a orientação prática da vida dos homens. “Todo homem é filósofo”, afirma Gramsci (1978, p. 15), uma vez e na medida em que tem ou adere a concepções de mundo e a normas; na medida em que critica concepções de mundo e normas de conduta, na medida em que tem ou adere a noções do que “é” e do que “deve ser”.

143 Também descentra o arranjo segundo o qual a produção simbólica só pode ser realizada industrialmente direcionada a um mercado moldado a sua imagem e semelhança.

O sujeito tem uma concepção de como o mundo funciona e essa concepção gera uma norma de conduta a ela adequada. A conexão indissociável com a política, sabemos, ocorre porque a norma de conduta é o terreno da política, da negociação entre pares, fruto do desentendimento. A concepção gramsciana, na qual a batalha cultural é o momento e o caminho da agregação da vontade coletiva em torno de uma unidade nacional para superar a velha ordem e construir uma nova hegemonia, não se aplica puramente às ações coletivas com mídias livres.

Mas permanece válido o vínculo entre ideologia e política e por decorrência a unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção. Esse vínculo é construído ou trabalhado pelas ações coletivas com mídias livre com um viés específico, que é o do programa político com mídias livres.

A desmistificação do objeto técnico, a denúncia de um obsoletismo falso das tecnologias da informação e comunicação, a criação de canais e ambientes públicos de interação, veiculação, fruição e produção de bens simbólicos servem a um objetivo, são instrumentos de busca de uma autonomia e de expressão da fala dos homens, da reivindicação de uma parcela pelas partes, que é uma outra forma de refazer a contagem dos corpos no capitalismo tardio. As possibilidades e viabilidades para isso são criadas pelas ações coletivas com mídias livres por meio de instrumentos, ambientes públicos, recursos cognitivos, apropriações, sínteses e criações de métodos, mas são também e sobretudo pela formação ideológica. O abrir da caixa preta tem um propósito: a formação de expertises com as quais enfrentar uma economia de bens simbólicos que impõe restrições à produção autônoma, à circulação, à transformação e à fruição de bens simbólicos, considerados por suas especificidades bens inapropriáveis – porque saberes vivos universais, culturas do cotidiano que pertencem às externalidades positivas, riquezas, que por não poderem ser apropriadas ou "valorizadas", "podem ser confiscados pelo viés das barreiras artificiais que reservam o usufruto delas aos que puderem pagar um direito de acesso", (GORZ, 2005, p. 31)[144].

Assim, tal polissêmica colcha de retalhos sobre a qual as ações coletivas com

144 Como vimos, "A privatização das vias de aceso permite transformar as riquezas naturais e os bens comuns em quase-mercadorias que proporcionarão uma renda aos vendedores de direitos de aceso", (Gorz, 2005, p. 31). O controle de aceso, como tratamos no capítulo 1 e 2, é uma forma privilegiada de capitalização das riquezas imateriais.

mídias livres atuam são objeto de uma intervenção ideológica e de uma organização das culturas. E, nesse sentido, o vínculo que se sobressai é o que liga ideologia e ação, crítica e construção. Ideologia como forma de consciência, mas não como uma representação cognitiva da realidade (LUKÁCS, 2007). Essa formação ideológica se dirige à prática como forma e elemento de transformação da realidade. É esse mesmo direcionamento em relação à prática que permite a passagem da fase egoístico-passional para a da consciência do ser humano (momento ético-político).

A ilustrar essa experiência, verificada em várias entrevistas, volto a um trecho do depoimento de Beth de Oxum. Quando perguntada se "a democratização dos canais de comunicação" era um tema de sua preocupação pessoal ou se era um tema tratado pela comunidade olindense que realiza e celebra o Côco da Umbigada antes, ela respondeu que

> *Não era não. A gente não discutia comunicação, toda essa complexidade política, nessa coisa mesmo de aqui no Brasil terem famílias que são donas da comunicação e que as rádios comunitárias são proibidas, que tem uma questão de interesse, que (a concessão) é liberada pra uns e não é liberada pra outros. (…) A partir dessa discussão toda a gente percebe que a rádio é uma necessidade da comunidade, toda a comunidade tem que ter a sua rádio. A televisão não pode ser dominada por um grupo no país inteiro de São Paulo, que vai ter o mesmo olhar de Pernambuco e dos extremos desse país. Não pode, gente! Pelo Amor de Deus!*
>
> **BETH DE OXUM, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM OLINDA, EM 7 DE NOVEMBRO DE 2009**

É nesse sentido que a abertura da caixa preta, que a desmistificação do objeto técnico e o consequente domínio dos recursos de produção, circulação, transformação e usufruto de bens simbólicos são práticas portadoras dessa intervenção ideológica que vai ao encontro das demandas já vivenciadas pelas comunidades e culturas rurais, urbanas, indígenas, quilombolas, etc..: e que coloca em evidência o arranjo contemporâneo de uma economia de bens simbólicos que atualiza o conceito de polícia de Ranciére (1996)[145].

145 Uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que

A autonomia que se procura com a intervenção ideológica efetivada pelas ações coletivas com mídias livres especifica e expõe, por um lado, a possibilidade de que todo homem seja filósofo, no sentido de conhecer como é o caráter policialesco desse arranjo contemporâneo da economia de bens imateriais e como as trocas simbólicas deveriam ser; aqui está implicado que todo homem manifesta através da linguagem, de seu senso comum, de suas idéias, um conjunto de noções sobre o que é e sobre o que deve ser uma economia de bens simbólicos – ou seja, uma concepção de mundo e uma ética.

Por outro lado, o papel de formação ideológica das ações coletivas com mídias livres também se projeta para a formação de vontades coletivas, que se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos (GRAMSCI, 1991). Neste sentido, a autonomia que se procura com as ações coletivas com mídias livres especifica e expõe a possibilidade de que todo homem seja político, no sentido de que o mesmo homem estabeleça ou adira a normas de condutas concernentes com aquele "dever ser", com aquela ética acima mencionada. Entre tais normas de conduta, dominar os recursos conceituais e técnicos mínimos que concorrem para a quebra do histórico processo de silenciamento da fala e anulação da política, para usar novamente os termos de Francisco de Oliveira (OLIVEIRA e PAOLI, 2000). Mais: a apropriação crítica de tecnologias, a apropriação e transformação de bens imateriais – prática que recebe o genérico nome de remix. Essa tomada de ação a partir de uma consciência reflexiva está presente nas entrevistas em relação à forma com que os artífices das ações coletivas com mídias livres se colocam no mundo e também como isso é incorporado nas interferências ideológicas que eles realizam.

Mas, novamente seguindo Gramsci, o descompasso entre a ação que transforma o mundo pelo trabalho e a falta de consciência da possibilidade de que o mesmo homem que trabalha pode alterar o mundo à sua volta, é um dos principais obstáculos à efetividade da "mudança social" de muitas das intervenções das ações coletivas com mídias livres. Esse "consenso contraditório" impede a superação do senso comum do mundo, do nível particularista, do momento econômico ou egoístico-passional. Com

---

essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (…) não é tanto uma 'disciplinarização' dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas. (RANCIÉRE, 1996, p. 42).

isso, aponta-se para a disjunção entre prática e teoria, contra o que aliás Gramsci também lutou – sua concepção do intelectual como sujeito que produz e usa do saber vivo é uma tentativa de solução para esse distanciamento. A respeito disso, é Landy sugere a concepção do sujeito que realiza ações coletivas com mídias que está sendo considerado aqui:

> Gramsci parece estar falando sobre a criação de uma estrutura de elite de indivíduos que podem fornecer a liderança na luta por uma mudança revolucionária, mas isso é um engano. Ele não vê um seleto grupo de líderes que irão dirigir as massas passivas, embora ele admita a distância entre a atenção crítica dos intelectuais e as massas, que por causa de sua posição subordinada, habitam formas de consciência contraditória. Ele vê a realidade e necessidade daqueles intelectuais que são progressistas e têm consciência crítica trabalhando com trabalhadores e camponeses a fim de estender os números e o escopo de intelectuais orgânicos e quebrar a ligação das formas tradicionais de pensamento. Esses intelectuais se identificariam ou seriam das classes subalternas. (LANDY, 1986, p. 58).

Em sintonia com essa interpretação, e em face ao observado, é possível afirmar que os artífices das ações coletivas com mídias livres atuam de forma orgânica nas comunidades nas quais vigora de forma bem disseminada o consenso contraditório, fomentando a formulação de reflexões críticas e isso contribui para a quebra da cadeia de reprodução de submissão. Aumentar o número e a qualidade das expertises de outros artífices das ações coletivas com mídias livres está entre as prioridades.

Em que pese as diferenças de lugar e tempo em relação aos quais Gramsci escreveu, ainda parece válido que

> intelectuais orgânicos devem ter uma consciência crítica do mundo, um desejo de questionar e mudar as condições de existência, e um sentido de coletividade com outros no trabalho de reestruturar a sociedade (LANDY, 1986, p. 59)
> (…)
> sua tarefa é reforçar elementos emergentes (LANDY, 1986, p.59)

O elemento comunitarista que se depreende das entrevistas e dos textos analisados, bem como da observação presencial decorrida ao longo do trabalho de campo, também é associado a traços culturais brasileiros e às condições materiais

exíguas. Ou seja, o comunitarismo presente nas ações coletivas com mídias livres pode em parte ser identificado como uma forma de atualização das referências táticas de mídia. Para além da retórica que inclui termos como os de “compartilhamento”, de “trabalho colaborativo”, o comum uso dos equipamentos é identificado como uma necessidade efetiva e reforça elementos de coesão, participação, integração e identidade coletiva. A força da articulação comunitária e em rede é referenciada como a solução possível para o obstáculo sempre presente da falta de recursos para a execução de ações táticas com mídias.

Mas esse aspecto comunitarista também precisa ser entendido em termos e em face da práxis interativa ou política. Sabemos que o compartilhamento de um conjunto de noções, conhecimentos, técnicas, metodologias e crenças *subjetivas* é condição necessária para a realização *objetiva* de atos articulados entre si e dirigidos para uma mesma finalidade (GRAMSCI, 2000). Assim, toda a cultura das tecnologias abertas – softwares e hardwares livres –, lógicas de programação, a concepção segundo a qual computadores sofrem uma obsolescência falsa e acelerada e poderiam se tornar instrumentos de comunicação e afirmação; a renúncia em aceitar a apropriação de riquezas imateriais e o entendimento de que elas podem contribuir para a emancipação humana; a disposição para a subversão de aparatos técnicos e instâncias institucionais; a identificação de uma economia política da informação e comunicação opressora e excludente formam essa nuvem de noções, valores e crenças que constitui o universo intersubjetivamente compartilhado necessário para a efetividade de um resultado objetivo no plano social, pelas ações coletivas com mídias livres.

Sabemos que o conceito gramsciano de objetividade é um instrumento imprescindível para o entendimento histórico-materialista das formas intersubjetivas de interação social – e também fundamental para a própria elaboração do conceito de hegemonia pelo pensador italiano: afinal, a conquista da hegemonia é função de uma ação que busca uma efetividade objetiva, baseada em uma constelação intersubjetiva de crenças e valores. Mas a hegemonia em Gramsci também é uma conquista que se dá por meio do consenso.

Parte do sentido comunitário que se expressa entre os agentes das ações coletivas com mídias livres, sobretudo nas entrevistas realizadas, parece ser devido à

necessária composição de um universo intersubjetivo específico – que aliás se revela excludente, pouco intuitivo e por vezes alcança níveis de abstração técnica muito elevados. Os debates a que se vinculam o uso de termos “agenciamentos sócio-técnicos com plataformas livres de comunicação”, “economia de bens simbólicos”, “apropriação como condição de liberdade da informação”, “restrições telemáticas a fluxos de dados em redes p2p”, “princípio de não interferência das camadas lógica e física sobre a camada de conteúdo da internet”, “infra-estrutura básica de commons da informação”, “mercado secundário de espectro eletromagnético como forma de eliminar a escassez artificial dos canais naturais de veiculação”, “espectro aberto”, embora sejam relevantes para o estatuto da democracia contemporânea e futura, ainda não ocupam lugar no universo intersubjetivo da sociedade como um todo[146]. O compartilhamento dessa intersubjetividade forma núcleos de afinidades não somente ideológicas ou afetivas, mas também tecno-lógicas e que se apresentam como excludentes – embora a proposta dos eventos procure estabelecer relações com os entornos em que ocorrem, como indica o texto do convite ao Festival Submidialogia #3 já discutido no tópico anterior.

É necessário observar ainda que o caráter de latência, já observados no capítulo 3, também fortalece essa faceta comunitarista das ações coletivas. Inclusive porque

> cada célula *(grupos que realizam ações políticas)* vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e de pessoas; estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido quotidiano. A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida quotidiana. (MELUCCI, 2001, p. 97, itálico de minha responsabilidade).

A adesão desses conhecimentos, crenças e valores ao cardápio intersubjetivo tanto de novos artífices de ações coletivas quanto de sujeitos das comunidades onde aqueles atuam, se dá pela persuasão, pelos processos de ensino-aprendizagem ao qual já nos reportamos – incluem-se aí as ações imersivas como as que Balvedi & Etllin

146 Nem mesmo no panteão da mais elevada produção sociológica da cultura, da sociologia política e da sociologia da técnica, quando muito no enclave das três áreas, de forma tímida, distanciada e asséptica.

(2008) relatam e as situações criadas como as que Brunet (2008) desenvolveu[147].

E é o foco na persuasão, portanto no diálogo, o elemento fomentador de esferas públicas autônomas, da esfera de valores sociais alinhados com uma cultura de usufruto dos conhecimentos necessários ao exercício da política. Os processos de apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação empreendidas são vinculados à cotidianidade – os elementos de adaptabilidade, 'gambiarra', 'jeitinho', 'mutirão', tão valorizados nos discursos associados às táticas de mídia no Brasil, contribuem para essa desmistificação da tecnologia, uma vez que deslocam de instâncias diferenciadoras e distanciadas a possibilidade da manipulação de equipamentos e bens simbólicos de forma autônoma. E projetam o relacionamento com o objeto para o tecido das práticas comuns.

Temos até aqui expostos elementos para sintetizar uma interpretação do potencial democrático e emancipatório do qual as ações coletivas com mídias são portadoras. Trata-se de articulá-los.

Os grupos que realizam ações coletivas com mídias livres fomentam o crescimento e complexificação da riqueza da sociedade civil no capitalismo tardio. Isso se dá através da criação de esferas públicas autônomas cuja constituição intersubjetiva é formada por elementos discursivos, metodologias e práticas que apontam para agenciamentos de conjuntos técnicos com objetos cada vez mais concretos, como vimos no capítulo 2. Isso implica em padrões não subalternos de relacionamento com as técnicas de produção midiática, que se projetam virtuosamente como formas de recontagem dos corpos, de afirmação da parcela dos sem parcela, em expressão do desentendimento, exercício da política.

Historicamente isso implica em progressivamente ampliar o âmbito de atuação do consenso e fazer com que as interações sociais progressivamente percam seu caráter coercitivo: a produção, transformação, circulação e usufruto de informação, cultura e conhecimento que desse arranjo se desprende ameaça uma das tendências do

147 Esses dois artigos sintetizam duas importantes linhas de ação e investigação das ações coletivas com mídias livres. Balvedi & Etlin, como já discutido no tópico anterior, analisam com base em conceitos deleuzianos experiências imersivas com as quais o trato e relacionamento com a cotidianidade das comunidades sobre as quais atuam. Brunet, por seu turno, se apóia em pressupostos situacionistas com vistas a uma análise de relações afetivas estabelecidas com a cotidianidade – e neste caso a experiência analisada consistiu no desenho de um mapa afetivo da cidade de Lençóis formado por fotografias tiradas com aparelhos celulares por crianças locais.

tradicional processo de silenciamento da fala que caracteriza até hoje a formação da sociedade brasileira.

Ao colocar a importância do poder dos intelectuais orgânicos e das ideias, Gramsci demonstrou que a mudança social depende de se desconstruir e desmistificar relações interpessoais, regras sociais, todas as práticas institucionais. Atualizando essa abordagem, implica no questionamento, na crítica e na construção de alternativas àquele universo intersubjetivo de concepções que foram naturalizadas e considerada inevitáveis: a condição do autor como fundamento ético para a restrição do acesso a bens simbólicos; a existência de um mercado de bens simbólicos ancorado numa escassez artificial como condição para compensar o esforço sobre-humano do artista; a existência de um complexo industrial de bens simbólicos fora da qual tudo é ruído noturno fadado ao esquecimento; as tecnologias como sínteses-produtos fechados e inacessíveis à criatividade não-industrial.

Essa atualização está baseada, como já afirmado, na compatibilidade entre uma perspectiva de base gramsciana e na filosofia da técnica de Deleuze e Simondon. Os limites desse encontro ganham mais evidência quando colocadas em face à esfera governamental, mais especificamente, quando os artífices mais intelectualizados das ações coletivas com mídias livres se converteram em formuladores de políticas públicas, em especial a partir do ano de 2003. Esse outro encontro é analisado no capítulo seguinte.

CAPITULO 5

IRACIONALISMO, ROMANTISMO E OS LIMITES DE COMPATIBILIDADE COM GRAMSCI

1. Introdução

Considerando que o Brasil, na sua forma de desenvolvimento e de adesão à história do capitalismo, foi marcado por uma tradição política em que as grandes decisões são tomadas longe das classes populares, esse capítulo procura analisar os impactos causados sobre as ações coletivas com mídias livres pelas proximidades estabelecidas com o governo Lula e respectivas políticas de Estado, desde o ano 2003. A análise tem como pano de fundo as consequencias desse longo e continuado processo sobre as formas de produção da cultura: sendo a esfera política institucionalizada o espaço privilegiado das decisões político-econômicas, a sociedade civil se debilita, ou não se desenvolve. Com isso, enfraquece-se ou se debilita o papel da cultura, de organizar autonomamente a hegemonia ideológica e de se expressar a consciência social das camadas em choque – a cultura e suas funções passam a ser produzidas de forma "ornamental", artificial, sobre-determinada pela esfera política, distanciada da consciência e dos interesses populares (COUTINHO, 2005; VIANNA, 1997).

É preciso ainda levar em conta que o isolamento dos grupos populares dos grandes processos decisórios aconteceu em parte pela cooptação dos portadores ideológicos das camadas populares. Historicamente, sabemos que isso se deveu ao escasso peso dos aparelhos privados de hegemonia e dos partidos políticos de massa na formação social brasileira, o que condenou os intelectuais que se recusavam à cooptação pelo sistema dominante à marginalidade no plano cultural (COUTINHO, 2005).

Observando que a cultura "oficial" ou a que recebeu sustento, apoio e reconhecimento do Estado brasileiro é levada a se desenvolver num clima de intimismo, entra em cena a figura do intelectual da classe média cooptado pelas classes dominantes (VIANNA, 2004; COUTINHO, 2003). Que não é um apologeta do poder estatal. Ele tem diante de si um espaço de articulação criativa considerável, mas

anódino, acéptico, que não compromete ou ameaça criticamente o poder estatal ou a sociedade de uma forma geral ou, particularmente, a economia de bens simbólicos vigente. A apologia das criações artísticas e/ou intelectuais criadas à sombra do poder (o intimismo à sombra do poder) é uma apologia indireta, que tem seus limites ao mesmo tempo definidos pelo acordo tácito de que os fundamentos do poder estatal, do governo atual, da sociedade capitalista e de seus valores não serão contrariados na base, na essência.

Assim, o que se observou ao longo do tempo de acompanhamento dos grupos em rede analisados nesse trabalho é que as ações coletivas com mídias livres são portadoras de um potencial de superação da cultura ornamental (que ocupa uma posição tendencialmente hegemônica ao longo da história da vida cultural brasileira), do ecletismo objetivamente moderado e do sufocamento das expressões culturais. Ao mesmo tempo, há o potencial para a cooptação de sujeitos, metodologias e processos desenvolvidos por essas ações coletivas, com a sua consequente instrumentalização através de políticas publicas institucionais. Embora esse seja um problema sério e atual, não é nosso objetivo analisar as políticas públicas desenvolvidas a partir da participação de sujeitos que realizam ações coletivas com mídias livres – aliás, outros trabalhos ora em desenvolvimento tratam desse problema.

Esse capítulo foi estruturado da seguinte forma. O próximo tópico cuida de um breve resgate da mais recente aproximação de sujeitos e grupos com o Governo Federal que podem ser considerados como artífices das ações coletivas com mídias livres. O tópico seguinte a esse analisa um veio irracionalista e romântico das ações coletivas com mídias livres que podem ser observados nos princípios daquele programa político analisado precedentemente e que tem reflexos no relacionamento com a ordem institucional do Estado.

Caráter irracionalista que se acrescenta ao anti-fundacionalismo deleuziano para fomentar o desajuste das ações coletivas com mídias livres e a organização burocrática-estatal. Com isso, os intelectuais orgânicos que trabalham com mídias livres vivem entre a posição de Prometeu e de Sísifo, participando e negando a sina e os trabalhos de um e de outro.

Em seguida é analisada em que termos essa orientação irracionalista (que até

certo ponto é também imobilista) e romântica pode ser superada, ao aproximar-se da proposta dialético-racionalista para a cultura inspirada por Gramsci. No terceiro tópico do capítulo analisa-se as consequencias para coletivos, grupos, pessoas e seus discursos do encontro entre um programa político precedentemente analisado (tendo em vista suas entranhas irracionalistas) e a constelação de interesses associados à política institucional. No quarto tópico do capítulo analisa-se algumas das razões que levaram à aproximação das ações coletivas com mídias livres e seus agentes às instâncias mais institucionalizadas do poder público. E em seguida, no último tópico, explora-se o limite de compatibilidade entre os elementos gramscianos do programa político em questão e as influências exercidas pelo legado europeu das táticas de mídia

2. O ano em que a sopa acabou

O ano de 2003, que marcou a chegada do músico Gilberto Gil ao cargo de ministro da Cultura do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, é pontuado também pelo início do relacionamento direto entre as ações coletivas com mídias livres e o poder político institucionalizado em nível Federal. Essa aproximação está dispersamente relatada em alguns dos ambientes na Internet e começa a ser objeto de pesquisas de mestrado e doutorado em diversas instituições do país[148]. O que se pretende nesse tópico é indicar alguns dos principais eventos desse processo no âmbito da análise em andamento.

Os relatos escritos e as entrevistas feitas para essa pesquisa convergem no sentido de indicar que o Festival Mídia Tática Brasil (FMTB), realizado em março de 2003, na Casa das Rosas, Avenida Paulista, cidade de São Paulo, foi o evento que demarcou a aproximação direta do Ministério da Cultura com os grupos, coletivos e indivíduos envolvidos com ações de Mídia Tática, desenvolvimento e uso de softwares livres em produções áudio-visuais, bem como representantes dos movimentos de rádios e tvs livres. É comum que, entre os artífices das ações coletivas com mídias livres essas atividades sejam desenvolvidas de forma não estanque. O que siginfica dizer que engenheiros de software não apenas trabalham com sotftware; ou profissionais de mídia atuem nas variadas frentes da mídia tática; ou que radialistas e jornalistas desenvolvam experiências com rádios e tvs livres. Nesse sentido, as fronteiras são borradas e as limitações impostas pelas expertises formalmente desenvolvidas em cursos superiores são virtuosamente contrapostas à necessidade não somente do trabalho colaborativo – posto que todo a colaboração é condição para todo trabalho. Mas sobretudo à necessidade de construção que será tanto melhor quantas sejam as dierentes contribuições recebidas. No geral, grupos que já praticavam apropriação crítica e transformadora de tecnologias, com as influências da filosofia deleuziana. Faz-se necessário aqui deter-se um pouco sobre o Festival, que, inspirado no festival holandês Next5Minutes foi um evento-chave na cultura brasileira no início da primeira década do século XXI – embora essa sua importância só tenha se dado até

148 Ressalte-se os trabalhos de LARA (2008 e doutorado em andamento); DIMANTAS (2006 e doutorado em andamento), NOVAES (mestrado em andamento), JOSGRILBERG (2006); PARRA (2009), REIS (2008), ASSIS (2006).

agora em instâncias restritas de reflexão, mesmo quando relacionadas aos anos do Governo Lula. Aconteceu num momento em que mecanismos de interação em redes digitais como o Orkut, Facebook, MySpace, Twitter ainda não existiam – a internet começava a ser explorada comercialmente em regiões periféricas[149], embora o acesso à banda larga ainda fosse extremamente restrito; o que implicava, por sua vez, que o compartilhamento de conteúdo multimídia era um privilégio para muito poucos. A disponibilização de vídeo no modelo streaming, aquilo que o Youtube tornou banal, era apenas uma possibilidade para o futuro. Da mesma forma, ainda estava reservado para os anos que se seguiriam a forma de licenciamento de bens culturais Creative Commons. De modo que, embora o debate pelo compartilhamento da produção social imaterial, os bens simbólicos, já estivesse posto, os mecanismos para tanto eram mais restritos dos que aqueles disponíveis no início da segunda década do século XXI.

Difícil afirmar que os artistas, comunicólogos, cientistas sociais, engenheiros que fizeram o FMTB previam o que a internet viria a se tornar nos anos seguintes. Mas é possível considerar que a perspectiva adotada diante da grande rede de computadores, dos ambientes digitais e da técnica de uma forma geral, naquele momento, já antecipava um aprofundamento de práticas de compartilhamento e de reflexão sobre a passagem da economia de bens simbólicos do modo físico ao digital que ainda não foi alcançado por organizações do terceiro setor ou de vastos setores da academia ou de pensadores do governo. Menos ainda pelas fragilizadas perspectivas produzidas pela imensa maioria dos profissionais das empresas de jornalismo comercial.

Pode-se atribuir a potencialidade daquilo que formaria o pensamento submidiático no Brasil – e ao programa político seu correspondente – à forma descentralizada de acesso e produção de informação, cultura e conhecimento, que permite níveis mais interativos entre os emissores. Mas essa é uma explicação/justificativa tecnofílica e portanto parcial (dependendo do timbre de voz usado, pode soar passional também). O clima de congraçamento e de

149 O ano de 2003 aliás marcaria uma forte evolução no número de usuários de comunicação multimídia, passando de 1,2 milhões até 2002 para 2,2 milhões ao final de 2003, o que é corroborado pelo aumento do número de empresas prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), que passou de 55 em 2002 para 173 em 2003. Estima-se que o número de usuários de internet no Brasil nesse ano tenha chegado a 20 milhões de usuários domiciliares (TELECO, 2007)

reconhecimento[150] que dava continuidade a outros encontros já ocorridos recentemente (Prov0s, em Belo Horizonte, novembro de 2002, o MetaEvento e o Emoção Art.Ficial, também em São Paulo, outubro de 2002 e 2002, respectivamente), e que se projetou nas edições Submidialogia nos anos que se seguiram, indicam a necessidade de considerar um relacionamento com a técnica e com as tecnologias para além da tecnofobia e da tecnofilia; a necessidade de considerar a ocupação do cotidiano com tais conhecimentos, em que a desmistificação, desconstrução e apropriação são instrumentos fundamentais; e considerar as consequências de agenciamentos sócio-técnicos no capitalismo tardio, a emergência de modelos de produção, circulação, consumo de bens simbólicos fora da cadeia hegemônica em que se instalou, esplêndida, a mídia comercial.

Também é necessário salientar que apesar do discurso subversivo e revolucionário, o FMTB foi realizado no coração financeiro da cidade mais rica, olhando pouco para o restante do país. As críticas a esse 'início' parecem ter instigado as ações coletivas com mídias livres, novamente de forma dispersa e não sistematizada, a se projetar para um país mais 'interior' e anterior, deixando a exclusividade da segurança dos “coletivos independentes” das classes médias das grandes cidades industriais – indo de encontro, aliás, a Wanderlyne Selva e a outros grupos que já vinham realizando a apropriação tecnológica de que se falava, fazia e teorizava a partir das cidades de São Paulo, Curitiba e Campinas. As mais profíquas experiências da aplicação das ações coletivas com mídias livres a políticas públicas governamentais expressam bem esse direcionamento, que implica na atenção a culturas populares e a comunidades marginalizadas política, econômica e culturalmente.

As entrevistas e os relatos analisados também convergem no sentido de indicar

150 Assim descreveu o 'clima' do MTB o jornalista Alexandre Matias (2007): “e nos quatro dias os quarteirões entre o Sesc, o Itaú Cultural e a Casa das **Rosas** foram povoados por soundsystems, música ao vivo, panfletagens, nuvens de bicicletas, ativistas anônimos, exposições não convencionais, desfiles irônicos e protestos mascarados”. Já Felipe Fonseca, um dos articuladores e organizadores do Mídia Tática Brasil cinco anos depois escreveria que “Foram mais de duas dezenas de grupos, e algumas fontes estimam em milhares o número de visitantes. O FMTB abriu contatos, hospedou festas, até discussão com repórter da Globo rolou - e dessa vez a gente também tinha câmeras. Durante o festival, o clima era de reconhecimento. Eu não cansava de me espantar em ver que tinha tanta gente interessada em conversas que até então eu não conseguia articular com mais do que duas ou três pessoas .”, (FONSECA, 2008, p. 3).

que o ministro não foi procurado pelos organizadores do Festival – o que indica que o interesse em aprofundar o discurso em torno de tecnologias livres, direitos autorais e democratização dos meios de comunicação por parte do então ministro estava sendo bem conduzida por pessoas atentas às discussões correntes[151] .

Em paralelo ao início da atuação de Gil à frente do MinC, já caminhava o projeto das Bases de Apoio à Cultura, que vinha sendo orquestrado por Roberto Pinho, então secretário de Programas e Projetos do Ministério. As BACs, como ficariam mais conhecidas se viessem a se concretizar, seriam cerca de 50 estruturas distribuídas em vários estados dispondo de auditório, centros de áudio, vídeo, produção gráfica – o projeto entretanto era destituído de reflexões acerca da dimensão política de apropriações de tecnologias da informação e comunicação, até porque inicialmente não tinha essa pretensão.

O Festival Mídia Tática Brasil foi também o palco para que mais um personagem entrasse em cena. E Cláudio Prado, produtor das bandas Novos Baianos e Mutantes na década de 1960, um dos articuladores do Festival Glastonbury que aconteceu em 1970 no Reino Unido, amigo de Gil desde o período de exílio, teve um papel fundamental. Cláudio Prado foi ao Festival Mídia Tática Brasil exclusivamente para falar com o ministro e lhe propor "uma ação com música" - aliás, numa das entrevistas que me concedeu, faz questão de pontuar que não sabia nada do que compunha o contexto daquele Festival.

As casas de espetáculo são todas podutoras de grana. O objetivo de uma casa de espetáculo é produzir dinheiro. Eu queria naquele momento fazer uma coisa que tivesse … uma casa de espetáculo em que música fosse a questão. Que essas novas possibilidades da música a partir do digital, que dizer, distribuição, tráfico, conexão, recomposição, remixagem, refa-fazer, re-pensar, isso tudo da música tivesse, pudesse ser gerido, gestado, num lugar só e modificando completamente a natureza da operação música.

CLÁUDIO PRADO, ENTREVISTA CONCEDIDA EM SÃO PAULO, EM 26 DE JANEIRO DE 2009

Segundo Cláudio Prado, o encontro foi rápido, mas Gil foi receptivo. Dali a

151 Em particular, o luxuoso auxílio do antropólogo brasileiro Hermano Viana, do poeta e ativista americano John Perry Barlow (um dos fundadores da Ong Electronic Frontier Foundation), e do professor inglês Richard Barbrook, autor do livro Futuros Imaginários e influente pensador de alguns dos personagens das ações coletivas com mídias livres.

alguns dias encontraram-se novamente e o então ministro sugeriu que Prado procurasse Roberto Pinho para que ele se integrasse na formulação em andamento do programa das BACs, ficando a depender dos recursos para seu pagamento e para efetivação do próprio programa – que deveriam sair entre 30 e 60 dias.

> Eu já tinha conversado com Gil dois segundos, mas eu já sabia que ia rolar, porque eu conheço o Gil bem. Na verdade eu já saí dizendo 'nós vamos fazer lá no Ministério da Cultura um negócio, não sei quê'. Já comecei a inventar o que a gente ia fazer e o Ricardo (Rosas)[152] veio aqui em casa e a partir disso eu comecei a dialogar e comecei a descobrir as coisas que estavam a acontecendo, a descobrir as pessoas, o Hernani Diamantas, a turma dele, a molecada toda, o Dalton (Martins), o Felipe (Fonseca) …
>
> **CLÁUDIO PRADO, ENTREVISTA CONCEDIDA EM SÃO PAULO, EM 26 DE JANEIRO DE 2009**

A partir dessas duas sinalizações positivas, Cláudio Prado passou a entrar em contato com diversas pessoas que realizavam ações como aquelas que foram discutidas e demonstradas na Casa das Rosas, durante o Festival – e começou esse processo no mesmo dia e no mesmo local em que estava, logo após os "dois segundos de conversa" com Gil. Foi assim que passou a travar contato com os grupos que gravitavam em torno de Felipe Fonseca, Dalton Martins e Hernani Dimantas e que já realizavam ações de metarreciclagem. O contato travado com Ricado Rosas e Giseli Vasconcelos, também a partir do Festival Midia Tática Brasil, talvez seja a mais embrionária das conversas realizadas no apartamento da Rua Augusta que se dariam dali em diante. Prado também conheceu a experiência da Rádio Muda[153], de Campinas, que havia levado seu transmissor para o evento. O processo de "descoberta" ou de "encontro" de Cláudio Prado com os aspectos e temas das ações coletivas com mídias livres se deu

152 Escritor, crítico da cultura e da política do mundo virtual, tradutor e editor do site Rizoma.net., um dos mais impressionantes repositórios na internet em língua portuguesa de entrevistas, artigos, teses e estudos que tratam da confluência entre arte, tecnologias e política contemporâneas. Os textos do Rizoma.net possuem em comum a qualidade de contrariarem os esquemas tradicionais de classificação de temas e interesses; de quebra do padrão de análises da cultura, da política e da arte contemporâneas; e da mesma forma adotam de maneira geral posturas críticas em relação à técnica e às tecnologias, bem como aos usos correntes que lhe são dados. O conjunto de textos, recentemente compilados em e-books, uma vez que sua localização original não existe mais, impressiona mais por terem sido produzidos pelas mais diversas pessoas, das mais diversas formações em diferentes países. E mesmo assim serem portadores de uma refinada indisposição com a cultura hegemônica e com suas lógicas estabelecidas . Infelizmente Rosas faleceu, prematuramente, antes que pudesse conceder entrevista para esse trabalho.

153 Gerida por um coletivo de pessoas que coordenam e produzem a programação. A rádio existe há 14 anos, hoje conta com 122 programas semanais e mais de 250 programadores.

ao mesmo tempo em que este anunciava aos quatro cantos que o Ministro Gil havia aberto espaço para incorporar questões de cultura digital dentro do projeto de Bases de Apoio à Cultura. Cláudio Prado incorporou um cargo público ao qual ainda não havia sido formalmente nomeado, passou a tratar da formulação de uma política pública nessas condições com várias pessoas envolvidas com software livre, rádios e tvs livres, mídia tática[154] e, claro, com pessoas do próprio governo. Prado também passou a representar o Ministério da Cultura em diversos eventos: a segunda Oficina de Inclusão Digital, em Brasília, em maio de 2003 – portanto dois meses depois do Festival Mídia Tática Brasil –, e o Festival Internacional do Software Livre, em Porto Alegre são os mais repersentativos do que estava acontecendo naquele momento: nestes encontros, Cláudio Prado sinalizava com um "projeto confidencial" - que, como afirma Felipe Fonseca "mostrava para todo mundo". Sinalizava mais: que o MinC tinha interesse em implantar uma ação contra-cultural através do qual pretendia, nos seus termos, "tropicalizar o mundo digital"; afirmava que era interesse do MinC o incentivo à apropriação tecnológica de ferramentas de produção de conteúdo digitais (com foco na conjunção entre áudio, vídeo e internet) em localidades com alto nível de exclusão social. Cláudio Prado evocava ainda nas falas a que tinha direito como representante do Ministro Gilberto Gil, a necessidade de criar as condições para superar o modelo de veiculação broadcasting da cultura e a disponiblizar em formato digital as expressões culturais nacionais, irradiando cultura de uma forma capilarizada e rizomática. Por fim, o discurso de Cláudio Prado era envolto num entendimento erótico das questões que as tecnologias digitais suscitavam, o que pode ser resumido na frase por ele cunhada ao final daquele segundo encontro de Inclusão Digital[155], no já longínquo ano de 2003: *sem tesão não há inclusão*[156]. Não demorou para que o esforço em ser contactado surtisse efeito – Cláudio Prado passou a ser procurado ao final de suas palestras e a ter seus emails respondidos às dezenas de grupos que se

154 Essa situação institucionalmente precária demorou cerca de um ano e foi, segundo Cláudio Prado, penosa mas ao mesmo tempo, se tivesse sido resolvida logo no início não teria rendido fruto nenhum.

155 II Oficina de Inclusão Digital, organizada pelo Ministério da Cultura em maio de 2003, em Brasília

156 De um dos depoimentos que Cláudio Prado deu para essa entrevista: "O ideólogo dessas nossas reflexões, minha e a de Gil, é o Timothy Leary, através do livro 'Políticas do êxtase'".

organizavam em 2003 para comparecer ao Festival de Software Livre[157] em caravanas. Não demorou para que o entusiasmo (e as esperanças de tudo se ajeitar) dos primeiros anos do governo Lula, incrementado por esse discurso subversivo, surpreendente e sedutor, contagiasse também grupos avessos às políticas institucionais no âmbito aqui tratado e/ou que nunca tivessem integrado nenhuma ação governamental como a que estava para ser gestada.

E foi assim que teve início antes mesmo de maio de 2003[158] uma série de reuniões no apartamento de Cláudio Prado, na rua Augusta, com artistas, programadores, músicos, jornalistas, radialistas, engenheiros computacionais, produtores de áudio visual, sociólogos, entre outras atividades, todos envolvidos em ações coletivas com mídias livres, para formatar que tipos de ações estariam presentes, nas BACs, relativas à cultura digital – esse grupo autodenominou-se "articuladores". Essas reuniões duraram cerca de 18 meses e delas resultaram os pressupostos de uma política pública que pretendia promover a apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação, realizada de forma inédita no Brasil por um Ministério da Cultura[159]. Os debates são disponíveis até hoje na internet, numa lista de discussão e num wiki[160]. O núcleo desse grupo era formado por pessoas da Arca[161], do Projeto Metáfora[162] e do Metarreciclagem, da Rádio Muda, envolvidos com mídia tática em

157 O Fórum Internacional Software Livre (fisl) é considerado o maior encontro de comunidades de software livre da América Latina e um dos maiores do mundo. É organizado pelo Projeto Software Livre Brasil e pela Associação Software Livre.Org – ASL. Em 2003 estava em sua quarta edição.

158 Onze meses depois tem início a primeira importante experiência do Metarreciclagem no pantanoso terreno estribado entre o poder público e as ações coletivas para a implantação dos Autolabs, telecentros viabilizados graças à parceria com a prefeitura de São Paulo (através da autarquia Agente Cidadão) e a ONG La Fabbrica. Os telecentros foram criados nos bairros paulistanos de Itaquera, São Miguel Paulista e Ervelino Matarazzo. O Metareciclagem realizou workshops com 300 jovens dessas comunidades inscritos no programa. No projeto inicial o Metareciclagem também ficaria de dar orientação aos finalistas que tivessem interesse em criar sua própria empresa de suportes e assistência técnica. A parceria durou de fevereiro a julho de 2004.

159 Anos depois, Felipe Fonseca deu esse testemunho:"Naquela época, se havia formado um cenário complexo: depois de algumas décadas de ditadura, uns anos de confusão e oito anos de tucanismo, a esquerda havia chegado a Brasília. E tinha uma série de posicionamentos conceituais, bandeiras históricas, opções pelo coletivo, pela solidariedade, pela autonomia, pela valorização das culturas locais. Mas não tinha equipe suficiente para desenvolver os projetos que levariam adiante essa orientação política. Não parecia haver outra opção senão o que acabou se passando: parte do ativismo foi co-optado". (Fonseca, 2008, p. 5)

160 O endereço é http://web.archive.org/web/20030801210948/articuladores.arca.ime.usp.br/.

161 Grupo de desenvolvedores de software livre da Universidade Federal de São Paulo.

162 O Projeto Metáfora foi iniciado em 28 de junho de 2002 e consistia inicialmente em uma rede de pessoas em todo o Brasil conectadas através de uma lista de discusão e de um website colaborativo. O objetivo inicial era discutir e trocar informações sobre internet sem fio, dispositivos

várias instâncias e que trabalhavam com software e cultura livres.

Com a exoneração de Roberto Pinho em 18 de fevereiro de 2004[163], o projeto das BACs sofreu reveses e foi cancelado. De uma estrutura cara, que requereria a constução de dependências (projeto do arquiteto baiano João Filgueiras Lima) e não previa mecanismos de auto-sustentabilidade, o projeto foi re-orientado pelo novo secretário de programas e projetos do MinC, Célio Turino[164], nos seguintes temos (do afastamento de Roberto Pinho até a nomeação de César Turino passaram-se quase cinco meses):

> Ao invés de priorizar a estrutura, passamos a olhar o fluxo, o constante, o que já é desenvolvido. Essa é uma estratégia para potencializar aquilo que já é desenvolvido pela sociedade, sem criar coisas novas. Mas as coisas novas são criadas a partir do momento que os Pontos se articulam em rede e não se acomodam. (TURINO, 2007, Apud REIS, 2008).

Com essa nova orientação, ficava mais clara a possibilidade de aproveitamento do trabalho dos articuladores, que haviam começado a trabalhar gratuitamente nos primeiros meses de 2003. O novo programa, rebatizado de Cultura Viva, era formado por cinco ações: Cultura Digital; Agente Cultura Viva; Griô; Escola Viva e Pontos de Cultura. O Ponto de Cultura era a ação prioritária, articulando as demais em prol de populações que vivem em situação de "vulnerabilidade social", incluindo jovens, estudantes, comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos, agentes

---

conectados, tecnologiaas integradoras, cotidiano conectado e seus reflexos, as tênues limitações entre as interações analógicas e digitais e o conhecimento livre como metodologia de colaboração já estavam presentes, ainda em um sentido majoritariamente tecnofílico. Deste tecnocentrismo, o Metáfora passou a agregar, elaborar e assumir projetos de intervenção social, sendo referenciado como uma 'chocadeira de código aberto', no sentido de que as idéias e projetos elaborados poderiam ser apreendidos, modificados,editados, adicionados ou subtraidos, com o intuito de serem aprimorados, numa emulação do modo de trabalho das comunidades de desenvolvimento de software livres. Um dos projetos que vieram a se concretizar foi justamente o Metarreciclagem e, como elemento que viria a moldar as ações coletivas com mídias livres a partir de 2003, a descentralização integrada na forma de esporos autônomos de mobilzação.

163 Roberto Pinho foi acusado de ter obtido a assinatura do Ministro Golberto Gil para uma parceria entre o MinCe o Instituto Brasil Cultural para a construção de 16 das Bases de Apoio à Cultura sem passar pelos trâmites legais - os custos envolvidos na transação implicariam em R$ 21,5 milhões, dos quais R$ 20 seriam fornecidos pela Petrobrás. Esse processo está documentado e foi disponiblizado para apreciação pública no endereço http://www.cultura.gov.br/site/2004/02/18/nota-de-esclarecimento-6/.

164 É graduado e mestre em História pela Unicamp. Foi secretário Municipal de Cultura de Campinas de 1990 a 1992 e ali criou as bases do que se tornaria o Programa Cultura Viva: as Casas de Cultura.

culturais, educadores e militantes sociais que desenvolvem “ações de combate à exclusão social e cultural”, (REIS, 2008, p. 51). Isso abriu a possibilidade não somente para que o MinC economizasse em recursos, mas principalmente para que associações, cooperativas, Ongs, grupos de dança, entre outras, pudessem ser Pontos de Cultura. Os Pontos de Cultura não são meramente um equipamento do Governo, mas se propunham elos na relação entre Estado e sociedade, com uma ação sobre a dimensão comunitária. A seleção dos Pontos de Cultura acontece por meio de editais para a obtenção de auxílio financeiro por até dois anos e meio – parte desses recursos são direcionadas para a compra de ilha digital com acesso à internet.

O objetivo com isso é que através da Ação Cultura Digital se possa colocar na internet a produção em áudiovisual da comunidade em que o Ponto é colocado. A metodologia desenhada pelo trabalho dos articuladores foi a que conformou esse braço do Cultura Viva a ser consumado nos ambientes dos Pontos de Cultura. Nesse sentido, a intencionalidade dessa metodologia está em sintonia com o programa político das ações coletivas com mídias livres que temos procurado analisar. Talvez por isso, nunca chegou a ser plenamente empregada no âmbito das ações que o governo Federal nomea 'inclusão digital' – além do Programa Cultura Viva, as Casas Brasil e o Gesac também possuem ações que apontam para a apropriação crítica de tecnologias da informação inspiradas nas formulações dos articuladores[165].

O que parece saltar aos olhos nesse curto e resumido resgate desses eventos recentes é que o papel que coube a Cláudio Prado era mais central e importante do que o Ministro Gilberto Gil poderia supor – ou que sua assessoria poderia intuir –, ou que o próprio poderia prever. Prado foi a peça de conexão num tabuleiro em que peões,

165 A despeito disso, o trabalho de elaboração dos articuladores é responsável por influenciar uma política pública que conta hoje com mais de 700 pontos de cultura, nos quais acontecem – apesar das deficiências do Programa como um todo –, oficinas de metarreciclagem, produção e edição áudio-visual com softwares livres, desenvolvimento de ambientes de comunicação alternativos e apropriação de conhecimentos necessários para tanto. Em 2004, ano que o Cultura Viva ganha as ruas, foram apresentados 829 projetos e selecionados 262. No entanto, foram implementados apenas 72 Pontos . Em 2005, o número de Pontos espalhados nas cinco regiões do país subiu para 442, após a abertura do terceiro e quarto edital de seleção. Foram investidos R$ 53,8 milhões na manutenção dos Pontos (BGU 2005). Em 2006, o governo aplicou cerca de R$ 45,6 milhões no Programa, finalizando o ano com 654 Pontos instalados em 262 municípios brasileiros. O programa Cultura Viva se tornou uma das principais ações do MinC e a tendência é se manter como uma prioridade, conforme enunciado no balanço dos quatro primeiros anos de gestão de Gil – Programa para o Desenvolvimento do Brasil.

torres, reis e rainhas se encontravam no tempo certo, na hora certa[166]. A interação de sua personalidade com as pulsões dos sujeitos que compunham o grupo dos articuladores modelou uma certa auto-interpretação para o relacionamento das ações coletivas com mídias livres com o poder público institucional. Tal interpretação se alimenta, por um lado, do caráter contra-cultural, subversivo e revolucionário que a retórica da Cláudio Prado imprimiu ao discurso e às práticas que foram construídas durante os 18 meses de trabalho voluntário acima mencionado; por outro lado, tal interpretação se alimenta de certos pressupostos da mídia tática e das influências teóricas européias já analisadas precedentemente.

Essas duas linhas argumentativas convergem afirmando a imagem do hackeamento[167] do Estado: que significa a atuação nas entranhas do Governo usando daquilo que o Governo oferece, com orientações não necessariamente governamentais, alterando-o para seus próprios fins. Para Cláudio Prado: essa forma de agir é contra-cultural e subversiva e seu apartamento serviu e ainda serve como uma célula revolucionária. Na perspectiva das ações coletivas com mídias livres, era, então, uma aplicação das táticas, na leitura feita da obra de de Certeau (2000) e da ética hacker – o hacker como figura lúdica e que trabalha em rede seria o artífice do hackeamento. As entrevistas realizadas convergem também no sentido de indicar que o período de trabalho dos articuladores foi o mais rico em termos de discussões[168] .

---

166 Em muitas das entrevistas realizadas a referência a Prado é a de um *hype surfer*, termo que se refere ao hábito de 'surfar na moda atual', de entender e captar tendências, apropriar-se delas e usá-las. Como a confirmar essa descrição, Cláudio Prado afirmou, ao descrever seu método de trabalho, numa das entrevistas concedidas para esse trabalho: “o meu papel é entender e juntar as coisas. Eu percebo o chão em que as pessoas estão produzindo. Isso é intuitivo e aí eu vou juntado as pessoas, fazendo a junção, é um jeito meu de olhar pras coisas”.

167 'Hackeamento' é um termo aportuguesado de *hacking*, ou seja, termo derivado da palavra hacker e que indica a ação do hacker de invadir um certo ambiente lógico-computacional protegido e alterá-lo com o objetivo de conquistar novos conhecimentos para em seguida compartilhá-lo com os pares. Vem desse compartilhamento do conhecimento e do nível de dificuldades das façanhas de hackeamento (hacking) parte do respeito e notoriedade obtidas por especialistas em sistemas de informação. O termo é muito comumente usado para se referir aos crackers, que, usando de conhecimentos análogos fazem violações a redes bancárias, roubam senhas de cartão de crédito, atuando de forma ilegal e antiética. O termo 'crackers' foi criado por hackers em 1985, por necessidade de diferenciação e distanciamento dessa atuação ilegal.

168 As reuniões de trabalho no endereço da Rua Augusta finalizam-se em dezembro de 2003. No ano seguinte começam a funcionar as ações do Cultura Viva, através das seleções via edital dos Pontos de Cultura. Foi entre novembro e dezembro de 2004, portanto mais de um ano depois de começarem a se reunir na casa de Prado e a articular as discusssões, que ocorreu o primeiro pagamento dos implementadores. O pagamento pelo trabalho dos oficineiros só ocorreu em maio de 2005 (tendo sido constante somente até dezembro daquele ano), embora o trabalho já fosse realizado

Finalizado o modelo e as metodologias de trabalho que seriam aplicadas nos Pontos de Cultura, acabam também as reuniões na casa de Cláudio Prado – e com elas as sopas que, segundo ele, chegaram a enganar a fome de 80 pessoas.

desde o início do funcionamento dos primeiros Pontos de Cultura, em 2004. Em março de 2006 houve renovação dos pagamentos até o final do contrato em dezembro deste ano. Houve nova renovação em fevereiro de 2007, que se extingue em março do mesmo ano. A partir de agosto de 2007 os oficineiros passaram a ser contratados pelo Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI).

3. Algo de irracional e romântico

Há uma curiosa linha de continuidade entre o irracionalismo romântico de base marcuseana presente na contra-cultura brasileira da década de 1970 e as ações coletivas com mídias livres dos primeiros anos do século 21. Se a “Grande Recusa” proposta por Marcuse inicialmente serviu como uma luva ao clima de impaciência revolucionária na qual se encontrava imersa boa parte da intelectualidade brasileira, fornecendo elementos para uma contestação radical à ditadura (aliás, identificada ao capitalismo) e ao establishment marxista do “velho” PCB, depois sofreu uma profunda alteração. Mudança essa que nos coloca no rastro da investigação em curso. Esse novo caminho converteu o espírito da “Grande Recusa” de uma oposição política a um Estado opressor em uma rejeição global e abstrata à cultura em geral (COUTINHO, 2005).

> E foi então que a obra de Marcuse, lida talvez com mais atenção, serviu como ponto de partida para essa passagem do gauchisme ao irracionalismo aberto: de estímulo para a contestação armada à ditadura, Marcuse tornou-se fonte de inspiração para os movimentos da chamada contracultura, ou, mais precisamente, daquela versão tropicalista da Kulturkritik romântico-anticapitalista que floresceu e se desenvolveu aqui no início dos anos 70. (Ibid, p. 86).

Essa leitura 'contracultural' teria se dado sobretudo sobre Eros e Civilização (2009) e O Homem Unidimensional (1967), nos quais Marcuse identifica o desenvolvimento científico-tecnológico à dominação repressiva; condena Prometeu e valoriza Orfeu e Narciso, desqualifica o trabalho produtivo em nome de um trabalho lúdico ou libidinal, pregando uma sexualidade polimórfica e uma nova sensibilidade como antídotos contra a repressora razão instrumental e que estão baseadas numa concepção de mundo romântica e irracionalista.

Esses elementos estão muito dispersamente refletidos e atualizados nos discursos, práticas, conceitos e processos usados e desenvolvidos nas ações coletivas com mídias livres. Para Coutinho (2005), o fortalecimento do irracionalismo no Brasil é a marca diferenciadora do primeiro momento da escola de Frankfurt no país. Um segundo momento viria justamente associado à defesa da Razão e no combate a

tendências culturais que foram insufladas pela enviesada leitura de Marcuse[169], é personificada por Sérgio Paulo Rouanet (1987) e nos oferece mais elementos de análise desse viés romântico e irracionalista das ações coletivas com mídias livres. Ora, as influências externas[170], que segundo Rouanet moldaram o irracionalismo que vicejava na década de 1980, guardam pontos de contato com as influências teórico-políticas que animam as ações coletivas com mídias livres. Vejamos.

Se os suportes daquele irracionalismo foram identificados por Rouanet a) às subculturas jovens (em que o rock é instrumento de sociabilidade intragrupal e de contestação geracional ao sistema); b) a intelectuais que de forma indireta desqualificam a razão, "sob a influência de certos modismos"; c) a movimentos e partidos políticos com tendência a recusar a teoria e a fetichizar a prática, expressa-se uma singular atualização no sentido de que os suportes do irracionalismo presente nas ações coletivas com mídias livres atualizam e convergem essas três tendências em termos de

d) subculturas em que jovens representam um número elevado mas não exclusivo de pessoas, para as quais o rock mas também o reggae, o hip hop, o punk rock, e expressões localizadas da cultura popular são identificáveis como elementos de sociabilidade. Também são identificados como elementos de sociabilidade a expertise técnica das comunidades de software livre, a expertise técnica da manipulação e transformação de equipamentos eletro-eletrônicos e de uma forma geral ambientes de trocas festivas, de congraçamento e festa como já aludido no capítulo anterior. Além disso, a própria luta pela criação de espaços de manifestação, de exercício do desentendimento, isto é, da política, também se interseccionam como vetores de sociabilidade.

e) desqualificação da razão aristotélica com base no anti-fundacionalismo deleuziano a cuja leitura se agregam a referência a outros autores como Guattari, Foucault, Simondon e Flusser. Nesse aspecto, o Corpus analisado tem picos de

169 É nesse segundo momento, aliás, que se abre a possibilidade de diálogo entre os projetos político-culturais de Gramsci, da escola de Frankfurt e das ações coletivas com mídias livres.

170 A variedade "existencial"dessas influências, segundo Rouanet, podem ser identificadas à contracultura americana dos anos 1970; a variedade teórica está alinhada com o legado de Foucault em sua análise do poder e nos novos filósofos e, por fim, na sua variedade política o irracionalismo brasileiro teria sido influenciado pelo movimento operário europeu em sua desconfiança para com os intelectuais (acadêmicos).

identificação com os elementos mais irracionalistas e românticos da obra de Marcuse, a saber: a desqualificação do trabalho produtivo em nome de um trabalho lúdico, libidinal; o 'afeto' e o 'processo' como elementos táticos e criativos de uma resistência à razão instrumental e produtivista.

O veio romântico tem outras colorações também. Sabemos que no movimento Romântico, reflexo do processo civilizatório e que teve lugar na Europa do século XVIII, os artistas negam/abandonam a mimesis, tão cara ao Arcadismo; abandonam a métrica e as rimas, apostam na liberdade da forma e da criação, refugiando-se em muitos casos num universo bem particular (BOURDIEU, 2007). A arte não era mais encarada pelos românticos como uma necessária imitação da natureza, mas apresentada obliterada pela leitura que suas personalidades faziam. Ainda que a derrocada dos regimes absolutistas tenha causado euforia no início pelo elemento libertador que mobilizavam, a percepção de que os ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade não seriam usufruidos por todos adicionou novas características às produções românticas. Desiludidos com a desigualdade social e com as injustiças que os cercavam, os burgueses românticos mergulharam na postura de frustração e imobilismo em face da realidade – postura essa chamada “mal do século”. Com isso, evadiram-se no tempo, voltando suas produções para as suas infâncias ou ambientando suas criações na Idade Média. A morte também era uma evasão, solução maior para as tristezas, as insatisfações e impotência em face ao mundo[171].

O romantismo que se observa na postura presente em muitos dos artífices das ações coletivas com mídias livres expressa certamente uma certa desilusão – desta vez com a economia política da informação e comunicação, o que se reflete em não procurar ocupar espaços na mídia comercial, ou na esfera pública, ou mesmo estabelecer influência sobre a esfera política, o que implica em não procurar atuar de modo a alterar as legislações (do Direito Autoral ou das Telecomunicações). A visibilidade na grande mídia comercial, através da qual se poderia pensar ser uma forma de influência do debate público na esfera política é minimizada quando não

171 Um outro refúgio é, claro, tem inspiração em Rousseau: é a natureza. Ainda que no Arcadismo a natureza fosse reverenciada, no Romantismo ela acompanha o mundo interior do poeta, ela é o reflexo de seu espírito e não um cenário idílico imutável. Esse culto à natureza se estende ao bom selvagem, o indivíduo puro, não contaminado pela crueldade do mundo (industrial) que nascia.

desconsiderada, privilegiando-se o imperativo “seja a mídia”, ou seja, a criação de canais próprios de comunicação. Como muitas da posições assumidas pelos artífices das ações coletivas das mídias livres, essa postura tem níveis diferenciados de reflexividade: a justificação varia desde a consideração desses contextos institucionalizados da política como inviáveis, batalha perdida, área dominada pelos 'políticos' e pelo 'interesse comercial' das grandes 'corporações' até a consideração de que são campos de ação de outros movimentos, mais formais ou institucionalizados. Percebe-se não uma evasão no tempo, como aqueles românticos do século XVIII, mas a procura por atuações localizadas, o foco em uma práxis que se não está exatamente de costas para o Estado ou para a política institucional, mas que não atua sobre eles. Juliano “Djadjá” Bonorandi, respondendo sobre a viabilidade da interferência das ações coletivas com mídias livres sobre a esfera do poder político institucional, afirmou:

Acho dificil. Não vejo o apontamento dos grupos que participei para a questo legal. nunca foi essa a direção, mas sim de mudar as práticas, as repostas e as perguntas, gerar novos tipos de mobilização. Outros grupos, mais institucionalizados, Intervozes, FNDC, focam nessa questão, mas eu acho ela diferente. Ela é importante, mas a institucionalizaço necessária pra efetuar tal tipo de briga e de influência exige muito esforço. Por isso sempre seríamos incompetentes e meio rebeldes nesse sentido, por uma total aversão à institucionalizacao e burocratização. Acho que essas ações interferem em outras esferas. Para mudar as leis ainda eh necessário outro tipo de mobilização massiva. É um dilema.... mas, possivelmente, novos fatos poderão ilustrar melhor essa pergunta... a mobilização contra a lei do azeredo é um exemplo.

EDUARDO “DJADJÁ” BONORANDI, EM ENTREVISTA POR EMAIL, EM 3 DE FEVEREIRO DE 2009

Sobre a mesma questão:

Nesse caso o Estado é uma velha senhora. Na verdade o Estado está na balança subordinado não às leis, quer dizer, o universo legal que rege essas nomas constitucionais, mas subordinado a esses argumentos burocráticos e técnicos que são imprimidos basicamente pelas grandes indústrias por seus interesses simbólicos e materiais de conglomerados internacionais, aí não resta muita dúvida. A própria política local do estado, os vínculos, etc, é extremamente influenciada por lobbys que são muito mais poderosos, isso é meio que um consenso. Agora, o que me deixa muito perplexo é a criação políticas ditas radicais, quer dizer, de políticas críticas, que têm um viés de contestação de se adequarem também a esse mesmo esquema de manipulação das leis. Então quer dizer, quando você tem uma instituição feito a

Abrasso, o Intervozes, etc, que se preocupam mais em entrar no Estado e eles próprios constituírem essa lei, deixando de lado toda a necessidade da criação de uma cultura política, isso me preocupa muito, porque , lógico, mesmo que dentro do Estado, mesmo que sejam grupos que sejam mais progressistas, etc, você vai ter aí uma subserviência aí de uma série de questões que estão muito além do Estado, que são impostas a esses Estados principalmente os Estados do terceiro mundo, onde embora necessitamos de uma dependência desses poderes industriais, comerciais, simbólicos, tecnológicos, científicos, e etc, pra redigir as nossas próprias leis.

PAULO LARA, EM ENTREVISTA POR EMAIL, EM 6 DE ABRIL DE 2009

Por um lado, esse elementos minam o caráter suscitador, erótico, seminal, produtivo, que tão bem se expressa na manipulação criativa dos objetos técnicos, na transformação submidiática de tecnologias proprietárias, da subversão de espaços institucionais, na mobilização afetiva de afinidades e das experiências de criação de espaços públicos de interação, de trocas e de manifestação da fala. Por outro lado indicam uma práxis geral de construção de esferas públicas autônomas, de definição de normas de gestão de bens simbólicos comuns e do estabelecimento de regras de compartilhamento de recursos físicos, como rádios, antenas, computadores, entre outros.

f) ações coletivas em estado de latência (Melucci) com uma problemática relação com a reflexividade. Há uma má vontade em níveis variados de elaboração abstrata e uma desconfiança com as instâncias institucionalizadas de produção teórica; mas coteja-se uma proximidade entre teoria e prática, que tende a privilegiar esta última, em detrimento do estabelecimento de um horizonte mais largo de reflexão política, orientada por uma fetichização da prática, da autonomia manipulativa do objeto técnico. O risco geral que se manisfesta como resultado dessa tensão é a de um tecno-narcisismo e a perda de vista da raiz social e das conotações de antagonismo que perpassam tais ações. O risco que se impõe com essa tendência é a transformação do conflito em busca simbólica de inovação que se cristalize em contracultura evasiva e marginal (MELUCCI, 2001)

Não é fácil isolar essas três tendências na forma de falas ou de extratos de textos produzidos. Até porque o caráter comunitário em torno de expertises e a postura de crítica diante das instâncias formais de produção de conhecimento também estão na

base das mais virtuosas experiências com mídias livres, aquelas que dão consequência às intencionalidades e que não se deixam cooptar pelo imobilismo. Este é alimentado, em última instância, por uma certa noção de auto-suficiência e por um compromisso atávico com um "estar na borda", com uma posição marginal em relação às instâncias "exteriores" – sejam elas as instâncias do exercício da política institucional ou os espaços acadêmicos – e uma dificuldade em lidar com elas. Os reflexos das formas de organização do Förum de Mídia Livre sobre os grupos que realizam ações coletivas com mídias livres novamente nos fornece mais elementos a ilustrarem essa tensão em relação à política institucional, ao mercado e às formas de organização arborescentes:

A súbita chamada do fórum de mídia livre na Internet me trouxe sentimentos ambíguos. Por um lado, foi bom saber que um evento iria tentar articular a crítica ao modelo de comuniação. Por outro, um manifesto, feito a poucas mãos, em hotel em São Paulo, me não me soou bem. Os grupos que vêm trabalhando com a palavra liberdade a muito tempo tendem a sempre desconfiar de quando ela é usada em iniciativas de grandes proporções. Muitas vezes com razão. Por isso fui lá pra ver o que estava acontecendo.

Primeiro, devo explicar que quem puxou a reunião em São Paulo foram os editores de grandes meios de comunicação da esquerda. A Revista Fórum, o portal Carta Maior e o Vermelho.org, do PC do B, principalmente. Tanto que o mote inicial da criação do Fórum era a questão da Verba Livre, pressionar o governo para redistribuir suas verbas entre outros meios de comunicação, não só os meios corporativos. Uma pauta não muito coerente com aqueles que fazem mídia independente, de forma voluntária e autônoma. Afinal, caso essa pressão funcione, deve beneficiar os grandes veículos da esquerda, e não pequenas iniciativas que em rede podem ser mais diversas e interessantes que os grandes veículos. E afinal, matutei, será que governos devem gastar milhões e milhões de reais com publicidade?

Mas o Fórum, que ficou de ser realizado a partir daquela reunião, não se restringiu a isso. Políticas públicas, colaboração, novas mídias, educação e outros assuntos foram parte das discussões que aconteceram por lá. Esta maior abrangência, foi resultado da entrada da prof. Ivana Bentes, de alunos da ECO/UFRJ, e de Pontos de Cultura do Rio de Janeiro, que se interessaram em buscar novos temas a serem debatidos e abordados. Temas que refletiam mais o tempo de uma comunicação descentralizada e diversa, que emergiu através da Internet.

Pois bem, essa contradição trouxe também uma diversidade na frequência do evento. Além dos militantes de partidos e grupos como ABRAÇO e FNDC, estavam ali, blogueiros, pontos de cultura, ativistas de rádios livres, grupos culturais independentes. Essa mistura trouxe ao primeiro dia do evento debates interessantes e um ambiente de troca e de conexão bem interessante. Grupos e pessoas que atuam

com comunicação se conheceram. O caráter de rede estava presente. Mas havia uma tensão no ar. Um conflito entre o que eu vou chamar aqui de uma mídia quer ser contra-hegemônica e outra mídia que vou classificar como a que busca a diversidade de vozes e a formação de redes.

Na lista de emails Submidialogia, um camarada criticou a fala da prof. Ivana Bentes, "a mídia livre é um mercado a ser criado" respondendo com uma bela inversão: "o mercado livre é uma mídia a ser criada." Vou colocar aqui uma fala inteira da professora, pra não ser injusto e entender mais o que ela pensa:

"Na segunda rodada de intervenções, Ivana Bentes afirmou que a participação do Estado é importante, mas que não se deve demonizar o mercado, e sim criar novos mercados para a mídia e os estudantes que saem das escolas de Comunicação, e que só tem a mídia tradicional como referência de atuação, seja como mercado, seja como proposta política. Nesse sentido, sublinhou a distância dos cursos de Comunicação do ativismo, das novas linguagens e mídias e a necessidade dessa re-configuração do campo da comunicação, para os não-profissionais, onde é possível não apenas entrar no mercado existente, mas criar mercados, criar ocupações novas, novas formas de entender e fazer mídia. Também enfatizou que a aposta da esquerda apenas no Estado, como promotor, provedor, financiador da mídia livre é um muito redutor das possibilidades hoje da própria sociedade fazer mídia, criar mercados e se organizar, para além do Estado."

As duas abordagens, a da mídia e do mercado livre, apesar de diferentes, não me parecem conflituosas como a tensão contra-hegemoinia X diversidade. Pois a fala da professora foi também bastante criticada pelos militantes da contra-hegemonia. Muitos criticaram o uso da palavra livre, alguns exigiam o controle estatal sobre as comunicações, "O Estado é fundamental", propostas de criação de um grande jornal, criar um selo de mídialivre. Uma discussão que refletiu muito bem esse conflito, foi no debate sobre o Portal do Fórum que deveria ser criado. A pergunta da ala da contra-hegemonia era "quem vai mandar nesse portal?", "qual vai ser a linha editorial?" e cheguei a ouvir "pra que criar um portal de mídia livre, já existe o Vermelho.org" (!). A ala da diversidade dizia "não precisamos criar um portal centralizado e editorializado, a lógica da horizontalidade, é a base da Internet e dos grupos de "mídia livre". Uma outra idéia muito interessante surgiu, "vamos criar um portal só de alimentação RSS, cada grupo manda o seu e o classifica por etiquetas, assim formamos uma rede onde todo ouvem todos". Mas no final, decidiram "em assembléia" deixar isso pra ser decidido depois, o que pareceu ser um golpe, já que rumores diziam que um dos organizadores teria dito pro outro "não se preucupe que o portal tá garantido". Talvez ele já tenha uma boa fonte de financiamento.

No segundo dia, a plenária final trouxe o desânimo pra aqueles que acreditam nas redes e na diversidade. A plenária que durou 5 horas, demonstrou que a idéia era mesmo criar um grande movimento centralizado, com selos,manifestos, marchas a brasília, comitê gestor e plenárias burocráticas. Desânimo porque em certo momento havia esperança de que aquele evento pudesse ser um interface entre iniciativas

diversas aonde uma fortalecesse a outra.

Porém, acredito que o evento possa trazer boas reflexões para aqueles grupos que trabalham com a colaboração, a autonomia, a liberdade, e a descentralização. É fato que já faz algum tempo que apropriações de termos comuns a esses grupos por governos e movimentos centralizados vem acontecendo. Cada vez mais se fala em software livre, descentralização, rede, diversidade, autonomia. Esse vocabulário se dissemina mais do que é colocado em prática, a ponto de serem usados pela ala da contra-hegemonia A questão é saber se isso é necessariamente ruim, ou se esparsos respingos disso para um realidade concreta podem ser positivos. O outro ponto, é um grande dilema. Como esse grupo da diversidade se articula como ator político em decisões macro-políticas? Que eles atuam na micro política há muito tempo não há dúvida, tanto que seus conceitos vem sendo incorporados. Mas de certa maneira, se esquivam de esferas de disputa de hegemonia como demonstrou ser a natureza do fórum de mídia livre ao seu final.

Uma participante, que fica no meio termo entre a contra-hegemonia e a diversidade, argumentou que este grupo, o da autonomia e da diversidade, que é mais anárquico, deve entrar na disputa com as vertentes centralizadoras. Mas como entrar pra construir algo bacana, se eu já começo disputando, perguntei eu. Esse é o grande dilema. Abandonamos a macropolítica e nos voltamos somente para a produção e colaboração em rede em si, acreditando na sua força? Ou nos metemos pelas disputas, articulações e burocracias desse meio? Se sim como fazer isso sem se tornar mais do mesmo. Uma das demandas da lista de demandas do fórum era a realização da Conferência Nacional de Comunicação, que certamente será um evento de disputa de hegemonia. Como a diversidade participaria? Como se articular entre nós? Qual o nome que a gente dá pra gente? Como dialogar como grupo com o resto da sociedade? Meu Deus, quantas dúvidas.

Ficam pra reflexão.

abraços

Pajeú .

PAJEÚ BELO MONTE, EMAIL PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, EM 18 DE JUNHO DE 2008

Dialogando com essa reflexão e reforçando o argumento da análise em andamento:

Querido Pajeú,

Antes de mais nada, obrigado pelo belo relato. Quem dera tivéssemos acesso a mais relatos como este para saber dos ventos e corações distantes.

Quanto a suas perguntas, eu diria que já atuamos na macropolítica quando tecemos redes. Autonomia é agir micro, rede é macro. Na rede de comunicação e solidariedade Flor da Palavra, por exemplo, criamos conexões não apenas entre mídias livres, mas também com grupos de pesquisa, artistas e movimentos sociais. Concordo que tecemos muito pouco nossas redes, precisamos agir mais nessas esferas. O Estado possui muito pouco do poder em suas mãos para que precisemos nos importar com ele e, como dizem, não é tomando o poder que se muda o mundo. Nada impede, ao meu ver, tecer relações com grupos "contra-hegemônicos" que tenham um perfil mais democrático e coerente com a apropriação que fazem do "nosso" "vocabulário da diversidade". Mas então que essas relações ocorram em nossos termos, colaborativos, e não segundo a lógica competitiva de disputa pela hegemonia deles. Estaremos vencendo eles em seu terreno na medida em que eles adotem posturas colaborativas. Nós adotarmos posturas competitivas seria uma derrota.

Essa espécie de novo de paradigma tem uma origem importante no zapatismo:

Caso se interessse, leia este "vamos ao baile: gingas da comunicação e da participação no zapatismo":

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

abraços
guile
rádio xibé

(amanhã de volta ao ar!)

GUILHERME FIGUEIREDO EMAIL PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, EM 18 DE JUNHO DE 2008

Essa auto-suficiência gerada a partir desses tendências se reflete até mesmo nas relações estabelecidas com as comunidades populares nos quais se desenvolvem ações de interferência e educação social: apesar do programa político das ações coletivas com mídias livres passarem pela imersão no sub-conhecimento, nas práticas de adaptabilidade populares e no aproveitamento da crítica que tais práticas suscitam, o diálogo equilibrado e horizontal entre iguais nem sempre é obtido. Uma reflexão feita por uma das pessoas que organizou o Festival Submidialogia>Arraial, em 2010, pode expressar de formas mais eficiente.

Dizem que de médico e louco todo mundo tem um pouco. E que a turba submidialógica que passou por Arraial D'Ajuda durante o mês de maio é louca, não se tem muita dúvida. Mas que também somos um pouco médicos/pajés/curandeiros, bem, sobre este fato acho que não se refletiu muito não. Então vamos lá.

Entendo que o adjetivo tem se aplicado mais no sentido de um diagnóstico do que de uma cura propriamente dita. Pois houveram boas ponderações sobre os males que assolam Arraial, mas poucas propostas para um encaminhamento efetivo de sua solução. Só que o submidialogia, na minha opinião, tem ação mais homeopática que alopática. Mais causal que paliativa. E que independente de sua quantidade, a dose homeopática aplicada com certeza afetou o âmago de muitas questões. Só que isso é algo que vem de meu intuitivo, portanto sem chances de colocar em uma tabela pra demontrar sua validade (ok, petrobrás?). Tampouco estou discorrendo tese de mestrado por aqui. ;-)

Esta constatação também não é externa a mim, pois também eu fui mais homeopática que alopática em minhas interações. Então ainda bem que a web me permite a continuidade do trabalho, pois poucas homeopatias funcinam apenas em dose única. Se vai servir para algum trabalho futuro e de maior permanência e resgate da região, isso eu não sei. Mesmo porque eu não moro por lá e muito menos estudei profundamente o contexto da cidade. Porém, por vezes uma visão rápida de fora nos dá um insigth, e é isso e nada mais que isso que vou compartilhar na minha reflexão por aqui.

O insight de que falo veio da conversa de madrugada com o Escorrega, motorista da kombi que nos levou até o aeroporto na volta. Eu e Drica dormimos quase que o trajeto inteiro, porém em um dado momento fui acordada pelo rapaz me perguntando se poderia dar carona a outro rapaz. Resolvida a questão, puxei conversa e perguntei pra ele sobre a onda de vendas que estava acontecendo na cidade, das inúmeras pousadas que a cidade abrigava que estavam vazias, etc. Ele respondeu que Arraial já estava "caindo de moda", e concordou comigo que este tipo de turismo que existe hoje por lá não é sustentável mesmo.

(Aqui me permito um parênteses importante para relembrar uma fala de tininha em nosso quarto, comentando sobre alguns hippies. De que é geralmente esta tribo que descobre os lugares paradisíacos, mas que depois acabam "infestados" pelo turismo predatório devido à sedução das oportunidades de lucro que se apresentam nestes cenários.)

Vendo algumas bandeirinhas ao longe, resolvo então do nada perguntar: e as festas juninas? É quando então sua voz fica meio embargada, denotando uma profunda nostalgia. Me conta que as festas juninas em ***Arraial*** *D'Ajuda eram uma delícia. Aconteciam sempre na praça da igreja e envolviam todos os moradores da cidade. Mas que em um determinado momento, a cidade passou a ficar muito "chique", e aí o prefeito transferiu a festa pra outro local, pra longe do centro e de sua mini Oscar Freire, que atende pelo singelo nome de Rua Mucugê. Ou seja, obviamente, rolou*

uma higienização da cultura popular por lá.

E a conversa prosseguiu assim, ele me contando das tradições perdidas, das coisas que ele mais gostava e também de que muitas pessoas de fora gostavam. Me disse que muita gente de cabeça boa que foi pra arraial se decepcionou com a elitização e foi embora. Que quase só ficaram os oportunistas, mas que agora até estes estão sendo forçados a sair fora porque o lucro fácil do turismo já não está mais tão fácil assim, ao que me perguntei internamente: não seria este refluxo um mal necessário?

Sei lá. Só sei que Arraial D'Ajuda parece mesmo estar com sua essência avariada. Mas acredito sinceramente que ela pode ser resgatada se seus moradores conseguirem sair do embotamento do lucro rápido em que caíram para encontrar novamente suas raízes e revitalizar suas conversas sobre seus destinos. Porque, citando Ximena D'Ávila, toda dor e sofrimento pela qual se pede ajuda é de origem cultural, surgem de uma história de negação cultural. E a "prescrição" recomendada nada mais é do que o mais puro e simples conversar liberador.

Por isso não tenho dúvida de que os encontros submidialógicos são também processos de cura. Mas geralmente esta cura se restringe mais ao grupo que propõe e organiza o encontro do que à comunidade do espaço físico onde o encontro acontece. E talvez assumir isso que seja o mais importante de tudo. Porque dá um exemplo concreto, mesmo a quem só assiste de fora, de como uma rede pode funcionar e se auto-curar, deixando-se ver por dentro de suas entranhas, aberta e mutante em todas as suas conexões.
Aula prática de anatomia dentro de um organismo vivo.
E onde os órgãos somos nós mesmos.

FABIANE BALVEDI, TEXTO PUBLICADO EM SEU SITE PESSOAL, EM 7 DE JUNHO DE 2010

Esse panorama se complexifica quando os artífices das ações coletivas com mídias livres se deixam levar pela capacidade absorvedora do próprio trabalho com tecnologias digitais.

E nesse sentido, as abordagens, análises e interpretações dos processos de despotencialização, instrumentalização e mesmo esmorecimento do caráter antagonista de grupos e pessoas recorre a elementos e ferramentas teóricas que se projetam desde a borda, que também se assumem marginais. A auto-compreensão das ações coletivas com mídias livres que emana do viés irracionalista e imobilista é por isso auto-centrado num repertório analítico baseado no imaginário cyberpunk; nos pressupostos e proposições a que se convencionou associar a cultura digital e finalmente nas influências teóricas européias das táticas de mídia. A figura do tecno-xamã expressa

esse ponto de vista:

Temos na figura do tecnoxamã uma figura da vidência, da transvaloração ecosófica, que transborda as barragens ontológicas modernas para irromper em híbridos nem sempre controlados de fantasias reveladoras, aportando novas sensibilidades em um mundo desconcertado. Se o cientista é o mediador da verdade e do conhecimento, e o xamã o mediador da cosmologia e da história, tecnoxamã compõe-se como criador de um ambiente estético de subversão dos usos previstos da técnica pelo mercado, pela família, pelos aparelhos de estado, confirmando sua eficácia na prática e reconhecimento de outras redes afins.

A figura do tecnoxamã insurge no imaginário das redes de cultura livre que atuam com arte, comunicação e tecnologia, como uma figura de mediação entre técnica e intuição, política e estética, matéria e espírito. É um mito contemporâneo de origem desconhecida que representa um paradoxo compartilhado por todos, que é o uso da tecnologia digital e a criação.

A tecnologia digital é uma linguagem e a radicalidade de uma linguagem é sua condenação à perpetua reinvenção de si mesma pela prática cotidiana. Nesse sentido, o tecnoxamã concentra esse paradoxo como plano de resolução, onde as possibilidades míticas se atualizam em invenção de si, através de escolhas entre possibilidades conhecidas de evidente manifestação simbólica, mas que são atualizadas a partir do uso de diversos dispositivos disparadores de novas subjetividades e experiências.

BALVEDI E NOVAES, 2010

A auto-reflexividade assume, como no texto que segue, um caráter fechado, só acessivel para iniciados, o que é outro aspecto da auto-suficiência:

Rouanet observa que não existe um discurso irracionalista, posto que não há uma teoria ou pensamento irracionalista. De modo que o irracionalismo de que fala o autor é essencialmente de corte comportamental (ROUANET, 1987, p. 126)[172], sendo oportunista, parasitário, e procede assim capturando tendências para seus próprios fins – teria se apropriado de orientações anticolonialistas, antiautoritárias e antielitistas. Na crítica a essa análise, empreendida por Coutinho, este autor afirma que o

172 Camus e seu revoltado romântico se aproximam disso na medida em que "Sem esperar mais pela regra ou pela unidade de Deus, obstinado em se reunir contra um destino inimigo, ansioso em preservar tudo que pode ser ainda preservado nesse mundo consagrado à morte, o revoltado romântico busca uma solução na atitude. A atitude congrega em uma unidade estética o homem entregue ao acaso e destruido pela violência divina. (CAMUS, 1996, p. 70).

irracionalismo na verdade não tem fins e pergunta-se a que interesses sociais serve o irracionalismo de que fala Rouanet[173], deixando apenas indicado que se não há fins próprios ao irracionalismo, este abre as portas ao controle instrumental dos potenciais utópicos que lhe são inerentes – o que pode ser observado nos novos rumos dados às políticas públicas projetadas e implementadas a partir das contribuições de sujeitos e coletivos que já atuavam com mídias livres anteriormente ao Governo Lula. Um testemunho desse processo, que tanta angustia causou e tem causado, foi fornecido por Fabiane Borges e Thiago Novaes, em um texto curto mas eficiente em descrever o panorama das ações coletivas com mídias livres nos primeiros anos do século XXI:

> *Existe uma máquina de produção de subjetividade "mendiga" que opera nessas redes. As forças políticas e econômicas investem um parco dinheiro para projetos compartilhados entre muitas pessoas. Não há muitas políticas públicas que privilegiem ações produzidas em rede, sendo prioritário o investimento em pequenos grupos ou em indivíduos, pois trata-se de uma máquina que tem como engrenagem fundamental um padrão generalizado de representação que inclui um forte sentido de controle, hierarquia, poder e reconhecimento. Isso implica na modificação de comportamentos. Aos poucos esses militantes/ativistas se tornam mais competitivos, menos colaborativos e mais interesseiros. Viram mendigos. Essa mendicância metodológica é uma forma de controle das mais bem intencionadas e perversas, pois se firma no sentido de escassez e produz subjetividades servis com aparência de empoderamento.*
>
> **BORGES E NOVAES, 2010**

Os componentes irracionalistas, nos termos aqui discutidos, são espectros a rondar as ações coletivas com mídias livres, ao despotencializar suas alternativas que, utópicas, são radicalmente promissoras; e ao abrir as portas para sua instrumentalização.

Essas tendências irracionalistas das ações coletivas com mídias livres represam a Razão e tendem a identificá-la ao controle e às estratégias de dominação; à instrumentalização e à teorização estéril; ao sedentarismo do pensamento e ao produtivismo; à arborescência das formas organizacionais opressoras e reificadoras.

É a aproximação com a proposta dialético-racionalista de Gramsci que permite

173 "Na medida em que o marxismo frankfurtiano, com sua declarada predileção pela crítica cultural 'epocaĺ', deixa inteiramente de lado a questão da luta de classes, não é de surpreender que não haja nos ensaios de Rouanet nenhuma resposta a essa questão", (COUTINHO, 2005, p. 97)

a superação dessa posição imobilista, passível de instrumentalização. Não por acaso, Rouanet demonstra, e Coutinho ecoa, uma convergência de princípio “entre uma postura gramsciana-lukacsiana em face da cultura e um frankfurtianismo 'apolíneo'”, no qual a razão e a racionalidade sejam despidas de suas vestes mais dionisíacas, mais românticas. É essa possibilidade que parece assegurar que o programa político que vimos analisando possa desenvolver meditações (e mediações) sociais concretas, evitando a posição daquilo que Melucci indica como “contracultura evasiva e marginal” e uma postura romântica aqui colocada.

Essencialmente, o que as ações coletivas têm em comum com a política cultural gramsciana é a busca da elevação do “senso comum” ao “bom senso”. Trata-se da busca por uma cultura através da depuração daquilo que está presente no senso comum. Considerando que essa atuação se dá no terreno da economia de bens simbólicos, é necessário esclarecer o que se entende aqui por “senso comum”, “bom senso” e cultura. O “senso comum” na interpretação corrente se projeta como a mescla de concepções de mundo que atualizam a possibilidade de instituição daquela outra ordem, daquela outra divisão do sensível de que trata Ranciére através da qual os “homens de nada” se constituem como seres falantes que mobilizam e dominam as mesmas propriedades daqueles que as negam a eles.

Nesse sentido, faz parte dessa mescla de concepções de mundo a idéia de propriedade compartilhada de informação, conhecimentos e culturas, o acervo imaterial e inapropriável de bens simbólicos, historicamente determinados, coletivamente gestados e universalmente disponíveis a todos os homens sobre a terra[174].

O que isso quer dizer? Que a constituição de uma condição de autonomia possível e de domínio e apropriação da produção social (sua contraparte formada pelo controle de sistemas complexos de informações, símbolos, relações sociais) permite a mobilização da parcela dos sem parcela para a afirmação de sua existência, de seus pertencimentos, de suas reivindicações e subjetividades. A prática da política nesses termos expressa-se como a escrita de um nome no céu, a arquitetura de um lugar numa ordem simbólica de poucos falantes, de poucos que exercitam e tomam parte das

174 É essa orientação ideológica a respeito dos bens imateriais e de sua manipulação que está na base da atualização do conceito de política segundo Ranciére.

decisões políticas. No âmbito da excludente sociedade brasileira, de sua tradição política que prioriza o viés do privilégio, a escrita e a narratividade da realidade vivida tradicionalmente incorporaram aos registros da história o ponto de vista das camadas privilegiadas. Esse paradigma se encontra diante de múltiplas e vivas possibilidades da real democratização da prática política na sociedade.

Os artífices das ações coletivas com mídias livres procuram justamente a depuração desse senso comum. Disso faz parte, bem gramscianamente, a potencialização das virtualidades do pensamento crítico contidos nas expressões culturais populares. Mas o leque dessa depuração é mais amplo.

A idéia de bens comuns é complexificada e elevada a uma condição conceitual, sendo utilizada como princípio para a crítica da economia de bens simbólicos contemporânea. E, por extensão, do aparato legal e das restrições técnicas que as cercam. Se Gramsci, para a época e o local em que escreveu, cotejava com o trabalho dos intelectuais orgânicos a conquista de uma consciência/cultura nacional-popular, aqui a meta é menos ousada e também mais dispersa. Trata-se de criar as condições para elevar as visões de mundo nas quais se baseiam as trocas culturais (e que também tornaram possível a evolução do acervo simbólico universal) em uma práxis crítica à normas, tecnologias e práticas que restringem as formas de transformação da cultura. Transformações essas que ocorrem através de cópias, remixes, bricolagens, adaptações, reduções, transformações, continuidades. A consciência que se busca se projeta para uma mesma e igual condição universal de produção de subjetividades, para as expressões de pertencimento às partes da sociedade (a participação como parte da sociedade para a qual está reservada uma parcela), que não estão condenados ao silêncio da noite ou ao ruído ininteligível, animal, e portanto desnecessário, descartável (RANCIÉRE, 1996). A consciência que se procura é aquela que permite um relacionamento com a técnica e as tecnologias em arranjos sociotécnicos que superem tanto a tecnofilia quanto a tecnofobia e que se instaure no coração do cotidiano como uma condição da autonomia para a produção social. A consciência que se busca construir é da a antiga certeza da igualdade de possibilidades e potencialidades entre os homens, que se expresse não somente numa economia de bens simbólicos que remeta à produção, circulação e usufruto de bens imateriais. Mas também a uma condição de

articulação autônoma dos mecanismos técnicos, conceituais e processuais para a afirmação das cobranças que sua existência exige.

Nos termos de Gramsci, a depuração de senso comum a um bom senso pelos intelectuais orgânicos das ações coletivas com mídias livres visa o estabelecimento de uma cultura livre que sirva não somente a uma práxis crítica, mas sobretudo como instrumento que atualiza a recontagem que Ranciére atribui à ação política da plebe[175]. A depuração a que se refere aqui não produz necessariamente descobertas teóricas específicas novas. Elas apontam para a criação de novas concepções que implicam em "difundir criativamente verdades já descobertas, socializá-las; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação de ordem intelectual e moral" (GRAMSCI, 1978, p.13). Sua difusão entre as massas, tornando-se bom senso, é mais importante que uma descoberta teórica específica que se limite a um círculo restrito[176].

Carlos Nelson Coutinho propõe uma linha de fuga no plano da política cultural baseada em Gramsci que se propõe "uma inter-relação dinâmica e retro-alimentadora entre os vários níveis culturais" mais fecunda que o nível "filosófico-universal" da Escola de Frankfurt – tanto na versão contracultural marcusiana quanto na figura racionalista encarnada na produção de Rouanet. Essa seria uma forma de superar a posição estática e conservadora das concepções de Horkheimer-Adorno e ao mesmo tempo tornar possível a realização de "uma análise histórico-materialista da cultura e, como consequencia, propor uma política cultural democrática e socialista, que não perca de vista a questão da luta pela hegemonia entre os diferentes blocos de classe", (COUTINHO, 2005, p.97).

Na proposta de Coutinho, os meios de comunicação de massa são uma alternativa estratégica de difusão massiva de determinadas concepções de mundo de teor crítico desejado por Gramsci. Coutinho pontua que essa é uma possibilidade que "os meios eletrônicos" encarnam e reconhece que esta possibilidade é em geral suplantada pela possibilidade contrária - "ou seja, a de que tais gêneros (de bens

175 Os modos de apropriação crítica das tecnologias de informação e comunicação são formas de recontagem, ou pelo menos abrem possibilidades para que uma outra contagem aconteça – concatenadas cacofonias. O alfabeto necessário para isso incui afetos, vivências, implica na invenção de um cotidiano, na descoberta de outros, ações coletivas, paixões coletivas, jardinagens bivolts e alguma alegria.

176 É possível inclusive relacionar essa associação com a postura arredia em relação à produção teórica institucionalizada na academia.

culturais difundidos de forma massiva) sirvam para difundir uma cultura alienada, regressiva e manipuladora", (Ibid, p.95). O sentido dado por Coutinho para sua análise está mais estritamente preso ao modelo e objetivos da política cultural de Gramsci do que vem sendo aplicado aqui . Entretanto, para os efeitos de nossa análise, Coutinho fornece uma perspectiva útil na medida em que permite expor uma limitação genericamente ignorada na virtual potencialidade da difusão de uma cultura crítica pelos meios eletrônicos de comunicação massivos. Como efeito, dessa limitação, expõe também as potencialidades das ações coletivas com mídias livres.

Vejamos. Primeiro, a proposta de Coutinho desde o início é pensada como uma possibilidade cujo artífice são os meios de comunicação de massa. No que isso implica? Em desconsiderar que a difusão massiva de "conteúdos críticos" e do processo de "potenciamento das virtualidades de pensamento crítico contidas nos níveis culturais inferiores" não possam ocorrer de forma distribuída, extensamente localizada, impregnada da vivência cotidiana e de suas próprias potencialidades críticas: de forma orgânica. Segundo, essa possibilidade imaginada por Coutinho delega ao já monopólico controle das empresas de informação, cultura e entretenimento o fomento às potencialidades críticas que eventualmente possam se contrapor às visões de mundo e de estar no mundo corroboradas por esses mesmos grupos. Ainda que ressavalda pela afirmação da necessidade de um sociedade civil forte e vigilante sobre os meios de comunicação de massa, a proposta de Coutinho não deixa espaço para a práxis baseada na apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação e a atualização da contagem que ela implica.

Entretanto, sua preocupação com uma "inter-relação dinâmica e retro-alimentadora entre os vários níveis culturais", (Ibid, p.97) que permita a superação conservadora das concepções de Horheimer-Adorno, e que contribua para a elevação da consciência folclorista ao nível do bom senso, mantém uma linha de contato com as experiências mais fecundas das ações coletivas com mídias livres. Quando despidas das linhas mais irracionalistas e românticas, identificadas acima, as ações coletivas com mídias livres parecem potencializar suas próprias virtudes, em grande parte já realizadas com a atuação sobre variados ambientes culturais. A apropriação de culturas, sua transformação em termos de remix e de subversão dos padrões formais ou

comerciais já realizam, noutro sentido, essa “inter-relação dinâmica entre diversos níveis culturais” a que Coutinho se refere. Com a perspectiva de atualizar a contagem a que se refere Ranciére por meio da apropriação crítica de tecnologias.

4. Entre Sísifo e Prometeu

A interlocução entre as ações coletivas com mídias livres e a ordem política institucionalizada e governamental realçou nos últimos anos a tensa posição em que se situam as mobilizações objeto dessa pesquisa: entre a virtuosidade das intenções de Prometeu e a constante e infindável frustração de Sísifo.

De fato, desde que passaram a influenciar políticas públicas de Estados e municípios brasileiros, a partir da participação no Governo Federal na forma relatada previamente, as ações coletivas com mídias livres entraram em choque com os elementos mais centrais de seu próprio programa político. Em certo sentido, pode-se questionar primeiro como um anarquista trabalha para o governo – se quisermos privilegiar a influência anarquista[177]. Mas também é possível se perguntar como foi possível que agentes das ações coletivas com mídias livres puderam operar entre as quatro paredes do pensamento sedentário, entre as estruturas hierárquicas das formas de atuação do serviço público de um Governo, e localizados e localizando-se nos mapas conceituais que as justificativas dos projetos de políticas públicas desenham. Como justificar a identificação dos sujeitos, das práticas e dos métodos que se propunham não identificáveis, dispersos, não localizáveis e como vocação para produzir confusão não somente nos meios comerciais de comunicações, mas sobre a própria forma do pensamento arborescente? Isso se quisermos privilegiar a influência da filosofia de Deleuze e Guattari e mais especificamente o núcleo central do Princípio de Dispersão[178]. A sedução exercida por Cláudio Prado e o momento de esperança representado pela ascensão de Lula ao poder não explicam por completo tais questões. Bem o relata a angustiada descrição qe inicia a página seguinte.

---

177 Cláudio Prado tem uma resposta para isso. Diz ele que o anarquista trabalha par o Governo "cagando para o Governo. Não levando a sério, sabendo que aquilo é um acidente de percurso. No meu caso, como eu não tenho nenhuma vontade de ser Governo, eu assumi o Governo, eu disse 'eu sou'". Embora requeira um aprofundamento, a resposta de Cláudio Prado aponta no sentido do recrudescimento e reforço do viés mais irracionalista apontados no tópico precedente, como será indicado mais adiante.

178 Esses dois questionamentos são consequencias do programa político das ações coletivas com mídias livres. Mas este é uma interpretação. Assim como as próprias ações coletivas são um instrumento analítico, não existindo por si, é possível e necessário ressaltar que tais 'cobranças' fazem sentido somente dentro do enquadramento teórico-analítico que se tentou construir até aqui. Com isso quero dizer que tais questões podem ser outras ou não fazer sentido para os artífices dessas ações que considerem aquela interpretação precedentemente apresentada insuficiente, equivocada ou imprópria.

As redes se multiplicavam conforme os interesses dos grupos. Alguns deles criavam plataformas de produção e colaboração coletivas de forma muito competente, apresentando propostas sérias, funcionais, sustentáveis a ponto de se tornarem referência no campo coletivo, serem desafiados a implementar seus projetos em grande escala, ampliando incisivamente seus territórios de ação. As vezes essa criatividade colaborada sofria desgastantes cooptações, modificações cruciais dos projetos e discursos em função dos acertos políticos, tratos econômicos, adaptações às instituições.

Era interessante observar as transformações comportamentais de algumas figuras ativistas do início do século XXI quando conseguiam alguma forma de poder mais institucional. Iniciavam aguerridos, anarquistas, críticos, cheio de tags de liberdade e de repente ao virarem governo, artista reconhecido ou coordenador de ong, mudavam a postura do corpo, se empoderavam, mudavam o discurso ativista, começavam a falar como representante do Estado, da galeria, da instituição "mais-que- governamental", pagarem pau pra colecionador ou secretário de Governo, assumir um ar de seriedade, austeridade, desejo de consenso com menos incomodação possível, adquirirem aquela voz de quem precisa fazer algo sério na vida e não tem tempo para brincadeiras de baderneiros, discutirem só com os companheiros de acesso, e promoverem a idéia de que enfim as coisas iriam mudar no pais, na história da arte, da saúde, das indústrias petrolíferas, das corporações, desde que entrasse mais dinheiro para suas inventivas. Era uma mudança subjetiva tênue bastante previsível. Na verdade não passavam de um bando de mendigos.

BORGES E NOVAES, 2010, p1.

É necessário observar que os elementos teóricos que compõem o Princípio de Dispersão são orientações, influências. Não se conformaram como elementos de formação rigorosa dos agentes das ações coletivas com mídias livres. Mesmo o legado teórico europeu das táticas de mídia se adicionaram como influências às reflexões em torno das tradições culturais brasileiras. A d*ispersão de sentidos*, que toma a forma de conceituações abertas, o *descentramento organizacional* e a *desterritorialização das ações* condicionados pela realidade factual, que baseiam o Princípio de Dispersão, formam sim elementos para a construção de uma vontade coletiva entre os agentes das ações coletivas com mídias livres. Mas essa formação é claudicante, incipiente dada a tensa relação com as ordens formais de produção de conhecimento, como indicado no tópico anterior. O tecno-narcisismo e a perda de vista da raiz social e das conotações de antagonismo que emergem dessa tensão contribuem com a fragilidade da

construção contra-hegemônica que se esperaria ser realizada de forma mais consequente e talvez mais virtuosa.

Para além da falta de rigor na formação política e intelectual, entretanto, as contradições acima pontuadas denotam sobretudo um limite para a compatibilidade entre os elementos gramscianos do programa político em questão e as influências exercidas pelo legado europeu das táticas de mídia – em particular, a filosofia pós-estruturalista identificada aqui em Deleuze & Guattari. Mais: denota o limite de adequação do modelo de programa político gramsciano para a própria análise em curso, fatores esses analisados no tópico seguinte.

Outro questionamento possível se refere à inegociabilidade dos objetivos e das formas de ação dos movimentos antagonistas, em particular às lutas pelo controle da produção social[179]. Vimos no Capítulo 4 que, no que se refere à organização, essa orientação pragmática tende ao comunitarismo e à busca de relações horizontais. Em termos de produção, essa orientação dispersa a noção de uma autoria calcada em uma identidade essencialmente formada e univocamene representada, e aponta para agenciamentos maquínicos direcionados a corpos sem órgãos. Mais: como vimos, o núcleo e o rasgo central das políticas com mídias livres, a criação e principalmente a difusão dos conhecimentos e habilidades necessárias à construção de ferramentas físicas e lógicas que permitam subverter o modelo hegemônico de trocas simbólicas no capitalismo tardio, se vincula à necessidade de uma pedagogia de autonomia.

Acontece que, no entender das pessoas entrevistadas, houve uma apropriação de conceitos, metodologias e discursos que passaram a ser mobilizados no início da década – apreendidos em grande parte das experiências européias mas também influenciadas por traços da cultura brasileira. Essa apropriação foi direcionada por intereses proselitistas, e beneficiaram Organizações não-governamentais, o próprio governo e políticos profissionais. Um profundo processo de esvaziamento conceitual do que foi pensado e gerido pela sociedade civil, especialmente pelos Articuladores, para os Pontos de Cultura (mais especificamente, para a Ação Cultura Digital) teria gerado uma correspondente e aguda despotencialização dessas práticas. A

179 Como já afirmado no capítulo 4, que está em jogo não são somente as licenças de rádio e TV, nem o princípio de não interferência da internet, ou a necessidade de apropriação tecnológica, mas o estatuto da produção, trânsito e fruição de informação, cultura e conhecimento no capitalismo tardio.

possibilidade de exercitar uma política de apropriação crítica de tecnologias digitais de mídia que desse sua contribuição para a mudança social acabou sendo uma quimera, com o qual poder público não se comprometia em igual medida:

> *acho que hoje em dia a realidade é bem mais de assistencialismo do que de real transferência de conhecimento. Para as pessoas poderem se apropriar da tecnologia elas precisam romper a barreira do desconhecido e começar e compreender de fato o que são e como são construídos e funcionam os objetos técnicos. Na atual politica rolam muitas oficinas e compra de equipamentos, mas os Pontos de Cultura, as Casas Brasil e esses projetos por aí dependem de ter sorte de ter alguém ligado que saque das tecnologias e possa dar o apoio local necessário. Quando isso não acontece muitas vezes os oficineiros vão, dão uma oficina na qual poucas pessoas aprendem de fato, e quando vão embora a maioria dos Pontos se encontram novamente sozinhos e incapazes de superar qualquer obstáculo que apareça. Quando dá pau, quando algo quebra, as coisa param e o tal Ponto tem que ficar esperando algum oficineiro voltar e consertar. Tornam-se usuários, não criadores. Chegam a aprender a usar a tecnologia, mas não dominá-la pra dar-lhe novos significados. Pra contribuir realmente com transformação social o processo de aprendizado e apoio deveria ser continuado, e precisa se integrar aos esforços educativos. É necessário começar ensinando matemática, sistema cartesiano, pra conseguir apresentar as tecnologias como algo que possa ser realmente compreendido e transformado. É preciso aliar os universitários com altíssimo conhecimento especializado com as periferias, com a criatividade e a cultura da gambiarra. Juntar as duas coisas em um processo orgânico e contínuo. Não adianta rolarem oficinas de vez em nunca num Ponto (de Cultura) que ganha computadores e depois não usa. É preciso que as pessoas que vão usar esses computadores façam parte de uma rede de apoio que está ali, conectada no dia a dia, e que cresça sempre na relação entre as pessoas.*
>
> **ALEXANDRE FREIRE, EM ENTREVISTA REALIZADA POR EMAIL EM 3 DE SETEMBRO DE 2008.**

Instalou-se um profundo mal-estar entre o primeiro time dos agentes das ações coletivas com mídias livres que tornaram possível a Ação Cultura Digital. A quebra do aspecto de inegociabilidade dos objetivos e das formas de ação dos movimentos antagonistas também contribuiu. Uma interpretação corrente, identificada a partir das entrevistas e do acompanhamento dos debates nas listas de discusssão, é que houve uma domesticação do viés mais contracultural e subversivo das ações coletivas com mídias livres – e com isso a busca por autonomia e poder de criação no trato com os objetos técnicos ficou comprometida. O texto de apresentação da segunda edição do festival Submidialogia, realizado em Olinda, no ano de 2008, indica a centralidade que essa problematização passou a ocupar entre os agentes dessas ações coletivas. O

encontro, aliás, teve como mote a necessidade de fazer com que as idéias voltassem a ser perigosas:

Há alguns anos, os elementos (idéias, concepções, práticas, pessoas) que compõem a hoje difundida Cultura Livre, foram apropriados tanto pelo burocrata quanto pelo capitalista. Os que antes fizeram uso das tecnologias e meios disponíveis para criação de ações que proporcionassem o debate sobre novas perspectivas de arranjos sociais possíveis (conseguidas por ferramentas como licenças livres, redes de comunicação, softwares de código aberto), hoje são digeridos pelos velhos aparatos e mecanismos sociais que uma vez utilizavam e questionavam, participando, muitas vezes inconscientemente, apenas de um "treinamento sócio-profissional" para que venham a ocupar as mesmas funções estabelecidas pelos até então mantenedores de um sistema que está distante do que imaginamos como um agrupamento humano possível, muito menos livre.

Além disso essa "classe do novo" apresenta-se com dificuldades para difundir práticas e idéias quando este trabalho se distancia de elementos urbanos, tecnológicos, contemporâneos e de concepção metropolitana, deixando uma lacuna na possibilidade e uma superficialidade na potencialidade transformadora dos meios disponíveis. Este fato liquidifica a força das idéias, fazendo-as servis também àqueles que elas combatem. As dinâmicas se tornam mais banais, fáceis de serem absorvidas pela escravidão do trabalho e da racionalidade.

SUBMIDIALOGIA#2 - SUBVERTENDO A MÍDIA EM RECIFE E OLINDA

Em certa medida é possível identificar em várias das reflexões produzidas pelos agentes das ações coletivas com mídias livres a constatação de ornamentalidade da produção cultural, claramente sobredeterminada pela esfera política.

As vanguardas atuam com os mesmos dispositivos tecno-comunicacionais que as forças reacionárias, com a diferença que as últimas são muito mais poderosas, não têm interesse na livre distribuição dos meios de produção e criação de acesso, impedem que o movimento se expanda devido a interesses econômicos. Dessa forma se reduzem grandemente as formas de aplicabilidade de certas ações ativistas/militantes, que ao contrário de terem espaço para expansão, são submetidas a pequenos guetos econômicos ligados a projetos de governo, alguns círculos de financiamiento empresariais, e propostas altruístas facilmente interrompidas. Como seu objetivo não é gerar capital, sobrevivem de sobras de capital, ou investimentos menores do que necessitariam para proliferação de suas práticas.

As posturas políticas das redes ativistas /militantes são capazes de gerar muito sofrimento; devido insistente e cotidiano combate, suas vidas podem se tornar facilmente insustentáveis, enlouquecedoras. Como nem sempre se pode resolver essas situações de forma justa, e as responsabilidades da vida vão exigindo novas posturas, o mais comum é que rearranjem suas vidas de acordo com as possibilidades oferecidas pelo próprio sistema de mercado e controle.

BORGES E NOVAES, 2010

A própria idéia de hackear o governo, no sentido de subverter as políticas de Estado, tão cara a Cláudio Prado, que seduziu muitos dos articuladores e ainda hoje enquanto escrevo, é acionada pelos novos agentes das ações coletivas com mídias livres, expressa a despotencialização dos discursos, metodologias e práticas associadas a uma cultura livre. Paulo Lara identificou e expressou bem essa domesticação:

Vincular esse conceito a uma transformação por dentro, que eu acho que é o que o pessoal quer dizer quando usa esse termo, é ilusório e fantasioso. É um pouco o conceito que a mídia tática tem de acompanhar os fluxos do poder. Que dizer, "não somos mais aquele ente de oposição. A gente se infiltra nos caminhos aberto pelo Poder a fim de encontrar brechas e rachas e poder penetrar por elas". Eu acho que isso tem um problema, porque você acaba acompanhando de qualquer maneira, a lógica, o sentido, a determinação que não só o poder como também o Estado tem. Eu acho que o principal ponto é que você pode entrar no Estado para fazer algumas políticas pontuais que você acha importantes, ou que eventualmente não é do conhecimento do Estado, ou então que ia contra alguns dos discursos ou das políticas do Estado... Isso é uma coisa. Que tem muito mais a ver com uma realização pessoal de um pequeno grupo. Outra é usar um conceito deslocado que é o conceito de hackeamento ou de hackear por uma expressão tão bem sedimentada como o Estado e achar que isso dá um impulso para as suas próprias políticas radicais, quando na verdade o que acontece é uma domesticação. O hacker passa a ser pedagógico.

PAULO LARA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA POR SKYPE, 13 DE NOVEMBRO DE 2008

Ainda Paulo Lara:

Então acontece uma certa captura por parte das políticas públicas e por parte do estado dessas situações mais orgânicas, que são nascidas nos movimentos sociais, grupos de interesse, que têm uma potencialidade radical gigantesca, mas que são razoavelmente amansadas em função de trabalho, empregos, de uma certa expectativa grande de mudança. Então você não está mais trabalhando como você disse aí com micro-políticas localizadas, etc. É uma visão mais ampla, vc está trabalhando com políticas públicas, são 600 pontos de cultura, 5 mil pontos de presença Gesac, e isso vai gerando esse processo de captura do estado e de certa maneira um esvaziamento da criatividade dessas políticas radicais que poderiam ser mais localizadas e poderiam estar sendo trabalhadas melhor se é que houvesse condições para isso, estrutura para isso.

PAULO LARA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA POR SKYPE, 13 DE

NOVEMBRO DE 2008

O debate em torno do Prêmio Pontos de Mídia Livre[180], anunciado via edital pelo Ministério da Cultura, evidenciou bem o estatuto da crise conceitual e programática dos coletivos de artistas e comunicadores e pessoas que integraram as ações do Governo Federal nessa seara. Esse debate foi mencionado no Capítulo 4. O que há de mais relevante nessa discussão é, **por um lado**, a argumentação que denuncia o esvaziamento conceitual (político filosófico do modelo de agenciamento elaborado para o Cultura Digital) associado à contradição que o Prêmio Pontos de Mídia Livre representa.

Por outro lado, o debate sobre o edital dos Pontos de Mídia Livre suscitou a questão da autonomia e da necessidade de políticas de Estado de longo prazo para a comunicação pública: nesse sentido, o prêmio foi interpretado como um reconhecimento pontual às iniciativas de mídias livres, realizado por um Governo que se sensibilizou com a questão da concentração da produção social imaterial. Mas que não oferece garantia de continuidade em outro Governo. Tais debates convergem no questionamento sobre o sentido das ações coletivas com mídias livres, e que foi bem expresso da seguinte forma:

Acho que a questão não é tanto competir ou não pelo edital (isso porque tem competição, ainda se fosse apenas uma concessão de verba, e não um edital de competição...) mas como se dá o movimento de mídias livres? Como está nossa real luta, nossa real autonomia, nossa real relação com as comunidades onde estão inseridas? como seria um mídia realmente batalhadora, que observasse a realidade ao seu redor e agisse nela de maneira revolucionária? Que de fato se propusesse à transformação social, independente disso ou daquilo.
Então eu lhes pergunto: Como é o projeto e a ação de uma mídia livre? De uma mídia que busca relações de autonomia entre seus integrantes e entre o local onde está inserida? Como é uma mídia que propõe relações de incentivo às singularidades e às coletividades sem dominação e a não aceitação das relações de poder e centralização? Como é uma mídia livre que pensa e age a longo prazo? Como é uma mídia livre que questiona o papel do Estado na organização social, como agente de centralização do poder, de elaboração equivocada das leis, de gerenciador opressor

180 O Ministério da Cultura (MinC), representado pelas secretarias de Programas e Projetos Culturais (SPPC) e de Articulação Institucional (SAI), lançou, durante o Fórum Social Mundial, em Belém (PA), em janeiro de 2009, o edital para o Prêmio Pontos de Mídia Livre, que concedeu naquele ano 60 prêmios, tanto para projetos de repercussão nacional (R$ 120 mil) quanto estadual (R$ 40 mil). O investimento total foi de R$ 3,2 milhões.

das singularidades e coletividades? Ou seja: a questão é: como as mídias autonomas se relacionam com o Estado?
Do Estado temos sim que reivindicar o que é nosso. Mas como? Reivindicando prêmios para projetos que deveriam ter políticas públicas consistentes que as apoiassem? Projetos temporários que se submetam a editais temporários ainda vá lá, e disso muito vivem os artistas como eu bem sei. Mas projetos permanentes deveriam reivindicar políticas permanentes. Projetos permanentes deveriam e estão se desenvolvendo através de sua luta permanente. Prêmios para mídia livre,..., é quase como um prêmio para saúde, onde ganha que estiver mais doente..ou melhor, quem, mesmo muito doente, estiver conseguindo fazer alguma coisa de útil, de propagandístico, algum doente que seja realmente livre. Não que estejamos doente, mas foi apenas uma metáfora de comparação.

DANI ALVARES, **EM EMAIL ENVIADO PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, EM 7 DE FEVEREIRO DE 2009**

Assim, a condição de práticas associadas a classificações, localidades, normatividade não apenas contrariou os princípios daquele programa político que tentamos interpretar. Essa condição passou também a ser entendida como responsável por sua despotencialização. Nesse sentido, pode-se interpretar que o espectro de uma atuação ornamental, artificial, sobredeterminada pela esfera política institucional, passou a assombrar os espaços onde as metodologias, discursos e orientações filosóficas submidiáticas influenciaram políticas públicas de apropriação críticas de tecnologias da informação e comunicação. O intimismo que se reflete a partir daí re-edita a figura do intelectual cooptado, cuja produção anódina e acéptica não ameaça com a crítica o Governo ou as ordens da sociedade. Pois sabemos que a apologia das criações artísticas e/ou intelectuais criadas à sombra do poder acontece de forma indireta e tem seus limites, ao mesmo tempo, definidos pelo acordo tácito de que os fundamentos do poder estatal, do Governo atual, da sociedade capitalista e de seus valores não serão contrariados na base, na essência (COUTINHO, 2005).

Apoiada no desenvolvimento e barateamento de tecnologias da informação e comunicação, sobretudo nos anos 1990, dos novos processos de licenciamento de obras artísticas e fomentados pela falta de canais de produção e consumo de bens culturais, o Estado brasileiro sofreu nova pressão[181]. Assim como sofreu pressão

181 Com isso, quero fazer entender que a formulação da Ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva não acontece apenas por obra e graça da sedução de Cláudio Prado, mas por causa do arranjo

noutras fases de sua história, e soube se re-articular para fazer/operacionalizar mudanças demandadas socialmente, mas sempre sobre seu controle. O terreno da organização da matriz nacional-popular da cultura brasileira tem sido um lócus da intervenção do Estado no governo Lula. E a apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação representa um relevante front dessa intenção. É possível, entretanto, identificar aspectos de conciliação pelo alto no que se refere ao uso dessas tecnologias, de conceitos, metodologias e programas desenvolvidos de forma autônoma (fora das ordens comercial e estatal) como instrumentos para a socialização da política.

Diante desse quadro, ganharam força duas linhas de posicionamento diante das intervenções e dos objetivos do mercado e das esferas políticas institucionais sobre as ações coletivas com mídias livres. **Uma delas** confirma e abraça a herança irracionalista e romântica precedentemente indicada. E aí a academia – identificada como outra instância de apropriação de conceitos, métodos e conhecimentos –; as esferas políticas institucionais, onde se dá o embate por mudanças nos marcos legais relativos à economia política da comunicação e dos bens simbólicos[182] –; o sistema midiático comercial – através do qual se poderia ganhar visibilidade e influenciar as decisões nas esferas políticas institucionais –, são desconsiderados como campos possíveis de atuação e de luta por espaço. E são associados à autoridade, controle e exploração.

A dominação cultural é um efeito de longa data, que se move de forma subterrânea. Antes mesmo do capitalismo, já existiam os problemas relativos às raças, às castas, ao gênero, determinantes e perpetuados na formação da sociedade tal qual ela é hoje. Valores que são introjetados e, conscientemente ou não, reproduzidos. O ***Estado*** *é, sem dúvida, um dos principais meios de dominação política do capitalismo, através de exércitos, polícias, escolas, legislaturas, geração de empregos, construções faraônicas, cooptação de ativistas e militantes, manutenção de sistemas*

histórico que o tornou possível.

182 O Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei no. 4.117/62); a Lei no. 9.612 (institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.); Lei no. 8.977 (dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências.); o Decreto 52.795/63 (aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão); a Lei no. 4.117/62 (institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); e, no que se refere à economia de bens simbólicos, a Lei 9.610/98 (que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais); a Lei 10.695 (que prevê as punições em caso de violação de direitos do autor); e o Decreto 5.244 (que dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual).

corporativos, etc.

Obviamente este não é o único, nem o maior ou mais eficiente destes meios, que também é fortificado por instituições como as igrejas e a família, autônomas em relação ao primeiro, com seus próprios mecanismos de decisão e controle, onde cabe ao patriarcalismo gestionar as normas entre os macro-sistemas.

Ubíquo, o capital neoliberal global é conjurado em entidades como a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), os Tratados de Livre Comércio (TLC), como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), o Convênio de Diversidade Biológica ou a CNTBio, no Brasil, dentre muitas outras.

Os meios de comunicação de massa são também parte constituitiva do poder capitalista neoliberal. Estes detêm hegemonia na produção, manipulação, circulação e difusão das informações. Têm o poder de determinar a opinião pública e, quando em discordância com o estado, subordina-o a seus próprios interesses. Constroem as regras do jogo. E o jogo. Têm autonomia sagrada de funcionamento e funcionam de acordo com o lucro e poder. Operam a dominação a partir de duas coordenadas: a cultural, na reprodução dos valores, modos de vida, preconceitos; e a política, cotidianamente alterada através da informação.

SUBMIDIALOGIA #3 – TEXTOS NÃO OFICIAIS

WANDERLLYNE SELVA, CARTAS VINDAS DO ACRE, 18 DE OUTUBRO DE 2004.

Um certo isolamento e uma negação de que aquelas instâncias (academia, esferas políticas institucionais e o sistema midiático comercial) possam ser úteis aos heterogêneos objetivos das ações coletivas com mídias é acompanhada da perda da matriz social dos conflitos que opõe o modelo hegemônico da economia de bens simbólicos e o modelo não-comercial de produção, circulação e fruição de informação, cultura e conhecimento no capitalismo tardio.Um exemplo dessa perda da matriz antagonista foi bem exemplificada num diálogo entre dois integrantes da Lista Submdialogia, que adotaram respectivamente os nomes/identidades ‘Submidia Logia’ e ‘Cibercultura e Rede’:

Submidia logia
tecnofagia

proponho aqui uma conversa das mais vorazes. uma que eu devoro e outra em que sou devorado.

penso que uma idéia seja uma granada. e que se for uma despretensiosa é capaz de mudar sua vida para todo o sempre.

somos muitos. dentro de nós há vozes antepassadas.

--

mairabegalli: *ola*
eu: *oi tudo bem*
te aceitei aqui
mairabegalli:*oi tudobem!*
eu vi
eu: *vc nao sabe quem sou eu*
nem eu sei quem é voce
mas estamos aqui
mairabegalli: *eu nao preciso saber*
eu: *temos algo em comum nesse espa*
espaço
idéias são o que nos liga
mairabegalli: *eu sou uma interface, apenas.*
eu: *eu tambem sou uma interface apenas*
na verdade, esse apenas soou, mais da minha parte, como pouca coisa
cada interface um nó
estes nós são descentros
Enviado às 13:03 de sábado
mairabegalli: *celulas pulsantes*
quer ver uma coisa legal?
Eu: *me mostra*
mairabegalli: *vou mandar por email, o cque vamos lancar na segunda*
pelo meta
os cadernos sazonais
que vao comecar a documentar e externalizar a producao da rede
vai por email
eu: *ótimo. manda.*
mairabegalli: *foi*
eu: *entra aqui e toma conta deste corpo*
eu vou sair
mairabegalli:*veja antes de sair*
entro sim
*beijo, bom final de semana ***

Cibercultura e rede
.///>

.>/ ataque e-meiodi'atico.

:::as vezes acredito no que me dizem, as vez nem percebo quando sou enganado. . . ... : ..

<?! o autor é necessário?

. . . . (apenas pra fazer a obra)

"""...: .vou queimar o meu nome. delete se

he(i)ndrix

Submidia logia
ow figura de caracteres e imagens. pretende saltar que idéias?

creio que vai fazer algo na prática, mas o que?

conta para os nós.

Cibercultura e Rede
****-<*

,como nas igrejas evangélicas, universal e genéricas, vou me utilizar das forças superiores para mover estas almas, presas neste mundo. . . . .::::::::::: . ..

>>> . !! passarei uma semana anotando os nomes de genios que deixaram obras na terra. poéticas, revolucionárias, marcantes, históricas anoto cada nome em um papel, ritualísticamente. um por um como quem lembra dos familiares na hora das rezas. . .:..
. . . .
' junto tudo em pequenos montes em torno de uma fogueira.*
. . .: :.

<.! cremo o papel, como quem crema o corpo a ser entregue ao mundo de volta. e alimentá-lo em cinzas. queimo os papéis todos. juntando tudo que há de força grandiosa e inteligente.!! liberto deste mundo material, estas almas, livres do copyright, da posse da info. agora podem partir e deixar o que fizeram ser por ser sozinhos, flutuantes e livres.

.. . . : .. : . . . // as idéias tem vida própria. deixem-nas viver. e morrer se. delete se.

Submidia logia
não sei se é válido. poderia pensar assim de maneira transversal?

coisas que venham de outros mundo intocáveis para o igualmente digital?

de que mundo estamos realmente tratando?

Cibercultura e Rede
::::>>>> > . . ... . > > >. . .
>. .:.
.. . .>estou falando igualmente do mundo das idéias, platônico.
. . . . :: . .:
e aqui em especial do mundo aqui terreno em que tudo são cópias. . . . . ::.>>

CYBERONTOEPISTEME.

Submidia logia
gosto da idéia de mundo das cópias

Cibercultura e Rede
, universais só as almas que carregam multivozes transculturais arraigados nos entrelaçamentos de DNA .. . . :..

.. . .::::: . . . . >a mensagem flutua, se retraduz, se reinventa. persiste no tempo.

!! e de resto o que temos no purgatório terrestre são as cópias. . . . .::. . .

<< palavras se repetem a todo momento. imagens. a contra-parte da imagem é a mente. os particulares somos nós vendo o mundo . . … . :::::: .. . . >. . .

,, por isso uma inversão do poder midiático, se a msg final necessita dos olhos que veem, entao me aluguem os olhos. ou as telas. << . ...: . . . .

- - a diversidade e propagação da cultura está ligada a cópia. a referencia. ao antes. . . . > . . . . . . :: . .

a doxa é o essemble científico. . . . . :; . . .

Submidia logia
“Não se deve pensar em termos de primeiro e terceiro mundos, mas de transculturação. A antropofagia oswaldiana é encarada por Haroldo como pensamento da “devoração crítica do legado cultural universal”

Não uma submissão (uma catequese) mas uma transculturação; melhor ainda uma “transvaloração”: uma visão crítica da história como função negativa (no sentido de Nietzsche), capaz tanto de apropriação como de expropriação, desierarquização,

desconstrução. Todo passado que nos é "outro" merece ser negado. Vale dizer: merece ser comido, devorado

Assim, plágio e originalidade são termos vazios de sentido. O canibalismo cultural de Haroldo de Campos vai além do canibalismo combativo de Oswald. Ele é um modo de compreender todos os tipos de combinações e os processos tradutores. O canibal marginalizado de Haroldo de Campos torna-se, segundo Guldin o "reciclador universal de uma civilização planetária politópica e polifônica

Cibercultura e Rede
. . . . >> insinuas que comemos a modernidade? ..: : : >> >.

. : :. . . ah brasil seja vanguarda pro mundo. grande laboratório de linguagens . . . . <<< <

>>>> .. . . . ::. . .:. .hibridismos culturais e remixes.

Submidia logia
percebo uma teo-cnocratização no seu discurso. isso pode ser ponto falho ou grave.

Cibercultura e Rede
.: . .> . >. >>> > !quem sou eu já não sei mais.

. . . . : : :: :::: :: > >> > que culpa tenho de viver esta época.

// partilhamos de um sentimento em comum. da novidade e da instabilidade. a máquina fez isso. como fugir deste endeusamento. sigo as coisas mais pelo coração do que pela razão. . . . . e junto disso reporto-me ao transcendente. tudo, aliás, é a ponta de um mistério. inclusive, os fatos.
. . . .:.... o vulto ligeiro de tudo.

/ /.. .. ..:: > >> isso aqui na máquina como em qualquer coisa é o que se apreende do inexplicável. .. . .::... ..: : . . ::: >> :...

Esse diálogo continua por várias páginas.

Em relação ao 'conhecimento institucionalizado' e aos espaços e sujeitos acadêmicos, o sentimento é ambivalente – inclusive porque muitos dos integrantes das listas e artífices das ações coletivas estão com projetos de pesquisa em universidades em andamento. Esse sentimento oscila, pelo que foi observado presencialmente, nas entrevistas, encontros e no acompanhamento dos debates nas listas, entre o desprezo e

aversão total ao mundo acadêmico, identificado como mais uma instância de dominação e opressão, de micro-poderes institucionalmente chancelados; e uma outra visão que procura amenizar essa interpretação, creditando às universidades como espaços de luta ideológica que precisa e pode ser ocupado, e onde propor agenciamentos. Novamente, não é fácil a separação, nas discussões observadas, dessa ambivalência na forma de textos, dado o caráter altamente disperso com que os comentários que exprimem esse ponto de vista apafecem. Mas, entre os dias 1 e 6 de fevereiro de 2008 uma discussão a propósito do artigo "Os intelectuais e o truque da mistificação mútua", do psicólogo Ézio Flávio Bazzo, enviado para a Lista de Discussão da Rede Metarreciclagem, concentrou essas duas tendências.

O artigo acusa a existência de "uma visível conivência, um corporativismo militante e uma cumplicidade incondicional", entre os intelectuais acadêmicos, aos quais se refere por "aqueles sujeitos que possuem um conhecimento mediano, que falam idiomas e que sabem recitar Adam Smith, Marx ou Santo Agostinho". Explica que em um "planeta praticamente dominado por brutamontes e especialmente num país cuja população básica é de analfabetos", não deve causar surpressa se essas pessoas sejam identificadas a pequenas dividades, gênios, estadistas, intelectuais. O texto ainda ataca o que chama de "corporativismo militante e uma cumplicidade incondicional" às trocas de favores na forma de viagens, bolsas, citações, referências e reverências, publicações entre intelectuais acadêmicos. "E assim, numa espécie de ping-pong pederástico, esses sabichões vão driblando as massas distraídas e sugando até o último centavo dos cofres nacionais e internacionais, supostamente destinados aos programas científicos e culturais", diz o texto.

Um dos integrantes da Lista reagiu escrevendo:

> *até quando a academia irá precisar dos "furúnculos da sapiência" em seu "ping-pog pederástico"??? eu diria: sempre!!! é este esquema que banca todo o"espetáculo nas esferas da diplomacia-vaselina e da politicagem mais vomitiva".*
>
> *é assim que eles se consideram "cumprindo sua missão"...?*
> *quanta inocência, Meu Deus...*
> *me inclua fora dessa, e dê uma luzinha na cabeça deste povo, por favor!!!*
>
> *entre tapinhas nas costas e sorrisinhos amarelos, assim caminha a humanidade...*
>
> **CHICO SALES, EM EMAIL PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, EM 1 DE**

FEVEREIRO DE 2008

Ao que respondeu a produtora cultura Elenara Eiabel, integrante também da Rede Metarreiclagem:

Fico muito feliz em ler tua resposta, mas, os furunculos não estão só na academia... estão em todos os postos de poder, aparente, ou não... as vezes acho que por puro medo... aquela coisa de manter distante tudo o que ameaça..

Eu aprendi a não depender de aceitação do status quo. Não sou uma senhora, embora tenha 45 anos. Sou da geração que anda de tênis e camiseta, com cinquenta anos, a geração que andou "sem lenço e sem documento" pelas madrugadas dos bairros onde haviam bares nos quais se debatia, abertamente, como poderíamos derrubar a ditadura. Mas alguém tem que começar a falar as coisas como elas são. Entende?

Esse argumento de que "acadêmico" é merda só serviu pra refrear a resistência no interior das Universidades. Porque os do mal tão cagando pra crítica à academia. Os que são bosta na academia são da mesma natureza moral dos que são bosta em tudo quanto é lugar. Os bosta tão a fim de grana e poder e nem tão aí pra nenhum argumento lógico e sincero. Combater a academia em sua natureza, só fortalece os bosta dentro desses espaços!

Todos, veja bem, todos os bons intelectuais que estão lutando contra o APOCALIPSE, estão ou dentro ou vinculados lateralmente à academia.
Vc é um intelectual autodidata vinculado à academia, de um certo modo.

não posso me alongar, hehehe, tenho que arrumar as coisas prá subir prá ferrugem... espero que entenda que estamos conversando, né?

besos

lele

ELENARA EIABEL, EM EMAIL PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, EM 1 DE FEVEREIRO DE 2008

Outra fala do primeiro integrante dizia o seguinte:

engraçado tudo isso!
me formei em abril passado. fiz comunicação com habilitação em radio e tv na UFPB, e nesta semana ui pegar meu diploma, e vi que eles erraram e colocaram jornalismo. deixa queito!n tem pra quê mudar...

e eureka! percebo que a universidade funciona à base de 3 elementos básicos, como

toda e qualquer instituição burocratizada brasileira: papel, carimbo e rubrica! e o resto? pouco importa! o que vale é um pedaço de papel carimbado e rubricado, e solamente. é tudo uma farsa!

e onde fica o conhecimento em meio isso tudo? importa menos ainda... fica encarcerado nas salas, nos laboratórios, e em [pseudo] grupos de estudo.

e em dois outros momentos da minha pisoteada "vida acadêmica" me deparo com situações que foram uma mistura de celeiro das vaidades com um nojento teatro dos horrores. o mais autêntico espetáculo do grotesco! enfim... aprendizado sempre. só n quero fazer parte disso!

de certa forma, creio que se esta estrutura falida dá algum suporte financeiro para não cairmos na armadilha do mercado de trabalho, que venha a nós o vosso reino. mas com a cautela e com senso crítico apuradíssimo de que o que rola na real é exatamente o que diz no texto abaixo: tapinhas nas costas e sorrisos amarelos, nada mais...

CHICO SALES, EM EMAIL PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, EM 1 DE FEVEREIRO DE 2008

A mesma Elenara respondeu:

em primeiro lugar: porque universidade? destaco simplesmente que esta constitui, na sociedade contemporanea, um dos aparatos ideológicos de Estado de maior significação. Como tal, constitui um "lugar" privilegiado de luta ideológica; nele se expressam as distintas correntes (e também matizes) que se enfrentam na formação social de cuja superestrutura institucional a universidade toma parte. Assim mostrara os acontecimentos de maio de 1968 em Paris; assim apareceu com claridade e violência progressivas, através de toda américa latina.

em segundo lugar: o conhecimento adquirido nas universidades é um conhecimento desligado da realidade que não interessa aos trabalhadores, quem é adestrado ou instruído ou com esse adestramento criou uma nova articulação do conhecimento terá um lugar no sistema de produção pois conhecer significa dinheiro e conhecer significa poder. Por isso nem todo conhecimento deve estar em mãos de todos.

Existe um saber dominante e um saber dominado. Tomemos, sem intuito de estabelecer uma criteriologia de classificação dos saberes, o saber produtivo, isto é, o saber que possibilita a elaboração de mercadorias comerciáveis. Este saber sofre dois movimentos que integram sua natureza: o movimento de massificação e o moviemnto de especialização; e o saber teórico ou especulativo, no sentido clássico do termo, não somente é normativamente controlado, como, também, na medida em que é ideológico, ocupa o lugar de controlador. para que esse saber seja desenvolvido na ordem e na disciplina é preciso que ele lance mão do grande saber do poder que é o saber burocráticvo, isto é, o saber de impantar, desenvolver e

corrigir instituições e procedimentos que controlam impessoalmente as ações e posições sociais das pessoas que são dependentes dessas instituições ou procedimentos.

a simbiose oficial entre o saber teórico e o saber burocrático é tão evidente que nas instuições onde ele se processa, o poder real é exercido pelos detentores do saber burocrático, pis eles serão os representantes da burocracia estatal dentro da instituição pública ou os controladores da infra-estrutura economico-financeira nas instituições particulares. assim o saber teórico, que pode parecer independente à primeira vista, é dependente na realidade; que pode parecer neutro aos menos avisados, é comprometido em termos de produção e produto.

prá terminar, eu fui me inscrevi para o vestibular do ipa em biotecnologia, fiz a prova, passei, uh!uh! o detalhe é que somente oito pessoas se interesasaram pelo curso e o ipa botou todos em ciencias biologicas pois com apenas oito alunos, biotecnologia não daria lucro.

ELENARA EIABEL, EM EMAIL PARA A LISTA SUBMIDIALOGIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2008

Num movimento semelhante de desnecessidade do público (do Estado) as políticas radicais de mídia parecem colocar em prática a forma das elites realizarem política no Brasil – no dizer de Francisco de Oliveira (2000), a formação da sociedade brasileira é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, que, a depender da interpretação ocorre como patrimonialismo, revolução pelo alto: anulação da política, do dissenso, do desentendimento. É claro que a relação é desigual. A violência imposta pelas elites é ínegável e terrível, o que se coloca como semelhante é a não disposição ao desentendimento, é a negação do outro embora saiba do outro, é a negação da disposição a negociar políticas e assim fazer política. Esse aspecto, também disperso, pôde ser observado presencialmente, nos encontros dos quais participei em Olinda (2007), como observador e em Lençóis (2008), como observador participante.

O aspecto suscitador, criativo, a posição brincante, lúdica, erótica que permeia e insufla as experiências de apropriação crítica de tecnologias da informação e comunicação se rende, nesses casos, a um imobilismo e a uma crítica vazia.

Quer dizer, a gente foi incapaz de pensar o nosso próprio desenvolvimento. Com isso, a gente cada vez dá mais importância a esses lobbys e pra essas questões que são impostas externamente pelo lucro do capital. E aí você pega alguns grupos, culturas,

filiações partidárias, mais progressistas mas que pensam em redigir as nossas próprias leis achando que o Estado brasileiro vai se regular em termos de leis mais progressistas. Cê falou de visibilidade... Quem é que tem visibilidade em termos de ação social? É o Criança Esperança? Visibilidade em termos de ação social é quem tem esses equipamentos hegemônicos de comunicação e de propagação de uma ideologia específica. Eu não vejo grande importância para as políticas radicais, para a política crítica e a cultura política dissso ser disseminado e de convencer a chamada opinião pública. Nesse caso ela não é pública, né? Ela é direcionada ao público. Não é feita pelo público. Então, quer dizer, eu não vejo tanta importância para uma cultura política dos meios de comunicação visarem nem redação de lei nem publicidade, entendo publicidade de uma form geral. Acho que o caminho é por outras áreas. Você pensa por exemplo os movimentos sociais organizados como o MST, por exemplo, que não só não estão em voga na opinião pública como são ostensivamente atacados pela opinião pública, mas que fazem uma diferença gigantesca na balança das relações sociais. Mire-se no exemplo nessas organizações populares que fizeram isso sem a necessidade e o interesse de uma visibilidade pública gigantesca o que efetivamente não é pra acontecer, se é quiser fazer uma política realmente radical. O máximo que você vai ter é duas ou três palavras no jornal sobre falar(?) política de estado, só que isso não é política pública e aí a gente volta praquela questão. Pode até falar bem dos Pontos de Cultura, mas tão falando disso enquanto um conceito do Estado e como algo que dá dinheiro pra determinadas empresas de tecnologia, que serve(m) à lógica do capital. (Em termos) de política radical eu acho que o caminho é outro, não é nem criação de lei e nem visibilidade pública.

PAULO LARA, EM ENTREVISTA CONCEDIDA POR SKYPE, 13 DE NOVEMBRO DE 2008

A outra perspectiva anota uma tendência de amadurecimento do programa político que busca uma cultura livre a partir de reflexões como aquela acima, de Dani Alvarez, e essa de Felipe Fonseca. Nas duas, o questionamento da razão dessas ações, do porquê se mobilizar.

A onda de "trabalhar para o governo" pode ter atrasado em alguns anos o desenvolvimento de mecanismos públicos - abertos, com tomada de decisões seguindo com critérios claros, prestação de contas visível a todos os possíveis interessados. Não acho que poderia ter sido de outra forma - "hackear o governo" era uma alternativa possível frente à imobilidade geral das coisas há alguns anos, e um grupo de pessoas resolveu agir. Mas talvez agora esteja na hora de retomar o debate: como fazer para estimular inovação social, política e tecnológica fora da estrutura asfixiada dos canais competentes? Como apoiar o estabelecimento de estruturas autônomas de pesquisa e desenvolvimento, sem cair no usual campeonato de burocracia, em que ganham aquelas organizações mais conformadas ao funcionamento (e às estruturas de poder) do terceiro setor, do mundo acadêmico, da política de editais e tudo mais?

(FONSECA, 2008 p.6)

A tendência de amadurecimento é indicada na confirmação da proposta dialético-racionalista para a cultura inspirada por Gramsci[183], casada ao abandono das tendências mais irracionalistas e românticas anotadas aqui.

A desestruturação do complexo informacional-comunicativo comercial, a pulsão por "fazer explodir o modelo de mass-media", a necessidade de desenvolver e disseminar dispositivos capazes de provocar ou acelerar um processo de desestruturação do sistema midiático, elementos herdados e que podem ser rastreados até os movimentos contraculturais da década de 1970, dão lugar a uma programática mais realista e por isso mesmo mais revolucionária: concentrar-se em reagenciar e refinalizar os objetos técnicos é uma dessas possibilidades. Para tanto, é colocada em prática aquela perspectiva diante do objeto técnico, segundo a qual este não é um determinismo, uma sequência irremediável com implicações técnicas, estruturais, linguísticas e funcionais. Os dispositivos são pensados e manipulados tendo em vista as possibilidades do agenciamento sócio-técnico que toda máquina de comunicação possui. Há uma predisposição (não uma implicação automática) nos objetos técnicos comunicacionais para induzir a passividade dos seus usuários. Encarar tais ferramentas como dispositivos passíveis de re-agenciamento implica em liberar o meio dos efeitos de semiotização produzidos por sua utilização social hegemônica. É a distinção entre dispositivo e automatismo (SIMONDON, 1964 e 1989a), o que torna possível a prática de comunicação independente. Se os agenciamentos técno-mediáticos funcionassem única e exclusivamente como automatismos, tal não seria possível. Portanto, a perspectiva dessa linha das ações coletivas com mídias livres é um desafio ao determinismo – e não somente em relação ao uso dos objetos técnicos[184]. É por essa

183 Essa aproximação nem sempre é um fator de autoreflexão pelos agentes, menos ainda em termos das categorias, conceitos e vocabuário gramsciano.

184 Relembro aqui os versos da música 'Acredite em suas ações' pela sua capacidade de sintetizar a busca pela quebra da enganosa obviedade: Tem gente que sonha/ Criar o que lhe parece/ Fazer com que as coisas sejam/ De um jeito que ninguém viu/ E vive sonhando/ Pensando matutando/ Tentando encontrar um jeito/ De mudar a situação/ Aproveitando esse registro expandido/ Eu lhe digo meu amigo/ Você muda opiniões/ Modificando aquilo que está ao seu lado/ Você muda o mundo todo/

razão que as experiências mais alvissareiras das ações coletivas com mídias livres colocam as formas alternativas de conteúdo no mesmo status de importância de atacar os agenciamentos, as interfaces, de reagenciar e de refinalizar o objeto técnico – trata-se de encontrar e aproveitar as linhas de fuga que permitem subverter o uso e os objetivos mobilizados pela indústria dos bens simbólicos, subverter a estrutura de funcionamento que rege os dispositivos de comunicação, reagenciando os elementos constitutivos do processo de produção de bens imateriais: informação, cultura e conhecimento.

Nunca o uso da ironia, o desvio das concepções hegemônicas sobre como devem funcionar os canais televisivos, radiofônicos, digitais, impressos, entre outros, e sua correspondente descompartimentação conceitual foram tão necessários – porque nunca o complexo político-industrial de bens simbólicos viu-se tão desafiado. Assim, o reagenciamento cognitivo consite em reconfigurar o processo produtivo de informação, cultura e conhecimento através da introdução do desvio, da ironia, da descompartimentação de categorias e classificações. A potencialidade radicalmente revolucionária do programa político das ações coletivas com mídias livres está na expansão desse reagenciamento a outras categorias e práticas.

Portanto, ele também se estende àqueles direitos, geralmente monopólios, outorgados de forma artificial por um Estado ou por algum tipo de marco jurídico internacional, sobre aplicações ou expressões de idéias, por um prazo limitado de tempo[185] – e essa subversão deve ser entendida não no sentido de infração das leis correspondentes, mas no sentido suscitador (de uso de regulações) que subvertem a lógica daqueles marcos jurídicos. O que orienta esses 'marcos jurídicos alternativos' é a possibilidade de que as obras criadas sob tais designações normativas possam ser modificadas, distribuidas gratuitamente, copiadas, remixadas a outras obras, etc.

Neste caso, são transpostos para o terreno da cultura práticas e normatividades

---

Acredite em suas ações.

185 Uso essa expressão, menos direta, ao invés de 'propriedade intelectual' porque esse termo pretende resumir, sob um mesmo rótulo, mecanismos jurídicos de natureza diferente que dificilmente poderia ser assimiláveis entre si, e muito menos ao conceito de propriedade (Busaniche, 2007, p.21). Além do mais, o uso da palavra 'propriedade' naturaliza essa relação de exclusividade, que é na verdade artificialmente condicionada.

ensejadas pelo movimento do software livre[186]. Estas licenças estabelecem uma relação entre o autor (ou autores) e a produção imaterial que não constrange terceiros que venham a usufruir destes bens simbólicos. E trazem considerável contribuição para o debate sobre a disponibilidade de bens culturais para mero usufruto ou apropriação.

> A essência da licença GPL é valer-se da Lei de Direitos Autorais para impor alguns valores ortogonais aos tradicionalmente associados ao ``copyright". Valendo-se de um trocadilho intencional a GPL, também chamado de ``*copyleft"*, visa assegurar que um programa de software possa ser livremente copiado, distribuído e alterado. A licença visa também impor restrições para garantir que esta cadeia não possa ser interrompida. Tais objetivos só podem ser conseguidos com a total disponibilidade do chamado programa fonte. A licença inclui a cláusula de que o programa fonte original ou os programas fonte de quaisquer alterações que nele se originaram não podem ser ocultos. Ou seja, esta licença estabelece uma filosofia de programação de computadores baseada na livre disponibilidade do programa fonte. (SIMON, 2000).

Estabilidade e segurança dos softwares abertos são reflexos da prática irrestrita e incentivada pela licença de uso da GPL. Prática essa que estava em contradição com o modelo das indústrias de software na época em que a GPL teve sua primeira formulação (1989)[187]. A GPL expressa uma metodologia de produção em que o produto final é socializado entre os sujeitos que fizeram parte do processo e também aos sujeitos que não estavam integrados e nenhuma das fases desse processo. É intensamente baseado na contribuição que os sujeitos envolvidos podem trazer para o processo e para o resultado 'final' – entre aspas porque o produto é continuamente

186 Em particular, o desenvolvimento do sistema operaciona GNU/Linux. Desenvolvido e aprimorado a milhares de mãos (literalmente) esse sistema operacional é dotado de um alto grau de estabilidade, justamente porque seu processo de construção depura falhas nos códigos. Do ponto de vista econômico é um fenômeno importante dado o número crescente de instituições privadas e governos que o adotam para gerenciar aplicações críticas – de sistemas bancários a de sinais de trânsito. A motivação do início da construção do GNU/Linux é a concepção segundo a qual o software de uso geral deveria estar associado à prática de ampla liberdade de expressão, liberdade de cooperação, liberdade de compartilhamento, liberdade de distribuição, liberdade de experimentação, liberdade de uso, liberdade de trocas de experiências, liberdade de evolução. Liberdade ampla, geral e irrestrita. (SIMON, 2000). O projeto GNU/Linux da Free Software Foundation adota a General Public License e por causa disso a GPL é a mais adotada entre projetos de desenvolvimento de softwares livres.

187 De lá para cá essa situação mudou um bocado. Várias empresas desenvolvedoras de software e mesmo fabricantes de hardware passaram a apoiar de diversas maneiras o desenvolvimento de padrões abertos de software.

depurado de falhas, otimizado, adequado a novas necessidades e a novos ambientes físicos. Além disso, o envolvimento das pessoas, na maior parte dos casos, se dá sem esperar remuneração ou direitos autorais. A motivação não guarda relação direta com benefícios econômicos, mas sim com interesses sociais e individuais (TORVALDS e DIAMOND, 2001)[188].

O que nos interessa nessa discussão é o uso de estatutos jurídicos que dão fundamento a uma produção cultural a partir das ações coletivas com mídias livres. Tais estatutos procuram desenvolver licenças públicas que "possam ser usadas por qualquer indivíduo ou entidade, para que seus trabalhos sejam disponibilizados na forma de modelos abertos" (LEMOS, 2005, p. 83), o que significa dizer que criadores façam o uso de instrumentos jurídicos através dos quais estabelecem de forma clara que aquela obra, sob tal licença é livre para distribuição, cópia e utilização. Como Lemos esclarece, "essas licenças criam uma alternativa ao direito da propriedade intelectual tradicional, fundada de baixo para cima, isto é, em vez de criadas por lei, elas se fundamentam no exercício das prerrogativas que cada indivíduo tem, como autor, de permitir o acesso a suas obras e a seus trabalhos, autorizando que outros possam utilizá-los e criar sobre eles", (LEMOS, 2005, p. 84).

Como já mencionamos no Capítulo 1, o desequilíbrio causado pela intensificação dos monopólios sobre aplicações ou expresões de idéias, a que se delega o nome direitos de propriedade intelectual, eleva os custos de transação necessários para a obtenção de autorização de bens simbólicos (quando não impedem) e restringem de forma brutal a quantidade de cultura a que uma determinada sociedade tem disponível em um determinado tempo.

Os estatutos jurídicos mencionados aqui atendem a escritores, videastas, músicos, artistas plásticos, fotógrafos, arquitetos, programadores, matemáticos, etc, que têm interesse que seus trabalhos, suas criações possam ser continuadas por outras

188 A transposição mais celebrada e referenciada da transposição do uso da GPL é sua aplicação à Wikipedia, maior enciclopédia na internet. Em que pesem as críticas a ela, seus 170 mil verbetes são regidos pela GPL, o que implica que sua licença de uso autoriza pessoas do mundo todo a criar novos verbetes e alterar os anteriores, sem qualquer intervenção editorial prévia. Existe um imenso número de projetos colcaborativos em todo o mundo fundados ou inspirados na estrutura aberta de desenvolvimento do software livre. Não por acaso, e também em sintonia com os projetos de software livre, as pessoas usam seu tempo livre para colaborar. A diversão, a retribuição à sociedade pelo conhecimento adquirido, a sensação de participar de iniciativas globais ou mesmo locais de repercussão positiva estão também entre as motivações.

pessoas, ou corrigidas, ou melhoradas, ou modificadas, reconstruídas, negadas, aumentadas, desdobradas, transformadas, fundidas a outras. E nesse sentido, tais criadores em geral não têm interesse econômico (no sentido de ganho monetário) nem artístico, nem culturais de que suas obras sejam submetidas a um estado de "todos os direitos reservados". Tais estatutos "alternativos" funcionam como contratos entre estes criadores e a sociedade, que indicam quais os direitos a que o autor está cedendo[189]; surgem e se estabelecem sem a intervenção do Estado ou a modificação da lei – na verdade, essas regulações alternativas não negam o Direito Autoral tradicional, mas utilizam-no como base. Com isso, a perspectiva de "todos os direitos reservados" sofre uma torção para "alguns diretos reservados"[190].

O mesmo tipo de reagenciamento que supera a postura imobilista, romântica e irracionalista emerge através da criação de serviços e de condições financeiras e estruturais para a produção e/ou disseminação autônoma de conhecimento. A idéia é evitar a competição institucionalizada em que se envolvem as organizações mais adaptadas à política de editais públicos, à lógica de financiamentos de organizações filantrópicas, às regras de seleção do mundo acadêmico – e, embora haja aqui aparentemente um traço do que eu chamei acima de irracionalismo, não se deve fazer tal associação. Uma vez que além de não haver um fechamento e/ou negação/desprezo pelas lógicas da produção institucional de conhecimento, basicamente a academia, existem uma forte postura suscitadora, produtiva, erótica, criativa, fértil em que se ampara inclusive uma busca por trocas, aprendizados e mútuo agenciamento.

O Descentro, nó emergente de ações colaborativas, é paradigmático desse esforço. Pretendo comentar três experiências que confirmam essa perspectiva em tudo anti-imobilista. Uma delas é o 'Fundo do Doidão - plataforma de linha de crédito em economia solidária'. De um ponto de vista geral, seu objetivo é "possibilitar a pesquisa independente nas áreas de atuação do Descentro - nó emergente de ações colaborativas"[191], e, mais especificamente, a criação de uma linha de crédito para associados e associadas, além de ampliar o debate sobre novos formatos de troca entre

189 Há uma grande variedade dessas liceças e, para tais licenças, diferentes níveis de disponibilização (autorização de uso) da obra.

190 Cf. o texto do lançamento oficial do projeto no Brasil: 'Creative Commons goes to Brazil'. Disponível em: http://lists.ibiblio.org/pimermail/cc-presslist/2003-August/000008.html.

191 Cf. <http://pub.descentro.org/fundododoidao>.

as pessoas, como uma economia não monetária - fundada na reciprocidade. Trata-se de uma tentativa declaradamente orientada a aplicar a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss.

Mas mais que isso, o Fundo do Doidão é um exercício[192] similar ao das licenças previamente analisadas, pelo que aplica-se de forma subvertida o modelo de gestão de custos e de financiamento 'tradicionais', a iniciativas que contribuam com a instituição de uma outra ordem, de uma outra divisão do sensível. E isso se dá por intermédio da produção de conhecimento, de experiências de ensino-aprendizagem e documentação de manifestações culturais.

Uma das justificativas dadas pelo Descentro para o Fundo do Doidão é a iminente perda de emprego e renda de muitos "que acreditam NA ARTE DE RE:VOLVER O LOGOS DO CONHECIMENTO PELAS PRÁTICAS E DESORDENAR AS PRÁTICAS PELA IMERSÃO NO SUB CONHECIMENTO"[193]. E a correspondente "preocupação do Descentro com a manutenção desta classe do conhecimento humano".

Uma outra experiência de igual relevância é a "Rede de Servidores Livres (rdsl)- Servimos bem para servir sempre!**"**, uma forma encontrada para hospedar, manter e dar segurança às informações, a registros culturais (áudio e vídeo) e expressões do conhecimento produzidos por dezenas de grupos de mídia livre 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. A rdsl começou em 2005 como um ambiente no qual o Descentro, associados e parceiros pudessem hospedar suas próprias pesquisas e trabalhos de outros grupos de mídia livre – o primeiro servidor adquirido suportava os sites dos grupos metareciclagem.org, estudiolivre.org, midiatatica.info, contratv.net e descentro.org, entre algumas outras –, ampliando-se depois o escopo de

192 Da metodologia: Todos os fundos monetários recorrentes de projetos de pesquisa, cooperações técnicas, publicação e/ou outras atividades que venham a prover recursos financeiros, bem como doações de terceiros, são aplicados em diferentes fundos de renda de uma conta do Banco do Brasil. Além disso, fundo do doidão deve ser usado para o pagamento de bolsas de pesquisa; notas fiscais de prestação de serviço; ajudas de custo; reembolsos com alimentação, hospedagem, transporte; custo de serviços de conexão à internet; aquisição de equipamentos; aquisição de livros e material de referência (CDs, DVDs); aquisição de material de consumo em papelaria. Cf. <http://pub.descentro.org/fundododoidao>.

193 A metodologia para financiar tais pesquisas consta no documento publicado na URL acima e no estatuto do Descentro, já analisado anteriormente. É interessante observar que esse estatuto foi registrado em Cartório Civil, o que parece demonstrar que o pensamento e a ação autônomas de uma utopia possível.

serventia da rede.

As diversas iniciativas e experiências de mídia livre que fazem uso do serviço e da estrutura da rdsl são formadas por ”pesquisadores de diferentes ramos da sociedade bem como diferentes instituições acadêmicas, órgãos da sociedade civil, órgãos governamentais federais e estaduais, grupos independentes, provindos de diferentes regiões do país”[194]. Para ser hospedado na rdsl acontece uma análise da qualidade literária e/ou importância para o estudo social e técnico da sociedade brasileira e sua relação com outras ações e idéias orginárias de diferentes países do globo”, de modo que existe uma linha editorial que procura privilegiar a publicação de informação, cultura e conhecimentos em consonância aos objetivos da rede e que possam ser licenciados de forma generosa, ou seja, usando uma das licenças públicas e alternativas já comentadas.

A rdsl ficou em segundo lugar no Prêmio de Mídias Livres concedido pelo Ministério da Cultura em 2009 e com isso deverá ser aumentado o número de servidores da rede[195]. O prêmio, segundo o Descentro, também deverá servir para otimizar a infra-estrutura de equipamentos usados pelos parceiros e diversificar os suportes utilizados – também faz parte dos equipamentos da rdsl uma câmera MiniDV e dois transmissores FM de baixa potência. Além disso, o prêmio deverá representar um reforço na remuneração dos administradores da rede e na consequente oferta dos serviços de forma estável – até o momento em que escrevo ainda trabalham de maneira voluntária e disponibilizam seus serviços quando podem. A administração da rede é realizada por uma equipe multidisciplinar formada por cientistas sociais, engenheiros, comunicólogos, artistas e ativistas de mídia distribuídos pelo Brasil[196]. A manutenção dos seviço é possível graças à realização de projetos próprios como traduções e oficinas, além de consultorias. O trabalho voluntário e doações são portanto também a base que permite a administração web. Alguns parceiros também oferecem apoio

194 Cf. http://pub.descentro.org/livro/zeladoria_de_servidores

195 Atualmente são sete servidores, conectados a pontos de internet de altíssima velocidade.

196 A estimativa do Descentro é que cerca de 200 pessoas, entre associados e parceiros, usem a rdsl para produzir conteúdo. E que cerca de 100 mil pessoas acessem e façam circular essa produção multimídia. A rdsl mantém intercâmbio com iniciativas assemelhadas na Holanda, Índia, Argentina, Espanha, Alemanha, Cuba, México, Croácia, Luxemburgo, Itália, Colômbia, Inglaterra. Também articula-se em experiências localizadas em todas as regiões do país, com iniciativas permanentes em São Paulo, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Paraná, assim como muitas outras atividades/projetos nômades em locais mais distantes.

financeiro.

As orientações de uso da rdsl por projetos e iniciativas de mídia livre passam pelo fortalecimento das comunidades que utilizam os serviços de publicação e hospedagem oferecidos; a produção áudio visual em software livre e aberto, e o questionamento das relações entre mídia e sociedade e seus impactos nas discussões de etnia, gênero, classe, política e sustentabilidade ambiental.

Por fim, a relevância do material produzido e disponibilizado pela rede é bem expressa nesses termos no site da rdsl:

> *muito da manipulação das tecnologias de informação e comunicação estão atreladas a valores comerciais (ou militares) e, portanto, atravessadas por forças polarizantes. Ao trabalharmos conceitos e práticas como bens comuns, reapropriação tecnológica, mídia tática, feminismo, centro-periferia, africania, oralidade e software livre, acreditamos ser possível expandir os usos previstos destas tecnologias. A criação de identidade na Internet através da difusão de conteúdos é outra questão de suma importância, visto que brasileiras e brasileiros participam de sistemas de relacionamento e publicação comerciais estadunidenses e em sua grande maioria não conhecem alternativas aos grandes veículos de comunicação online (como Yahoo e Google, por exemplo). Uma alternativa livre e aberta, que prima por compartilhar o conhecimento e ampliar os envolvidos na administração de sua própria infra-estrutura é inovadora, oferecendo um caminho claro para um futuro onde diferentes projetos terão autonomia para disponibilizar suas produção de mídia livre. Não basta ter banda larga se não existir uma rede de servidores livres que possa hospedar e garantir a disponibilização dos conteúdos.*
>
> **DESCENTRO, DISPONÍVEL EM**
> http://pub.descentro.org/livro/zeladoria_de_servidores

A rdsl, assim como as licenças de uso livre anteriormente comentadas, expressam a criação de condições de possibilidades para o exercício, vivência e produção de uma cutura livre. Na interpretação aqui exposta esta é um importante condição para a atualização da análise de Ranciére (1996) para a emergência do exercício da política, com uma correspondente instituição de uma outra ordem do sensível. É importante notar que a rdsl é uma experiência de atuação antagonista que acontece especificamente na camada lógica – uma vez que implica em padrões, protocolos e softwares necessários, como os sistemas operacionais autonomamente gestados para o *controle sobre o fluxo* e, portanto, sobre as *oportunidades de produção e compartilhamento de informação e cultura.* Por outro lado, as licenças livres

expressam o antagonismo em termos da camada de contéudo, na medida em que são alternativas à apropriação monopólica de bens imateriais e simbólicos.

A terceira experiência, que como as outras subvertem o uso de modelos já consagrados, é o Grupo Autodidata de Metodologias Bem + Inteligentes (GAMBI + I). O objetivo básico é oferecer estrutra e apoio para pesquisas autodidatas que mesclem cultura acadêmica e conhecimento popular e procurar o debate junto a instâncias mais institucionalizadas de produção de conhecimento para trocas e parcerias. Uma das justificativas encontradas é a de que a ciência e a produção de conhecimento racional já existiam antes das universidades. O GAMBI + I fornece bolsas (três níveis, de R$ 500 a R$ 1.500, de acordo com a complexidade da pesquisa) e os recursos são advindos do Fundo do Doidão. Além disso, os projetos a compor o Programa de Pesquisas GAMB+I são selecionados de acordo com critérios estabelecidos em discussão específica entre os coordenadores do projeto – em abril de 2010 um total de nove projetos haviam sido desenvolvidos ou estavam em fase de desenvolvimento.

5. O limite de compatibilidade com Gramsci

Os limites de compatibilidade do programa político das ações coletivas com mídias livres em relação à crítica política gramsciana podem ser percebidas em todas as concepções desenvolvidas pelo pensador italiano no que se refere à relação entre a sociedade civil e o Estado (ANDERSON, 2002). E o envolvimento com o governo Lula permite flagrar os limites do modelo aqui em questão.

Sabemos que as ações coletivas com mídias livres são acionadas por instâncias da sociedade civil. A concepção gramsciana segundo a qual esta é a instância de exercício da hegemonia (concepção essa que, aliás, prevalece nos Cadernos do Cárcere) nos leva a considerar que o núcleo central do poder deve ser identificado no seio da sociedade civil - "sobretudo no controle capitalista dos meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão, cinema, publicidade), baseado no controle dos meios de produção (propriedade privada)", (ANDERSON, 2002, p. 40).

> Numa variante mais sofisticada, a real persuasão da aceitação voluntária do capitalismo ocorre nem tanto através da doutrinação ideológica pelos meios de comunicação, mas através da difusão invisível do fetichismo da mercadoria pelo mercado ou pelos hábitos de submissão inculcados pelas rotinas de trabalho nas fábricas e escritórios – em outras palavras, diretamente no campo de ação dos próprios meios de produção, (ANDERSON, 2002, 40).

Esses aspectos ganham mais atualidade quando pensados em relação ao ecossistema de bens simbólicos no capitalismo tardio: a orientação para o consumo passivo de bens imateriais e as dificuldades de acesso impostos às condições de possibilidade de produção e usufruto de informação, cultura e conhecimento, atualizam esse condicionamento ideológico de dominação dos extratos dominantes sobre os extratos dominados[197].

Anderson identifica que, nesse modelo, a tarefa principal dos militantes socialistas não é a de combater o Estado armado, mas converter ideologicamente a

197 O fetichismo de consumo, por exemplo, no que diz respeito às tecnologias de informação, gera uma obsolescência artificial e prematura de equipamentos que poderiam servir como ferramentas de afirmação de identidades, reivindicação de direitos, comunicação de pluralidades periféricas e não tematizadas pela indústria da comunicação e do entretenimento. Nesse sentido o adestramento ideológico via meios de comunicação se alia ao fetichismo do consumo e da mercadoria, bem como à submisão da rotina de trabalho.

classe operária para libertá-la das mistificações capitalistas, agindo sobre os meios de comunicação. No curso de nossa investigação, a atualização dessa orientação se daria através capacitação das classes operárias no uso de ferramentas de tecnologias da informação e comunicação para a produção e usufruto de bens simbólicos, bem como para a crítica da produção imaterial no contexto do capitalismo tardio. O que serviria à formação de consciências críticas que poderiam fomentar a resistência e um longo processo de reconquista do poder político por parte das classes subalternas e alijadas das decisões.

A primeira incompatibilidade, entretanto, está na perspectiva de classe em que Gramsci posiciona sua análise e seu programa, que visa uma conversão ideológica e cultural da *classe operária*. Uma outra incompatibilidade está na perspectiva de que essa conversão servirá (ou serviria) para a tomada do Estado.

A proximidade com o governo Lula permite observar um outro distanciamento do programa político da própria concepção do exercício da hegemonia sobre a sociedade civil. Se esta, na teoria gramsciana, é a instância prioritária de exercício da hegemonia (em que os grupos dirigentes procuram ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso), é necessário ter claro que o programa político que viemos estudando não se filia à conquista/manutenção dessa hegemonia. A luta por hegemonia a qual se pode associar as ações coletivas com mídias livres não se vincula ao processo e às ferramentas de dominação. De um ponto de vista gramsciano, portanto, esse fator pode suscitar o questionamento da sua validade, de sua viabilidade e de sua verdade. O inferno em que Sísifo labora não é uma possibilidade considerada no horizonte historicista com o qual a ótica gramsciana opera. Nesse sentido, a construção da contra-hegemonia mobilizada pelas ações coletivas com mídias livres é claramente o exercício de uma energia utópica – em função do que, aliás, vale à pena viver e trabalhar. É essa uma inapropriedade e desconexão entre a virtuosidade daquelas ações coletivas e a busca de cristalização da direção política e do consenso em geral e, em especial por parte do governo Lula. Isso quer dizer que as ações coletivas com mídias livres não servem para a conquista da hegemonia pelo bloco histórico no poder atualmente? Significa que os conceitos, métodos, discursos e redes criados/fortalecidos através dessas ações podem ser instrumentalizados. E é dificil

argumentar que as políticas públicas elaboradas no âmbito da ação Cultura Digital (Programa Cultura Viva), em que pesem suas debilidades, não contribuem e muito para a sedimentação da hegemonia da coligação política em torno do Partido dos Trabalhadoes.

Esse limite de compatibilidade indica, por um lado, que só com o esvaziamento das linhas mais subversivas, radicais e críticas do programa político em questão é que se abre a possibilidade para que os beneficiados pelo Programa Cultura Viva se convertam em aparelhos privados da hegemonia dos grupos sociais dominantes.

Mas parece-me que o programa das ações coletivas com mídias livres e o programa político gramsciano possuem uma outra incompatibilidade de outro nível. Se lembrarmos da veia não imobilista dessas ações, precedentemente analisada sob diversas de suas experiências, poderemos observar que existe uma orientação para além da mera adaptabilidade a recursos físicos, conceituais e normativos. Há uma orientação que se apóia e depende de criações e de recursos do próprio sistema de produção capitalista e que, além disso, não busca sua derrubada. Em que pese uma orientação contra-hegemônica e o estabelecimento de relações conflituosas em torno da produção, da apropriação, da destinação dos recursos sociais, com elas não se busca a superação do sistema capitalista *tout court*.

Por outro lado, o diagnóstico de Anderson (2002, p. 38) da primeira fórmula de Gramsci, segundo a qual é impossível repartir as funções ideológicas do poder de classe da burguesia entre a sociedade civil e o Estado, tem outro reflexo. Desta vez, mais conforme à programática das ações coletivas com mídias livres. Segundo esse diagnóstico, o exercício ideológico do sistema capitalista é feito principalmente pelo Estado; e os complexos ramificados da indústria cultural – nos quais se inseriria a indústria de bens simbólicos – desempenham um papel complementar para garantir a ordem de classe do capital. Nesse sentido, a forma geral do Estado representativo é ela própria a arma ideológica principal do capitalismo ocidental. Nos termos de Anderson, a existência dessa arma priva a classe operária da idéia do socialismo como um tipo diferente de Estado.

O que se depreende aqui é uma certa justeza do desencanto[198] e da descrença,

198 Parece muito adequada o diagnóstico de Antonio Melucci, segundo o qual os movimentos das

por parte dos artífices das ações coletivas com mídias livres, com o Estado e o parlamento (com a correspondente busca por uma condição autônoma de invenção do presente): dado que o Estado por definição representa toda a população como um conjunto homogêneo de cidadãos individuais e iguais, num apagamento da sua divisão em classes sociais; e o parlamento reflete a unidade fictícia da nação. O mascaramento das divisões econômicas entre cidadãos, pelo imperativo da igualdade jurídica entre exploradores e explorados que Anderson observa, coroa a separação e a não participação das massas no trabalho do parlamento.

Essa condição histórica tem um parentesco com a ordem policial descrita por Ranciére, que se caracteriza por uma distribuição dos lugares e funções dos corpos. E que depende tanto da suposta espontaneidade das relações sociais quanto da rigidez das funções do Estado. A polícia nesses termos "é a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. Uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa", (RANCIÉRE, 1996, p. 42). Pela ordem policial se estabelece uma regra do aparecer dos corpos, é uma distribuição daquilo com o que as pessoas se ocupam e onde.

Tanto a ordem policial analisada por Ranciére quanto o Estado burguês pontuado por Anderson se referem à anulação da socialização da política, à impossibilidade da participação ativa da esfera institucional da política, o que é a expressão da designação dos locais onde certos corpos são permitidos. É a expressão da desigualdade – naturalizada no mundo grego, escondida sob a ideologia da democracia burguesa no capitalismo tardio.

É nesse sentido que a política exercida através de ações coletivas com mídias livres suscita o deslocamento de um corpo do lugar que lhe fora designado ou muda a destinação do lugar (proposição de Ranciére que se atualiza com o reagenciamento de objetos técnicos e com a criação de esferas públicas autônomas, para usar um termo

---

socidades complexas são profetas sem encanto. Seria conveniente atribuir às ações coletivas com mídias livres um sinal de crise do complexo midiático comercial, da indústria de bens simbólicos e da intermediação, o que é o caminho mais curto para sua associação à pirtataria e para a infração da legislação que regula a economia de bens simbólicos e bens comuns como o espectro eletro magnético. Essa perspectiva deixa de considerar sua capacidade de portar e expressar a transformação profunda na lógica e nos processos que permeiam as sociedades complexas e indicar as linhas de fuga da atuação política possível empreendida pela sociedade civil no capitalismo tardio.

habermasiano). A ação política empreendida por tais ações une “ao nome de tal grupo social o puro título vazio da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa. Fazem-no sobre-impondo à ordem policial que estrutura a comunidade uma outra comunidade que só existe por e para o conflito, uma comunidade que é a do conflito em torno da própria existência do comum entre o que tem parcela e o que é sem parcela”, (RANCIÉRE, 1996, p. 47).

Esse conjunto de incompatibilidades aponta ou converge para a formação da vontade coletiva e da luta hegemônica. E indicam a necessidade de um questionamento: qual a visada das ações coletivas com mídias livre em relação à totalidade social e a esperada mudança desta? O que, por sua vez, nos remete a uma indagação anterior: até que ponto “uma mudança pode operar, contemporaneamente, em todos os níveis de um sistema, no qual diversos componentes funcionam segundo lógicas próprias”?(MELLUCI, 2001, p. 125). A impossibilidade da totalidade, entretanto, pode ser um visitante incômodo, tanto mais pela sua disposição em se estabelecer indefinidamente, quanto pelo sacrifício que sua renúncia (da agência sobre a totalidade) implica.

Se, como descrito por Melluci, as transformações nos sistemas sociais complexos ocorrem unicamente sobre planos específicos, sem nunca atingir simultaneamente a globalidade do sistema; e se o fim de uma visão totalizante de mudança impõe a aceitação da pluralidade das formas de transformação social, então o Princípio de Dispersão precisa ser visto como um caminho para a consecução das mudanças sociais possíveis. Isso apenas significa que, como outros movimentos contemporâneos, as ações coletivas com mídias livres operam num contexto de abertura dos sistemas políticos[199].

Esse quadro, discutido no Capítulo 3, é o reflexo da complexificação e da necessidade de sua administração; a emergência de “políticas” é uma necessidade que visa reduzir a incerteza dos sistemas que mudam com alta velocidade (MELUCCI,

199 Salvaguarda dos direitos das minorias, a visibilidade e o controle dos procedimentos decisionais, o grau de representatividade real dos mecanismos eleitorais, a qualidade dos filtros que regulam o acesso ao sistema político e o grau de elasticidade das regras do jogo, os limites colocados pela ação do executivo e dos aparetos repressivos, a liberdade e as formas de organização política e de associação, o grau de controle sobre a informação, os direitos civis e as garantias do sistema penal.

2001). E, se é certo que com a intensificação da complexidade emerge uma pluralidade e uma variabilidade de interesses, também é verdade que emerge uma multiplicidade de problemas a serem resolvidos.

No contexto dessa complexidade toda, a política (as políticas) se convertem em possibilidades de mediação de interesses e de demandas. E faz todo o sentido a análise de Melucci:

> A abertura da sociedade é possível na medida em que os atores políticos assumem o papel não totalizante de mediadores de demandas, cuja formação e êxito eles nunca controlam inteiramente, e que saibam administrar a dualidade que os separa dos movimentos sociais (MELUCCI, 2001, p. 133).

E o exercício da fala, pelo que se exercita a política, é fundamental para isso. A possibilidade de mudanças nas relações sociais, do questionamento da supremacia dos interesses dominantes, da fiscalização e da contestação das decisões dos aparatos é fundamentada na garantia de que as demandas antagonistas e os conflitos possam ser expressos. E ao mesmo tempo tais demandas se expressam por si, dirigindo-se e projetando-se para a construção de esferas públicas autônomas, onde a Política calça pés de barro e se planta no meio da sala, do cotidiano – braços dados com aquele visitante incômodo.

Se, numa sociedade em que se generaliza uma microfísica do poder, a noção historicista de uma transformação global não se aplica, isso não implica que não possamos interpelar os artífices das ações coletivas com mídias livres em relação a seu entendimento da mudança social produzida por suas atuações. O que o Corpus analisado informa em maior ou menor grau está em sintonia com o precedentemente exposto.

Nesse sentido, a mudança, as mudanças são possíveis. Esse é o primeiro e fundamental ponto da perspectiva dos artífices das ações coletivas com mídias livres: aquela algaravia de difícil hierarquização, identificação, nomeação e localização das ações se projeta para a localizada desconstrução crítica de certas certezas ideologicamente enraizadas e para a emergência de práticas políticas que atendam a demandas da sociedade civil. A mais evidente dessas demandas é a afirmação da própria existência.

Ou seja, no âmbito das ações coletivas com mídias livres o exercício da Política se identifica à criação das condições pelas quais aqueles que não são contados como produtores de sentido passam a ser considerados como tais. No âmbito das ações coletivas com mídias livres o exercício da Política se identifica à criação dos espaços que permitem a interação com tais sentidos.

Isso constitui, por parte dos extratos fora do circuito hegemônico de produção, circulação e usufruto de bens simbólicos, a conquista das mesmas propriedades daqueles que as negam a eles. É essa a instituição de uma outra ordem, outra divisão do sensível que temos falado. A escrita de um nome no céu, esse termo tão bonito que Ranciére recupera do registro de Pierre-Simon Ballanche[200], se atualiza não meramente pela (ainda que criativa) mimese das estruturas físicas e lógicas necessárias à produção, circulação e usufruto de bens simbólicos; ou pela imitação de instrumentos de normatividade e regulação da produção social.

Essa escrita de um nome no céu, a qual a produção de sentido está visceralmente vinculada, atualiza-se sobretudo pela exigência que os atores sociais conflituais fazem por participar da formação de sua própria identidade – e isso parece ser válido para os grupos sociais sobre os quais atuam os artífices das ações coletivas com mídias livre e para eles próprios[201].

A conquista, a construção, o exercício de uma cultura livre é, a partir do Corpus analisado, a mudança social a partir da qual a possibilidade da construção de uma contra-hegemonia que implica na prática da política. Essa conquista, construção, exercício, na visada dos entrevistados e dos textos produzidos por pessoas envolvidas com tais ações coletivas só pode realmente se dar pelo aprofundamento e dispersão de sentidos, que toma a forma de conceituações abertas; pelo descentramento

200 Publicado em 1829 na Revue de Paris, trata-se de uma série de artigos entitulado “Fórmula geral da história de todos os povos aplicada à história do povo romano”. Lá está o relato feito por Tito Lívio da secessão dos plebeus romanos no Aventino. Centralizando seu relato-apólogo nas discussões dos senadores e nos atos de palavra dos plebeus, Ballanche efetua uma reencenação do conflito na qual toda a questão consiste em saber se existe um palco comum onde plebeus e patrícos possa debater sobre alguma coisa (RANCIÉRE, 1996, p. 36)

201 Se a identidade é entendida como capacidade reflexiva de produzir consciência da ação, como quer Melucci (2001), ela se conforma então em reflexibilidade formal, pura capacidade simbólica, reconhecimento da produção de sentido no agir. Os indivíduos exigem participar da formação da sua identidade, da constituição da sua capacidade de ação. Esta, a própria atualização daquela distribuição simbólica a que se refere Ranciére quando escreve sobre o mundo grego e os fundamentos da filosofia política.

organizacional e pela desterritorialização das ações condicionados pela realidade factual. Ou seja, os elementos que baseiam aquilo que chamamos do Princípio de Dispersão. Nesse sentido, a idéia-conceito de nomadismo de pensamento ou pensamento como máquina de guerra nômade (Deleuze, 1995) em sua combinação dialógica com a dicotomia entre tática e estratégia (de Certeau, 2000) expressa-se sem o incômodo de ter que adequar-se.

Uma última incompatibilidade se refere à dicotomia permanência/impermanência, explicitada pela proximidade entre a pragmática de agentes das ações coletivas com mídias livres e a programática das políticas públicas que alguns daqueles ajudaram a desenvolver no primeiro mandato do governo Lula. Sabemos que para Gramsci a política é uma paixão, mas é também um exercício que nasce no terreno permanente e orgânico da vida econômica. Essa ressalva se deve à concepção segundo a qual a ação política relacionada a um programa é uma ação organizada que cria organizações permanentes. Ou seja, para Gramsci não há política sem organização, uma vez que "não se pode pensar numa 'paixão' organizada e permanente; a paixão permanente é uma condição de orgasmo e de espasmo, que determina incapacidade de execução", (Gramsci, 1978b, p. 13).

Há uma clara contradição entre o Princípio de Dispersão e a concepção gramsciana no que se refere à criação de 'organizações permanentes'. Assim, um programa político segundo Gramsci não comporta ações, estruturas organizacionais e instrumentos conceituais que se pautem pela dispersão de seus sentidos e se proponham experiências impermanentes, ainda que suscitadoras de mudança social. E a pragmática das ações coletivas com mídias livres postula a necessidade não de organizações permanentes, mas de agenciamentos impermanentes cujos resultados se associem às esferas do cotidiano, de forma a se projetarem no tempo vivido por aqueles a quem se destinam. A organicidade dessa perspectiva para ação pode até gerar elementos que se projetem longamente no tempo – como uma postura crítica e apropriadora de tecnologias da informação e comunicação; como o saber em torno de bens infomacionais; a capacidade de crítica e a afirmação do conflito em torno do modelo e da destinação da produção social imaterial; a capacidades de definir e controlar o que os indivíduos são e o que fazem, etc. Mas esses elementos não se

cristalizam em organizações.

> Tudo que é solido desmanca (sic) no ar mesmo. Eu nao estou aqui para construir coisas sólidas. Elas já criadas vaporizadas, não tem como desmancharem-se no ar, mas sim propagarem-se em sua origem. O que eh solido desmancha e transforma-se. O gasoso mantêm-se gasoso. Sem se desmanchar. (Ricardo Ruiz, comunicólogo, em discussão na Lista Submidialogia em novembro de 2008 a cerca do conceito de Mídia Livre).

Essa incompatibilidade, entretanto, se abre como convite para entender a atualidade da própria crítica da política empreendida pelo pensador italiano.

Na crítica que faz à concepção de política de Croce, Gramsci está preocupado em atribuir um estatuto tal à atividade política pelo qual esta obedecesse a leis diversas do proveito individual – o que é aliás a própria expressão do sentido amplo para a política: aquela identificação com a práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos e se projeta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas (COUTINHO, 1972).

O caminho encontrado por Gramsci é vincular, por meio de uma identificação, a atividade política à economia. Só por meio dessa identificação Gramsci podia sair da contradição que tinha diante de si, na qual se sentia inclinado a admitir a proximidade com a paixão – que pode ser lido aqui com os aspectos mais imateriais, simbólicos e afetivos da vida dos seres políticos – mas que ao mesmo tempo requer implicações externas àquele que se sente apaixonado. Nesse sentido, o ato político tem que surgir da realidade factual. Seu caráter suscitador, produtivo, vem da existência concreta e dinâmica, na qual ocorre o contínuo movimento e mudança de equilíbrio entre as forças históricas (MUTZENBERG, 2002). Essa identificação também serve como estratégica para romper com o mecanismo da burguesia de diferenciar funcionalmente a estrutura econômica da superestrutura ideológica.

Então, se por um lado há uma incompatibilidade entre as 'organizações permantes' que o programa político do modelo gramsciano implica e exige, por outro esse mesmo programa político considera que o ato político advém do terreno econômico. No capitalismo tardio essa 'vida econômica' não tem mais como principais resultados os produtos do trabalho cristalizado e sim o conhecimento como produto cristalizado do trabalho. O que implica em uma diversidade muito grande de

capacidades heterogêneas, “sem medida comum, como o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a faculdade de aprender e de se adaptar a situações imprevistas; capacidades elas mesmas operadas por atividades heterogêneas que vão do cálculo matemático à retórica e à arte de convencer o interlocutor; da pesquisa técnico-científica à invenção de normas estéticas”, (GORZ, 2005, p.29).

A dimensão econômica, no capitalismo tardio, funciona como o contexto que mobiliza a ação e áreas para além da institucionalidade, da própria concepção de política e que se dirige e se instaura no terreno das subjetividades, do simbólico. É essa dimensão do fazer vivo, que se transpõe ao fazer político que é aberto com essa reflexão de Gramsci.

Dessa forma aquela incompatibilidade também indica a atualidade virtuosa do raciocínio de Gramsci e indica a fertilidade das ações coletivas com mídias livres, em uma improvável (mas real) continuidade da intencionalidade gramsciana.

BIBLIOGRAFIA

ABBATE, Janet. **Inventing the Internet**. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

AGLIETTA, Michel. **Nouelle économie et nouvelle régulation. Résponse aux questions de Yann Moulier Boutang**. Revista Eletrônica Multitudes, Maio, 2000. Disponível em <http://multitudes.samizdat.net/Nouvelle-economie-et-nouvelle> . Acesso em: 9 jan. 2009

ALBUQUERQUE, Eduardo Da Mota. **Informação, conhecimento e apropriação: notas sobre o significado econômico das patentes e os impactos da emergência de uma economia baseada no conhecimento**. Disponível em<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/percieinformacao/art08EduardoMotta.pdf>. Acesso: 15 jun.2007.

ALTHUSSER, L. **Política e História, de Maquiavel a Marx: curso ministrado na École Normale Supérieure de 1955 a 1972**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo:WMF Martins Fontes, 2007.

ALLIANCE for Telecommunications Industry Solutions. Disponível em <http://www.atis.org/glossary>. Acesso em: 03 jun.2009.

ALMEIDA, Maria Candida Ferreira de. Só a antropofagia nos une. In: Mato, Daniel (Org.) **Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. pp. 83-106.

Brasil. Agência Nacional de Telecomunicações. Resolução 272, de 9 de agosto de 2001– Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia". Disponível em:<http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_consumidor/legislacao/leg_servicos_publico/leg_sp_telecomunicacoes/RESOLU%C3%87%C3%83O%20ANATEL%20272.doc> Acesso em 01 ago. 2009.

ANDRADE, Thales de. Intersecções entre o ambiente e a realidade técnica: contribuições do pensamento de G. Simondon. **Ambiente & Sociedade** [Campinas], n.8, pp. 91-106, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2001000800006&script=sci_arttext>. Acesso em 11 mar. 2009.

ANDRIOTTI, Cristiane Dias. **O movimento das rádios livres e comunitárias e a democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil.** Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

ANDERSEN, B. e FRENZ, M. . **The Impact of Music Downloads and P2P File-Sharing on the Purchase of Music: A Study for Industry Canada**. 2007. Disponível em <http://www.ic.gc.ca/epic/site/ippd-dppi.nsf/en/h_ip01456e.html>. Acesso em: 2 jul. 2008.

ANDERSON, Perry. **As afinidades seletivas**. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

ANGHER, Anne Joyce. **Código Civil**. 15a. Edição. São Paulo: Rideel, 2009.

ARROW, Kenneth. **Economic welfare and the allocation of resources for invention**. Califórnia: Rand Corporation, 1959. Disponível em <http://www.rand.org/pubs/papers/P1856/> . Acesso em 15 fev. 2008.

ASSIÉ, Christopher. **The Integration of the Computer Hacker into the Information Economy.** Dissertação de mestrado. Université de Montréal, Faculté des études supérieures, 2001. Disponível em <http://geocities.com/christopherassie/thesis3.html>.

ASSIS, E.G. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. Ciências da Comunicação, Centro de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Rio de Janeiro, 2006.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**, 2a ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BARAN, Paul. **On Distributed Communications**. Califórnia: The Rand Corporation, 1964. Disponível em:< http://www.rand.org/pubs/research_memoranda/RM3420/> Acessado em: 13 ago. 2009.

BARLOW, John Perry. **The Economy of Ideas: A framework for patents and copyrights in the Digital Age**. Wired Magazine, Mar.1994. Disponível em <http://www.wired.com/wired/archive/2.03/economy.ideas.html>. Acesso em 17 dez. 2007.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro; Editora Difel, 203.

BAUWENS, Michel. **The political economy of peer production**. Ctheory: Jornal de teoria, tecnologia, e cultura. Disponível em <www.ctheory.net/articles.aspx?id=499> , 2005. Acesso em 3 mar. 2010.

BEM, Arim Soares do. Criminologia e etinicidade: culpa categórica e seletividade de negros no sistema judiciário brasileiro. In.: CAVALCANTI, Bruno Cesar; SUASSUNA, Clara; BARROS, Raquel Rocha de Almeida (Orgs.), **Kulé-Kulé: visibilidades negras.** Maceió: Edufal, 2006 . cap.7 p. 71-83.

BENDER, David. (1989). Patent Protection of Software. Computer Software, PLI, p. 9-93.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In.:LIMA, Luis Costa (Org.), **Teoria da Cultura de Masa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. cap. 6 p. 221-254.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.

BEY, Hankim. **Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 2001.

BIANCHI, Alvaro. O Laboratório de Gramsci – Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

BLACKBURN, David. **Online Piracy and Recorded Music Sales** , Harvard University Department of Economics,2004. Disponível em <http://www.katallaxi.se/grejer/blackburn/blackburn_fs.pdf>. Acessado em: 13 jul. 2009.

BLONDEAU, Olivier. Des hackers aux cyborgues: le bug simondien. **Multitudes**, Paris, No. 18, Maio, 2004. Disponível em <http://multitudes.samizdat.net/Des-hackers-aux-cyborgs-le-bug>. Acesso em: 17. abr. 2009.

BOLANO, Cesar Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

BOTKIN, James; DIMANESCU, Dan e SATA, Ray. **The Innovators.** Nova Yok: Harper and Row, 1984.

BOYLE, James. Foreword: the opposite of property? **Law and Contemporary problems**, Volume 66, Número 1e2. p 1-32, Durham, Carolina do Norte, 2003a. Disponível em <https://law.duke.edu/journals/66LCPForewordBoyle>.

_____. The second enclosure movement and the construction of the public domain. **Law and Contemporary problems**, Volume 66, Número 1&2, p. 33-74, 2003b. Disponível em <http://www.law.duke.edu/journals/66LCPBoyle >.

_____. **The Public Domain. Enclosing the commons of the mind. London**, New Haven e Londres: Yale University Press, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

_____. **Contrafogos 2**. São Paulo: Jorge Zahar, 2001b.

_____. **A produção da crença: contribição para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre: Zouk, 2006.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude & PASSERON, Jean Claude. **A Profissão de Sociólogo – Preliminares Epistemológicas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BOUTANG, Yan Moulier. Riqueza, propriedad, libertad y renta em el capitalismo cognitivo. In: Blondeau, Olivier; Whiteford, Nick Dyer; Vercellone; Kyrou, Ariel; Corsani, Antonella; Rullani, Enzo;, Boutang, Yann Moulier, Lazzarato, Maurizio. **Capitalismo cognitivo, propriedad intelectual y creación colectiva.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

BRAGANÇA, Aníbal. Por que foi mesmo revolucionária a invenção da tipografia? O editor-impressor e a construção do mundo moderno. In XXV Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais**. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP4braganca.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2008.

BRANCO, Sérgio. A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação. **Sur – Revista Internacional de direitos humanos,** São Paulo, SP, No. 6, p. 121-141, 2007. Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/18587>. Acesso em 11 jul. 2008.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII. Volume 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2005.

BRETON, Philippe. **História da informática**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

BRUNET, Karla.(Org.). **Apropriações tecnológicas – emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia #3**. Salvador: Edufba, 2008.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre a televisão**. São Paulo: Boitempo, 2008

BUSANICHE, Beatriz. Cada cosa por su nombre. In: CHAPARRO, Henrique; HEINZ, Federico; VANNINI, Pablo; CAYUQUEO, Sérgio; RIBEIRO, Silvia; CERVANTES, Silvia Rodriguez; FIORITO, Suzana; WESTERMANN Werner; BUSANICHE, Beatriz (Org.). **Monopolios artificiales sobre bens intangibles: los procesos de privatización de la vida y el conocimento.** Córdoba: Fundación Via Libre, 2007. cap1, p 21 – 32.

CAETANO, Miguel Afonso. Tecnologias de resistência: Transgressão e solidariedade nos Media Tácticos. Dissertação de mestrado – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portigal. 2006.

CAMPBELL.Duncan. **Surveillance Électronique Planétaire**. Paris: Allia, 2001.

CASTELLS, Manoel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CERTEAU, Michel. ***A invenção do cotidiano*.** 5ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Editora da UnB, 1994.

COSTA, Rogério da. **A cultura digital.** Coleção Publifolha. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Sociedade de controle. São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v.18, n.1, p.161-167, 2004.

COSTA, Sergio. Movimentos Sociais, Democratização e a Construção de Esferas Públicas Locais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 12, nº 35, pp. 121 - 134, outubro/1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas.** 3a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **O Estruturalismo e a miséria da razão.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1972.

_____. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeio: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Intervenções: O marxismo na batalha das idéias.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

CRAIA, Elaio Constantino Pablo. **Gilles Deleuze e a questão da técnica.** Tese de Doutorado em filosofia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2003.

CRIBARI, Isabela. (org.). **Produção cultural e propriedade intelectual**. Recife: Editora Massangana, 2005.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Relatório Balanço Geral da União 2006. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2006/VOLUME%20I/I-V-5.pdf>. Acesso em 8 dez 2008.

_____. Relatório Balanço Geral da União 2005. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2005/Volume%201/Capítulo%205/V.04.pdf >. Acesso em 8 dez. 2008.

_____. Relatório Balanço Geral da União 2004. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2004/Volume1/C%20-%20005.pdf>. Acesso em: 9 dez 2008.

_____. Relatório Balanço Geral da União 2003. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/V4%20-%20MinC.pdf> e <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/ANEXO%20-20MinC.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2008.

_____. Relatório Balanço Geral da União 2002. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2002/Volume1/035.pdf> e <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2002/Volume1/036.pdf>. Acesso em 10 dez. 2008.

DANTAS, Marcos. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: Lastres, Helena; Albagli, Sarita (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 216-261. Disponível em <http://www.comciencia.br/resenhas/2004/08/resenha2.htm>. Acesso em 13 jun. 2008.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil platôs volume 1: Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **Mil platôs volume 5: Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Negotiations, 1972-1990.** Nova York, Columbia University Press, 1995.

_____. A ilha deserta: e outros textos. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. Anti-Edipe et Mille plateux. Les Codes; Le capitalisme; Les flux; Décodage des flux; Capitalisme et schizophrénie; La psychanalyze. Reprodução d euma ayka de Gilles Deleuze proferida em 16/11/71. Disponínel em <http://textz.gnutenberg.net/textz/deleuze_gilles_andioedipe_et_mille_plateux.txt>. Acesso em 24.Jan.2010.

_____. Espinosa: Filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DIEGUEZ, Consuelo. Sérgio Rosa e o mundo dos fundos – O aprendiz de açougueiro e ex-bancário que comandou a guerra contra o Opportunity de Daniel Dantas. **Revista Piaui**, São Paulo, n. 35, p. 32-38, Agosto, 2009.

DUNBAR-HESTER, Christina. 'Free the spectrum!' Activist encounters with old and new media technology. **New Media Sociey** (Los Angeles). V 11, n.1&2. p. 221-240, 2009.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Ltda, 1968.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. São Paulo, Editora Brasiliense,1983.

FELGUEIRAS, Carmen. Lúcia. Para uma política pública de comunicação: o embate entre Estado e sociedade civil. In: **XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, Recife, 2007. Disponível em <http://WWW.SBSOCIOLOGIA.COM.BR/congresso_v02/hot_papers.asp#08-3>. Acesso em 12. jan. 2008.

FILHO, José Paulo Cavalcanti. E Lord Jones Morreu- Discurso por Controles Democráticos ao Poder dos Meios de Comunicação. In: FILHO, José Paulo Cavalcanti. **Informação e Poder**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **O Direito de Antena em Face do Direito Ambiental no Brasil.** São Paulo: Saraiva. 2000.

FERNANDES, Florestan. Revolução burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica. In.: Santiago, Silviano. **Intérpretes do Brasil**, v 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. cap 5. p. 1489-1863.

FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes. **Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada: Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: EGA, 1996.

GARCIA, David e LOVINK, Geert. **The ABC of Tactical Media.** 1997. Disponível em <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9705/msg00096.html>. Acesso em 21 Jan. 2007.

_____. **The DEF of Tactical Media.** 1999. Disponível em <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9902/msg00104.html>. Acesso em 21 Jan. 2007.

_____. **The GHI of Tactical Media: An interviewn by Andreas Broeckmann**. 2001. Disponível em http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-0108/msg00060.html. Acesso em 21 Jan. 2007.

GAY, Joshua. (Org). **Free Software, Free Society: Selected Essays of Richard M. Stallman**. Boston, Free Software Foundation, Inc, 2002.

GEIST, Michael. Piercing the peer-to-peer myths: An examination of the Canadian experience. **First Monday**, Chicago, v. 10, n. 4, 2005. Disponível em http://firstmonday.org/issues/issue10_4/geist/index.html. Acessado em 13 junho de 2009.

GIL, José. Ligações inconscientes, in MIRANDA, José A. de Bragança. e CRUZ, Maria Teresa. (Org.), **Crítica das ligações na Era da Técnica**. Lisboa, Editora Tropismos, 2002.

GILLIES, James e CAILLIAU, Robert. **How the Web was born: The Story of the World Wide Web.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

GORZ, André. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 27, agosto, p. 58-76, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a. v. 3.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Concepção dialética da história**, 3a. Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do cárcere, v.3**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GUATTARI, Felix. Da produção da subjetividade. In.: PARENTE, André (Org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. **Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GUMBRETCH, Hans Ulrich. **Em 1926: vivendo no limite do tempo.** Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade. Volume II.** Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003a.

_____ . **Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista.** Madri: Taurus Humanidades, 2003b.

_____. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c.

_____ . **Técnica e ciência como ideologia.** Lisboa, Edições 70, 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____, **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HAYLES, N.Katherine. **How we became posthuman – virtual bodies in Cybernetics, Literature and Informatics.** Chicago, University Press of Chicago, 1999.

HEBDIGE, Dick. **Subculture: the meaning of style.** New York: Routledge, 2006.

HESMONDHALGH, David. Flexibility, Post-Fordism, and the Music Industries. **Media Culture & Society**, Glasgow, Vol. 18, No. 3, p. 469-488, 1996.

HESS, Charlotte e OSTROM, Elinor, (Orgs.). **Understanding knowledge as a commons : from theory to practice**. Londres, The MIT Press, 2007.

HIMANEN, Pekka. **La ética del hacker y el espíritu de la era de la información**. Nova Iorque: Random House Trade Paperbacks, 2001.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. In: Santiago, Silviano (Org.) (2002). **Intérpretes do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. cap 1, p. 899-1102.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. In.: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs), **Teoria Social hoje**. São Paulo, Unesp, 1999.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletronico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Objetiva: 2009.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do Século XX**. Salvador: Edufba, 2001.

JEFFERSON, Thomas. **The Writings of Thomas Jefferson**, 1853. Disponível em: <http://www.constitution.org/tj/jeff13.txt> . Acesso em: 26 Mar. 2008

JENSEN, Henry. **Direitos intelectuais.** Rio de Janeiro, Editora Itaipu,1967.

JOSGRILBERG, Fábio Botelho. **O mundo da vida e as tecnologias de informação e comunicação na educação**
. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes. 2006.

JOY, Bill. **Why the Future doesn't need of us**. Wired Magazine, abril de 2005. Disponível em <http://www.wired.com/wired/archive/8.04/joy.html>

KURCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica; ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LACLAU, Ernesto. O retorno do "povo": razão populista, antagonismo e identidades coletivas. **Política & Trabalho**, **Revista de Ciências Sociais,** n. 23, p. 09-34, 2005.

LANDY, Marcia. Culture and Politics in he Work of Antonio Gramsci. **Boundary 2**, v. 14, n.3, The Legacy of Antonio Gramsci, p. 49-70, 1986

_____. Gramsci beyond Gramsci: The writings of Toni Negri.**Boundary 2**, v.21, n.2, p. 63-97, 1994

LAING, David. The music industry and the cultural imperialism thesis. **Media, Culture and Society,** Glasgow, Vol. 8, p. 331 – 342, 1986.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Anthony. **Trabalho intelectual: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

LEMOS, André. As estruturas antropológicas do ciberspaço. **Textos de Cultura e Comunicação**, n. 35, julho, 1996. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/estrcy1.html>. Acesso em: 30 abr. 2008.

_____ (1993). Cultura Cyberpunk. **Textos de Cultura e Comunicação**, Facom/Ufba, 1993. Disponível em http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/culcyber.html. Acessado em Julho de 2009.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

_____. From Legal Commons to Social Commons: Brazil and Cultural Industry in the 21o. Century. **Centre for Brazilian Studies,** Oxford, 2007. Disponível em <http://direitorio.fgv.br/node/462>. Acesso em: 20 out. 2008.

LESSIG, L. The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach. In.: KANG, Jerry (Org). **Communications Law and Policy: Cases and Materials. New York: Aspen Law and Businesse, 2001a. Disponível em** <http://cyberlaw.stanford.edu/lessig/content/works/finalhls.pdf>. Acesso: 12 Jun. 2009.

_____. **The Future of Ideas: the fate of the commons in a connected world.** New York: Vintage Book, 2001b. Disponível em <http://cyber.law.harvard.edu/publications/2001/The_Future_Of_Ideas>. Acesso: 12 Jun. 2009.

_____. **Code and Other Laws of Cyberspace. Version 2.0.** New York: Basic Books, 2006. Disponível em <http://www.code-is-law.org/>. Acesso: 12 Jun. 2009.

_____. **Cultura Livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade**. São Paulo: Trama, 2005.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo, Editora 34, 1996.

LEYSHON, Andrew. Time-space (and digital) compression: software formats, musical networks, and the reorganisation of the music industry. **Environment and Planning A,** Londres, v. 33, n1, p. 49-77, 2001.

LIMA, Venício. **Mídia: teoria e política.** 2ª. edição. Porto Alegre: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Mídia: Crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Comunicação e Cultura, as idéias de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LIEBOWITZ, Stan J. . Economists Examine File-Sharing and Music Sales. In: Illing, Gerard e Peitz, Mark (Orgs.), **The Industrial Organization of Digital Goods and Electronic Markets**, London and Cambridge, MA, The MIT Press, 2005.

_____. File-Sharing: Creative Destruction or just Plain Destruction?, (Fevereiro 2006). Disponível em <http://www.utdallas.edu/~liebowit/emba/cd.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2009.

_____. How Reliable is the Oberholzer-Gee and Strumpf Paper on File-Sharing? (Setembro, 2007). Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1014399> Acesso em 2 jun. 2009.

LUKÁCS, Georg. **Marx, Ontologia del ser social**. Madri: Ediciones Akal, S.A, 2007.

LYOTARD, Jean-François. **O inumano: considerações sobre o tempo**. 2a. edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MACHADO, Arlindo. MAGRI, C., MASAGÃO, M. **Rádios Livres. A reforma agrária no ar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MACPHERSON, Crawford Brough. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

_____. **Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem unidimensional.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. A arte na sociedade unidimensional. In: Lima, Luis Costa. (Org.). **Teoria da Cultura de Massa.** 5ª. Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTIN-BARBERO, Jésus. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Edirora UFRJ, 2001.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** São Paulo: Ática, 1996..

MARX, Karl e Angels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comuista,** 2005. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2273>. Acesso em: 23 maio 2008.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Editora Moraes, 1984.

_____ (1973). Grundrisse. Londres: Penguin, 1973.

MASSEBEUF, Fernanda. Manifesto Pau-Brasil e Manifesto Antropofágico. (Novembro 2006) Texto disponível em <http://www.verdestrigos.org/sitenovo/site/cronica_ver.asp?id=1113>.

MANNHEIMM, Karl. **Mand and Society in a Age of Reconstruction**, Routledge & Kegan Paul: Londres, 1949.

MAZETTI, Henrique Moreira. A luta pela comunicação e a luta através da comunicação. In.: Intercom Sudeste 2006 – Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 11, 2006, Ribeirão Preto, **Trabalho apresentado ao GT 12 – Teorias da Comunicação, do Intercom Sudeste 2006.**

MELUCCI, Antonio. **A nvenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Vivencia y convivencia: Teoria Social para uma Era de La Información.** Madri, Tapa Blanda, 2001a.

_____. Um objetivo para o movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, s/v. n. 17. p. 49-66, 1989.

_____. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001b.

MICELI, Sérgio. O Papel Político dos Meios de Comunicação de Massa. In: SOSNOWSKI, Saul e SCHWARTZ, Jorge (Orgs.). **Brasil – Trânsito da Memória.** São Paulo: Edusp, 2001b.

MOREIRA, Sonia Virgínia Moreira. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da Constituinte: Interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil.** Brasília, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília.

MOUNIER, Pierre. **Os donos da rede: as tramas políticas da internet.** São Paulo: Edições da
Loyola, 2006.

NAUGHTON, John. **A Brief History of the Future: The Origins of the Internet.** Londres: Weinfeld and Nicolson, 1999.

NAZARENO, Cláudio. **Telefonia na internet – A "Voz sobre IP" (VoIP) e seus impactos nas operadoras de telefonia**. Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados: Brasília, 2005.

NEVES, José Pinheiro das. **O apelo do objecto técnico. A perspectiva sociológica de Deleuze e Simondon**. Porto: Campo das Letras Editores S.A., 2006.

NETO, Armando Coelho. **Rádio Comunitária Não é Crime. Direito de Antena: o espectro eletromagnético como um bem difuso.** São Paulo: Ícone Editora, 2002.

NUNES, Márcia Vidal. **Rádio e Política: do microfone ao palanque: os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996)**. São Paulo: Annablume, 2000.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. **Rádios Livres: O outro lado da voz do Brasil.** São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias. **Direito à Palavra: Comunicação Cultura e Mediações Políticas, a experiência das Rádios Comunitárias.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Fortaleza, Ceará. Universidade Federal do Ceará. 1994.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e as determinações dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985.

OBERHOLZER, Felix e STRUMPF, Koleman. The Effect of File Sharing on Record Sales - An Empirical Analysis. **Journal of Political Economy,** Chicago v.115, no. 1, p.1-42, 2007.

O'DONNEL, Guilhermo. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituasi. **Novos Estudos**, n. 36, p.123-146, julho, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Pivatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999. cap 2, p. 53-81.

OLIVEIRA, Rogério Ceron e LOURAL, Cláudio de Almeida. Impacto da introdução da tecnologia de voz sobre IP no desempenho de operadoras tradicionais: uma simulação de cenários. **Cadernos CPqD Tecnologia**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 155-179, 2005.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAOLI, Maria César e TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In.: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte:, Ed. UFMG, 2000.

PFEIFFER, Eric. Celular monitora localização de usuário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de out. 2003. Folha Informática.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares. A participação na construção da cidadania**. 3a. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PETERSON, Larry L.e DAVIE, Bruse S. **Computer Networks: a system approach**. San Francisco, Morgan Kaufman Publishers, 2003.

PINTO, Álvaro Borges Vieira. **O Conceito de Tecnologia** [vol. 1]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

_____. O Conceito de Tecnologia [vol. 2]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b

PINTO, Evelyn Cristina. **Repensando o Commons na comunicação científica.** Dissertação de mestrado. Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PLATÃO. **A República.** São Paulo, Editora Nova Cultural, 2004.

POE, R., (2005). High-profile announcements dominate VoIP show: VON event showcases service and equipment agreements. *America's Network*. Nova York, Pag 12, 5 de abril. Dispo em http://www.encyclopedia.com/America~P~s+Network/publications.aspx?date=2005Q2&pageNumber=1. Acessado em Julho de 2009.

POLANY, Karl. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

POLLOCK, Rufus. **P2P, Online File-Sharing, and the Music Industry: A Summary of the Literature**, 2007. Disponível em http://www.rufuspollock.org/economics/p2p_summary.html. Acesso: 2 Jun.2009.

KEALY, Edward. The Real Rock Revolution: Sound Mixers, Social Inequality, and the Aesthetics of Popular Music Production. Tese de doutorado, Chicago: Northwestern University, 1974. Disponível em: <http://er.library.northwestern.edu/V/YE13NJ5JT4FT4JBIF3NUKLX67KPVACQSGG3USS33PA6HQCGK9E-00954?func=quick-3&short-format=000 >. Acesso em: 3 jun.2009.

KRISHNAN, Ramayya, SMITH, Michael D. e TELANG, Rahul. The Economics of Peer-To-Peer Networks. **Journal of Information Technology Theory and Applications,** v.5, 2003, 31-44.

RANCIÉRE, Jacques. **O desentendimento – política e filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996.

REIS, Paula Félix dos. Políticas culturais do governo Lula: análise do sistema e do plano nacional de cultura. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação. 2008

RHEINGOLD, Howard. SmartMobs. **The Next Social Revolution.** Cambridge, MA: Perseus, 2002.

ROB, Rafael e WALDFOGEL, Joel. Piracy On The High C's: Music Downloading, Sales Displacement, and Social Welfare in a sample of college students. In **Journal of Law and Economics**, v.49, n.1, p. 29-62, 2006. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w10874>. Acesso em: 2 jun. 2009

ROBERTS, Ben. Introduction to Bernard Stiegler. In: **Parallax**, Abingdon, v. 13, n. 4, p. 26 – 28, 2007.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Estado, TV e opinião pública: as disputas em torno do modelo de radiodifusão brasileiro. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA DA SBS, 13, 2007, Recife. **Anais**. Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. p. 277-277.

RODRÍGUEZ, Emmanuel. Los cercamientos de la inteligencia colectiva. In: **El gobierno impossible. Trabajo e fronteras em las metropoles de la abundancia.** Madri: Traficantes de Sueños. 2003. cap6, p. 133 – 157.

ROSAS, Ricardo e VASCONCELOS, Gisele (Orgs.). **Coletânia net_cultura 1.0: digitofagia**. São Paulo: Radical Livros, 2006. Disponível em <http://comum.radicallivros.com.br >.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTIAGO, Vanisa. O direito autoral e os tratados internacionais. In: CRIBARI, Isabela (Org.). **Produção cultural e propriedade intelectual.** Recife: Editora Massangana, 2005. cap 2, p. 44 – 61.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Desregulagens**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Tecnologia, natureza e a "redescoberta" do Brasil, in: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). **Tecnociência e cultura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SCHÓPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

SHAPIRO, Andrew L. **The Control Revolution**. New York: Public Affairs, 1999.

SHERMAN, Cary. File-sharing is illegal. Period. **USA Today**, Virginia, ano 21. p. A14, 19 set. 2003. Disponível em <http://pqasb.pqarchiver.com/USAToday/access/407298301.html?dids=407298301:407298301&FMT=ABS&FMTS=ABS:FT&date=Sep+19%2C+2003&author=Cary+Sherman&pub=USA+TODAY&edition=&startpage=A.14&desc=File-sharing+is+illegal.+Period>.

SIMON, Imre. **A propriedade intelectual na era da Internet.** 2000. Texto disponível em < http://www.ime.usp.br/~is >. Acesso em 21 Jan. 2007

SILVA. José Pereira e RODRIGUES, Iram Jácome (Orgs.). **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. **A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível**. Tese de doutorado defendida no Departamento de Ciência Política da USP, 2005.

_____. *et al*. **Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. Arquiteturas em disputa: ativistas P2P e a indústria da intermediação. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación** , v. 11, n. 1, janeiro – abril, 2009. Disponível em <http://www.eptic.com.br/eptic_es/interna.php?c=82&ct=988&o=1>. Acesso: 11 Set. 2009.

SIMONDON, G. **L'individu et sa genèse physico-biologique**, Paris: PUF, 1964.

_____. **L'individuation psychique et collective**, Paris: Aubier, 1989a.

_____. **Du mode d'existence des objets techniques**, Paris: Aubier, 1989b.

_____. Les limites du progrès humain. In: **Cahiers Philoso-phiques**, Paris, n.42, março, pp. 7-14, 1990.

SLACK, Jennifer Daryl. The information revolution as ideology. **Media, Culture and Society**, Londres, v. 6, p. 247-256, 1984.

SLÖTERDIJK, Peter . **No mesmo barco. Ensaio sobre a hiperpolítica.** São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1999.

SOUZA, Marcio Vieira. **As Vozes do Silêncio: O movimento pela democratização da comunicação no Brasil**. Paris, França: Fondation pour le progrès de l'homme; Florianópolis, PR: Dialogo, 1996.

SÖDERBERG, Johan. **Allt mitt är ditt: fildelning, upphovsrätt och försörjning.** Estocolmo: Stockholm Atlas, 2008.

_____ . **The supposed link between unrestricted file-sharing and declining CD sales.** (2009). Disponível em: <http://liquidculture.wordpress.com/2009/04/24/the-supposed-link-between-unrestricted-file-sharing-and-declining-cd-sales/> Acesso: set. 2009.

SODRÉ, Muniz. Globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização e poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

STALLMAN, Richard. **Software libre para una sociedad libre.** Madri: Traficantes de soños, 2004.

STIEGLER, Bernard. **La technique et le temps 2. La désorientation.** Paris: Éditions Galilée, 1996. Disponínel em <http://www.sup.org/ancillary.cgi?isbn=0804730121;gvp=1>. Acesso: 13 jul. 2008.

TARDE, Gabriel. **Psychologie economique.** Paris: Felix Alcan, 1902. Disponível em < http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/psycho_economique_t1/psycho_eco_t1.html>. Acesso: 24 abr. 2009.

TELECO. **O desempenho do setor de telecomunicações no Brasil. Séries temporais 2006**. 2007. Disponível em < www.teleco.com.br >. Acesso em 23 Jul. 2009.

_____. (2008), Estatísticas trimestrais de acessos e prestadoras que oferecem Banda Larga no Brasil, incluindo ADSL, TV por assinatura e Rádio. Disponível em <http://www.teleco.com.br/blarga.asp.> Acessado em Setembro de 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas**. 3a. Edição. Petrópolis: Vozes, 1976.

Pesquisa Teleco Provedores de Banda Larga. Disponível em http://www.teleco.com.br/blarga_pprov.asp. Acessado em Setembro de 2009.

TERRA, Ricardo. **A política tensa: idéia e realidade na filosofia da história de Kant.** São Paulo: Editora Iluminuras, 1995.

THOMAS, Douglas. **Hacker culture.** Minneapolis: University Minesota Press, 2002.

TORVALDS, Linux. e DIAMOND, David. **Só por prazer. Linux: bastidores de sua criação.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

THE SHAPE of phones to come. The Economist, Technology Quarterly, Londres, Março, 2001, p. 18-23.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna – Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

VAZ, Paulo. As esperanças democráticas e a evolução da internet. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.24, julho, p. 125-139, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva – iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

VIRILIO, Paul. **A arte do motor.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WALDVOGEL, Luiz. **A fascinante história do livro.** Rio de Janeiro, Chogun, 1984.

WARK, McKenzie. **Hacker Manifesto**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

WIPO, (2000), Intellectual Property on the Internet: A Survey of Issues. Disponível em http://www.wipo.int/copyright/en/ecommerce/ip_survey/.

WOLTON, D., (2004), Pensar a comunicação. Tradução de Zélia Leal Adghirni. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Bibliografia específica

Teses, dissertaçõe, TCCs -

BORGES, Fabiane. **Domínios do Demasiado.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Estudos da Subjetividade, 2006.

DIMANTAS, Hernani. **Linkania – a sociedade da colaboração**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LARA, Paulo José. **Fragmentos das táticas de cultura – técnica e política dos usos de mídia.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, 2008.

MEIRELLES, Adriana Veloso. **Letramento midiático e digital: prática educativa com base na cultura e comunicação.** Trabalho de conclusão de curso de Comunicação social, UFBH, 2008.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. **O Leviatã e a rede : mutações e persistencias politico-estéticas.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

Manifestos

Manifesto Estúdio Livre – Disponível em <http://osdir.com/ml/org.user-groups.debian.parana/2007-09/msg00000.html>. Acesso: 27 Mar. 2008

Manifesto da Mídia Livre – Disponível em <http://forumdemidialivre.blogspot.com/>. Acesso em 28 Out. 2008.

Manifesto Nartisan – Disponível em <http://mutirao.metareciclagem.org/fonte/Manifesto-nartisan>. Acesso: 22 Jan. 2010.

Manifesto pela recuperação dos bens comuns da humanidade – Disponível em <http://comunes.org/pt/1/manifiesto-pro-commons-fsm-2009/>. Acesso em: 21 Out.

2009.

Vermelho Medula – Disponível em <http://www.mail-archive.com/hrac@grauwald.com/msg00033.html>. Acesso em 3 Fev. 2009.

Movimento dos Sem Satélite - Disponível em <http://devolts.org/msst/>. Acesso em 27 Nov. 2009.

Carta de São Paulo pelo aceso a bens culturais – Disponível em <http://stoa.usp.br/acesso>. Acesso em 10 Ago 2009.

Os intelectuais e o truque da mistificação mútua – Diponível em http://www.sarcastico.com.br>. Acessp em 1 Fev 2208.

Livros

DIMANTAS, Hernani. **Marketing hacker. A revolução dos mercados.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ROSAS, Ricardo; VASCONCELOS, Gisele (Org.). *Net_Cultura 1.0: Digitofagia.* São Paulo: Radical Livros, 2006.

BRUNET, Karla (Org.). Apropriações Tecnológicas: emergência de textos, idéias e imagens do submidialogia#3. Salvador: Edufba, 2008.

Publicações

Cadernos Submidiáticos, Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Disponíveis em <http://pub.descentro.org/livro/cadernos_submidi%C3%A1ticos>. Acesso 2 Fev. 2009.

Guia de Navegação – FindEtárico – A Finalização dos Auto-Labs – Disponível em <http://www.midiataticaorg>. Acesso: 28 Jun 2009.

Metáfora 1.0 – Disponível em <http://philipe.files.wordpress.com/2007/09/livro_metafora1.pdf>. Acesso em 27 Jul. 2008.

Mutirão da Gambiarra #1 – Histórias de Metarreciclagem, histórias da Metarreciclagem. Disponível em <http://mutirao.metareciclagem.org/>. Acesso em 10 Set. 2009.

MATIAS, Alexandre. **Ricardo Rosas partiu!** 2007. Disponível em http://www.oesquema.com.br/trabalhosujo/2007/05/12/ricardo-rosas-partiu.htm. Acesso em 24 Jan 2008.

MARTINS, Dalton. **Da reciclagem e a produção de conhecimento.** 2007. Texto disponível em <http://daltonmartins.blogspot.com/2010/05/da-reciclagem-e-

construcao-de.html>. Acesso em 5 Jun 2010.

Convites e textos dos festivais Submidialogia #1, #2, #3 e #4. Disponíveis em <http://pub.descentro.org/livro/submidialogia_o_estudo_da_subvers%C3%A3o_dos_meios>.

Sites consultados e/ou acompanhados

II Fórum de Mídia Livre – <http://forumdemidialivre.blogspot.com/>

Anatel – <http://www.anatel.gov.br/>

Arduino – <http://arduino.cc/>

Artigos e Livros da Fundação Getúlio Vargas – <http://direitorio.fgv.br/node/462>

Associação Brasileira de Produtores de Discos – <http://www.abpd.org.br/>

Augustas Energias Utópicas - <http://augustasenergiasutopicas.wordpress.com/>

Bailux – <http://bailux.wordpress.com/>

Baobá Voador – <http://baobavoador.midiatatica.info>

Caracol – <http://caracol.flordapalavra.org>

Cadernos de Tecnologia Social – <http://daltonmartins.blogspot.com/>

Câmara dos Deputados – <http://www2.camara.gov.br/>

Centro de Mídia Independente (CMI) – <http://www.midiaindependente.org/>

Centro de Desenvolvimento em Tecnologias Livres do Recife (CDTL) –

<http://www.tecnologiaslivres.org/>

CiberSalão – <http://cibersalao.midiatatica.info>

Cidadão comum sistema de som –
<http://www.myspace.com/cidadaocomumsistemadesom/>

Coletivo Estúdio Livre – <http://estudiolivre.org>

Comissão Rio Pró-Conferência Nacional de Comunicação –
<http://rioproconferencia.blogspot.com/>

Comitê Gestor da Internet no Brasil – <http://www.cgi.br/>

Comunes - <http://comunes.org/>

Comunix – <http://comunix.org/>

Contra TV – <http://contratv.net>

Côco de Umbigada – <http://sambadadecoco.blogspot.com/>

Cultura Livre – <http://www.culturalivre.org.br/>

Devotos – <http://www.devotos.com.br/>

des).(centro.org – <http://pub.descentro.org/>

Dia a dia, bit a bit – coluna de Silvio Meira no portal Terra Magazine - <http://smeira.blog.terra.com.br/>

Dread Solto – <http://dreadsolto.org>

Drica Veloso – <http://drica.tk>

Donos da Mídia – <http://donosdamidia.com.br/inicial/>

Ecologia Digital – <http://ecodigital.blogspot.com/>

Electronic Frountier Foundation – <http://www.eff.org/>

Espalha a Semente – Projeto Software Livre nas Aldeias - <http://culturadigital.br/espalhaasemente/>

Felipe Fonseca – <http://efeefe.no-ip.org/>

Flor da Palavra – <http://flordapalavra.midiatatica.info> e <http://flordapalavra.org>

Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOPPAI) – <http://www.gpopai.usp.br/>

Furtherfield.org – <http://www.furtherfield.org/about.php>

Interatividade em sistema operacionais livre (Sipósio em Salvador) - <http://iscl2009.wordpress.com/>

Interface G2G – <http://interfaceg2g.org/> **e** <http://g2g.interfaceg2g.org>

International Federation of the Phonographic Industry (IFPI) – <http://www.ifpi.org/>

iTEIA – <http:// www.iteia.org.br/>

Laboratório de Inclusão Digital e Educação Comunitária (Lidec) - <http://weblab.tk/>

Lei & Ordem – Direito, Jurisprudência, Doutrina e Cidadania – <http://www.leieordem.com.br/>

Libres – Arte/tecnologia/livre - <http://libres.tecnologiaslivres.org/>

Lixo Eletrônico – <http://www.lixoeletronico.org/>

Marketing Hacker – <http://www.marketinghacker.com.br/>

Media Sana – <http://www.mediasana.org/>

Metarreciclagem – <http://www.metareciclagem.org/>

Metassorocaba – <http://metasorocaba.ning.com/>

Mídia Tática – <http://midiatatica.org>

MimoSA - <http://mimosa.midiatatica.info>

Ministério da Cultura – <http://www.cultura.gov.br/>

Ministério das Comunicações – <http://www.mc.gov.br/>

Motion Picture Association America (MPAA)– <http://www.mpaa.org/>

Motion Picture Association Brasil (MPABr)-
<http://www.mpaal.org.br/br/index2.html>

Movimento dos Sem Satélite (MSST) – <http://devolts.org/msst/>

Mutirão da Gambiarra – <http://mutirao.metareciclagem.org/>

Orquestra Organismo – <http://organismo.art.br/>

Observatório do Direito à Comunicação –
<http://www.direitoacomunicacao.org.br/>

Orlando Silva – **<**http://reacesso.webnos.org**/>**

Karla Brunet – **<**http://www.karlabrunet.com/ **>**

Plataforma Lattes – <http://lattes.cnpq.br/>

Programa Cultura Viva – < http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/>

Programa Gesac – <http://www.idbrasil.gov.br/>

Programa Casa Brasil – <http://www.casabrasil.gov.br/>

Pulsar Brasil – Agência de notícias das rádios comunitárias –
<http://www.brasil.agenciapulsar.org/>

Pure Data Cummunity Site – <http://puredata.info/>

Puraque – <http://puraque.comumlab.org/>

Rádio Amnésia FM – <http://radioamnesia.wikispaces.com/programacao/>

Rádio Comunitária Zumbi dos Palmares – <http://radiozumbijp.blogspot.com/>

Rádio Muda – <www.radiolivre.org/>

Rádio Livre.org – <http://www.radiolivre.org/>

Recording Industry Association of America (RIAA) – <http://www.riaa.com/>

Rede Mocambos – <http://www.mocambos.net/>

Remixtures – <http://remixtures.com/>

Revue Politique Artistique philosophique – <http://multitudes.samizdat.net/>

Revista A Rede – <http://www.arede.inf.br/inclusao/index.php>

Revista Teletime – <http://www.teletime.com.br/>

Ricardo Brazileiro – <http://rbrazileiro.wordpress.com/>

SaferNet Brasil – <http://www.safernet.org.br/site/>

Sérgio Amadeu - <http://softwarelivre.org/samadeu/blog**>**

Sindicato das Tvs por asinatura – <http://www.tvporassinatura.org.br/>

Software Livre Brasil – <http://softwarelivre.org/samadeu/blog>

SubmidialogiaS – <http://submidialogias.descentro.org>

Teleco – <www.teleco.com.br/>

Tle Liquid Culture – <http://liquidculture.wordpress.com>

Trezentos – <http://www.trezentos.blog.br**>**
Thaís Brito – <http://thaisbrito.wikispaces.com/>

Universidade Nômade – <www.universidadenomade.org.br/>

Universidad Nomada – <http://www.universidadnomada.net/>

Ventilador Cultural – <http://ventiladorcultural.blogspot.com/>

Vídeos nas Aldeias – <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>

Vírgula Imagem – <http://virgulaimagem.redezero.org/>

Weblab.tk – <http://weblab.tk/>

World International Property Organization –
<http://www.wipo.int/portal/index.html.en>

Listas acompanhadas

Fórum de Mídias Livres: <http://groups.google.com.br/group/forum-de-midia-livre?hl=pt-BR>

Metarreciclagem: <https://lists.riseup.net/www/info/metareciclagem>

Rádio Livre: <http://www.radiolivre.org/node/483>